



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Soraia Sant'Anna Gomes

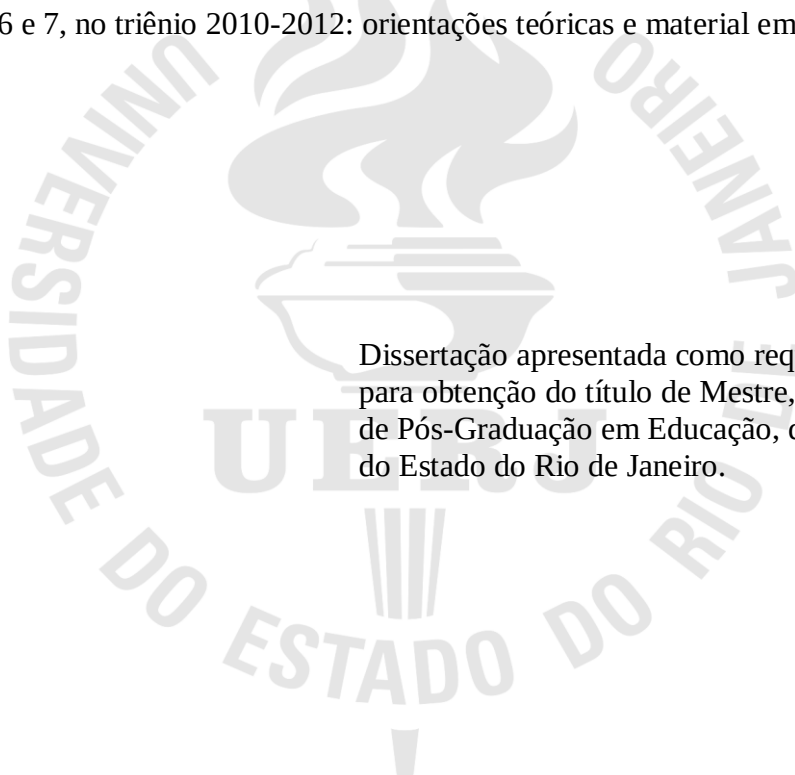
A pesquisa sobre o financiamento da educação nos programas de pós-graduação em educação, notas 6 e 7, no triênio 2010-2012: orientações teóricas e material empírico

Rio de Janeiro

2020

Soraia Sant'Anna Gomes

A pesquisa sobre o financiamento da educação nos programas de pós-graduação em educação,
notas 6 e 7, no triênio 2010-2012: orientações teóricas e material empírico



Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre, ao Programa
de Pós-Graduação em Educação, da Universidade
do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora Prof.^a Dra. Siomara Borba

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

G6331 Gomes, Soraia Sant'Anna.

A pesquisa sobre o financiamento da educação nos programas de pós-graduação em educação, notas 6 e 7, no triênio 2010-2012: orientações teóricas e material empírico / Soraia Sant'Anna Gomes. – 2021.
280 f.

Orientadora: Siomara Borba.

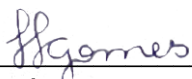
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

1. Método científico – Teses. 2. Produção de conhecimento – Teses. 3.
Pesquisa educacional – Teses. I. Borba, Siomara. II. Universidade do Estado do
Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

bs

CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.



Assinatura

Data: 26/07/2021

Soraia Sant'Anna Gomes

A pesquisa sobre o financiamento da educação nos programas de pós-graduação em educação, notas 6 e 7, no triênio 2010-2012: orientações teóricas e material empírico

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 18 de dezembro de 2020.

Banca Examinadora:



Prof. Prof.^a Dr.^a Prof.^a Dr.^a Siomara Borba (Orientadora)
Faculdade de Educação - UERJ

Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão
Prof.^a Dr.^a Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Márcia Denise Pletsch
Prof.^a Dr.^a Márcia Denise Pletsch
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Prof.^a Dr.^a Lucinete Gadelha da Costa
Universidade do Estado do Amazonas – UEA (Suplente)

Prof. Dr. Luiz Antonio Gomes Senna
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (Suplente)

Rio de Janeiro

2020

Dedico àqueles que continuam na luta por uma educação pública de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Criador, pela oportunidade de vivenciar mais este desafio.

Aos meus pais Pedro Sergio Gomes (*In memoriam*) e Geny Sant`Anna Gomes (*In memoriam*) e aos demais membros de nossa ancestralidade, os quais contribuíram, cada qual a seu modo e a seu tempo, para afirmar as oportunidades a mim apresentadas, de crescimento pessoal e profissional.

Aos meus filhos Ronaldo, Eduardo e João Felipe e toda a minha família, pela colaboração e incentivo e, particularmente, ao João Felipe, que colaborou na confecção dos gráficos desse trabalho e a minha querida irmã, Nicole, pelo máximo incentivo para que eu, ainda que professora já aposentada, prosseguisse em meus estudos, como pesquisadora.

Agradeço à Professora Dr^a. Siomara Borba, por toda orientação, pelas valiosas e enriquecedoras contribuições, sempre permeando suas atitudes com ética e profissionalismo, paciência e confiança no meu trabalho.

À Professora Dr^a. Rosa Neves, pelas conversas esclarecedoras nas reuniões do grupo de estudo e por seu exemplo de engajamento e persistência.

Agradeço aos colegas do grupo de pesquisa Episteme: Alcirene, Alexandre, Aline, Barbara, Erika, Joyce, Luiz, Marcia, Natália, Rosa, Sérgio, Silvana e Tânia pelo carinho, colaboração e momentos de divertidas companhias.

Agradeço a generosidade de Tânia Gregório que se colocou à disposição para uma revisão final do texto.

Agradeço a minha irmã Ilzê Kátia, maravilhosa massoterapeuta pelos seus cuidados, às vésperas da minha defesa de dissertação, colaborando para o meu bem estar e serenidade, nesse momento de tensão.

Aos professores: Prof^a. Dr^a. Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão; Prof^a. Dr^a. Márcia Denise Pletsch; Prof^a. Dr^a. Lucinete Gadelha da Costa; Prof. Dr. Luiz Antonio Gomes Senna, pela disponibilidade e contribuição, como parte da banca examinadora deste trabalho.

Aos professores, funcionários e colegas nesses dois anos do Curso de Pós-Graduação, pela oportunidade de convívio e trocas valiosas.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pela oportunidade de vencer mais esta etapa da minha formação profissional. A todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a minha conclusão do Mestrado.

MUITO OBRIGADA!

Aparentemente, Deus é muito treteiro, faz as coisas de forma tão recôndita e disfarçada que se precisa desta categoria de gente – os cientistas – para ir tirando os véus, desvendando, a fim de revelar a obviedade do óbvio.

Darcy Ribeiro

RESUMO

GOMES, Soraia Sant'Anna. **A Pesquisa sobre o financiamento da educação nos programas de pós-graduação em educação, notas 6 e 7, no triênio 2010-2012: orientações teóricas e material empírico.** 2020. 280 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, 2020.

A presente pesquisa é parte de uma pesquisa mais ampla intitulada *Panorama da Pesquisa Educacional Brasileira Contemporânea: objetos, perspectivas teóricas e abordagens empíricas* que vem sendo desenvolvida pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Epistemologia e Metodologia das Ciências (*Episteme*), coordenado pela Profas. Dras. Siomara Borba e Rosa Neves. A pesquisa matriz visa analisar a produção dos docentes permanentes dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) avaliados com notas 6 e 7 no triênio 2010-2012, publicada na forma de artigos científicos em periódicos classificados no estrato A1 pelo sistema *Qualis Capes*. Nesse sentido, a presente pesquisa segue as diretrizes da pesquisa matriz e centra seu objeto na investigação sobre a produção e divulgação de pesquisas referentes ao financiamento da educação. Para tanto, foram levantados e analisados artigos publicados nos periódicos dos estratos *Qualis* A1 e A2, expandindo a partir da proposta da pesquisa matriz. Partindo da questão central, *quais as orientações teóricas e material empírico encontrados nas pesquisas sobre o financiamento da educação no Brasil, a partir dos registros dos próprios autores?*, o objetivo desta pesquisa foi identificar as opções teóricas e o material empírico das investigações sobre o financiamento da educação. Orienta-se esta pesquisa em fundamentação teórica que concebe a dimensão processual e metodológica, como sendo uma questão fundamental para o trabalho investigativo. Trata-se de uma pesquisa descritiva, cujo material empírico é representado por um escopo de 817 artigos da base de dados da Capes, dos quais foram selecionados cinquenta 50 artigos que abordam questões que envolvem a temática do financiamento da educação no Brasil. Os resultados da pesquisa indicam que a constituição do campo de estudo voltado para o financiamento da educação profissionalizou-se de tal forma que pesquisadores desta especialidade temática vêm se organizando em torno de importantes espaços institucionais e fóruns de discussão, sob diferentes matizes, com supremacia de concepções advindas do marxismo e suas variantes, indicando também a presença da concepção pluralista de Stephen Ball, autor que analisa as políticas públicas a partir de conceitos e teorias decorrentes das contribuições de autores como Foucault, Bourdieu, Bernstein e Weber. Os resultados da investigação apontam também para uma fragmentação temática que se circunscreve, transversalmente, à centralidade da temática do financiamento da educação, com um enfoque muito mais nas políticas públicas do que no conhecimento técnico, detalhado, relacionado com o conhecimento pormenorizado sobre a alocação dos recursos ou o financiamento das despesas. Os resultados também apontam para a localização presente em alguns autores, dificuldade de penetração na área e falta de circulação da produção. As considerações finais apontam para a necessidade de enfrentamento das desigualdades sociais, considerando as seguintes frentes: a necessidade de se pensar a formação docente em uma perspectiva militante, no sentido de se educar as bases para uma leitura de mundo ampla, progressista e transformadora; a necessidade de retomar o debate sobre a criação de um Sistema Nacional de Educação, voltado para a redução das desigualdades educacionais; a necessidade de tributação das grandes fortunas, transferindo assim, maior aporte financeiro para investimentos em pesquisa científica, políticas sociais, saúde, educação, ciência e tecnologia.

Palavras-chaves: Método científico. Produção do conhecimento. Pesquisa educacional. Financiamento da educação brasileira.

ABSTRACT

GOMES, Soraia Sant'Anna. **The Research on financing education in graduate programs in education notes 6 (six) and 7 (seven), in the 2010-2012 triennium: theoretical guidelines and empirical material.** 2020. 280 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, 2020.

This research is part of a broader research entitled Panorama of Contemporary Brazilian Educational Research: objects, theoretical perspectives and empirical approaches that has been developed by the Study and Research Group in Epistemology and Methodology of Sciences (Episteme), coordinated by Profas. Dras. Rosa Neves and Siomara Borba. The matrix research aims to analyze the production of permanent professors of the Graduate Programs in Education (PPGE) evaluated with grades 6 and 7 in the 2010-2012 period, published in the form of scientific articles in journals classified in stratum A1 by the Qualis CAPES system. In this sense, the present research follows the guidelines of the matrix research and focuses its object on research on the production and dissemination of research related to the financing of education. To this end, articles published in the journals of Qualis A1 and A2 strata were surveyed and analyzed, expanding based on the matrix research proposal. Starting from the central question, what are the theoretical guidelines and empirical material found in research on education financing in Brazil, based on the authors' own records?, the objective of this research was to identify the theoretical options and the empirical material of research on funding of education. This research is oriented on a theoretical basis that conceives the procedural and methodological dimension, as being a fundamental issue for investigative work. This is a descriptive research, whose empirical material is represented by a scope of 817 (eight hundred) articles from CAPES' database, from which fifty 50 (fifty) articles were selected that address issues involving the theme of education financing in Brazil. The research results indicate that the constitution of the field of study aimed at financing education has become so professional that researchers in this thematic specialty have been organizing themselves around important institutional spaces and discussion forums, under different nuances, with supremacy of importance. conceptions arising from Marxism and its variants, also indicating the presence of the pluralistic conception of Stephen Ball, an author who analyzes public policies based on concepts and theories arising from the contributions of authors such as Foucault, Bourdieu, Bernstein and Weber. The results of the investigation also point to a thematic fragmentation that is circumscribed, transversally, to the centrality of the issue of education financing, with a much more focus on public policies than on technical, detailed knowledge, related to the detailed knowledge on the allocation of workers. resources or expenditure financing. The results also point to the location present in some authors, possible difficulty in penetrating the area and the lack of production circulation. The final considerations point to the need to face social inequalities, considering the following fronts: the need to think about teacher education in a militant perspective, in order to educate the bases for a broad, progressive and transforming world reading; the need to resume the debate on the creation of a National Education System, aimed at reducing educational inequalities; the need to tax large fortunes, thus transferring a greater financial contribution to investments in scientific research, social policies, health, education, science and technology.

Keywords: Scientific method. Knowledge production. Educational research. Financing of brazilian education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Políticas setoriais e transversais da política social brasileira	58
Figura 2 - Financiamento da educação	62
Figura 3 - Estrutura de financiamento da educação por unidade da Federação.....	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Os estudiosos do campo do financiamento da educação.....	40
Quadro 2 - Área de formação e titulação acadêmica dos pesquisadores que discutiram o tema <i>financiamento da educação</i>	43
Quadro 3 - Dissertações sobre financiamento da educação discutidas nas respectivas áreas de conhecimento.....	44
Quadro 4-Teses sobre financiamento da educação e suas respectivas áreas de conhecimento.....	45
Quadro 5 - Assuntos recorrentes na temática do financiamento.....	46
Quadro 6 - Síntese das categorias do <i>objeto financiamento da educação</i>	49
Quadro 7 - O PNE e os prazos para o cumprimento de suas metas.....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Anpae - Associação Nacional de Política e Administração da Educação.
Anped - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
CACs - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB
Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAQ – Custo-aluno-qualidade
CAQi- Custo-aluno-qualidade-inicial
Cenpec –Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CFE – Conselho Federal de Educação
CF- Constituição Federal
CGU - Controladoria Geral da União
Ciers-Ed - Centro Internacional de Estudos em Representação Social e Subjetividade - Educação
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
Cofins - Contribuições para Financiamento da Seguridade Social
Conae - Conferência Nacional de Educação
CPC - Conceito Preliminar de Cursos
Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos
DRU (ex-FEF/FSE) – Desvinculação de Receitas da União
EC – Emenda Constitucional
Endipe - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino
Enem - Exame Nacional do Ensino Médio
EUA – Estados Unidos da América
FAE- Fundo de Apoio ao Estudante
Fapemig- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
Faperj - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FDE – Fundação para o Desenvolvimento da Educação

Febrapils - Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais

Feneis - Federação Nacional de Educação e Instrução dos Surdos

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Fies - Financiamento Estudantil

Fineduca - Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação

FMI - Fundo Monetário Internacional

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FPE – Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal

FEF - Fundo de Estabilização Fiscal

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

FSE - Fundo Social de Emergência

Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Fundef - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

Fundescola – Fundo de Fortalecimento da Escola

IAS - Instituto Ayrton Senna

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

Ideb - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IF -Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IGC - Índice Geral de Cursos

IIEP/Unesco - Instituto Internacional de Planejamento Educacional United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPi - Imposto sobre Produtos Industrializados

ISSQN ou ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Libras - Língua Brasileira de Sinais

LOA - Lei Orçamentária Anual

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

MEC – Ministério da Educação

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONGs - Organizações Não Governamentais

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAR - Plano de Ações Articuladas

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PES - Programa Plano Estratégico da Secretaria

PIB - Produto Interno Bruto

Pnad - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Pnae - Programa Nacional de Alimentação Escolar

Pnaic - *Programa de Alfabetização na Idade Certa*

Pnate - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar

PNBE - Programa Nacional Biblioteca da Escola

PNE – Plano Nacional de Educação

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

PNSE - Programa Nacional de Saúde Escolar

Proeja - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

Projovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária

PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação

Pronatec - Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica

Pronera - Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária

Prouni - Programa Universidade para Todos

RBEP- Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos

RGPS - Regime Geral da Previdência Social

Reuni - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RFB - Receita Federal do Brasil

Saeb - Sistema de Avaliação da Educação Básica

Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Senai- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

Senat - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

Sepe - Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação

Sesc – Serviço Social do Comércio

Sesi – Serviço Social da Indústria

Sescoop - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

Sest - Serviço Social do Transporte

Simec - Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação

Sinaeb – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

Sinaes - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SINPRORio - Sindicato dos Professores de Escolas Privadas

Sistema “S” (Sesc, Senai, Sesi, Senac, Senar, Sebrae, Sest, Senat, Sescoop)

SME – Secretaria Municipal de Educação

SNE – Sistema Nacional de Educação

SUS - Sistema Único de Saúde

TCE – Tribunal de Contas do Estado

TCU - Tribunal de Contas da União

TILS - tradutores e intérpretes de Língua de Sinais

UBE – União Brasileira dos Estudantes

Uerj- Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UnB - Universidade de Brasília

Uncme - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação

Undime- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNE - União Nacional dos Estudantes

Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

VAAR ou VAAE– Valor anual por aluno ou equidade

VAAF-Valor aluno ano

VAAT- Valor anual total por aluno

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	38
2 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	50
2.1 Os princípios que balizaram a teoria clássica do financiamento da educação no âmbito da economia e seus desdobramentos	50
2.2 A historicidade do campo do financiamento da educação brasileira, um território em constantes disputas	60
2.3 A estrutura organizacional do financiamento da educação, na perspectiva da Constituição Federal de 1988	63
2.4 Um Plano Nacional de Educação para além de eventuais governos	70
3 DESCRIÇÃO DO CORPUS EMPÍRICO	78
4 RESULTADOS DE PESQUISA	131
4.1 Síntese das convergências temáticas	131
4.2 Dos periódicos e o quantitativo de publicações sobre o tema	135
4.3 Dos autores e dos programas que registraram suas publicações sobre a temática do financiamento da educação	138
4.4 Dos autores mais citados nas referências bibliográficas	138
4.5 Sobre as perspectivas teóricas dos autores	139
4.6 Quanto ao aspecto teórico-metodológico identificado nas pesquisas	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS	174
APÊNDICE A - Classificação dos descritores, a partir do inventário de Nicholas Davies	180
APÊNDICE B - As convergências temáticas e suas reincidências, a partir do inventário de Nicholas Davies	265
APÊNDICE C - Síntese do mapeamento da exploração empírica do capítulo III	268
APÊNDICE D - Gráficos correspondentes aos itens do Capítulo 4	274
APÊNDICE E - Listagem das unidades bibliográficas do <i>corpus</i> empírico	275

INTRODUÇÃO

A nossa trajetória de vida profissional como educadora compreendeu, predominantemente, o chão da escola pública, ministrando aulas para as classes de alfabetização e anos iniciais do ensino fundamental, também, a atuação como diretora de creche pública, incluindo ainda, a função de coordenadora pedagógica itinerante. Nessas andanças, tivemos a oportunidade de confrontar realidades muito distintas e as questões que atravessam as desigualdades, compreendendo o quanto as condições precárias de vida das comunidades afetavam os seus resultados escolares, ainda que com toda dedicação, compromisso e esforços que a escola pudesse engendrar, para a superação das dificuldades apresentadas por aqueles alunos.

Já na fase madura da carreira, no período compreendido entre 2016-2017, tivemos a oportunidade de atuar na assessoria técnica do Conselho Municipal de Educação, de onde pudemos acompanhar, muito proximamente, a fase do monitoramento do primeiro ano (2016) do Plano Municipal de Educação, na vigência 2014-2024. Este foi o momento em que nos deparamos com a ideia de que, para avançar na luta por uma educação pública de qualidade, como se diz - *socialmente referenciada* -, seria preciso uma avaliação diagnóstica, no sentido de identificar as fragilidades nos territórios locais e, a partir de então, engendrar esforços para entender a estrutura orçamentária e suas rubricas, distribuí-las de acordo com as normas, elencando-as às metas e suas estratégias de ação, previstas Plano Municipal de Educação. Uma vez preparado o Plano Municipal de Educação, as metas traçadas, os prazos previstos, o momento era de atribuir os valores monetários, com a atribuição das rubricas orçamentárias destinadas a cada estratégia, de acordo com as regras legislativas e as orientações do MEC.

Parecia ser algo tão estranho discutir o orçamento público para a educação, já que professor não costuma debater o orçamento público, lei orgânica do município, e coisas que o valha, quando muito, discute reajustes salariais em assembleias de sindicatos, sendo o tema do financiamento da educação pública algo distante do radar de atenção dos professores ou dos assuntos do cotidiano das escolas, e por isso mesmo, naturalizando o afastamento dos maiores interessados, de uma maior participação e acompanhamento do planejamento educacional de seu município. O que se ouvia dizer era que havia um motivo para se comemorar, com a descoberta do pré-sal significando um dinheiro novo a ser investido na educação. Então, uma vez estando o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pelo poder executivo central, sem veto, seriam destinados 75% dos royalties do pré-sal e 10% do Produto Interno Bruto (PIB)

para a educação, para os próximos dez anos. O entendimento era o de que, se isso fosse concretizado, significaria a pavimentação do caminho para o Brasil ser capaz de enfrentar os desafios que se anunciavam no horizonte, que é o de ingressar, soberano, na quarta revolução industrial tecnológica, revolução esta fadada a ser ancorada no conhecimento tecnológico, necessitando, portanto, mais do que em outras épocas, de um investimento, massivo e maciço, em educação, ciência e tecnologia. Rememorando, Darcy Ribeiro (1986), com destaque na nossa epígrafe, que já nos alertava que o óbvio é safado, é ladino, ele se esconde – dizia ele:

[...] Aparentemente, Deus é muito treteiro, faz as coisas de forma tão recôndita e disfarçada que se precisa desta categoria de gente – os cientistas – para ir tirando os véus, desvendando, a fim de revelar as obviedades do óbvio. O ruim deste procedimento é que parece um jogo sem fim. De fato, só conseguimos desmascarar uma obviedade para descobrir outras, mais óbvias ainda. (RIBEIRO, 1986, p.1).

Sendo assim, mediante o desafio de compreendermos a sofisticação e a complexidade do óbvio, na medida em que nos defrontamos com um determinado plano municipal de educação que estaria respaldado pelo dinheiro novo do pré-sal, surge uma nova peça no tabuleiro político - o “teto dos gastos” - que coloca em cheque a meta nº 20 do PNE, a qual estabelece a meta do financiamento da educação. Entretanto, no novo contexto do chamado *teto dos gastos* compreendemos que estávamos diante de questões mais complexas, e que não bastaria realizar um bom planejamento técnico, para garantir o aporte financeiro que pudesse dar sustentação ao novo PNE. Compreendemos que as decisões que regem os destinos de uma coletividade são tomadas por fatores de influências nos mais diversos contextos, cujos interesses são não apenas diferentes, mas antagônicos e que se chocam, frontalmente.

A Emenda Constitucional nº 95/2016, do *teto dos gastos* é um exemplo das várias questões que atravessam o nosso objeto de interesse inicial que, a princípio, seria: o financiamento da educação brasileira no contexto do Plano Nacional de Educação. Essa Emenda impôs um teto de gastos que congela o orçamento público destinado às políticas sociais, voltadas para a educação, saúde, assistência social, por inacreditáveis 20 anos, com possibilidade de reajuste somente em 2026, ou seja, uma década após ter sido sancionada. Mais uma vez experimentamos um entrave para o desenvolvimento da educação pública brasileira. Chegou o tempo da nossa aposentadoria, em um contexto em que a própria ideia de aposentadoria parecia ser um privilégio, mediante o incômodo de ver esse direito sendo eliminado do horizonte das próximas gerações.

E foi assim que, recém-aposentada, continuamos na luta, desta vez no *lôcus* da universidade pública, a fim de aprofundar estudos acadêmicos, trabalhando a ideia de, inicialmente, estudar sobre o financiamento da educação brasileira. A princípio, a intenção era

conhecer melhor sobre os mecanismos das políticas de financiamento da educação, em particular, sobre como seria a estrutura de financiamento da educação pública, quais os tributos envolvidos, como são estabelecidas as diretrizes orçamentárias que poderiam ser destinadas ao Plano Municipal de Educação, do município de nosso interesse. Portanto, o nosso interesse inicial era pesquisar as ações de financiamento, conduzidas pelo Plano Nacional de Educação, especialmente referente à meta nº 20, em um contexto local sob a *batuta* da Emenda Constitucional nº 95/2016. O estudo, inicialmente visava o desafio de compreender como se poderia fazer o orçamento da educação caber no “teto de gastos”, sem ter que “quebrar o piso”¹.

Então, foi a partir de uma sondagem na Plataforma Lattes, acerca dos professores do curso de Mestrado em Educação da UERJ, ligados à Linha de Pesquisa do nosso interesse, que houve uma aproximação com professora e pesquisadora Siomara Borba. Entretanto, no momento da entrevista foi-nos sugerida uma mudança de objeto de pesquisa: fazer um balanço da pesquisa sobre o financiamento da educação com o objetivo de identificar aspectos centrais em um trabalho de investigação científica – as orientações teóricas de análise e materiais empíricos utilizadas pelos autores que se debruçaram sobre a temática. Ou seja, a proposta seria investigar a própria pesquisa sobre financiamento da educação, através de um estudo de revisão, destacando seus aspectos teórico-metodológicos. Concordamos com a proposta de pesquisa, entendendo que seria um grande desafio na nossa trajetória de professora da rede municipal de educação. E continuamos a compreender que deste lugar, poderíamos continuar a luta por uma educação pública de qualidade.

Por ocasião do nosso ingresso na UERJ, o grupo Episteme já investigava a pesquisa educacional brasileira e, dedicava-se a discutir questões de *teoria* e *método*, fundamentando-se em estudiosos dessa temática, destacando-se a socióloga Miriam Limoeiro Cardoso que, ao longo do processo de desenvolvimento de suas pesquisas, busca analisar o processo de produção do conhecimento sobre a sociedade pelo viés da teoria marxista. O destaque para esta autora se deve ao fato de que seu pensamento reflete o interesse do grupo Episteme, liderado pelas pesquisadoras Siomara Moreira Vieira Borba e Rosa Maria Corrêa das Neves, as quais problematizam o *método* como questão *teórica* e com esse argumento estudam a pesquisa educacional brasileira.

¹ Expressão cunhada por Preto Zezé, Presidente da Central Única das Favelas (CUFA) que analisa que o teto de gastos e a restrição do orçamento fiscal atentam contra o povo preto e pobre, na medida em que são estes os signatários dessas políticas que colocam os mais empobrecidos no orçamento da União. Cf. entrevista ao jornalista Bob Fernandes. Disponível em: <<https://youtu.be/IV64z2hYpbl>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

Nesse sentido, a presente pesquisa recorre ao texto de Neves e Borba (2015), *Primazia do real na construção do conhecimento científico e primazia da teorização na construção de pesquisas científicas, citando as contribuições metodológicas a partir de Miriam Limoeiro Cardoso*. Neste artigo, Neves e Borba (2015) afirmam que a contribuição de Cardoso, na área das pesquisas educacionais, se dá na medida em que o pensamento da autora faz uma distinção entre *objeto real* e *objeto científico*, distinção esta que coloca a dimensão processual e metodológica como sendo uma questão fundamental para o trabalho de pesquisa, considerando que a problematização de tais dimensões tem sido o objeto de estudos e pesquisas empreendido pelo grupo Episteme.

Neves e Borba (2015, p.432) afirmam que “[...] a distinção entre o objeto real e objeto científico envolve um conjunto de outras teses [...] [e] [...] em seus nexos com a relação entre realidade e teoria, questão essencial para a produção de conhecimento científico”. As autoras destacam que as posições sobre conhecimento científico e realidade, trazem consequências metodológicas que permitem demonstrar que

[...] são indissociáveis as dimensões epistemológicas e metodológicas na produção do conhecimento científico, ou seja, uma determinada concepção de realidade e de relações entre conhecimento e realidade impõe um método específico e, por conseguinte, um método específico supõe uma determinada concepção de realidade e de relações entre conhecimento e realidade (NEVES e BORBA, 2015, p. 432).

Neves e Borba (2015, p.433), ao indagarem sobre algumas questões frequentemente levantadas, entre elas “[...] como o cientista deve iniciar seu trabalho investigativo sobre a realidade: a partir da realidade como vivida, experimentada e dada, desprovida de teorias ou considerar teoria [...]?”. As autoras afirmam o seguinte:

Circunscrevemos nossa contribuição à exposição das principais teses de Miriam Limoeiro Cardoso sobre a relação entre realidade e conhecimento científico, além de sua (e nossa) reivindicação da distinção entre objeto real e objeto teórico e da consequência lógica de que o processo de investigação científica inicie pela consideração teórica e não pela consideração primaz de experiências (LIMOEIRO, 1976, p. 64-65 apud NEVES e BORBA, 2015, p. 433).

Nessa direção, Neves e Borba (2015, p. 430) expõem dois movimentos de pesquisa:

[...] em primeiro plano, a exposição de teses fundamentais do conhecimento – distinção entre realidade e objeto científico e teorização como processo inicial da construção do objeto de investigação –, teses hauridas de posições metodológicas de Miriam Limoeiro Cardoso, socióloga brasileira com relevante contribuição sobre desenvolvimentismo como ideologia dominante. Num segundo plano, expomos a sumarização de análises da pesquisa educacional brasileira até início deste século, através da qual identificamos constantes problemas metodológicos na relação entre teoria e realidade, dificuldade possivelmente ainda atual.

Sobre a contribuição de Cardoso (2016), na questão do desenvolvimentismo como ideologia dominante, em um Seminário², a autora fez uma brilhante exposição, trabalhando com a ideia do real como objeto teórico construído. A título de exemplo, após fazer uma contextualização geopolítico-econômica do mundo no pós-guerra, a autora vai desvelando sobre como fora construída a ideologia do desenvolvimentismo, como ideologia dominante, e, a partir da construção desse conceito-chave – *ideologia do desenvolvimento* – Cardoso vai revelando os mecanismos utilizados para a disseminação e a inculcação dessa ideologia até torná-la dominante no imaginário social, aparentemente como que um desabrochar neutro tendendo à naturalização de fenômenos sociais históricos.

A esse respeito, Cardoso (2016) afirma como as questões tratadas, acriticamente e altamente idealizadas, as quais, se aceitas pelas camadas das populações empobrecidas, tornam possível a naturalização dos fenômenos que não são naturais e que, em alguma medida, tem seu efeito na conformidade, no consentimento e no apaziguamento estimulado pela crença no futuro promissor, incutindo no imaginário das populações, otimismo e esperança, [como a metáfora “atrair o coelho com a cenoura na ponta do bastão”], sempre em torno do projeto de desenvolvimento, [que prevê a distribuição da renda e riqueza produzida na sociedade, o que nunca chega a se concretizar, de fato]. Entretanto, para Cardoso o que aprendemos a reconhecer como *desenvolvimento* é peça-chave para o capitalismo do pós-guerra, sob a hegemonia dos Estados Unidos da América.

Cardoso (2016, 06:06)³ afirma, ainda, que “[...] o novo significado atribuído ao *desenvolvimento* o coloca com embalagem nova da velha e profundamente desgastada ideologia do progresso e assim recoloca em voga a ideologia do progresso com todo o seu conteúdo evolucionista [...]”. Sendo assim, Cardoso traz à baila o espírito promissor que move a ideologia do desenvolvimento, ao afirmar o seguinte:

A concepção é de que toda e qualquer sociedade, em qualquer tempo ou lugar, seguiria uma mesma trajetória, rumo ao que hoje se encontraria na sociedade existente mais avançada, considerando esta como nos Estados Unidos, tratada em termos, altamente idealizadas e acriticamente. (CARDOSO, 2016, 7:28).

Nessa direção, Cardoso (2016, 20:02) afirma que as Ciências Sociais tiveram o seu papel na questão da disseminação e inculcação ideológica no imaginário social. A autora

² Seminário realizado no Centro de Convenções Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Cf. CARDOSO, Míriam Limoeiro – Mesa 5, mediação Roberto Dutra (UENF) - A ideologia do desenvolvimento, por Míriam Limoeiro Cardoso (UFRJ) e Theotonio dos Santos Junior (UERJ). In: CEZAR, Lilian Sagio (Coord.). Pensamento Social: Desigualdades e Mudanças Sociais. Canal PPGSP UENF, Youtube, Publicado em 27 dez.2016. Disponível em: <<https://youtu.be/iUGEAYQ-0nE>>. Acesso em: 31 jan.2021.

³ Recurso audiovisual disponível em: <<https://youtu.be/iUGEAYQ-0nE>>.

afirma que “[...] o projeto ideológico político econômico, gestado no campo político, atendendo ao grande capital em busca de expansão e maximização de lucro contou com a colaboração importantíssima da academia, especialmente das Ciências Sociais e Econômicas [...]”. E corroborando essa constatação, Cardoso (2016) informa que:

Renomados cientistas sociais forneceram fundamentação, supostamente científica, para a ideologia que assim ajudaram a construir e a disseminar. Além, naturalmente da própria formulação das supostas teorias, essa colaboração se fez utilizando variados procedimentos: novas disciplinas acadêmicas foram criadas [...] [e] [...] novas áreas foram constituídas dentro de disciplinas já estabelecidas [...]; [...] intensa atividade editorial; intensa atividade em todos os meios de comunicação disponíveis, colocando na ordem do dia, na pauta, na agenda, o tema *desenvolvimento*. Intervenções, as mais variadas, com a multiplicação de conferências, simpósios, seminários nacionais e internacionais, sobre *desenvolvimento*; *entraves ao desenvolvimento*; *condições favoráveis ao desenvolvimento*, etc., oferecendo desse modo cobertura institucional acadêmica ao novo tema e seu projeto que assim se encaminhava para tornar-se recorrente e dominante no imaginário (CARDOSO, 2016, 20:19, grifos nossos).

Assim sendo, na medida do aprofundamento de nosso estudo, vem se ampliando a nossa compreensão de que o trabalho de um pesquisador é fundamentar o seu conhecimento para além de suas experiências, desvelando as questões que atravessam o seu objeto de pesquisa, sendo as dimensões epistemológicas e metodológicas indissociáveis da produção do conhecimento científico. Também, vem se ampliando nossa compreensão de que não existe neutralidade nessa empreitada, a de desvelar as questões subjacentes que atravessam um objeto de pesquisa, uma vez que existe uma variedade de perspectivas teóricas e abordagens empíricas, as quais são as mesmas emolduradas com base em premissas e pressupostos que dão sustentação às nossas hipóteses. Dito de outro modo: existem diversas percepções da realidade e isso tem a ver com as variadas perspectivas e vertentes teóricas, construídas *a priori*, as quais emolduram o pensamento humano até que se tornem hegemônicas, dominando o imaginário social. Então, não existe um objeto de pesquisa que não esteja vinculado a uma concepção de sujeito que o produz e em um determinado contexto social.

Nessa direção, a presente pesquisa surgiu como parte integrante de uma investigação mais ampla que vem sendo empreendida pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Epistemologia e Metodologia das Ciências (*Episteme*), coordenada pela Prof^a. Dr^a. Siomara Borba. É preciso esclarecer que a pesquisa matriz a qual, atualmente, vem sendo realizada pelo Episteme, vem acontecendo em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), representada pela Prof^a. Dr^a. Rosa Neves, pesquisadora desta instituição.

Assim sendo, a pesquisa matriz, intitulada “Panorama da pesquisa educacional brasileira contemporânea: objetos, perspectivas teóricas e abordagens empíricas”, a qual vem sendo empreendida pelo grupo *Episteme*, juntamente com a Fiocruz, tem por objetivo

construir um panorama da pesquisa educacional brasileira, identificando os objetos, as perspectivas teóricas e as abordagens empíricas recorrentes nas pesquisas acadêmicas e nas produções bibliográficas produzidas pelos docentes dos programas de pós-graduação da área da educação.

Esse objetivo foi definido considerando a trajetória da pesquisa educacional brasileira, tendo em vista retomar o debate dos anos de 1990. Naquela década, a atenção dos pesquisadores girava em torno de um debate sobre a fragilidade teórica e metodológica envolvendo a produção do conhecimento em educação. No entanto, ao final daquele período, esse debate quase desapareceu. Daí a motivação do grupo *Episteme* em questionar a situação da pesquisa educacional contemporânea com o objetivo de construir um panorama da pesquisa em educação no Brasil, assinalando os objetos de investigação, as perspectivas teóricas e as abordagens empíricas da pesquisa educacional. A identificação desses aspectos vem sendo feita a partir das análises dos artigos publicados pelos docentes dos Programas de Pós-Graduação em Educação, avaliados com as notas 6 (seis) e 7(sete), no período 2010-2012, artigos que foram publicados em periódicos do estrato A1⁴.

Por nosso turno, acompanhando parte das decisões metodológicas definidas pelo grupo *Episteme* optamos por outro viés quanto ao recorte temático ao definir o *financiamento da educação* como objeto da pesquisa em tela. Assim sendo, a presente pesquisa, de caráter descritivo, centra em torno do seguinte questionamento: quais as orientações teóricas e o material empírico encontrados nas pesquisas dos docentes permanentes dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) avaliados com notas 6 (seis) e 7(sete), no triênio 2010-2012, cujos resultados de suas pesquisas, voltadas para o objeto “financiamento da educação no Brasil”, foram publicados na forma de artigos científicos em periódicos *Qualis* A1 e A2? E considerando essa questão, temos por objetivo identificar as orientações teóricas e o material

⁴A decisão metodológica quanto à definição do escopo envolvendo os dados da pesquisa mais abrangente que vem sendo desenvolvida pelo grupo *Episteme* pautou-se pela última avaliação temporal que marcou um ciclo – o triênio 2010-2012 –, o que levou o grupo a estabelecer como recorte temporal esse período. A princípio, o escopo pensado, veiculado no triênio 2010-2012 abrangia os programas notas 5 (cinco), 6 (seis) e 7 (sete), com publicação em periódicos classificados no estrato *Qualis* A1 e A2. O grupo considerou reduzir o escopo, pois o que foi pensado, originalmente, representaria um expressivo volume de material empírico a ser coletado e analisado. Após discussões do grupo quanto às dificuldades teóricas, metodológicas e procedimentais que a ambiciosa proposta inicial teria de enfrentar, o entendimento do grupo convergiu para a decisão de delimitar o campo empírico a ser explorado passando a focar nos PPGEs notas 6 (seis) e 7 (sete) e na publicação das produções de seus docentes permanentes nos periódicos A1, viabilizando, deste modo, a realização da pesquisa. Quanto à presente pesquisa, consideramos que, por se tratar de um objeto específico – *as pesquisas sobre financiamento da educação no Brasil* - optamos por acompanhar a decisão do grupo *Episteme*, no que tange aos PPGEs notas 6 (seis) e 7 (sete), bem como no que tange ao recorte temporal do triênio 2010-2012, porém, diferenciando-nos quanto à abrangência relativa às publicações, optando não apenas pelas publicações *Qualis* A1, mas também pelas publicações *Qualis* A2.

empírico das pesquisas que se voltaram para o objeto “financiamento da educação brasileira”, no período e periódicos selecionados.

Cabe esclarecer que o material empírico com o qual trabalhamos é parte integrante do acervo da pesquisa, em andamento, empreendida pelo grupo Episteme e citada na nota de rodapé nº 4. Constatam nesse acervo 817 artigos extraídos dos relatórios de dados do processo de avaliação disponibilizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), publicados em periódicos *Qualis* A1 e A2, no triênio 2010-2012, pelos pesquisadores dos PPGE notas 6 (seis) e 7 (sete). Desse acervo selecionamos 50 artigos que abordam a temática do “financiamento da educação no Brasil” e temas congruentes. Esses compõem o *corpus* empírico desta pesquisa.

Em uma busca preliminar dos artigos com o tema “financiamento da educação brasileira”, pretendíamos identificar os artigos que apresentavam os resultados de pesquisas alusivas ao objeto “financiamento da educação no Brasil”. Para essa identificação, como já informamos, recorreremos aos relatórios da avaliação da pós-graduação, no triênio 2010-2012. Também, a título de consulta, visando um exercício de aproximação com os elementos envolvendo a temática do financiamento e a identificação dos autores que se debruçaram sobre esta temática, recorreremos ao *Levantamento bibliográfico sobre financiamento da educação no Brasil de 1988 a 2014*, realizado por Nicholas Davies (2014)⁵.

Construção do problema de pesquisa

Considerando a trajetória da pesquisa educacional, foram encontrados alguns trabalhos que apresentavam um quadro do desenvolvimento da pesquisa em educação no Brasil e, que, a partir dos levantamentos realizados, analisaram e discutiram a prática investigativa em educação. Entre esses trabalhos, destacamos as análises de Aparecida Joly Gouveia (1971), Luiz Antônio Cunha (1974; 1979), Bernadete Angelina Gatti (1983; 1999), Miriam Jorge Warde (1990), Carlos Roberto Jamil Cury (2005), Marli Eliza Dalmazo Afonso de André (2006) e Maria Isabel de Almeida (2010).

No trabalho de Aparecida Joly Gouveia (1971), publicado no primeiro número do periódico *Cadernos de Pesquisa* é apresentado um panorama da pesquisa em educação, desde

⁵ A contribuição de Nicholas Davies consiste em nos dar uma visão panorâmica da produção sobre o tema, através de um robusto levantamento bibliográfico, por ele realizado, sobre financiamento da educação no Brasil de 1988 a 2014. Tal levantamento cobre o maior número possível de textos, inclusive artigos em periódicos acadêmicos para mapear a produção do período citado, tendo por objetivo, segundo o autor “[...] facilitar futuras pesquisas sobre o tema, que, assim, não precisariam ‘reinventar a roda’” (DAVIES, 2014, p.91).

1938, quando da instalação, no Ministério da Educação e Cultura, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), que tinha como propósito recorrer à pesquisa como fonte de esclarecimentos para a administração da educação, até os idos de 1971. No referido trabalho, Gouveia já apontava a universidade tanto como *locus* da pesquisa educacional, sendo capaz de oferecer contribuição relevante ao desenvolvimento da educação no país, como lugar privilegiado das pesquisas educacionais onde seria possível reunir professores e alunos de pós-graduação, trazendo para a educação a colaboração de pesquisadores de outras áreas das ciências humanas.

De acordo com a análise de Gouveia (1971), a pesquisa educacional brasileira, de 1938 a 1971, foi desenvolvida em três momentos diferentes. O primeiro momento da pesquisa educacional abrangeu o período compreendido entre toda a década de 1940 e grande parte da década de 1950, quando a pesquisa educacional desenvolvia estudos de natureza psicopedagógica. A segunda fase compreendeu o período de 1956 a 1964, inaugurada com a criação do Centro Brasileiro e dos Centros Regionais de Pesquisa Educacionais que, vinculados ao Inep, tinham como foco os estudos de natureza sociológica, contemplando as diferenças regionais. O terceiro momento abarcou o período de 1964 a 1970, com a predominância de estudos de natureza econômica. Segundo Gouveia “[...] *a educação como investimento, os custos da educação, a escola e a demanda de profissionais de diferentes níveis, e outros tópicos* que sugerem, igualmente, racionalização, são itens frequentes em documentos programáticos”. (GOUVEIA, 1971, p.4. Grifos nossos).

Segundo as fontes informadas por Carlos Roberto Jamil Cury (2005), em 1965 foi oficializada a pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, através do Parecer CFE nº 977, de 03 de dezembro de 1965, exarado pela Câmara de Ensino Superior (CES) daquele conselho [composto pelos conselheiros A. Almeida Júnior - Presidente da Comissão de Educação Superior; Clóvis Salgado; José Barreto Filho; Maurício Rocha e Silva; Durmeval Trigueiro; Alceu Amoroso Lima; Anísio Teixeira; Valnir Chagas; Rubens Maciel], tendo como relator o Conselheiro Newton Sucupira, que definiu a pós-graduação, seus níveis e suas finalidades.

De acordo com o teor do documento – Parecer CFE nº 977/65 -, o sistema de cursos pós-graduados se impõe e se difunde como uma natural consequência mediante a impossibilidade de proporcionar treinamento completo e adequado para muitas carreiras nos limites dos cursos de graduação, em face do extraordinário progresso do saber em todos os setores e da necessidade crescente de especialização das técnicas. Assim, o documento apresenta como justificativa para a regulamentação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, os argumentos que se seguem:

[...] ilusório pretender-se formar no mesmo curso o profissional comum, o cientista e o técnico de alto padrão, e tornando-se cada vez mais inviável a figura do técnico polivalente, temos que recorrer necessariamente aos estudos pós-graduados, seja para completar a formação do pesquisador, seja para o treinamento do especialista altamente qualificado. [...] A pós-graduação torna-se, assim, na universidade moderna, cúpula dos estudos, sistema especial de cursos exigido pelas condições da pesquisa científica e pelas necessidades do treinamento avançado. O seu objetivo imediato é, sem dúvida, proporcionar ao estudante aprofundamento do saber que lhe permita alcançar elevado padrão de competência científica ou técnico-profissional, impossível de adquirir no âmbito da graduação (BRASIL, CFE 1965. p. 2 e 164).

Entretanto, analisando a criação da pós-graduação, a partir do Parecer CFE Nº 977/1965, Luiz Antonio Cunha (1974) sugeriu, em nota de rodapé, que podem ter existido motivos de ordem burocrática e de financiamento para o Conselho Federal de Educação (CFE) emitir parecer a favor da criação da pós-graduação:

É provável que tenham existido, também, motivos apenas burocráticos nesse pedido de regulamentação. Os órgãos de financiamento e subsídio do Ministério da Educação careciam de critérios para julgar a conveniência de concessão de recursos solicitados por escolas e estudantes para a realização de cursos de pós-graduação no País (CUNHA, 1974, p. 70, nota rodapé nº 4).

Em 1978, por ocasião do *Seminário sobre Produção Científica nos Programas de Pós-Graduação em Educação*, promovido pela Capes, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), Luiz Antônio Cunha apresentava a comunicação intitulada *Os (des)caminhos da pesquisa na pós-graduação em educação no Brasil*, obra que seria publicada, posteriormente, em 1979. Nessa comunicação, Cunha, seguindo a lógica de Gouveia (1971) e ainda, complementando a exposição da mesma afirmou a existência da quarta fase no desenvolvimento da pesquisa educacional, que, no entender de Cunha, teve início em 1971, com a instalação dos primeiros programas de pós-graduação. Segundo Cunha (1979, p.4. Grifo do autor), “[...] teve início no ano de 1971 a *quarta fase* no desenvolvimento da pesquisa educacional no Brasil, caracterizada pelo papel preponderante desempenhado pelos programas de pós-graduação”.

Nessa direção, Miriam Jorge Warde (1990), afirma que para fundamentar pesquisas realizadas acerca da trajetória da pesquisa em educação no país, muitos pesquisadores têm por referência os textos de Gouveia, publicados em 1971, 1974 e 1976, e de Cunha, em 1979, uma vez que esses autores “[...] já se converteram em paradigmas e a eles a maioria recorre para análise das condições de realização da pesquisa em educação” (WARDE, 1990, p.67).

Para Warde (1990, p. 70), “[...] a passagem das três fases à quarta fase representou uma ruptura radical sob todos os aspectos”, posto que a última se caracteriza pela transferência da responsabilidade de gerar pesquisas para a universidade, instaurando assim

uma descontinuidade radical, tendo em vista que a universidade brasileira não havia avançado de 1971 até 1990. Encontrava-se, pois, acadêmica e administrativamente despreparada para tal empreitada. Sendo assim, Warde se refere à “quarta fase”, definida por Cunha no *Seminário* de 1978, como sendo “[...] um produto de interesses contraditórios”, como por exemplo, “[...] o de gerar dissertações e teses e titular quadros. Uma coisa é isso; outra, muito diferente, é gerar pesquisa”. (WARDE, 1990, p.70).

Em 1971, foi criado o Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, coordenado por Bernadete Angelina Gatti que, segundo Marli André (2006), impulsionou o desenvolvimento da pesquisa educacional, com mudanças nos enfoques, temáticas e abordagens metodológicas.

Conforme apontou Gatti (1983), nas décadas de 1970 e 1980, na quarta fase, como qualificou Cunha (1979), quando a pesquisa passou a ser desenvolvida nos cursos de pós-graduação, identifica-se um cenário de expansão dos Programas de Pós-Graduação, indicando uma produção científica mais diversificada, tanto quanto aos temas como também quanto aos modos de enfocá-los.

Nas décadas de 1980 e 1990, até o momento atual, observa-se um crescimento da produção, bem como dos questionamentos sobre a qualidade da pesquisa. Maria Isabel de Almeida (2010), em uma comunicação sobre os desafios da pesquisa educacional, ponderou sobre as análises de Gatti (2002), quanto às produções dos anos 1980/90, mostrando que houve um deslocamento na perspectiva, nas abordagens e na variação temática, envolvendo estudos antropológicos e etnográficos, pesquisas participantes, estudos de caso, pesquisa-ação e análises de discurso, de narrativas, de histórias de vida; também a ampliação do diálogo com outras áreas de conhecimento para além da psicologia e da sociologia, tais como a antropologia, a história, a linguística, a filosofia, na busca pela compreensão dos fenômenos educacionais em sua ampla dimensão e complexidade histórico-social.

Ainda, citando Gatti (2002), Almeida (2010) destacou a complexidade do trabalho de pesquisa:

Realizar pesquisa é, portanto, uma busca intencionada, realizada com suporte metodológico, fundamentação teórica e em estreita articulação com a problemática presente no real, além de muito cuidado crítico. Exige, acima de tudo, um profundo compromisso social, que deve se manifestar desde a escolha cuidadosa do tema a ser estudado, passa pelo estudo rigoroso de suas manifestações e culmina na destinação social do conhecimento produzido (GATTI, 2002 apud ALMEIDA, 2010, p.73).

Ao trazer o cenário das pesquisas em educação para a primeira década do século XXI, Almeida (2010) considerou que, ao longo de sua trajetória, do início na década de 1930 até ao final da década de 2000, a pesquisa educacional brasileira alcançou um patamar onde se

destacaram pontos que marcavam o cenário da pesquisa em educação, naquele período. Segundo Almeida (2010, p. 38-39) esses pontos são os seguintes:

[...] a dedicação aos estudos referentes aos elementos constituintes dos sistemas públicos de educação [e] [...] a busca pela compreensão dos fenômenos educacionais na sua complexidade histórico-social [e] [...] o esforço para apontar possibilidades, caminhos ou pistas que possam contribuir para melhorar a qualidade da educação e do desempenho escolar [e] [...] a busca pela produção de estudos coletivos produzidos por grupos de pesquisa institucionais ou interinstitucionais [e] [...] o papel das organizações de pesquisadores como a ANPED e a ANPAE, de eventos como os ENDIPEs, e da CAPES como instituição de avaliação da qualidade da formação de quadros e da produção na área.

Entretanto, de acordo com os argumentos de Almeida, há também algumas fragilidades e problemas que marcavam o cenário das pesquisas educacionais daquela ocasião:

[...] o crescimento do volume das pesquisas, sem a necessária correspondência da expansão dos recursos financeiros, da infraestrutura, do número de orientadores [e] [...] as cobranças colocadas pelo controle produtivista e pelos encargos administrativos [e] [...] o acirramento nas disputas pelos recursos financeiros [e] [...] a diminuição paulatina do tempo para a realização das pesquisas [e] [...] o número insuficiente de bolsas de estudo [...] a ausência, na maior parte dos programas de pós-graduação, de ações voltadas para a formação pedagógica (ALMEIDA, 2010, p. 38-39).

Sendo assim, podemos concluir que vários são os desafios que se impõem ao considerarmos as fragilidades e os problemas apontados por Almeida (Idem) os quais ainda atravancam o pleno desenvolvimento das pesquisas educacionais brasileiras, na contemporaneidade.

No que tange ao interesse pelas pesquisas no âmbito das políticas de financiamento da educação brasileira consideramos ser de fundamental importância os estudos de revisão empreendidos nesta área, a fim de se compreender a lógica que orienta a política econômica ao longo de sua trajetória, bem como a influência que tal lógica exerce nas decisões orçamentárias destinadas à área educacional. Faz-se, portanto, necessário conhecer o percurso histórico das pesquisas sobre o objeto *financiamento da educação*. Assim, destacamos alguns estudos empreendidos por autores que corroboraram direta ou de maneira transversal essa temática, objetivando, dessa forma, subsidiar nossos esforços para a compreensão da trajetória do financiamento da educação no Brasil. São eles: Jacques Velloso (2001), José Marcelino de Rezende Pinto e Theresa Adrião (2006), Cândido Alberto Gomes et al (2007), Suelen Fernanda Machado e Teresa Kazuko Jeruya (2007), Jorge Abrahão de Castro (2014), Ademir Barros dos Santos e Nuno Rebocho (2014), Paulo Sena Martins (2015), Rosana Evangelista

da Cruz e Márcia Aparecida Jacomini (2017), Nina Beatriz Stocco Ranieri e Angela Limongi Alvarenga Alves (2018), cujos estudos são expostos a seguir.

Em seus estudos sobre o financiamento da educação brasileira, Pinto e Adrião (2006), a partir do trabalho de Pinto (2000), dividem a história do financiamento da educação no Brasil, em três fases:

Na primeira, de 1549 a 1759 o Estado delegou aos jesuítas a exclusividade do exercício do magistério público no país. Na segunda, que vai da expulsão dessa ordem religiosa até o fim da república velha, viveu-se um momento em que, ou, se buscavam fontes autônomas de financiamento da educação (como o subsídio literário), ou se previam nas dotações orçamentárias os recursos para o ensino. Na terceira fase, que se iniciou com a Constituição Federal (CF) de 1934 e perdura até hoje, apesar das interrupções nos períodos ditatoriais, define-se como principal mecanismo, a vinculação de um percentual mínimo de recursos tributários para o financiamento da educação (PINTO, 2000 apud PINTO e ADRIÃO, 2006, p.23).

Partindo dessa leitura, por fases, rememoremos a história da educação nacional: o ensino no Brasil teve sua origem nos primórdios do século XVI com a chegada dos primeiros padres jesuítas no ano de 1549, por ocasião da expedição de Tomé de Souza. Foi inaugurada, a partir de então, a trajetória histórica de transmissão de ensinamentos da língua portuguesa, dos costumes europeus e da religião católica aos indígenas, e, como nos informa Otaíza de Oliveira Romanelli (1985 apud PINTO e ADRIÃO, 2006, p.24), inicia também o financiamento oficial do ensino: “Durante os quase dois séculos do período jesuítico, a Coroa Portuguesa assegurava na colônia, a oferta gratuita de ensino nas escolas de primeiras letras, em troca de concessões de terras e privilégios comerciais aos jesuítas”.

Esse cenário, o de se delegar aos jesuítas a responsabilidade pelo ensino no Brasil Colônia, transformou-se a partir de conflitos de interesses. De um lado, os interesses dos colonos que queriam explorar, sem restrições, o trabalho dos povos nativos e, de outro lado, os interesses dos jesuítas que apartavam os povos nativos da sociedade colonial⁶. De acordo com os estudos de Ademir Barros dos Santos e Nuno Rebocho (2014), um episódio fortuito levou ao acirramento dos conflitos culminando, assim, com a expulsão dos jesuítas:

Portanto, era evidente que a criação de uma companhia comercial na Amazônia, motivada por interesses comerciais, naturalmente a oporia à Companhia de Jesus, em especial à pretensão de ganhar crentes que, afetados por sua prática religiosa, condenariam e se oporiam ao escravismo indígena tal como vinha sendo exercido. Como os conflitos perdurassem e, em 1758, o rei português sobrevivesse a um atentado contra a sua vida, Pombal aproveitou-se da circunstância e conseguiu implicar os jesuítas nesta tentativa (SANTOS e REBOCHO, 2014, p.11).

⁶ Para uma tentativa de contraste entre tal abordagem e outra alternativa, confira cf. SOUSA, Rainer Gonçalves. "Guerras Guaraníticas"; *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://cut.ly/kBjkgAB>> . Acesso em: 11 jan. 2021.

Com efeito, aproveitando-se desse episódio, o Marquês de Pombal, atendendo aos interesses dos colonos, decretou a expulsão dos Jesuítas, em 1759.⁷ A partir de então, teve início um período condicionado pela adoção de um novo sistema de ensino. De acordo com os estudos de Pinto e Adrião (2006, p. 24),

Com a ascensão do Marques de Pombal ao cargo de primeiro-ministro em Portugal, inaugura-se um novo período para a educação no Brasil, marcado pela expulsão dos jesuítas e pela substituição do modelo educacional – por eles implantado – por um sistema de ensino não seriado, denominado aulas régias, no qual os professores eram nomeados diretamente pelo rei, para ocupar cargos vitalícios. No entanto, este novo modelo educacional carecia de funcionalidade, além de não contar com recursos financeiros suficientes.

O Brasil pagou um alto preço por essa situação e ao tornar-se independente contava um grau alarmante de analfabetismo, mostrando que a educação elementar não era uma prioridade da corte portuguesa, longe, portanto, de ser garantida a todos.

Nina Beatriz Stocco Ranieri e Angela Limongi Alvarenga Alves (2018), em uma perspectiva interdisciplinar, organizaram textos de autores de diversas áreas que afirmam ser a educação um direito de todos desde a Constituição de 1824 e tendo sido reafirmado nas Constituições da República. Entretanto, segundo as autoras, esse direito não se concretizou de fato, pois

Para se ter uma ideia, o país tornou-se independente em 1822 com praticamente toda a população analfabeta. Em 1900, a taxa de alfabetização era de 35%; em 1959, de 49%; em 1990, de 80% (Coelho de Souza, 1999). [e] [...] As Constituições de 1824, 1891, 1934, 1946 e 1967, não apresentaram resultados substanciais [...] (RANIERI; ALVES, 2018, p. 16).

Nessa direção, as autoras Suelen Fernanda Machado e Teresa Kazuko Jeruya (2007), ao analisarem o pensamento dos pioneiros do Manifesto de 1932 afirmam que os pioneiros já alertavam para o fato de que para se compreender o cenário educacional de uma determinada época, era preciso conhecer o contexto histórico e social para se identificar a lógica movida pelo sistema hegemônico. Nesse sentido, foi sob a influência do *Manifesto dos Pioneiros da Educação* que se criou a Constituição Federal de 1934, cujo caráter pode ser interpretado como “[...] um movimento dialético em um contexto relacionado à tendência mundial de universalização da educação pública, com o objetivo de se assegurar o desenvolvimento da

⁷ A Expulsão dos Jesuítas: o Marques de Pombal e a Companhia Comercial do Grão-Pará e Maranhão. Pesquisa: A Companhia do Grão-Pará e Maranhão: atuação no Brasil e no arquipélago de Cabo Verde – contributos para a sua história - Por Ademir Barros dos Santos e Nuno Rebocho, site “Por dentro da África”. Ademir Barros dos Santos é brasileiro, coordenador da Câmara de Preservação Cultural do Núcleo de Cultura Afro-Brasileira (Nucab) da Universidade de Sorocaba (Uniso) e Nuno Rebocho é português, jornalista, escritor e pesquisador, radicado em Cabo Verde. Disponível em: <<https://cut.ly/d1JdzWZ>>. Acesso em 05jun.2019.

economia capitalista” (MACHADO e JERUYA, 2007, p. 2), tendo em vista que “[...] toda educação varia sempre em função de uma concepção de vida, refletindo em cada época, a filosofia predominante que é determinada, a seu turno, pela estrutura da sociedade.” (AZEVEDO, 1932, p.40-41 apud MACHADO e JERUYA, 2007, p.2).

Segundo os estudos registrados por Ranieri e Alves (2018), seria apenas com a Constituição Federal de 1934, que se

[...] estabeleceu, de forma pioneira, a organização dos sistemas de ensino mediante subordinação às diretrizes e bases fixadas pela União (art. 5º, XIV), acompanhada da atribuição, aos Estados, de competências legislativas concorrentes e encargos administrativos, sob regime de vinculação excepcional de receitas tributárias para a educação (art. 156 e 157) e de isenção tributária para os estabelecimentos privados de ensino (art. 154) [...] (RANIERI; ALVES, 2018, p.20).

Nessa direção, de acordo com Cândido Alberto Gomes (2007), na Constituição de 1934, teve início a vinculação constitucional de recursos para a manutenção e o desenvolvimento do ensino. Tais recursos, estabelecidos no artigo 156 da Carta Magna, deveriam ser aplicados pela União nos sistemas educativos, pelo menos 10% e os estados, Distrito Federal e municípios, 20% da renda resultante da arrecadação relativa aos impostos. Como afirma Cândido Alberto Gomes (2007, p. 29), “[...] na área do financiamento no campo educacional, somente em 1934 que se adotaram mecanismos de proteção das verbas educacionais por meio de um piso mínimo”.

No entanto, a vinculação estabelecida na Constituição de 1934 fora ignorada pela Constituição de 1937. Nesse sentido, Ranieri e Alves (2018, p.21) esclarecem que o embate das forças políticas era contrário ao paradigma emergente do *Manifesto dos Pioneiros*, cuja essência era a de reafirmar o dever do Estado de ofertar e financiar a educação pública no Brasil.

[...] a Constituição de 1934 teve vida curta devido à implantação do Estado Novo, em 1937, de tendências ditatoriais [e] [...] a influência do ainda atual “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, de 1932 [...] na Constituição de 1934. O Manifesto enfatizava a necessidade de oferta da educação para todos, leiga e igual para ambos os sexos, ressaltando a sua função social e pública, o dever do Estado em sua oferta e financiamento [...].

Sendo assim, retomamos Gomes (2007) o qual analisa que a cada marco regulatório envolvendo a questão do financiamento da educação brasileira, as disputas históricas vão se tornando cada vez mais complexas, afirmando o autor que a cada retomada do debate constitucional acerca deste tema, acirram

[...] o embate entre as forças sociais voltadas para o ensino público e aquelas voltadas para o ensino particular, em especial a Igreja Católica [e] [...] a questão do financiamento da educação no Brasil vai se tornando mais complexa a cada marco regulatório dedicado ao ensino público brasileiro, sendo esta questão retomada no debate constitucional em 1946, 1983 e 1988 (GOMES, 2007, p.36).

Nesse sentido, os estudos de Gomes (Idem) dialogam com as análises das pesquisadoras Ranieri e Alves (2018, p. 17), as quais afirmam que “A Constituição Federal de 1988 enfrenta os desafios históricos da educação nacional relacionados à equidade, financiamento, acesso e qualidade”.

Nessa mesma direção, o economista Jorge Abrahão de Castro (2014) discute a questão dos dilemas para o financiamento da educação, no contexto da Constituição Federal de 1988 e a política de fundos para o financiamento da educação. Castro afirma que o fundo público tem sido objeto de uma disputa histórica que, de um lado, sofre a pressão dos detentores do capital financeiro que cobram o pagamento da dívida pública e, de outro lado, pesa na balança os investimentos na área social, considerados prioritários para a conquista de um Estado de bem-estar e desenvolvimento social e econômico, incluindo nesse pacote o financiamento da educação pública e sua demanda por ampliação. Sendo assim, esse autor esclarece que

Na atualidade, não muito diferentemente do que ocorria no tempo dos Pioneiros, e assim como as demais políticas públicas, a educação trava uma disputa no interior do conjunto de interesses que giram em torno do Estado brasileiro. Um dos maiores e mais fortes interessados é o capital financeiro, que luta para preservar o espaço de remuneração de seus ativos, no caso, os juros nominais da dívida pública no fundo público [e] [...] cujos dados oficiais mostram que [...] interesses do capital financeiro sempre absorveram mais recursos que a área da educação. (CASTRO, 2014, p.187-188).

Sendo assim, corroborando o dilema colocado por Castro (Idem), os estudos empreendidos pelo consultor Legislativo Paulo Sena Martins (2015) demonstram que o movimento de expansão das capacidades e demandas com a educação e seu correspondente gasto público, além de ampliar a duração da escolaridade obrigatória, a princípio prevista dos 7 (sete) aos 14 (catorze) e, com a EC nº 59/2009, ampliando a obrigatoriedade para, dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, também pressiona por alteração no Plano Nacional de Educação (PNE), quanto aos termos da distribuição de recursos, de modo a corresponder às novas demandas. Então, frente aos objetivos elencados no art. 214 da Constituição Federal de 1988, replicados nas diretrizes da Lei nº 13.005/2014, qualificou-se o PNE

[...] como um plano de Estado, e não de governo, ao constitucionalizar sua duração decenal e atribuir-lhe os papéis de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino por meio de ações integradas das diferentes esferas federativas, de forma a conduzir aos

objetivos elencados no art. 214 da Constituição Federal – que foram replicados nas diretrizes do PNE (Lei nº 13.005/2014, art. 2º). Não só o art. 214 foi alterado pela EC nº 59/2009, mas também ao PNE foi atribuída uma função específica em relação ao financiamento da educação: definir os termos da distribuição de recursos para o ensino obrigatório – que passou a ser de 4 a 17 anos – para atender aos objetivos de universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade (art. 212, § 3º) [...] (MARTINS, 2015, p.168).⁸

A saber, a Constituição Federal de 1988 estabelece a responsabilidade constitucional entre os entes federados, delimitando a atuação da União, dos Estados e dos Municípios em relação à educação básica e estabelecendo regras, tanto para a distribuição quanto para a aplicação dos recursos tributários para essa etapa da educação nacional. Conforme informa Gomes (2007, p.37),

[...] a Carta de 1988 veio não só incorporar, mas ampliar os efeitos da vinculação, ao elevar de 13% para 18% a incidência de recursos federais para a manutenção e desenvolvimento do ensino e ao manter 25% para os Estados e Municípios, que se beneficiaram com a descentralização de recursos tributários [...].

Sendo assim, visando melhor compreender os princípios que nortearam a Constituição Cidadã de 1988 recorreremos ao histórico retirado da Câmara dos Deputados/Comissão de Educação⁹, o qual demonstra que o modelo da Constituição Cidadã de 1988 foi assim referenciada, devido aos princípios democráticos nela sacramentados, tendo como preceito fundamental pavimentar o caminho que levaria à conquista ontológica da cidadania:

[...] no que se refere aos moldes da Constituição de 1988, no Artigo 214, que determina a sua elaboração de acordo com os princípios fundamentais da educação brasileira: (I) a erradicação do analfabetismo; (II) a universalização do atendimento escolar; (III) a melhoria da qualidade do ensino; (IV) a formação para o trabalho; e (V) a promoção humana, científica e tecnológica do país. [...] (BRASIL, 1988).

A regulamentação desses princípios foi determinada através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996, que deixou a cargo da União, em colaboração com Estados e Municípios, a incumbência de organizar o Plano Nacional de Educação (PNE), que posteriormente foi aprovado pela Lei nº 10.172, de 09/01/2001. Com vigência decenal, o PNE tem como objetivo melhorar a educação no país, através de diversas metas que têm vinculação com as definições e novas abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem, metas essas que irão conformar as políticas de educação, de acordo

⁸ Este estudo é parte integrante da publicação Plano Nacional de Educação (PNE): construção e perspectivas. Disponível em: < <https://cut.ly/IOJNEGi> >. Acesso em: 05 jun.2019.

⁹ Disponível em: < <https://cut.ly/4r13flv> > Acesso em: 05 jun.2019.

com a Declaração de Jomtien¹⁰. A Declaração de Jomtien é considerada como documento seminal para o ordenamento mundial sobre educação, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração de Salamanca de 1994. O documento declara que

cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo.

O Brasil, sendo um dos signatários desse documento buscou conformar as suas políticas educacionais, de acordo com a Declaração de Jomtien. Nessa direção, o Brasil divulgou o seu Plano Decenal de Educação para Todos, elaborado em cumprimento às resoluções da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, para o período de 1993 a 2003. Foi no período do governo Fernando Henrique Cardoso que o então ministro da educação Paulo Renato Souza universalizou o acesso ao ensino fundamental inaugurando, em 1996, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), sendo implementado a partir de janeiro de 1998, com duração decenal.

Desde então, a política de fundos, inicialmente na forma do Fundef e posteriormente transformado em Fundeb, vem sendo objeto de interesse dos pesquisadores, professores e profissionais de diversas áreas do conhecimento. De acordo com as pesquisas de Rosana Evangelista da Cruz e Márcia Aparecida Jacomini (2017), os temas que mais avançaram no campo do financiamento da educação estão relacionados à política de fundos, mais especificamente, à instituição do Fundef/Fundeb, cujas pesquisas recaem, majoritariamente, sobre o ensino fundamental, bem como sobre o âmbito dos conselhos de acompanhamento e controle social desses fundos. No que tange à carência de estudos, as lacunas recaem sobre as modalidades da Educação Infantil, da Educação de Jovens e Adultos e do Ensino Profissionalizante e, também, sobre o segmento do Ensino Médio.

¹⁰ O Brasil foi um dos países participantes da Conferência Mundial sobre Educação para Todos realizada na cidade de Jomtien, na Tailândia, em 1990, também conhecida como Conferência de Jomtien. Os países participantes foram incentivados a elaborar Planos Decenais em que as diretrizes e metas do Plano de Ação da Conferência fossem contempladas. No Brasil, o Ministério da Educação divulgou o Plano Decenal de Educação para Todos para o período de 1993 a 2003, elaborado em cumprimento às resoluções da Conferência. Disponível em: < <https://cut.ly/iAyGMSO> >. Acesso em: 11 jan. 2021.

Nesse sentido, Cruz e Jacomini (2017), que investigaram o período de 2000 a 2010, concluíram que, para se avançar na consolidação do campo de pesquisa em financiamento da educação seria fundamental que os pesquisadores considerassem os avanços e as lacunas da produção na área e que pudessem, dessa forma, trazer novas contribuições em relação à abordagem teórico-metodológica na perspectiva de contemplar aspectos ainda pouco analisados e debatidos na literatura relativa ao tema.

A esse respeito, sobre os estudos da produção acadêmica acerca do financiamento da educação nos anos de 1990, recorreremos ao autor Jacques Velloso (2001) que já apontava para a necessidade de se diversificar as temáticas de produção acadêmica sobre financiamento, tomar o objeto em sua macro dimensão de forma a produzir análises mais amplas, considerando a constituição histórica, socioeconômica e política que condiciona a adoção de determinadas ações que compõem as políticas públicas em educação.

Por nosso turno, na presente pesquisa, advogamos que o financiamento da educação pública é uma política social, histórica, sendo parte de uma dinâmica social na qual entram em jogo interesses divergentes e contraditórios.

Nesse sentido, retomamos Cruz e Jacomini (2017) que consideraram o fato de que a demanda por ampliação dos recursos para a educação, apontada nas pesquisas sobre financiamento da educação pública no Brasil, entra em confronto direto com as proposições da desobrigação do Estado na vertente neoliberal propostas por organismos internacionais, mas que vai de encontro à perspectiva universalista da CF/1988.

Entretanto, de acordo com o debate teórico-metodológico de Elomar Tambara (1998, p.34), embora se reconheça que seja possível que “[...] os aspectos teórico-metodológicos envolvidos na pesquisa histórica educacional”, no que se refere aos paradigmas contemporâneos de apreensão da realidade se apresentem na literatura a ser examinada, [e] sob “[...] vários e múltiplos matizes ideológicos [...]”, destacamos que o presente trabalho não se propõe a se debruçar sobre conclusões e pressupostos da produção bibliográfica sobre o objeto “financiamento da educação, no Brasil”, mas sobre o seguinte questionamento: quais as orientações teóricas e quais os materiais empíricos registrados pelos próprios autores em suas pesquisas sobre o financiamento da educação no Brasil? É nessa questão que se centra a nossa pesquisa.

Objetivo geral

O objetivo da presente investigação foi fazer um mapeamento das pesquisas sobre financiamento da educação no Brasil, identificando as orientações teóricas e os materiais empíricos elencados nas pesquisas dos docentes permanentes dos Programas de Pós-Graduação em Educação, avaliados com as notas 6 (seis) e 7(sete), no período de 2010-2012, cujos resultados foram publicados na forma de artigos em periódicos A1 e A2.

Objetivos específicos

- Identificar os autores que se debruçaram sobre o tema *financiamento da educação*, de modo a assinalar não só os autores que se dedicaram a essa especialidade temática, mas, também, identificar os temas que (re)incidem sobre o objeto *financiamento da educação*;
- Destacar os princípios que deram origem teórica ao objeto *financiamento da educação*, procurando compreender a evolução do debate acerca das políticas de financiamento da educação, no Brasil;
- Realizar uma análise descritiva do conteúdo de cada unidade bibliográfica selecionada, destacando as orientações teóricas e o material empírico utilizado pelos autores;
- Apresentar os resultados da pesquisa, com descrição dos aspectos gerais das questões que nortearam a investigação.

Do percurso metodológico

Trata-se de uma pesquisa descritiva. A proposta foi construir um mapeamento da pesquisa sobre financiamento da educação brasileira, destacando nesse mapeamento as orientações teóricas e os materiais empíricos encontradas nas pesquisas sobre essa temática. Não foi feita uma análise nem das orientações teóricas e nem dos materiais empíricos, mas, tão-somente, uma descrição a partir das informações registradas pelos próprios autores, acerca das orientações teóricas e dos materiais empíricos eleitos pelos mesmos.

O material empírico da presente pesquisa foi constituído dos artigos com publicação *Qualis* A1 e A2 pelos docentes permanentes dos Programas de Pós-Graduação em Educação, avaliados pela Capes com as notas 6(seis) e 7(sete), no triênio 2010- 2012¹¹.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi feita uma análise de artigos selecionados no banco de dados da Capes, a partir da busca das seguintes palavras-chaves: “financiamento”; “recurso financeiro”; “gestão financeira”; “investimento em educação”; “recursos para a educação”. Mediante o reduzido número de artigos encontrados, a partir das palavras-chaves ou dos títulos contendo os descritores citados, optamos por ampliar a busca por outros descritores, cujos temas fossem transversais ao assunto *financiamento da educação*. No segundo momento de busca encontramos o inventário de Davies (2014). O levantamento bibliográfico desse autor nos possibilitou identificar, também, quais os pesquisadores que discutiram a temática no período de 1988 a 2014. O trabalho de Davies nos auxiliou na tarefa de selecionar os artigos alusivos à temática do financiamento da educação. Após a seleção dos artigos, foi realizada uma busca pela identificação, a partir dos registros dos próprios autores, das orientações teóricas e do material empírico utilizados por eles em suas pesquisas sobre financiamento da educação no Brasil.

Nosso relatório de pesquisa está organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo foi feita uma imersão no trabalho de Davies (2014) em um exercício de aproximação com o tema, o que nos ajudou a identificar não só autores que discutiram a temática do financiamento da educação, de 1988 a 2014, mas, também, identificar os recortes temáticos que (re) incidiram sobre o objeto do financiamento da educação. No esforço de síntese das convergências temáticas, foi possível a criação das categorias temáticas em âmbitos mais abrangentes e suas respectivas subcategorias. No segundo capítulo buscamos investigar sobre os princípios que deram origem teórica do campo do *financiamento da educação*, procurando compreender a evolução do debate acerca das políticas de financiamento da educação no Brasil, tendo como marco referencial a Constituição Federal de 1988. No terceiro capítulo apresentamos uma análise descritiva de cada unidade bibliográfica selecionada no banco de dados da Capes, destacando as orientações teóricas e materiais empíricos encontradas nos artigos selecionados. No quarto, e último capítulo foram apresentados os resultados de pesquisa, descrevendo os aspectos gerais das questões da nossa pesquisa.

¹¹ No período 2010-2012, os periódicos eram avaliados como *Qualis* A1 e A2. Atualmente, esses periódicos podem estar sendo avaliados sob outra classificação, tendo em vista ter havido uma mudança nos critérios de avaliação e classificação dos periódicos.

Faz-se importante esclarecer que por ocasião da defesa da minha dissertação, realizada em 18 de dezembro de 2020 houve proposições pontuais sugeridas pela banca examinadora, frente a uma tentativa de apresentar contraste entre a abordagem apresentada e outra alternativa, em favor de um esforço de se compreender os horizontes de sentidos, bem como de se reconhecer os dissensos, de modo a apresentar o mesmo fato sob novas perspectivas de análise, propiciando, portanto, ainda que de forma inicial, uma reflexão crítica mais dinâmica, substancial e efetiva . Sendo assim, algumas notas de rodapé foram incorporadas à nossa pesquisa, cujos registros de acesso eletrônico mostram-se com datas posteriores à da nossa defesa.

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo nos dedicamos a fazer um mapeamento, a partir do levantamento de Nicholas Davies (2014), dos autores elencados em sua obra que discutiram a temática do financiamento da educação brasileira, no período de 1988 a 2014. Também perseguimos dois objetivos, quais sejam: identificar a gama de assuntos constantes neste inventário, os quais permeiam o objeto financiamento da educação; e, identificar a formação acadêmica dos autores que se interessaram em discutir a temática do financiamento da educação, constantes no inventário de Davies (2014).

O procedimento adotado no presente capítulo tem como objetivo trazer à baila os elementos que compõem o universo dessa temática. Consideramos ser esse um procedimento fundamental para nos guiar na tarefa do capítulo 3, que tratará de selecionar o material empírico de nossa pesquisa – os artigos sobre financiamento da educação, publicados pelos docentes dos Programas de Pós-Graduação em Educação, avaliados com notas 6 e 7, no triênio 2010-2012, nos periódicos que, de acordo com os critérios daquela época, foram classificados como *Qualis* A1 e A2.

Tendo em vista a dificuldade com a qual nos deparamos, em um primeiro momento, de identificar nas palavras-chaves, nos títulos das publicações ou até mesmo nos resumos dos artigos, os elementos constitutivos do objeto financiamento da educação e, mediante a percepção da complexidade que envolve essa matéria, buscamos uma imersão em outros trabalhos que se dedicaram a essa temática, visando, sobretudo, desvelar os elementos que se aglutinam em torno do objeto financiamento da educação, de modo a nos apropriarmos dos elementos que entram em jogo nesse campo.

Para obtermos êxito em nosso intento, o de nos apropriarmos dos elementos que compõem a matéria, de modo a nos auxiliar na seleção do material empírico da nossa pesquisa, optamos por começar pela identificação dos elementos que constituem o campo do financiamento. Tais elementos nem sempre aparecem tão evidentes ou sugestivos nos títulos das publicações, nas palavras-chaves ou mesmo nos resumos.

Na busca por tais elementos, encontramos o trabalho de Nicholas Davies (2014) que fez um robusto levantamento da produção bibliográfica sobre o objeto financiamento da educação brasileira, intitulado *O levantamento bibliográfico sobre Financiamento da Educação no Brasil de 1988 a 2014*. O levantamento de Davies reuniu o material bibliográfico sobre essa temática, compreendendo os títulos das publicações em livros,

capítulos de livros, artigos em periódicos científicos, dissertações de mestrados e teses de doutorado. De acordo com Davies, o objetivo de seu trabalho consiste em

[...] mapear a produção no período [...] [sendo que o ano de] [...] 1988 foi escolhido como o ano inicial porque foi o da promulgação da Constituição Federal [...]. [e] [...] Cabe ressaltar que este levantamento, embora bastante abrangente, não pretende ser nem poderia ser completo, porque as fontes consultadas não são exaustivas (DAVIES, 2014, p. 91-162).

Nessa direção, as referências de Davies (2014) podem nos auxiliar na identificação do material empírico de análise, na identificação dos autores que se debruçaram sobre a temática do financiamento, e também na identificação dos assuntos recorrentes, dos temas transversais e colaterais, dos recortes temáticos que entraram em jogo nesse campo, nos permitindo, desta forma, identificar os elementos que constituem o campo do financiamento, e assim, auxiliar na tarefa de selecionar os artigos pertencentes ao escopo da análise desenvolvida nessa pesquisa.

Sendo assim, com base no minucioso levantamento bibliográfico realizado por Davies (2014) sobre o financiamento da educação no Brasil, de 1988 a 2014 foi possível explorar as informações nele contidas e, no exercício de aproximação, reelaborar as questões de nosso interesse. A partir da exploração do levantamento de Davies organizamos o conteúdo do seu inventário em dois quadros demonstrativos¹² a partir dos quais estão indicados os pesquisadores que se dedicam ao objeto *financiamento da educação*, o número de suas publicações, bem como os recortes temáticos recorrentes, os quais foram indicados na coluna *descritores*. Sendo assim, esses registros consideram os seguintes dados: os autores, coautores, organizadores, coordenadores que discutiram a temática do financiamento da educação no Brasil no período de 1988 a 2014 (Apêndice A), bem como o ano e o título de suas publicações e a criação de uma categoria temática a qual denominamos de *descritores*.

O critério escolhido foi o de destacar os que acumularam pelo menos três publicações, no período destacado – 1988 a 2014 – visando alcançar os que publicaram para além de suas dissertações e teses. Sendo assim, apresentamos aqui um resumo dos autores que publicaram no período de 1988 a 2014, esclarecendo que os títulos de suas publicações foram considerados quando na elaboração dos descritores, os quais poderão ser conferidos no Apêndice A.

Sobre os autores que dedicaram os seus estudos a essa especialidade temática, seguem listados na ordem decrescente por número de publicações, também incluindo aqueles que

¹² Vide Apêndices A e B.

atuaram como organizadores/coordenadores de produções bibliográficas. Liderando a relação dos que mais publicaram no período citado, temos o próprio Nicholas Davies. Essa relação pode ser resumida e melhor visualizada na configuração que se segue:

Quadro 1 – Os estudiosos do campo do financiamento da educação

	Autor	Graduação	Titulação	Publicações
1	Nicholas Davies	História	Mestre em Educação Doutor em Sociologia	69
2	Paulo de Sena Martins	Direito	Mestre em Direito Penal Doutor em Educação	38
3	José Marcelino de Rezende Pinto	Licenciado em Física Bacharel em Direito	Mestre em Educação Doutor em Educação	33
4	Cândido Alberto Gomes	Ciências Sociais	Mestre em Sociologia Doutor em Educação	30
5	Jorge Abrahão de Castro	Estatística	Doutor em Ciências Econômicas	21
6	Andréa Barbosa Gouveia	Pedagogia	Mestra em Educação Doutora em Educação	20
7	Nalú Farenzena	Ciências Sociais	Mestra em Educação Doutora em Educação	18
8	Robert Evan Verhine	Bacharel em Economia	Mestre em Estudos Latino-americanos Doutor em Educação	18
9	Jacques Rocha Velloso	Ciências Políticas e Sociais	Especialização em Planejamento Educacional Mestre em Economia Doutor em Educação	17
10	Nelson Cardoso Amaral	Não informado	Mestre em Física Doutor em Educação	17
11	José Carlos Melchior Arnosti	Ciências Contábeis	Especialização em Controladoria Mestre em Controladoria e Contabilidade Estratégica Doutor em Educação	16
12	Marcos Edgar Bassi	Bacharel em Ciências Econômicas	Mestre em Educação Doutor em Educação	15
13	Romualdo Portela de Oliveira	Licenciatura em Matemática	Mestre em Educação Doutor em Educação	15
14	Vera Maria Vidal Peroni	Pedagogia	Mestra em Educação Doutora em Educação	14
15	João Antônio Cabral Monlevade	Filosofia Sociologia	Mestre em educação Doutor em Educação	13
16	Theresa Maria de Freitas Adrião	Pedagogia	Mestra em Educação Doutora em Educação	11
17	Maria Dilnéia Espíndola Fernandes	Pedagogia	Mestra em Educação Doutora em Educação	11
18	Cleiton de Oliveira	Pedagogia	Mestre em Educação Doutor em Educação	10
19	Marisa Ribeiro Teixeira Duarte	Ciências Sociais	Mestra em Educação Doutora em Educação	09
20	Ângelo Ricardo de Souza	Educação Física	Mestre em Educação Doutor em Educação	08
21	Magna França	Pedagogia	Mestra em Educação Doutora em Educação	08
22	Wellington Ferreira de Jesus	Licenciatura em História	Mestre em Educação Doutor em Educação	08

23	Luiz de Souza Junior	Ciências Econômicas	Mestre em Educação Doutor em Educação	08
24	Donaldo Bello de Souza	Filosofia Pedagogia	Mestre em Educação Doutor em Educação	08
25	José Eustáquio Romão	Licenciatura em História	Doutor em História Social Doutor em Educação	07
26	José Luiz Guimarães	Licenciatura em Psicologia	Mestre em Educação Doutor em Educação	07
27	Rosana Evangelista da Cruz	Pedagogia Serviço Social	Mestra em Educação Doutora em Educação	07
28	Rosana Maria Oliveira Gemaque	Pedagogia	Mestra em Educação Doutora em Educação	07
29	Rubens Barbosa de Camargo	Licenciatura em Física	Mestre em Educação Doutor em Educação	07
30	Afrânio Mendes Catani	Administração Pública	Mestre em Sociologia Doutor em Sociologia	06
31	Beatrice Laura Carnielli	Ciências Sociais	Especializada em Políticas Públicas Doutora em Educação	06
32	Cristina Helena Almeida de Carvalho	Ciências Econômicas	Mestra em Ciência Econômica Doutora em Ciências Econômicas	06
33	David N. Plank	Não encontrado	Doutor em Educação	06
34	Jacques Schwartzmann	Economia	Mestre em Economia Regional	06
35	Paulo Roberto Corbucci	Arquitetura e Urbanismo Educação Física	Mestre em Educação Doutor em Sociologia	06
36	Raimundo Luiz Silva Araújo	História	Mestre em Educação Doutor em Educação	06
37	Alfredo Sérgio Ribas dos Santos	Ciências Sociais	Mestre em Educação Doutor em Educação	05
38	Antônio Emílio Sendim Marques	Letras Filosofia	Mestre em Economia	05
39	Cesar Callegari	Não informado	Sociólogo	05
40	Janaina Specht da Silva Menezes	Bacharel em Estatística	Mestra em Educação Doutora em Educação	05
41	Marília Fonseca	Letras	Mestra em Educação Doutora em Ciências da Educação	05
42	Marisa Abreu	Matemática	Especialização em Matemática Especialização em Filosofia Mestra em Educação Doutora em Educação	05
43	Alberto Mello e Souza	Ciências Econômicas	Mestre em Economia Doutor em Economia	04
44	Antônio Carlos da Ressurreição Xavier	Sem informação	Sem titulação informada	04
45	Bruno Lazzarotti Diniz Costa	Ciências Sociais	Mestre em Sociologia Doutor em Sociologia e Política	04
46	Cláudia da Mora Darós Parente	Pedagogia	Mestra em Educação Doutora em Educação	04
47	Fábio Luciano Oliveira Costa	História Pedagogia	Especialização em Sociologia Política Mestre em Educação Doutor em Educação	04
48	François E.J. Bremaeker	Sem informação	Economista e geógrafo	04
49	Jani Alves da Silva Moreira	Pedagogia	Mestra em Educação Doutora em Educação	04

50	Lia Ciomar Macedo de Faria	História Jornalismo	Mestra em Filosofia da Educação Doutora em Educação e em Ciência Política	04
51	Maria Beatriz Luce	Pedagogia	Mestra em Educação Doutora em Educação	04
52	Maria Goreti Farias Machado	Física	Especialização em Gestão da Educação Mestra em educação Doutora em Educação	04
53	Maria Iza Pinto de Amorim Leite	Pedagogia	Mestra em Ciências Sociais Doutora em Educação	04
54	Regina Tereza Cestari Oliveira	Pedagogia	Mestra em Educação Doutora em Educação	04
55	Solange Jarcem Fernandes	Pedagogia	Mestra em Educação Doutora em Educação	04
56	Valdemar Sguissardi	Filosofia	Mestre em Science de l'Éducation Doutor em Science de l'Éducation	04
57	Adriana Aparecida Dragone Silveira	Pedagogia	Mestra em Educação Doutora em Educação	03
58	Ana Paula Santiago do Nascimento	Pedagogia	Mestra em Educação Doutor em Educação	03
59	Antônio Cabral Neto	Pedagogia	Mestre em Educação Doutor em Educação	03
60	Cássia Alessandra Domiciano	Pedagogia	Especialização em relações interpessoais na escola Mestra em Educação Doutora em Educação	03
61	Dalva Valente Guimarães Gutierrez	Pedagogia	Mestra em Educação Doutora em Educação	03
62	Inalda Maria dos Santos	Pedagogia	Mestra em Educação Doutora em Educação	03
63	João Ferreira de Oliveira	Pedagogia	Mestre em Educação Doutor em Educação	03
64	José Amaral Sobrinho	Não encontrado	Não encontrado	03
65	José Wellington Marinho de Aragão	Ciências Sociais	Especialista em Metodologia e Projetos de Desenvolvimento Urbano Mestre em Ciências Sociais Doutor em Educação	03
66	Maria Livia de Tommasi	Pedagogia	Mestra em Etude des Sociétés Latinoamericaines Doutora em Sociologia	03
67	Luiz Fernandes Dourado	Ciências Sociais	Mestre em Educação Doutor em Educação	03
68	Marcos Paulo Pereira da Anunciação	Não Encontrado	Mestre em Política e Gestão da Educação	03
69	Marcus Vinicius de Azevedo Braga	Pedagogia	Especialização em Curso de Aperfeiçoamento para Oficiais Intendentes Mestre em Educação Doutor em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento	03
70	Marly de Abreu Costa	Pedagogia	Mestra em Educação Doutora em Educação	03

71	Moacir Gadotti	Pedagogia Filosofia	Mestre em Educação Doutor em Ciência da Educação	03
72	Otaviano Augusto Marcondes Helene	Física	Mestrado em Física Doutor em Física	03
73	Reynaldo Fernandes	Economia	Mestre em Economia Doutor em Economia	03
74	Rosimar de Fátima Oliveira	Ciências Sociais	Mestra em Educação Doutora em Educação	03
75	Silvio Cesar Nunes Militão	Ciências Sociais Pedagogia	Mestre em Educação Doutor em Educação	03
76	Teise de Oliveira Guaranha Garcia	Pedagogia	Mestra em Educação Doutora em Educação	03
77	Vera Lúcia Jacob Chaves	Pedagogia Ciências Sociais	Mestra em Educação e Políticas Públicas Doutora em Educação- Conhecimento e Inclusão Social	03
78	Vital Didonet	Filosofia Pedagogia	Especialista em Educação Infantil Mestre em Educação	03
79	Ulysses Cidade Semeghini	Matemática	Mestre em Ciência Econômica Doutor em Ciência Econômica	03

Fonte: Elaboração nossa com base nos dados do *Levantamento bibliográfico sobre financiamento da educação no Brasil de 1988 a 2014* (DAVIES, 2014).

Uma variante que nos motivou a pesquisar, a partir do inventário de Davies (2014) diz respeito à área de formação acadêmica dos autores que se interessaram em discutir a temática do financiamento da educação. Nessa direção, foi realizada uma busca simples, pelo nome, no *Currículo Lattes*, dos autores revelando que a formação *stricto sensu* dos pesquisadores que se interessaram por este tema é, sobretudo, na área da educação, sendo que a graduação desses pesquisadores é, sobretudo, nos cursos de pedagogia, seguida dos cursos de Ciências Sociais e que a temática do financiamento da educação desperta interesse, também, em pesquisadores das mais variadas áreas do conhecimento. Após essa consulta, foi identificado o grau de formação acadêmica dos pesquisadores e suas áreas de conhecimento. Essas informações nos permitiram construir a seguinte exposição:

Quadro 2 – Área de formação e titulação acadêmica dos pesquisadores que discutiram o tema *financiamento da educação*

	Formação e titulação	Quantidade
1	Doutorado em Educação	55
2	Doutorado em Sociologia	04
3	Doutorado em Ciências Econômicas	03
4	Doutorado em Economia	01
5	Doutorado em Educação, Conhecimento e Inclusão Social	01
6	Doutorado em Física	01
7	Doutorado em História Social	01
8	Doutorado em Políticas Públicas	01

9	Doutorado em Sociologia e Política	01
10	Especialização em Educação Infantil	01
11	Graduação em Pedagogia	29
12	Graduação em Ciências Sociais	11
13	Graduação em História	06
14	Graduação em Filosofia	06
15	Graduação em Ciências Econômicas	04
16	Graduação em Física	04
17	Graduação em Economia	03
18	Graduação em Direito	02
19	Graduação em Estatística	02
20	Graduação em Matemática	02
21	Graduação em Educação Física	02
22	Graduação em Letras	02
23	Graduação em Ciências Políticas e Sociais	01
24	Graduação em Ciências Contábeis	01
25	Graduação em Sociologia	01
26	Graduação em Psicologia	01
27	Graduação em Serviço Social	01
28	Graduação em Administração Pública	01
29	Graduação em Arquitetura e Urbanismo	01
30	Graduação em Jornalismo	01
31	Graduação em Economia e Geografia	01
32	Graduação em Sociologia	01
33	Sem informação	07

Fonte: Elaboração nossa com base nos dados do *Levantamento bibliográfico sobre o financiamento da educação no Brasil de 1988 a 2014* (DAVIES, 2014).

Nessa direção, analisando o inventário de Davies (2014), pudemos identificar a área de formação acadêmica dos mestres e doutores que se dedicaram a estudos relacionados à temática do financiamento da educação.

Considerando a titulação de Mestre, foi identificado um total de 241 dissertações que discutiram o tema financiamento da educação, sendo que a maioria das dissertações (180) foi defendida em cursos de Mestrado em Educação. Esse total de dissertações nos permitiu a construir a seguinte exposição:

Quadro 3- Dissertações sobre financiamento da educação e respectivas áreas

	Área de Conhecimento do Mestrado	Quantidade
1	Mestrado em Educação	18
2	Mestrado em Administração	11
3	Mestrado em Economia	11
4	Mestrado em Administração Pública	05
5	Mestrado em Ciências Contábeis	04
6	Mestrado em Ciências Sociais	03
7	Mestrado em Economia e Gestão Empresarial	03
8	Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública	03
9	Mestrado em Direito	03
10	Mestrado em Ciências Políticas	02
11	Mestrado em Desenvolvimento Econômico	02

12	Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas	02
13	Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade	01
14	Mestrado em Ciências Administrativas e Contábeis	01
15	Mestrado em Controladoria e Contabilidade;	01
16	Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	01
17	Mestrado em Economia Política	01
18	Mestrado em Educação Escolar	01
19	Mestrado em Ensino e Ciências da Saúde	01
20	Mestrado em Gestão Social e Trabalho	01
21	Mestrado em Serviço Social	01
22	Mestrado em Tecnologia	01
23	Mestrado em Transportes	01
24	Mestrado em Economia Regional	01

Fonte: Elaboração nossa, com base nos dados do inventário de Davies (2014).

Da mesma forma, em relação ao Doutorado identificamos um total de 79 teses. Apresentamos esse quantitativo e sua distribuição em áreas de conhecimento, para uma visualização mais objetiva, no quadro abaixo:

Quadro 4 – Teses sobre financiamento da educação e suas respectivas áreas

	Área de Conhecimento do Doutorado	Quantidade
1	Doutorado em Educação	63
2	Doutorado em Ciências Econômicas	02
3	Doutorado em Ciências Políticas	02
4	Doutorado em Direito	02
5	Doutorado em Sociologia	02
6	Doutorado em Administração	01
7	Doutorado em Ciências Sociais	01
8	Doutorado em Controladoria e Contabilidade	01
9	Doutorado em Economia de Empresa	01
10	Doutorado em Energia	01
11	Doutorado em História Econômica	01
12	Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana	01
13	Doutorado em Serviço Social	01

Fonte: Elaboração nossa, com base nos dados do inventário de Davies (2014).

Consideramos importante, também, mencionar as instituições que se configuram como espaços de fóruns de discussão, eventos e periódicos acadêmicos específicos da temática do financiamento da educação. Para tanto, recorremos aos estudos empreendidos por Alfredo Sérgio Ribas dos Santos (2013, p.22), o qual destaca que

[...] existem importantes espaços institucionais que congregam os pesquisadores da área do financiamento da educação no Brasil, São eles: A Campanha Nacional pelo Direito à Educação [...]; a Rede de Pesquisadores em Financiamento da Educação, sediada na Universidade Federal do Paraná (Ufpr)[...]; a Fineduca – Revista de Financiamento da Educação, periódico acadêmico eletrônico da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação, sediada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs)[...]; o GT 5[...]; (Grupo de Trabalho – Estado e Política Educacional) da Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa

em Educação); a Anpae^[...] (Associação Nacional de Política e Administração da Educação) e a CNTE^[...] (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), a qual edita a revista Retratos da Escola (Escola de Formação da Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação – Esforce), que publica diversos artigos sobre o tema do financiamento da educação, com destaque para o número 4, de janeiro/junho de 2009, específico a respeito dessa temática.

O Apêndice B demonstra, com base nos 1.118 títulos elencados do inventário de Davies (2014), as categorias temáticas por nós (re)significadas, de modo a classificar os descritores, com base nas palavras ou expressões presentes nos títulos das publicações elencadas nesse inventário. A partir dessas palavras ou expressões, fizemos um exercício de síntese das convergências temáticas. Procuramos compilar, ao máximo, os assuntos similares em um mesmo descritor, porém, ainda assim, os assuntos ficaram muito pulverizados, devido às diferentes abordagens realizadas em torno de um tema central. Os descritores foram organizados por ordem decrescente, ou seja, por ordem do maior número de temas reincidentes para um menor número. O número total de temas recorrentes foi convertido em termos percentuais. Foi possível identificar, em um mesmo artigo, um tema central ser atravessado por assuntos colaterais sendo, por isso, classificados em mais de uma categoria de análise.

Nessa direção, os descritores e as respectivas reincidências, com cobertura do assunto em termos percentuais, foram classificados conforme a seguir:

Quadro 5 – Assuntos recorrentes na temática do financiamento

	Assuntos	Percentuais
1	<i>Fundef</i>	10,01%
2	<i>Estudos de casos sobre a gestão dos gastos públicos e a política de financiamento da educação nas três esferas de governo</i>	6,97%
3	<i>Mapeamento da trajetória do financiamento e execução orçamentária, em períodos específicos de governos federais</i>	5,54%
4	<i>Expansão e financiamento do ensino superior</i>	4,91%
5	<i>Fundeb</i>	4,65%
6	<i>FNDE e a assistência financeira aos entes federados: os programas de transferências legais e voluntárias</i>	4,11%
7	<i>Fiscalização da aplicação de recursos pelos Tribunais de Contas</i>	3,84%
8	<i>Condições de trabalho, carreira e remuneração dos profissionais do magistério</i>	3,66%
9	<i>Gestão democrática, autonomia e processo de descentralização financeira da educação</i>	3,57%
10	<i>Conselhos Municipais/Movimento sindical, na participação e controle social no Fundef/Fundeb/programas federais</i>	3,48%
11	<i>Federalismo fiscal e regime de colaboração entre os entes federados</i>	3,22%
12	<i>Custo-aluno-ano/Qualidade (CAQ) / Custo-aluno-Qualidade inicial (CAQi)</i>	3,13%
13	<i>O estatal, o público, o privado e suas conexões</i>	3,13%
14	<i>Financiamento da educação básica</i>	2,68%
15	<i>Financiamento da educação infantil</i>	2,68%
16	<i>Revisão da literatura do financiamento e gestão da educação – estado da arte</i>	2,59%
17	<i>Gestão e funcionamento do ensino médio público</i>	2,50%
18	<i>Municipalização do ensino</i>	2,5%

19	<i>Balço social do custo-benefício e a questão da equidade na distribuição dos recursos para os sistemas públicos de ensino</i>	2,23%
20	<i>Estrutura, organização, gestão e financiamento da educação</i>	1,96%
21	<i>Direito à educação e orientações de tratados internacionais – Banco Mundial</i>	1,61%
22	<i>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)</i>	1,52%
23	<i>Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior Privado – FIES/Crédito educativo</i>	1,25%
24	<i>Financiamento do ensino fundamental</i>	1,25%
25	<i>Plano Nacional de Educação</i>	1,25%
26	<i>Financiamento da Educação de Jovens e Adultos</i>	0,89%
27	<i>Financiamento da educação tecno-profissional</i>	0,89%
28	<i>Vinculação constitucional de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino</i>	0,89%
29	<i>Salário-educação</i>	0,80%
30	<i>Financiamento público para as instituições de ensino não estatais: comunitárias, filantrópicas, confessionais e de educação especial</i>	0,71%
31	<i>Financiamento das políticas públicas educacionais no Brasil</i>	0,62%
32	<i>A relação entre os gastos com insumos e qualidade na educação</i>	0,53%
33	<i>Bolsa-Escola/Bolsa-Família</i>	0,53%
34	<i>Emenda Calmon e os recursos da União</i>	0,53%
35	<i>Processo de mercantilização da educação superior</i>	0,53%
36	<i>Financiamento das IFES- Institutos federais/ Fundações de apoio em anteprojetos de reforma da educação superior</i>	0,53%
37	<i>Programa Universidade para todos –PROUNI</i>	0,53%
38	<i>A vinculação avaliação-financiamento, na educação superior brasileira</i>	0,44%
39	<i>Conferência Nacional de Educação – CONAE</i>	0,44%
40	<i>A Constituição Federal de 1988 e suas diretrizes para o financiamento da educação</i>	0,44%
41	<i>Financiamento das pesquisas nas universidades</i>	0,44%
42	<i>Planos decenais de educação e leis orgânicas de estados e municípios</i>	0,44%
43	<i>Execução orçamentária, políticas públicas e as disputas orçamentárias entre os poderes legislativo e executivo</i>	0,35%
44	<i>Privatização da educação – Targeted Vouchers</i>	0,35%
45	<i>Accountability</i>	0,26%
46	<i>Cultura organizacional/administração</i>	0,26%
47	<i>Reforma tributária</i>	0,26%
48	<i>Estimativa de gastos privados com a educação</i>	0,26%
49	<i>Financiamento da educação especial</i>	0,26%
50	<i>Financiamento e gestão de ensino público e privado na constituinte de 1987/1988</i>	0,26%
51	<i>Reuni</i>	0,26%
52	<i>Sistema Nacional de Educação</i>	0,26%
53	<i>Sonegação, crise fiscal e os recursos do ensino público</i>	0,26%
54	<i>Acesso e gratuidade no ensino superior público</i>	0,17%
55	<i>Direito à educação e orientações de tratados internacionais</i>	0,17%
56	<i>Gestão e financiamento da educação integral</i>	0,17%
57	<i>Lei de Diretrizes orçamentárias –LDO e planejamento orçamentário</i>	0,17%
58	<i>Lei de responsabilidade fiscal e planejamento educacional</i>	0,17%
59	<i>Leis orgânicas e educação</i>	0,17%
60	<i>PIB e a educação</i>	0,17%
61	<i>Sistema de informação sobre os recursos disponíveis e o diagnóstico dos gastos públicos na área da educação</i>	0,17%
62	<i>Assistência educacional nos estabelecimentos penais</i>	0,08%
63	<i>Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE</i>	0,08%
64	<i>Direito à educação e atuação do Ministério Público</i>	0,08%
65	<i>Dívida externa e educação</i>	0,08%
66	<i>Pré-sal e a educação</i>	0,08%
67	<i>Pós-graduação STRICTO SENSU</i>	0,08%

Fonte: Elaboração nossa, com base nos dados do inventário de Davies (2014).

No esforço de enxugar ainda mais os descritores, tornando-os mais compactos, reelaboramos um resumo das possíveis expressões, conceitos ou palavras-chaves, de modo a nos dar uma visão mais generalizada, envolvendo elementos a serem incorporados em torno de um núcleo central temático, traduzido em palavras-chave ou na expressão de um determinado conceito, típico do campo do financiamento.

Sendo assim, ao explorarmos o inventário de Davies (2014) observamos que as preocupações mais acentuadas dos autores elencados giram em torno de um assunto central, porém, tendendo a ser o mesmo, pulverizado. Os recortes temáticos/temporal/territorial são muito variados, como são diversificadas também as abordagens transversais à temática do financiamento, havendo, portanto, a necessidade de se preservar as peculiaridades desses recortes.

Nessa direção, em um exercício de síntese realizamos uma reconfiguração dos descritores, considerando os assuntos recorrentes, ou seja, estabelecemos o critério de ordenar, da maior quantidade para a menor quantidade dos assuntos que mais incidiram sobre um tema central, compilando-os em um único núcleo, porém, preservando os descritores que se diferenciavam, em termos de abordagem, ficando, então, assim configurados:

Quadro 6 – Síntese das categorias do objeto *financiamento da educação*

	Síntese das categorias temáticas
1	<i>Fundef</i>
2	<i>Gestão e financiamento da educação</i>
3	<i>Financiamento da educação superior</i>
4	<i>Fundeb</i>
5	<i>FNDE e a assistência financeira aos entes federados</i>
6	<i>Fiscalização pelos Tribunais de Contas</i>
7	<i>Piso nacional, carreira e remuneração docente</i>
8	<i>Gestão democrática e autonomia na educação</i>
9	<i>Participação e controle social – os conselhos de educação</i>
10	<i>Federalismo fiscal e a redução das desigualdades territoriais</i>
11	<i>Custo Aluno Qualidade/ Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQ/CAQi)</i>
12	<i>O público e o privado</i>
13	<i>Financiamento da educação básica</i>
14	<i>Financiamento da educação infantil</i>
15	<i>Financiamento das pesquisas nas universidades</i>
16	<i>Financiamento do ensino médio público</i>
17	<i>Municipalização do ensino</i>
18	<i>Distribuição de recursos para a educação pública e a equidade</i>
19	<i>Direito à educação e orientações de tratados internacionais (Banco Mundial/FMI)</i>
20	<i>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)</i>
21	<i>Financiamento Estudantil (FIES)</i>
22	<i>Conferências Nacionais de Educação (CONAE(s)) /Leis orgânicas de estados e municípios</i>
23	<i>Plano Nacional de Educação (PNE)</i>
24	<i>Financiamento da Educação de Jovens e Adultos (EJA)</i>

25	<i>Financiamento da educação técnico-profissional</i>
26	<i>Vinculação constitucional para a manutenção e desenvolvimento de ensino</i>
27	<i>Salário-educação</i>
28	<i>Financiamento das políticas públicas</i>
29	<i>A relação entre os gastos com insumo e qualidade na educação</i>
30	<i>Bolsa-escola/bolsa-família</i>
31	<i>Emenda Calmon</i>
32	<i>A mercantilização da educação superior</i>
33	<i>Fundações de apoio em anteprojetos de reforma à educação superior</i>
34	<i>Programa Universidade para Todos (PROUNI)</i>
35	<i>Constituição Federal e suas diretrizes para o financiamento da educação</i>
36	<i>Privatização da educação- TARGETED VOUCHERS</i>
37	<i>Accountability</i>
38	<i>Reforma tributária</i>
39	<i>Estimativa de gastos privados com a educação</i>
40	<i>Financiamento da educação especial</i>
41	<i>Financiamento e gestão do ensino público e privado, no debate da Constituinte 87/88</i>
42	<i>Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)</i>
43	<i>Sistema Nacional de Educação (SNE)</i>
44	<i>Sonegação, crise fiscal e os recursos do ensino público</i>
45	<i>Acesso e gratuidade no ensino superior público</i>
46	<i>Financiamento da educação integral</i>
47	<i>Lei de Diretrizes Orçamentárias e planejamento orçamentário</i>
48	<i>Lei Orçamentária Anual</i>
49	<i>Lei de responsabilidade fiscal e planejamento educacional</i>
50	<i>Leis orgânicas e educação</i>
51	<i>O PIB e a educação</i>
52	<i>Sistema de informações sobre os recursos disponíveis e diagnóstico dos gastos públicos na área da educação</i>
53	<i>Assistência educacional nos estabelecimentos penais</i>
54	<i>Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação</i>
55	<i>Direito à educação e a atuação do Ministério Público</i>
56	<i>Dívida externa e educação</i>
57	<i>O Pré-sal e a educação</i>
58	<i>Pós-graduação Stricto Sensu</i>
59	<i>Política de financiamento educacional</i>
60	<i>Programas educacionais federais</i>
61	<i>Legislações educacionais</i>

Fonte: Elaboração nossa, com base nos dados do inventário de Davies (2014).

A consulta ao trabalho de Davies (2014) pode nos indicar caminhos para uma revisão bibliográfica das pesquisas sobre o financiamento da educação, e desse modo, nos possibilitou desenvolver o texto do capítulo 2, cujo objetivo foi o de adquirir as ferramentas teórico-metodológicas necessárias para compreendermos o que é financiamento da educação. Consideramos que o processo descrito neste capítulo foi uma etapa fundamental para a elaboração dos capítulos seguintes, de modo a atingir a etapa de seleção do material empírico a ser explorado que são os artigos sobre o financiamento da educação, elencados no banco de dados da Capes, com publicação nos periódicos A1 e A2, pelos docentes dos Programas de Pós-Graduação em Educação, avaliados com notas 6 e 7, no triênio 2010-2012.

2 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Partindo do pressuposto de que o financiamento da educação pública é uma política social, histórica, sendo parte de uma dinâmica, cujo percurso, não se mostra linear, mas, sobretudo, desenhado por incidentes, desvios e marcado nem sempre por avanços, mas por episódios de retrocessos, a política de financiamento da educação brasileira, historicamente, envolve disputas nas quais entram em jogo interesses divergentes e contraditórios.

Reconhecendo ser o objeto *financiamento da educação brasileira* um tema complexo, com ramificações em temáticas transversais e colaterais e, mediante a fragilidade de se tratar o tema a partir do senso comum, o presente capítulo se propõe a uma revisão da literatura sobre o tema, buscando identificar, nas pesquisas, os elementos constitutivos do objeto em pauta. Com este intento, destacaremos os princípios dos quais se origina teoricamente esse objeto e acompanharemos o debate que se deu acerca do financiamento da educação nacional.

2.1 Os princípios que balizaram a teoria clássica do financiamento da educação no âmbito da economia e seus desdobramentos

Com o intuito de resgatar os princípios que originalmente balizaram os estudos sobre o financiamento da educação pública, buscamos traçar a trajetória desde o nascedouro do referido e relativamente jovem campo.¹³ Para tanto, recorreremos aos estudos de Jacques Velloso (2012), cuja linha demonstrativa traça um breve panorama internacional, envolvendo o financiamento da educação. Sua análise inicia-se demonstrando que o campo de estudos sobre financiamento da educação se consolidou nas décadas de 1960 e 1970 nos países cientificamente centrais¹⁴ com o surgimento da economia da educação, disciplina que

¹³ No Brasil, de acordo com Cruz e Jacomini (2017, p. 347), “[...]. Na academia, o financiamento da educação também vem ganhando espaço nos programas de pós-graduação e constituindo-se como campo de estudo [...]” (CRUZ e JACOMINI, 2017). Disponível: <http://www.scielo.br/scielo> Acesso em 14jan.2021.

¹⁴ O conceito de países cientificamente centrais refere-se aos países com grande conhecimento tecnológico e científico, sendo por isso aqueles que exportam produtos industrializados de ponta, com grande valor comercial e mão de obra qualificada. Seus principais representantes são Estados Unidos da América, Alemanha e Japão. Disponível em: <<https://cut.ly/2xqVpxM>>. Acesso em: 04 ago. 2020.

começou a ter identidade própria na virada dos anos 50 do século passado, com artigos considerados seminais por muitos economistas.

Jacques Velloso (2012) menciona que as obras mais conhecidas no campo da Economia foram publicadas alguns anos depois, com autoria de Theodore W. Schultz (1963)¹⁵ e Gary Becker (1964)¹⁶. De acordo com os estudos de Velloso, a obra de Theodore W. Schultz (1963) foi a que causou maior impacto entre os não economistas, todavia, embora ambos os autores se situassem na tradição teórica neoclássica, foi a obra de Gary Becker (1964) que trouxe maior densidade teórica à disciplina que, de acordo com Velloso (2012, p. 353), “[...] com boa dose de simplificação [...]”. Velloso comenta, ainda, que os economistas filiados à tradição neoclássica “[...] imaginavam a economia regida pela *mão invisível*, de Adam Smith¹⁷, tendendo ao equilíbrio – desde que o Estado evitasse intervir” (VELLOSO, 2012, p.353. Grifos nossos).

Sobre a questão do financiamento da educação, Velloso (Idem) traz à baila a linhagem teórica que pautou boa parte dos estudos de referência internacional, influenciando a maioria dos economistas por mais de uma década. Cita o texto *The Economics of Public Education*, como um clássico da economia da educação, de autoria de Charles Benson (1961), com 2ª edição em 1970. O texto é ilustrativo da concepção teórica neoclássica, ancorada na tradição da economia liberal de Adam Smith, a qual dominou boa parte dos estudos por algumas décadas.

Jacques Velloso destaca o interessante paradoxo sugerido pelo título do clássico texto de Charles Benson (1970, apud VELLOSO, 2012, p.355. Grifos no texto original)¹⁸, traduzido como “*A Economia da Educação Pública*”, tendo em vista que “[...] a abordagem neoclássica havia sido construída para tratar do setor *privado* – não do *público* – em regime de livre competição”. Apesar de paradoxal, Velloso considera relevante conhecer os estilos de análise em pauta, tendo em vista o fato de que esses foram os estilos que emolduraram os estudos de financiamento da educação que vêm atravessando gerações. Sendo assim, Velloso

¹⁵ Theodore W. Schultz, *The Economic Value of Education*, Columbia University Press, New York, 1963.

¹⁶ Gary Becker, *Human Capital: a Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education*, Columbia University Press, New York, 1964.

¹⁷ A *mão invisível do mercado* é um termo criado pelo escocês Adam Smith, o mais importante teórico do liberalismo econômico que publicou pela primeira vez, em 1776, em Londres, o livro: **Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações**, obra mais conhecida simplesmente como **A Riqueza das Nações**, a qual serviu de base teórica para a expansão do capitalismo industrial, sendo considerado um marco da teoria econômica, conceito este que afirma que o próprio mercado pode se autorregularizar, sem precisar da intervenção do Estado para que isto ocorra. Disponível em: <<https://cut.ly/cqXulp6>>.

Acesso em: 08 abr.2020

¹⁸ BENSON, Charles. *The economics of public education*. 2. Ed. Boston: Houghton Mifflin, 1970.

apresenta as três perspectivas de análise que foram exploradas por Charles Benson (1970) ao formular os problemas da educação pública, em termos financeiros ou econômicos:

[...] uma, a da receita, isto é, a das fontes ou a da captação dos recursos; a proposta se perguntava então como e onde obter as verbas desejadas ou necessárias para determinados fins. Outra, a dos gastos ou a das despesas; nesta ótica destacava o tema da eficiência, que, na utilização dos recursos, sempre se faz presente na teoria e em estudos empíricos na área da economia em suas diversas vertentes teóricas. A terceira perspectiva era da equidade; questões relativas a este tema, como as referentes à equalização de oportunidades educacionais, já faziam parte – na época, menor – da agenda do financiamento da educação nos EUA, país que, em larga medida, estabelecia a pauta das pesquisas na área. Na época o tema tinha relevo, consideradas as conhecidas diferenças de qualidade na oferta do ensino obrigatório – advindas em larga medida de desigualdades entre os montantes de recursos destinados às escolas de educação básica (nos EUA), financiadas sobretudo com verbas dos distritos nos quais se situam – e considerado o projeto de uma democracia liberal naquele país (BENSON, 1970, p. 3-4, 158 apud VELLOSO 2012, p. 356).

De acordo com Velloso, havia ainda uma quarta perspectiva menos visível que buscava influenciar as diretrizes de financiamento do ensino no âmbito das políticas públicas, considerando que

[...] a proposta não pretendia apenas obter respostas que conduzissem a princípios teóricos genericamente aplicáveis; buscava ir mais além, obtendo diretrizes que pudessem ser adotadas por governos estaduais e prefeituras no financiamento da educação. Numa palavra, a proposta desejava que os estudos a serem conduzidos gerassem implicações para a gestão do ensino público. O financiamento da educação nos clássicos do século passado configurava-se como um campo que buscava avançar no plano conceitual, mas também procurava aplicações práticas no âmbito das políticas públicas. (VELLOSO, 2021, p. 356).

Para Jacques Velloso (2012, p. 356), o dilema de Benson consistia em “[...] ora adotar a lógica da economia neoclássica ora adotar outra divergente, mas, com pretensões de acolher a ambas”. Benson, segundo Velloso, concebia a economia de seu país como uma economia de mercado autorregulada, entretanto, justificava o financiamento público do ensino devido ao fato de que a educação resultaria para além dos benefícios privados, uma vez que a sociedade, como um todo se beneficiaria com o processo de formação educacional de seus sujeitos, compondo a trama de um tecido de bem estar social. Partindo deste pressuposto, Velloso destaca que Benson defendia que

[...] nem todos os benefícios que a educação gerava para a sociedade seriam adequadamente apropriados pelo dito sistema de preços – os salários das pessoas¹⁹, por exemplo – não refletiriam todos os benefícios sociais que a escolaridade traria para o conjunto do corpo social. Isso resultaria em ineficiências ou distorções na destinação de recursos para o ensino por parte da sociedade. Considerando que a educação obrigatória é uma condição da cidadania, justificava-se então a existência

¹⁹ Na ótica neoclássica, o raciocínio subjacente é o de que, numa economia competitiva em equilíbrio os salários seriam equivalentes à produtividade marginal do trabalhador, ou seja, à sua contribuição ao processo produtivo. Para uma tentativa de contraste entre tal abordagem e outra alternativa, confira Jacques Velloso (1995).

de redes públicas de educação básica mantidas pelo Estado (BENSON, 1970, p. 3-4, 158 apud VELLOSO 2012, p.356).

Ainda de acordo com os estudos de Velloso (2012), com o tempo apareceram os desafios que se impuseram a sua época e ainda se impõem na agenda econômica dos dias atuais. Diante das críticas feitas à economia neoclássica, os modelos de análise do financiamento sofreram substantiva diversificação na tentativa de equacionar um nível de recursos necessários, de modo que um dado sistema de ensino pudesse funcionar adequadamente no sentido de promover a equidade e a eficiência na distribuição dos recursos, ampliando assim as perspectivas de abordagens sobre o financiamento da educação. Assim,

com o tempo, os enfoques inicialmente limitados do financiamento da educação gradualmente cederam lugar a perspectivas mais amplas. O tratamento da equidade no ensino superior, por exemplo, passou a acolher pelo menos duas abordagens: uma, a adotada nos Estados Unidos, na qual as principais formas de apoio financeiro para o ensino superior consistem num sistema de dotações e de empréstimos concedidos diretamente aos estudantes e cujo montante está relacionado (inversamente) à renda familiar; a outra, adotada na Europa e na maioria das economias emergentes e dos países em desenvolvimento, na qual o governo central arca com a maioria dos custos da educação pós-secundária, incluída a manutenção dos estudantes, sendo as verbas destinadas às instituições (BENSON, 1995, p. 411 apud VELLOSO, 2012, p. 357).

Conforme definia Henry M. Levin (1995, p.412 apud VELLOSO, 2012, p.357. Grifo nosso)²⁰, um clássico autor da área da economia da educação,

[...] o desenvolvimento das pesquisas na área, viu surgir um subcampo novo e específico: o do *financiamento escolar*, voltado para o ensino fundamental e médio e, por vezes, para a educação infantil. Valendo-se amplamente de contribuições de outras áreas, como a política da educação e a legislação do ensino, utilizando princípios da economia da educação e das finanças públicas e relacionado à administração da educação.

Nesse sentido, Velloso (Idem) afirma que o financiamento escolar deixa de ser exclusividade da Economia da Educação e que, articulando-se com outras áreas, tais como, a política de educação e a legislação de ensino e relacionando-o com os princípios da economia da educação, das finanças públicas e da administração em educação, gradualmente vai adquirindo autonomia. Para Velloso, na trajetória da temática do financiamento do ensino, quer seja no campo mais específico, quer seja no campo mais abrangente, a questão do *custo-aluno* ganhou destaque nas últimas duas décadas do século passado, questão esta sempre presente, em virtude de sua origem na economia da educação, na qual o tema *custos* sempre

²⁰ LEVIN, Henry M. Schoolfinance. In: CARNOY Martins (Org.). **International encyclopedia of economics of education**. 2. ed. New York: Pergamon Press/Elsevier Science, 1995. p. 412-419.

foi matéria do dia, e em tempos de declínio das receitas públicas, maior é a razão para o seu destaque.

Segundo Velloso (2012), os autores Martin Carnoy e Carlos Alberto Torres²¹ consideram que nas últimas duas décadas do século passado, sobretudo nos anos 80, o cenário mundial da maioria das economias era o da redução na taxa de crescimento. Nos países em desenvolvimento a queda da renda *per capita* motivou a diversificação do foco dos estudos sobre financiamento do ensino, mediante as políticas de reestruturação que resultaram em efetiva redução dos gastos públicos no ensino, sendo que naquela década,

[...] a América Latina, então o continente mais endividado do mundo, sofreu fortes pressões de agências financeiras internacionais e de países emprestadores para reduzir os gastos públicos, privatizar empresas públicas e, nas atividades custeadas pelo Estado, encontrar novas fontes de recursos (CARNOY e TORRES, 1992 apud VELLOSO, 2012, p. 357)

Jacques Velloso (2012) comenta sobre os diversos estudos que indicam ainda que as pressões impostas pela agenda do Banco Internacional para a reconstrução e Desenvolvimento (BIRD ou Banco Mundial, BM), fundado em 1945 e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), fundado em 1959, sobre as políticas de financiamento nesses países endividados, sendo o Brasil um desses países, resultaram em efetiva redução nos gastos públicos com o ensino, com consequências nefastas no que tange aos salários dos professores e também impactando, negativamente, a qualidade da educação que passou a apresentar uma disfunção no ensino público, com reflexos danosos que comprometeram gerações, dadas as condições materiais muito precárias que fragilizavam o processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Velloso (2012), o Banco Mundial divulgou, em 2005, suas recomendações para o setor educacional e, já em 2011, dava sinais de que pretendia atualizar suas propostas com vista à década de 2020. De acordo com Antoni Verger e Xavier Bonal (2011 apud VELLOSO, 2012, p.359)²², que analisaram o texto lançado em 2011 pelo Banco Mundial, o BM apresentava suas pretensões de atualizar as propostas, indicando, claramente, um pretendido *aggiornamento*²³, no sentido de privilegiar o setor privado e de privatizar o ensino público:

²¹Cf CARNOY, Martins; TORRES, Carlos Alberto. **Structural Change and structural adjustment: a case study of Costa Rica**. Paris: Bureau for the Coordination of Operational Activities, Unesco, 1992.

²²Cf. VERGER, Antoni; BONAL, Xavier. La Estrategia Educativa 2020 o las limitaciones del Banco Mundial para promover el aprendizaje para todos. *Educación & Sociedade*, Campinas, v. 32, n.117, p. 911-932, out.-dez. 2011.

²³*Aggiornamento* é um termo italiano que significa “atualização”, assumindo aqui um sentido de “adaptação” às necessidades do nosso [novo] tempo. Disponível em: <<https://cut.ly/UNSzQvD>>. Acesso em: 06 abr.2020.

Na ótica do financiamento, a principal mudança ocorreu no critério para alocar gastos públicos em educação: antes, baseado nas taxas de retorno (monetário) ao investimento educacional; no documento mais recente, voltado para a construção de “economias do conhecimento”, na qual os gastos dos governos com as universidades teriam papel maior. Apesar de tal mudança, e como bem analisaram Verger e Bonal, do ponto de vista do financiamento da educação, a nova proposta, em seu âmago, deu continuidade programática às anteriores, mantendo o papel-chave antes atribuído ao setor privado – inclusive às instituições com fins lucrativos – e continuando com a pretendida relevância dos “mercados educacionais”, nos quais os *vouchers*²⁴[...][...] assumiriam um novo protagonismo.

Nessa perspectiva, Nelson Machado (2012 apud BATISTA; FELTRIN; RIZZATTI, (Orgs.2019))²⁵ ressaltam que é a *avaliação*, por parte do agente financiador, através de seus instrumentos de mensuração, que legitima a tipificação a qual são submetidas as políticas públicas de financiamento implementadas pelo Estado, deste modo, interferindo na natureza das políticas sociais. A *avaliação*, sendo condição imposta para a obtenção dos recursos financeiros junto aos organismos internacionais, caracteriza-se, portanto, como um *método* utilizado por esses organismos para estabelecer as cláusulas de condicionalidades, inspiradas no modelo neoliberal que concebe as políticas e ações governamentais sob a ótica gerencial e patrimonial. Para Machado,

[...] as políticas públicas fazem parte da ciência política e representam o Estado em ação. [...] [e] [...] o autor resalta que a avaliação das políticas públicas é condição essencial para a obtenção do financiamento junto a esses organismos. Assim, a exigência de avaliar para financiar, acaba impondo novas regras quando o assunto é educação no Brasil e define a avaliação das políticas públicas como um método a ser utilizado a fim de mensurar e estereotipar a natureza de uma ação, programa, projeto e/ou política (MACHADO, 2012 apud BATISTA; FELTRIN; RIZZATTI, 2019, p.364).

A fim de compreendermos como o Estado articula suas ações, junto aos seus governos, recorreremos às análises de Eloisa de Mattos Holffing (2001 apud BATISTA; FELTRIN; RIZZATTI, 2019)²⁶ que define uma diferença conceitual entre Estado e Governo:

segundo a autora Estado é o conjunto de instituições permanentes, ou seja, órgãos, tribunais que possibilitam a ação de Governo; já o Governo é o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade propõe para todos, logo, é a orientação política de um determinado governo que desempenham [sic] as funções de Estado (HOLFING, 2001 apud BATISTA; FELTRIN; MAURÍCIO RIZZATTI, 2019, p.364).

²⁴O termo *vouchers* é aqui assumido como um programa de governo que consiste em matricular alunos no setor de ensino privado, sendo as mensalidades escolares pagas pelo governo que entrega os tíquetes - semelhante ao cartão do Bolsa família- pagos para os alunos se matricularem em instituições privadas. Disponível: <<https://cut.ly/qTtwbBC>>. Acesso em: 06 abr.2020.

²⁵Cf COSTA, J. M.da; PONTES, C. J. de F.; ANDRADE, M.V.F.M. Um olhar inicial a respeito das políticas públicas de financiamento no Brasil: compreendendo o FUNDEB. In: BATISTA; FELTRIN; RIZZATTI (Orgs.). **Formação, Prática e Pesquisa em Educação**. São Paulo: Atena, 2019, v. 3, Cap.35, p. 364.

²⁶Cf COSTA, J. M. da; PONTES, C. J. de F.; ANDRADE, M.V.F.M. Um olhar inicial a respeito das políticas públicas de financiamento no Brasil: compreendendo o FUNDEB. In: BATISTA; FELTRIN; RIZZATTI (Orgs.). **Formação, Prática e Pesquisa em Educação**. São Paulo: Atena, 2019, v. 3, Cap.35, p. 364.

Sobre as funções do Estado e as ações de Governo, recorremos aos argumentos de Luiz Fernandes Dourado (2007 apud BATISTA; FELTRIN; RIZZATTI, 2019) ²⁷que nos alerta que para a análise mais consistente das concepções das políticas educacionais e apreensão dos seus processos de construção conceitual, deve-se engendrar esforços para além de uma mera descrição, considerando também o contexto no qual são forjadas as políticas educacionais, portanto, necessário se faz

[...] apreendê-las no âmbito das relações sociais em que se forjam as condições para sua proposição e materialidade. O autor acrescenta que considerando a especificidade do sistema educacional brasileiro é necessário buscar aprender [sic] as concepções político-pedagógicas que norteiam a ação do governo federal no que concerne à proposição de ações e programas implementados visando à materialização das políticas na área, sem perder de vista que o processo sofre interferência de outras mediações (DOURADO 2007 apud BATISTA; FELTRIN; RIZZATTI, 2019, p. 366).

Levando-se em conta a complexidade do modelo das rotas do financiamento da educação traçada pelas leis, de modo tornar realidade a educação igualitária, universal e de qualidade socialmente referenciada, preconizada nos princípios da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988, art. 205; 206 e incisos), invocamos as reflexões de Edson Francisco Andrade (2013 apud BATISTA; FELTRIN; RIZZATTI, 2019)²⁸ sobre as políticas sociais e a gestão governamental. O autor considera que tais políticas devem ser analisadas sob a égide do Federalismo²⁹ e do Regime de Colaboração entre os três níveis de governo – federal, estadual e municipal –, visto que se trata de um pacto federativo, envolvendo esses três entes federados que

[...] tem amparo na assimetria da capacidade de autofinanciamento entre suas esferas administrativas, na herança da desigualdade de distribuição de renda da população, nas disparidades tributárias entre regiões, além de outros elementos que reforçam a necessidade de um pacto federativo brasileiro que faça valer o sentido de sermos uma federação e desenvolvermos uma relação de reciprocidade entre suas partes

²⁷Idem, p.366.

²⁸Cf COSTA, J. M. da; PONTES, C. J. de F.; ANDRADE, M.V.F.M. Um olhar inicial a respeito das políticas públicas de financiamento no Brasil: compreendendo o FUNDEB. In: BATISTA; FELTRIN; RIZZATTI (Orgs.). **Formação, Prática e Pesquisa em Educação**. São Paulo: Atena, 2019, v. 3, Cap. 35, p. 366-367.

²⁹ “O federalismo é um sistema de organização política caracterizado por um Estado soberano, composto por diversas entidades territoriais autônomas dotadas de governo próprio. No campo educacional a autonomia dos sistemas educacionais, a organização em regime de colaboração destes sistemas, a cooperação e o regime de colaboração intergovernamental na oferta e no financiamento da educação são expressões setoriais da organização política federativa do país.” Cf MACHADO, M. da S.. Pacto federativo na educação e a participação da união no financiamento da educação em municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro. In: BATISTA, (Orgs.) **Formação, Prática e Pesquisa em Educação 3**. (2019, p.283). Disponível em: <<https://cut.ly/jiDr6sG>>. Acesso em: 08 abr.2020. Cf. outros autores que discutem o tema “federalismo” – ABRUCIO (2010); CARA, (2012); CASSEB (1999); CUNHA (2004); CURY (2006; 2010); FRANZESE (2009); OLIVEIRA e SOUZA (2010); SOUZA (2001; 2005).

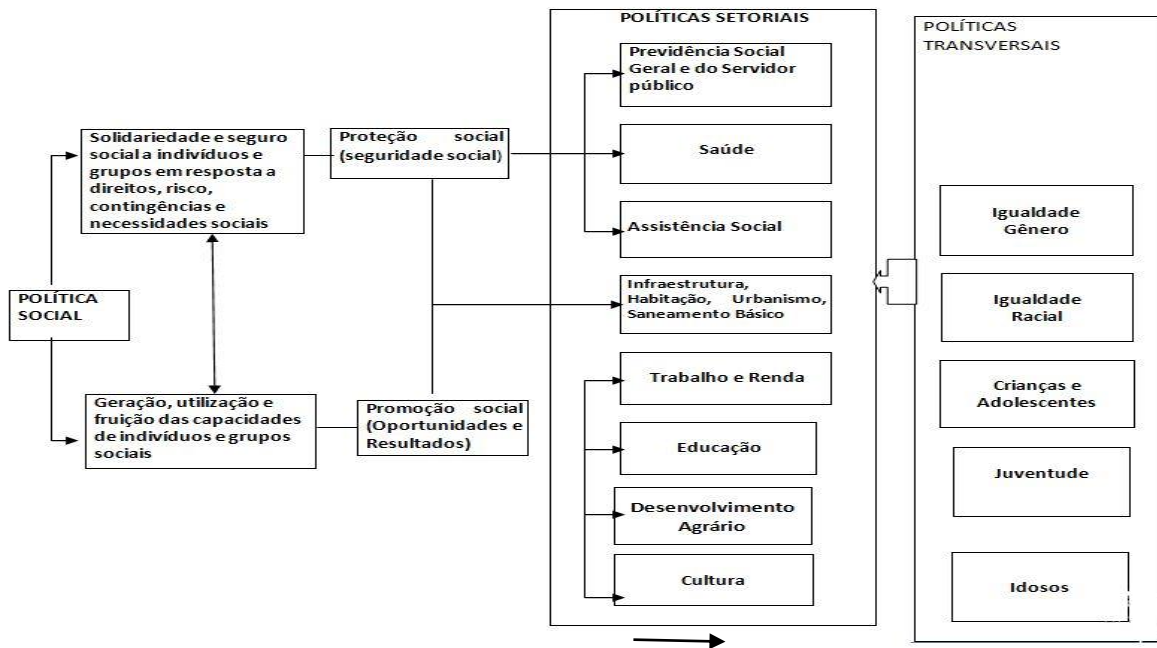
constituintes (ANDRADE, 2013 apud BATISTA; FELTRIN; RIZZATTI, 2019, p. 366-367).

Nesse sentido, trazemos para o debate as contribuições de Roberto Antonio Deitos (2010), a fim de compreendermos as proposições estatais acerca das políticas públicas e dos direitos sociais no Brasil e a questão do financiamento delas decorrente. Portanto, faz-se necessário que se leve em conta, de um lado, o reconhecimento da existência de necessidades humanas que estão interligadas conceitualmente como sendo direitos universais da pessoa humana, tais como: educação, saúde, alimentação, proteção aos trabalhadores, moradia, reforma agrária, proteção do meio ambiente e previdência social, as quais demandam ações políticas efetivas para o seu atendimento; de outro lado, a conjuntura político-econômica, bem como a articulação das forças hegemônicas que, a partir da década de 1990, apresenta-se de cunho predominantemente liberal, as quais definem os rumos do financiamento das políticas públicas e da educação nacional. Para Deitos,

as políticas sociais compreendem um conjunto de necessidades sociais e políticas estabelecidas socialmente numa determinada sociedade, como resultado e expressão da forma social de reprodução das condições materiais da existência. Como produto e parte da repartição da riqueza socialmente produzida, a política social corresponde ao embate das forças sociais. O Estado como característico de uma instituição social e político-militar estratégica da sociedade de classes aparece como *mediador*-chave do processo de repartição social da riqueza na forma de políticas sociais implementadas (DEITOS, 2010, p. 211. Grifo no texto original).

Considerando o reconhecimento desses direitos universais da pessoa humana, com a correlação do tamanho do Estado brasileiro e a amplitude dos seus gastos públicos com as políticas sociais, de acordo com Deitos (2010, p. 211), tais políticas sociais devem ser entendidas “[...] como o resultado de um processo social complexo e de intensa disputa na sociedade de classes [...]”, e ainda, sobre a conexão com o processo de desenvolvimento econômico em um contexto de bem estar social, destacamos o modelo setorial e transversal elaborado por Jorge Abrahão de Castro (BRASIL, 2014, p.181), sob a forma de esquema (Figura 1), demonstrando a complexa estrutura do funcionamento estatal, numa visão macroeconômica da sociedade brasileira, envolvendo, também, elementos da política, do setor social e ambiental, no esforço de se criar os alicerces da construção de uma nação econômica e socialmente mais potente e democrática:

Figura 1 - Políticas setoriais e transversais da política social brasileira³⁰



Fonte: SPI/MP – Esquema elaborado por Jorge Abrahão de Castro (2014)

Muitas são as indagações e questionamentos sobre a gestão pública eficiente: de onde vêm e para onde vão os recursos para financiar a manutenção e o desenvolvimento do ensino, nas três esferas de governo – federal, estadual e municipal?; quais as articulações e integrações de ações pactuadas entre cada ente federado, nos moldes de um Regime de Colaboração? Quais os recursos que são mobilizados para o exercício da competência distributiva e supletiva da União para com as outras tão desiguais esferas administrativas? Que caminho trilhou o dinheiro dos impostos do contribuinte? Tais indagações, considerando as disputas engendradas em um contexto neoliberal, tendem a conceber as ações governamentais sob a ótica gerencial e patrimonial e, por conseguinte, tendem a incorporar aos mecanismos de controle da administração pública alguns conceitos³¹ oriundos da administração privada, tais como: governabilidade, governança e *accountability*.

³⁰Figura 1. Fonte: SPI/MP – Esquema elaborado por Jorge Abrahão de Castro (2014, p. 181).

³¹Refere-se aos conceitos oriundos da administração privada que, de acordo com Wladimir Ribeiro Prates (2014) que diz que “[...] **governabilidade**, se refere a uma capacidade política do Estado; **governança**, se refere à capacidade da administração de executar as políticas públicas; e **accountability**, corresponde principalmente à ideia de ‘prestação de contas’ por parte da administração para com a sociedade, referindo-se à ‘responsabilização dos agentes’, os quais devem se responsabilizar pela correta utilização dos recursos, sob pena de serem punidos pela Lei de Improbidade Administrativa (LIA) e a **Responsividade dos agentes**, diz respeito à capacidade de resposta do poder público às demandas sociais.”

Disponível: <https://cienciaenegocios.com/governabilidade-governanca-e-accountability/> Acesso em: 03

abr.2020. [Diversos pesquisadores brasileiros vêm trabalhando, dentro da área das **políticas públicas**, com o

Com referência à governabilidade, à governança e à *accountability*, embora constituam diferentes conceitos, dizem respeito à fiscalização e ao controle social da gestão da coisa pública, o que leva os agentes públicos a prestarem contas dos resultados de suas ações.

Nesse sentido, para uma tentativa de contraste entre tal abordagem e outra alternativa recorremos ao ensaio de Fernando Filgueira (2011), o qual formula uma perspectiva crítica em relação à “política da transparência” fornecendo outra alternativa para o argumento normativo do conceito de *accountability*, no sentido de questionar se tal alternativa possa, de fato, ir em direção ao aprofundamento da democracia e ao fortalecimento dos processos de gestão pública.

Sendo assim, Filgueira (2011, p. 65), ao se referir ao caráter normativo do conceito *accountability*, na perspectiva da *teoria da agência*, afirma que “[...] O objetivo normativo é claro, mas falta a ele uma conformação mais adequada à ideia de democracia e ao modo como opera na política cotidiana, afinal ela não se restringe aos problemas de gestão e eficiência econômica [...]” (FILGUEIRA, 2011, p.65).

Nessa direção, Filgueira (2011, 65) “[...] questiona a política da transparência e defende outra via para a democratização do Estado: a política da publicidade³², a qual fornece ao conceito de *accountability* outro substrato normativo no âmbito da teoria política”.

Assim, de acordo com Filgueira (2011), ao se trazer para o setor público os conceitos de *accountability* oriundos da administração privada, próprio a uma teoria política dos Estados liberais, a sua relação com a política da transparência no âmbito da teoria da agência abre um debate em relação aos limites dessa política para a consolidação do próprio conceito de *accountability*. Também argumenta o autor que os problemas de gestão pública vão além da questão de eficiência com os gastos de recursos, mas abrange, também, a ideia de qualidade da democracia.

O próximo item apresenta o contexto histórico que pautou as políticas educacionais no Brasil. Nesse propósito dedicamo-nos à leitura de diversos autores que discutiram o financiamento da educação ao longo da história, trazendo a temática do financiamento como uma questão central para o debate sobre as políticas educacionais, sobre os marcos regulatórios que representam importantes conquistas na área da educação, as fontes dos

termo da língua inglesa ***accountability***. Confira Davies (2010), Farenzena (2010), Sarturi e Tormes (2015) e Spinoza (2012).].

³² Para Fernando Filgueira (2011, p. 1) “A política de publicidade tem como perspectiva fornecer um argumento normativo para o conceito de *accountability*, no sentido de aprofundar a democracia e fortalecer os processos de gestão pública”.

recursos para o financiamento, bem como os retrocessos históricos no campo do financiamento da educação brasileira.

E no esforço de compreendermos, afinal, o que é financiamento da educação e termos uma noção de seus desdobramentos, continuamos a análise das pesquisas que se debruçaram sobre o tema. Sendo assim, seguimos destacamos alguns pontos do contexto histórico sobre o qual foram elaboradas as políticas de financiamento da educação brasileira, explanando o que dizem as pesquisas sobre o tema; quais os artigos presentes na Constituição de 1988, que tratam da questão do financiamento da educação e sobre como vêm sendo engendrados os esforços coletivos de uma sociedade tão desigual, em prol do direito humano à educação; como estão se dando os processos participativos e de controle social; como estão sendo concretizadas as conquistas validando os escritos das leis; conhecer a estrutura de financiamento da educação, por unidade de Federação e as agências influenciadoras que pressionam e interferem na natureza das políticas sociais implementadas pelo Estado.

Com esse intuito, continuamos nos desdobramentos que se seguem:

2.2 A historicidade do campo do financiamento da educação brasileira, um território em constantes disputas

De acordo com Sidinei Cruz Sobrinho (2011) foi a Constituição de 1934 a primeira a incluir capítulo específico sobre educação, reconhecendo-a, no art. 149, como um Direito Social e determinando a necessidade de previsão de recursos federais a serem aplicados para garantir seu funcionamento. A questão dos recursos foi abolida na Constituição de 1937 e volta a figurar na Constituição de 1946, sendo incluídos, dessa vez, recursos oriundos dos impostos municipais. Porém,

[...] vários fatos foram marcando a legislação educacional como: golpe do Estado Novo (1937-1945); Criação da UNE [União Nacional dos Estudantes], em 1938; Decreto-Lei n. 1238/1939 (tratou da cooperação entre indústria e estado para a formação profissional); Reforma Capanema 1942 (abrangeu o ensino secundário e técnico industrial além de estabelecer uniformidade no currículo); Reestruturação do Ensino Comercial como ramo do ensino médio (1943 e 1945); Criação do INEP, em 1938; SENAI (1942) e SENAC (1946) para atender os pobres através de ensino profissionalizante (CRUZ SOBRINHO, 2011, p. 1).

No Brasil da chamada Quarta República³³, a educação era um assunto coletivo de interesse nacional, vista como meio de desenvolvimento para o país e, sendo assim, houve reformas importantes tendo como marco regulatório as seguintes legislações:

[...] Em 1946, na Carta Magna, ficou estabelecido que a União aplicaria, anualmente, nunca menos de 10%, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de 20% da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. [e] [...] As porcentagens sofreram modificações com a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (LDB –Lei 4.024/61), que previa que a União aplicaria 12%, enquanto que os Estados, o Distrito Federal e os municípios 20%, no mínimo (BRASIL, 2006 apud SANTOS e VIEIRA, 2017, p. 228).

Eis, na figura 2, um resumo, elaborado por Romualdo Portela de Oliveira (2001, p.98 apud PINTO e ADRIÃO, 2006, p.26)³⁴ que mostra os avanços e os retrocessos na trajetória das constituições federais, forjadas em tempos de respiros democráticos, que possibilitaram a modelagem dos mecanismos de financiamento de modo a que se pudesse levar a cabo a conquista do direito à educação.

³³ “A **Quarta República**, também conhecida como **República** Populista, foi um período da história brasileira iniciado em 1946, com a posse de Eurico Gaspar Dutra, e finalizado em 1964, com o Golpe Civil-Militar que marcou o início da Ditadura Militar no **Brasil**. Nesse período, o Brasil teve um grande salto no crescimento econômico e industrial, bem como houve uma rápida urbanização. No entanto, as desigualdades sociais existentes também aumentaram.” Cf DIAS, Daniel Alves. Quarta República Brasileira (1945-1964). Disponível em: <<https://cut.ly/dAYiXuS>>. Acesso em: 15 abr.2020.

³⁴Figura 2. OLIVEIRA, R. P. de. Financiamento da educação. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Org.). **Gestão, financiamento e direito à educação**. 1. ed., São Paulo: Xamã, 2001, p. 89-118.

Figura 2 - Financiamento da educação

Ano	Disposição legal	Esfera da vinculação		
		União	Estados e DF	Municípios
1934	Constituição Federal de 1934	10% (a)	20%	10%
1937	Constituição Federal de 1937	-	-	-
1942	Decreto-Lei 4.958	-	15 a 20% (b)	10 a 15%
1946	Constituição Federal de 1946	10%	20%	20%
1961	Lei Federal 4.024	12%	20%	20%
1967	Constituição Federal de 1967	-	-	-
1969	Emenda Constitucional 1	-	-	20% (c)
1971	Lei Federal 5.692	-	-	20%
1983	Emenda Constitucional 14	13%	25%	25%
1988	Constituição Federal 1988 (d)	18%	25% (d)	25% (d)

Quadro 1: Alíquotas da vinculação de recursos para a Educação no Brasil

Obs.: 20% desse montante deveria ser aplicado na educação rural (a); estes valores (15% para estados e 10% para os municípios) cresceriam 1% ao ano, a partir de 1942 (por meio do Decreto-Lei [DEL] 4.958), até atingir, respectivamente 20 e 15% (b); na emenda de 1969 e na Lei 5.692, menciona-se receita tributária e não de impostos (c); alterada pela EMC 14 (d).

Fonte: Oliveira (2001, p. 98).

Fonte: OLIVEIRA (2001)

Outra importante fonte de recursos para a educação é apontada por José Marcelino de Rezende Pinto e Thereza Adrião (2006, p. 29). Destacam os autores que “[...] Em 1964, pela Lei 4.440, criou-se outra fonte importante de financiamento, o “salário-educação”, destinado somente ao ensino fundamental público”.

Sobre a contribuição social do Salário-Educação³⁵ algumas alterações foram implantadas: em 1965, por meio da legislação previdenciária; em 1972, por meio do FNDE, através do Decreto nº 71.264/1972; em 1975, por meio do Decreto-Lei nº 1.422/1975 e do Decreto nº 76.923/1975; a Lei nº 9.766/ 1998. De acordo com o § 3º do art. 1º da Lei nº 9.766/1998, o universo de contribuintes do salário-educação, envolve as empresas vinculadas à Previdência Social, definidas como toda e qualquer firma individual ou sociedade que assuma o risco de atividade econômica, sendo urbana ou rural, com ou sem fins lucrativos,

³⁵ Para entender esta importante fonte de financiamento – Cf. Salário-Educação – consultar: <<https://cut.ly/ip8vjnh>>.

empresas e demais entidades públicas ou privadas. A Lei nº 10.832/2003 introduziu mudanças significativas na repartição e distribuição dos recursos arrecadados na forma de *quotas* -10% para o FNDE e 90% disponibilizada para quota federal (1/3 dos recursos) e para quota estadual e municipal (2/3 dos recursos), permanecendo vigente até os dias atuais. A arrecadação se deu compartilhada entre o INSS e o FNDE, até 2005. Desde então, iniciou-se um processo de transferência da arrecadação do Salário-Educação para a Secretaria da Receita Previdenciária (SRP) e, em 2007, a transferência da arrecadação foi para a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), na forma da Lei 11.457/2007, sendo a RFB, desde então, a responsável única pela arrecadação, fiscalização e cobrança dessa contribuição social, permanecendo o formato da Lei 11.47/2007, até os dias atuais.

2.3 A estrutura organizacional do financiamento da educação, na perspectiva da Constituição Federal de 1988

Neste item, focalizaremos a estrutura organizacional de funcionamento da máquina administrativa estatal, configurada na Carta Magna, a qual define a estrutura do financiamento da educação brasileira. Na tentativa de se fazer *jus* à alcunha a ela atribuída – *Cidadã* – buscamos compreender o contexto das conquistas legislativas que marcaram a estrutura de financiamento da educação brasileira, sedimentada no pacto federativo, no Regime de Colaboração entre os entes federados e no papel redistributivo e supletivo da União, e as respectivas regras de distribuição e cooperação, presentes na Constituição Federal de 1988.

Antes da conquista das regras de distribuição do modelo tripartite de federalismo cooperativo presentes na Constituição Federal de 1988, vale lembrar que o regime de ditadura militar³⁶ no Brasil – período compreendido entre 31 de março de 1964, até a eleição de Tancredo Neves em 1985 – e os anos que se seguiram ao processo de abertura democrática foram marcados por avanços e retrocessos na história da educação brasileira, até a

³⁶Confira texto disponível em: <<https://cut.ly/sGWqhML>>. Acesso em: 05 abr.2020. Conferir também a chamada **Quinta República**, onde estão incluídos o Governo Militar, com a expedição de atos institucionais a partir de **9 de abril de 1964**, a "Constituição Congressual", de **24 de janeiro de 1967**, a "Emenda Constitucional nº 1", de **17 de outubro de 1969**, promulgada pela Junta Militar, e as emendas subsequentes; e o governo civil, com a denominada "Nova República", até a promulgação da "Constituição Cidadã", em **5 de outubro de 1988**. Disponível em: <<https://cut.ly/dOJHQEc>>. Acesso em: 05 set. 2020.

promulgação da Constituição Federal de 1988 que consagrou o modelo tripartite de federalismo cooperativo³⁷ - a base constituinte que pavimentou o complexo sistema de financiamento da educação - organizando as origens e os destinos dos recursos que financiam a educação pública brasileira, vigente até os dias atuais.

Para compreendermos o complexo sistema de financiamento da educação brasileira, recorreremos aos estudos de Madza Ednir e Marcos Bassi (2009) que inauguram o debate sob o ponto de vista da Constituição de 1988, afirmando que foi somente a partir dos anos 1990 que a questão do financiamento das políticas públicas ganhou destaque e esclarecendo que o contexto era, após vinte anos de ditadura militar, o de abertura democrática, cujo momento era inspirador para a arquitetura das conquistas sociais expressas nas políticas públicas regidas pela Constituição Federal de 1988. Ednir e Bassi (2009, p.39) mencionam o artigo 205 como sendo a expressão do que é a educação desejada.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, CF/1988, art. 205 apud EDNIR; BASSI, 2009, p.39).

Ednir e Bassi (2009) esclarecem ainda, que os artigos 206 a 210 tratam de definir princípios e de especificar, de maneira mais concreta, a educação descrita no artigo 205, com desdobramentos, norteando, desde os conteúdos mínimos para o ensino fundamental até a definição do papel do Estado e dos entes federados em relação aos diferentes níveis de ensino. Esses autores também alertam que embora as conquistas estejam garantidas no papel, as mesmas continuam a ser, na prática, fragilizadas mediante a disputa pelo orçamento público, preconizado pelas políticas neoliberais que pressionam pelo enxugamento do Estado.

Os autores também destacam que, com a criação, em 1996, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), cresceu o interesse pelo financiamento da educação para além do círculo daqueles que estudavam ou atuavam na área. O assunto Fundef mobilizou a sociedade civil que ampliou o debate, articulando-o, não só à discussão junto à Campanha Nacional pelo Direito à Educação, sobre o *custo-aluno-qualidade* (CAQ), bem como ao impacto que tais recursos contábeis poderiam provocar nas políticas educacionais e na sociedade como um todo.

³⁷A Constituição da República de 1988, qualificada como Cidadã, a chamada **Sexta República**, em seu art. 60, § 4º, Inciso I, estabeleceu como cláusula pétrea a forma federativa de Estado e em seu artigo 23, § único, o regime de colaboração entre a União e os federados, uma verdadeira arquitetura do Estado brasileiro assentada na ação cooperativa, visando o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional. (BRASIL, 1988) Disponível: <<https://cut.ly/WMNuFPy>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

Ednir e Bassi (2009) esclarecem acerca da arquitetura do modelo tributário brasileiro, destacando as fontes da receita destinada a financiar a educação. Segundo os autores, a receita pública é arrecadada e gerenciada pelos governos nas instâncias municipal, estadual e federal com a finalidade de construir, manter e expandir a sua rede de escolas públicas; financiar os insumos para a manutenção de sua rede; financiar as políticas indutoras através dos programas a serem implantados nos municípios; prover recursos para os programas de financiamento estudantil. Tais receitas advêm dos tributos que são valores cobrados daqueles que estão empregados ou dos que têm empregados e também dos que consomem serviços e produtos. A contrapartida do governo é financiar políticas públicas destinadas a todos os contribuintes, sendo a educação uma das áreas que disputam pelo orçamento público, cuja origem advêm dos impostos, taxas e contribuições arrecadadas nas três instâncias de governo: federal, estadual e municipal, as quais se articulam em uma engenharia de políticas indutoras e compensatórias envolvendo projetos, programas e ações, os quais ocorrem, em sua maioria, nos ambientes educacionais dos territórios municipais, pois é o *locus* de maior demanda de recursos, por ser onde se estabelecem e são levadas a efeito as demandas da educação sob a responsabilidade dos entes de menor capacidade de arrecadação tributária.

Assim sendo, visando compreender o modelo tributário brasileiro, envolvendo os diferentes tipos: *tributos diretos*; *tributos indiretos*; *tributos progressivos*; *tributos regressivos*, bem como as diferentes categorias: *impostos*, *taxas* e *contribuições* arrecadadas pelos diferentes entes federados recorremos novamente aos estudos empreendidos por Ednir e Bassi (2009) que expõem de maneira bem didática, os tipos e categorias de tributos que podem ser classificados em:

[...] **Tributos diretos:** recaem diretamente sobre a propriedade e sobre a renda das pessoas; **Tributos indiretos:** estão embutidos nos preços das mercadorias, dos bens e serviços... [...] **Tributos progressivos:** são proporcionais à riqueza, à renda e ao valor das posses das pessoas – quem tem mais paga (ou deveria pagar) mais. **Tributos regressivos:** são iguais para todos os contribuintes (EDNIR e BASSI, 2009, p. 20. Grifos no texto original).

Dependendo da forma como são recolhidos, os tributos recebem diferentes nomes e se dividem em três categorias: **impostos**, **taxa** e **contribuição**. Ednir e Bassi (2009) apresentam uma definição de cada uma dessas categorias:

Imposto: a categoria mais importante de tributo em volume arrecadado [...] [...] que vão custear a maioria dos serviços públicos e a própria manutenção administrativa. Chegam a representar mais de 90% dos orçamentos dos governos estaduais e das prefeituras. **Taxa:** [...] cobrada em troca do fornecimento de algum serviço, como um documento, [...] coleta de lixo, iluminação pública, [...] **Contribuição de melhoria:** [...] cobrado de grupo restrito de cidadãos beneficiados [com] [...] melhoria urbana ou obra pública. **Contribuições sociais e econômicas:** são da competência da União [e] [...] as sociais destinam-se a cobrir gastos da seguridade social (saúde, assistência e previdência social). As econômicas destinam-se ao

fomento de certas atividades produtivas (EDNIR e BASSI, 2009, p. 21. Grifos no texto original).

Tudo o que ocorre na vida financeira e econômica da sociedade é tributado e de acordo com os estudos apresentados por Ednir e Bassi (2009), esses tributos estão embutidos nos preços e recaem sobre os itens que se seguem, estando assim resumidos:

Consumo de mercadorias, bens e serviços: ...[...] Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (**ICMS**), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN [...] conhecido como ISS), Contribuições para Financiamento da Seguridade Social (**Cofins**), Imposto sobre Produtos Industrializados (**IMI**) (EDNIR; BASSI, 2009, p.22. Grifos no texto original).

Sobre trabalho e salários, Ednir e Bassi (2009) mencionam as obrigações tributárias e contribuições das empresas em relação aos benefícios sociais de seus empregados de carteira assinada, conforme o que se segue:

[...] sempre que se trabalha é preciso reservar uma porcentagem para os tributos. [...] Assim, é preciso pagar: Instituto Nacional de Seguridade Social (**INSS**); Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), [...] Sistema S (Sesc, Senai, Sesi, Senac, Senar, Sebrae, Sest, Senat, SESCOOP), Contribuição Social do Salário-educação e outras contribuições sociais (EDNIR e BASSI, 2009, p.22-23. Grifos no texto original).

Ainda de acordo com Ednir e Bassi (*Ibid.* 23-24), se colocadas em uma ordem decrescente, ou seja, *do maior número percentual de arrecadação para o menor número percentual de arrecadação* da receita tributária brasileira, de acordo com esse critério, as áreas da economia que pagam impostos se apresentariam na seguinte ordem: *sobre comércio internacional; sobre patrimônio e propriedade; sobre transações financeiras; sobre renda, lucros e ganhos de capital; sobre salários*. A área que mais arrecada é a *tributação indireta, embutida no consumo de bens e serviços*, mesmo naqueles de primeira necessidade.

Analisa esses autores que é através dos tributos que se viabilizam as políticas públicas necessárias à correção da concentração de terra e de renda no Brasil, tão nefasta para o tecido social como um todo, pois, o Brasil é uma das nações com a maior concentração de riqueza e renda, do mundo. Concluem os autores que o sistema tributário brasileiro é injusto, visto que “[...] Quem ganha mais e possui mais propriedades paga **uma proporção menor** de tributos do que aqueles que ganham menos. [...]” (EDENIR e BASSI, 2009, p. 24-25. Grifos no texto original). Entretanto, observa-se uma injusta inversão se considerarmos a isenção de tributação sobre lucros e dividendos para pessoas físicas, mediante “[...] **o peso da arrecadação de tributos** [que] **afeta mais os mais pobres**. [...]”. (EDNIR; BASSI, 2009, p. 24-25. Grifos no texto original).

Portanto, os estudos de Ednir e Bassi (*Ibid.*) ao mostrarem o modelo brasileiro de elevada taxa sobre bens e serviços de baixa taxa sobre a propriedade, lucros e

dividendo nos revela quão injusto é o sistema tributário em nosso país. Seus estudos revelam, também, sobre como é feita a divisão de tarefas em uma política de fundos para a educação, bem como sobre como é feita a repartição do montante tributário e como isso contribui para a manutenção das desigualdades na sociedade brasileira.

Ednir e Bassi (*Ibid.*) analisando as rotas de financiamento da educação, nos artigos 211, 212, 213 e 214 da Constituição de 1988, demonstram em seus estudos que são três as estratégias para otimizar os recursos destinados ao financiamento das políticas públicas, visando alavancar a educação brasileira:

- *Divisão de tarefas e colaboração entre os três níveis de governo – federal, estadual e municipal (artigo 211).*
- *Definição de onde vêm e para onde vão os recursos para financiar a manutenção e o desenvolvimento do ensino (artigos 212 e 213).*
- *Planejamento realista para garantir articulação e integração de ações (artigo 214) (EDNIR E BASSI, 2009, p. 40. Grifos no texto original).*

Ednir e Bassi (*Ibid.*) destacam as modificações ocorridas nos artigos 211 a 214 por ocasião da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Fundamental e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundef), no final de 1996, através da Emenda Constitucional nº 14 (EC/14), que inaugura um instrumento de captação de recursos para a educação com a criação de um fundo público,

[...] reunindo em uma única “cesta” parte da porcentagem de impostos destinada à educação pelos governos federal, estadual e municipal. Em 2006, **a Emenda Constitucional nº 53 (EC/53)** substitui o Fundef pelo Fundeb. – [Fundo e Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação] (EDNIR E BASSI, 2009, p. 41. Grifos no texto original).

Ednir e Bassi (2009) revelam em seus estudos que, mediante a divisão de tarefas propostas no artigo 211 da CF/88, quem menos arrecada são os municípios, justamente o território onde as políticas públicas da educação têm de acontecer. São muitas as responsabilidades dos municípios e pouca a capacidade de arrecadação de recursos capazes de dar conta das demandas educacionais locais, posto que é no território dos municípios que as políticas públicas têm de se fazer presentes, sob o regime de colaboração das outras esferas de governo. Por este motivo, a legislação estabelece que a União, a esfera que arrecada mais da metade dos tributos, tem de transferir parte de sua receita para os municípios e para os Estados e estes últimos, por sua vez, também transferem parte de suas receitas para os municípios, viabilizando assim, os serviços públicos para que aconteçam nos territórios municipais.

Conforme analisam Ednir e Bassi (2009), a Emenda constitucional nº 14 (EC 14)³⁸ torna mais nítidas as competências dos entes federados, antes, um pouco vagas no texto originalmente proposto no artigo 211 da CF/88, no que diz respeito às atribuições da União e dos Municípios e, também, quanto à omissão em relação aos Estados e ao Distrito Federal. Assim, o novo texto da EC nº 14 define que:

A **União**... [...] assume uma função **redistributiva** e **supletiva**...[...] deve redistribuir os recursos de forma que compense desigualdades regionais, e suplementar o que falta aos sistemas de ensino estaduais e municipais para que se desenvolvam a contento. Os **municípios** têm a responsabilidade pela oferta do ensino fundamental e de educação infantil, em creches e pré-escolas... [...] Os **Estados** e o **Distrito Federal**, que não eram mencionados no artigo 211, passam a ser citados: a eles compete a oferta do **ensino fundamental** e do **ensino médio** (EDNIR E BASSI, 2009, p.43. Grifos no texto original).

Para compreendermos o arcabouço dos setores envolvidos no financiamento na área de educação no Brasil, recorreremos, também, aos estudos de Jorge Abrahão de Castro (1981). Em sua análise jurídico-institucional, Castro afirma que o estudo do financiamento da educação brasileira implica a análise da esfera fiscal e parafiscal, abrangendo as características e o desenrolar histórico das principais fontes de financiamento tributário, assim como as contribuições sociais e demais fontes que se destinam à área.

De acordo com Castro (1981), o tema do financiamento da Educação no Brasil, em termos de escopo, abrange o financiamento realizado pelo setor público e a parte financiada pelo setor privado, referindo-se aos gastos realizados pelas famílias e indivíduos, associações, entidades privadas do sistema “S” (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai; Serviço Social da Indústria – Sesi; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac; Serviço Social do Comércio – Sesc; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar; Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – Senat; Serviço Social do Transporte – SEST; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescoop; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae)³⁹; organizações sindicais e da sociedade

³⁸Disponível em: <<https://cut.ly/bsvurqP>>. Acesso em: 05 abr.2020.

³⁹As entidades do Sistema S são sustentadas com dinheiro que o governo arrecada das empresas do ramo da indústria, do comércio e do agronegócio, por meio de contribuições sobre o valor da folha de pagamento dessas empresas. A receita federal repassa bilhões de verbas para essas entidades de direito privado, sendo por isso chamadas de “paraestatais”. A crítica que se faz é a falta de transparência quanto à destinação das verbas; outra crítica recorrente é a falta de atendimento ao interesse público, quanto ao percentual de cursos gratuitos oferecidos por essas entidades (as quais os oferecessem com uma carga horária mínima), de modo a impedir que fossem contabilizadas capacitações de curtíssima duração. E ainda, embora se reconheça a autonomia na gestão dessas autarquias, por lidarem com recursos arrecadados pelo governo, as entidades do Sistema S são pressionadas a divulgar na internet o quanto recebem dessas contribuições, o destino desses recursos, a estrutura remuneratória dos seus funcionários e o nome dos seus dirigentes e membros do seu corpo técnico. Disponível em: <<https://cut.ly/TDEgmnV>>. Acesso em: 01 abr. 2020.

civil, igrejas e entidades confessionais, entidades de classe empresariais, entre outras entidades salientando o autor que, em relação ao setor privado,

[...] existem sérios problemas associados à insuficiência e à consistência duvidosa dos dados, além, em geral, da pouca complexidade das informações, em grande parte devido à descentralização na realização dos gastos, bem como de uma série de definições nem sempre objetivas. O que é certo nesta questão é que, para o setor privado, as informações não se encontram atualmente disponíveis, o que torna um enigma falar em financiamento da área de educação no Brasil quando se pretende considerar todos os setores envolvidos. É por isto que neste trabalho, assim como na maioria dos trabalhos ligados a este assunto até o momento, toma-se somente a parte realizada pelo poder público como referência. (CASTRO, 1981, p.11).

Com o intuito de apreendermos e compreendermos a complexidade da arquitetura de funcionamento da máquina administrativa que opera o financiamento da educação pública no Brasil, demonstrada passo a passo nos estudos empreendidos por Ednir e Bassi (2009), os quais destacamos no presente trabalho, recorreremos à Figura 2 apresentada por Jorge Abrahão de Castro (2001, p.12), que basicamente resume o que foi analisado até aqui, dialogando com o trabalho de Ednir e Bassi (2009).

Figura 3 – Estrutura de financiamento da educação por unidade da Federação

União	Estados	Municípios
1. Orçamentários (Tesouro) • Ordinários do Tesouro • Vinculação da receita de impostos (18%) para MDE • DRU (ex-FEF/FSE) 2. Contribuições Sociais • Salário-educação/quota federal • Contribuição sobre o lucro líquido • Contribuição para a seguridade social • Receitas brutas de prognósticos 3. Outras fontes • Operações de Crédito • Renda líquida da loteria federal • Renda de órgãos autônomos • Aplicação do Salário-educação/quota federal e outras fontes do FNDE • Diretamente arrecadados • Diversos	1. Orçamentários (Tesouro) • Vinculação da receita de impostos (25%) para MDE • Subvinculação do Fundef/Fundeb (representa 15% das receitas de impostos e do FPE e ICMS) 2. Transferências • Salário-educação/quota federal • Orçamentários da União (exemplo: complementação do Fundef/Fundeb) • Aplicação do Salário-educação/quota federal e outras fontes do FNDE 3. Contribuição social • Salário-educação/quota estadual 4. Outros • Diretamente arrecadados • Operações de crédito • Diversos	1. Orçamentários (Tesouro) • Vinculação da receita de impostos (25%) para MDE • Subvinculação do Fundef/Fundeb (representa 15% das receitas de impostos e do FPM) 2. Transferências • Salário-educação/quota estadual • Salário-educação/quota federal • Orçamentários do Estado • Orçamentários da União • Aplicação do Salário-educação/quota federal e outras fontes do FNDE 3. Outros • Diretamente arrecadados • Operações de crédito • Diversos

Fonte: Elaboração de Jorge Abrahão de Castro (Org.), (2001, p.12).

Sendo assim, Castro (2001) afirma que a estrutura de financiamento das políticas sociais é mista, sendo a maior parte dos recursos provenientes de fontes do aparato fiscal, que é o caso típico da vinculação de impostos e ainda esclarece que,

parcela razoável provém das contribuições sociais, principalmente das contribuições originalmente destinadas ao financiamento da seguridade social e daquela contribuição criada exclusivamente para a educação que é o salário-educação. Outra parte provém de operações de crédito com agências internacionais e, por último, têm-se as outras fontes em que entram, desde as aplicações financeiras do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), até os recursos arrecadados diretamente pelas instituições vinculadas. A partir de 1994, um fundo de financiamento atípico, o Fundo Social de Emergência (FSE) começou a funcionar e, também, foi utilizado para financiar a educação (CASTRO, 2001, p.13).

Se voltarmos à Figura 1 elaborada por Castro (2014, p.181 apud CUNHA, 2014), destacada no presente trabalho podemos observar que o núcleo da política social está localizado nas políticas de Previdência Social Geral, Benefícios a Servidores Públicos, Saúde, Assistência Social, Educação e Habitação e Saneamento. Todas essas áreas almejam recursos para o seu funcionamento. Para Castro (2014), o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) é um importantíssimo instrumento de proteção social, o qual representa um avanço para a democracia e para o conjunto de interesses sociais que visa à promoção da justiça social brasileira. Sendo assim, mediante o volume de recursos arrecadados, Castro (2014) afirma que

[...] alguns até quiseram transformá-lo em um sistema privado e levá-lo para o mercado, mas foram vencidos, pois trata-se de um sistema centralizado importantíssimo para a democracia e para a política social brasileira que absorve recursos expressivos do fundo público. Temos os sistemas de benefícios aos servidores do setor público, cuja parte previdenciária acabou de passar por uma reforma com a criação do Fundo de Previdência para o setor público, apesar disso, também compete por recursos públicos (CASTRO, 2014, p.183-184 apud CUNHA *et al.*, 2014).

2.4 Um Plano Nacional de Educação para além de eventuais governos

Até aqui, compreendemos que o financiamento da educação no Brasil, provém de recursos públicos originários da receita de impostos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; da receita de transferências constitucionais e outras transferências; da receita da contribuição social do salário-educação; de outras contribuições e dos cidadãos, formando assim, uma estrutura orçamentária da ordem de bilhões. Todavia, embora seja alto o gasto com a educação nas últimas décadas, ainda assim, não se conseguiu recuperar o atraso imposto pelos episódios de retrocessos que marcaram a história da educação brasileira, ainda precisando, portanto, de políticas sociais compensatórias, no sentido de minimizar o impacto das desigualdades sociais e, assim, poder dar um salto qualitativo para além da conquista da

cidadania, pois se trata da conquista de um *direito humano à educação*, muito bem pontuado por Carlos Roberto Jamil Cury (2014) que diz:

Finalmente, se estamos diante da pessoa, se estamos (novamente) convocados a pensar para além da cidadania, ingressamos no âmbito mais ampliado que é o dos direitos humanos. Mas aí já estaríamos penetrando em um sistema sonhado por muitos filósofos como algo próximo à “paz perpétua”... algo próximo de quando nossa Constituição, em seu art. 4º, dispõe que o Brasil também se *rege* pelo princípio da *prevalência dos direitos humanos*. Não era isto estranho aos signatários de 1932 que, ao final do Manifesto, associavam ao dever do Estado para com a educação a *sua comunhão íntima com a consciência humana* (CURY, 2014, p. 40. Grifos do texto original).

Nessa direção, recorremos aos estudos de Daniela Dermínio Posterare Santos e Horácio Rosa Vieira (2017). De acordo com Santos e Vieira, o fundo de financiamento e os programas a serem implantados nas escolas públicas que ofertam o nível básico de ensino é dever do Estado e responsabilidade do governo federal. Esses autores também mencionam o alto investimento que faz o governo federal, especialmente em se tratando da educação básica, expressos no volume dos recursos provenientes de dotações orçamentárias do Ministério da Educação e de outras fontes, tais como os recursos consignados no orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), provenientes dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, vinculados à educação, entre outras fontes. Sendo assim, os autores esclarecem ainda que,

além dos fundos mencionados, o governo federal também financia programas nacionais para as escolas públicas de educação básica, tais como: Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE; Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE; Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE; Programa Nacional de Saúde Escolar – PNSE; Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. Esses programas têm por objetivo prover as escolas públicas de educação básica das redes federal, estadual e municipal de recursos que ampliem as possibilidades e auxiliem no desenvolvimento das atividades educativas previstas (SANTOS e VIEIRA, 2017, p. 231-232).

Nesse sentido, Luiz Fernando Dourado (2014) afirma que alguns avanços na democratização das políticas sociais têm sido propostos para a efetivação de políticas de Estado. Dourado, na Conferência Nacional de Educação, de 2014, discutia o federalismo, o Sistema Nacional de Educação (SNE) e o Plano Nacional de Educação, este último, destacado pelo autor como um importante eixo articulador do SNE, também, como um importante instrumento estratégico para a participação popular, demonstrando no debate que, para a efetivação da cooperação federativa, bem como para o regime de colaboração entre os entes federados, há de se engendrar esforços para a participação ampla da sociedade na construção

de um PNE como política de Estado, visando consolidar direitos e superar os dilemas estruturais impostos pelo descontínuo político e pela carência de planejamento de longo prazo, para além de eventuais governos. Nessa direção,

as conferências de educação e a II CONAE, em particular, cumprem importante papel na mobilização, formação, discussão e proposições de políticas de Estado para a educação ao traduzir, por meio de amplo processo participativo envolvendo a sociedade civil e política, concepções e deliberações que avançam na perspectiva da ampliação dos direitos sociais à educação, sinalizando, entre outras, a necessidade de um federalismo cooperativo em educação como base para a instituição de um SNE orgânico (DOURADO, 2014, p.43).

Dourado (2009) já sinalizava que a Conferência Nacional de Educação (Conae), precedida por conferências municipais, intermunicipais, estaduais e do Distrito federal, cumpre um importante papel de ser um espaço de discussão e deliberação coletiva com a participação de diferentes atores, envolvendo representantes de gestores de diversos segmentos da sociedade, do setor público e da iniciativa privada, contribuindo, desse modo, para uma visão multilateral referendada na concepção de uma maioria que compreende a educação como um bem público, reafirmando o papel do Estado como garantidor da educação pública, gratuita e de qualidade social⁴⁰.

Nesse sentido, Cury (2008 apud DOURADO 2009) enriquece o debate pontuando que para se elevar à condição de ser um Sistema Nacional de Educação, propriamente dito, implicaria na coexistência de quatro elementos fundantes: “[...] uma rede de órgãos, instituições escolares e estabelecimentos – *fato*; um ordenamento jurídico com leis de educação – *norma*; uma finalidade comum – *valor*; uma base comum – *direito*”. E a coexistência desses quatro elementos “[...] supõe *unidade e diversidade e ausência de incompatibilidades normativas*”. (CURY, 2008, p. 1.199 apud DOURADO, 2009, p.370. Grifos no texto original)

Ressalta-se que Cury (2008 apud DOURADO, 2009) defende a construção do SNE articulado, considerando que

⁴⁰ Para uma tentativa de contraste entre tal abordagem e outra alternativa, confira Nicholas Davies (2014). O artigo analisa planos de educação no Brasil, com foco no financiamento. Aponta a fragilidade de planos numa sociedade, economia e Estado que não visam o bem comum, agravada pelo descumprimento sistemático de leis pelos próprios governos. Registra a pouca confiabilidade das estatísticas educacionais e, portanto, a precariedade na elaboração de diagnósticos e avaliação de metas alcançadas e analisa as propostas de planos nacionais de educação (PNE) formulados no final dos anos 1990, da Lei nº 10.172, que instituiu o PNE em 2001, e do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), lançado pelo governo federal em 2007. Examina brevemente o documento final da Conae de 2010, a Lei nº 13.005 que instituiu o novo PNE em junho de 2014, comparando alguns pontos aprovados na plenária da Conae, não foram contemplados no Projeto de Lei aprovado pela Câmara dos Deputados em outubro de 2012 e no PL original encaminhado pelo governo federal em dezembro de 2010. Disponível em: <<https://cut.ly/jJdZcNV>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

[...] temos uma organização da educação nacional e não um sistema nacional. [e] [...] Um sistema nacional de educação teria que alavancar o papel da União com uma maior presença no âmbito da educação básica e no âmbito das redes privadas dos sistemas de ensino (CURY, 2008, p.1.199 apud DOURADO, 2009, p. 370).

E Dourado (2014) complementa afirmando que a Emenda Constitucional nº 59/09 deu as bases legais para a instituição do SNE, alterando a CF/88:

4º O caput do art. 214 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido do inciso VI:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzem a:

[...]

VI – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto” (DOURADO 2014, p. 44-45).

Dourado (2014) destaca a relação intrínseca entre o PNE, o SNE, o regime de colaboração e a necessidade de se avançar nas orientações jurídico-normativas, de modo a aprovar o PNE como uma política de Estado. Nesse sentido, o autor afirma que

essas alterações legais situam o PNE como articulador do SNE em regime de colaboração, como definidor das diretrizes, objetivos, metas e estratégias para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino por meio de ações integradas, tendo acrescido, ainda, o inciso VI referente ao estabelecimento da meta de aplicação dos recursos públicos em educação como proporção do PIB (DOURADO, 2014, p. 45).

A este respeito, Penildo Silva Filho (2020) afirma que desde que o Brasil descobriu o pré-sal⁴¹, o governo decide mudar o regime de *concessão* para o de *partilha*, o que, obrigatoriamente, implicou no fato de que, em todos os blocos, deveria haver a participação da Petrobrás, empresa estatal brasileira, de sociedade de economia mista⁴² que desenvolveu tecnologia própria para operar, com eficiência, em águas ultra profundas, movimentando toda a cadeia produtiva ligada à indústria de energia, com isso, fortalecendo a política de conteúdo local, facilitando, assim, um maior controle das exportações, significando a possibilidade de um melhor planejamento de suas políticas e uma maior autonomia financeira com dinheiro

⁴¹“A existência de petróleo na camada **pré-sal**, e que viria a ser conhecida por essa denominação, foi anunciada em fins de 2006, pelo ex-diretor da ANP [Haroldo Borges Rodrigues Lima] e posteriormente confirmada pela Petrobras. Em 2008 a Petrobras confirmou a descoberta de óleo leve na camada **sub-sal** e extraiu pela primeira vez petróleo da camada de **pré-sal**.” Disponível em:<<https://cut.ly/VDaAij2>>. Acesso em: 19 set. 2020.

“Em 2010, a estatal brasileira começou, de fato, o processo de exploração do petróleo na área abrangida pela pré-sal. Essa exploração iniciou-se no Campo de Jubarte, localizado no Estado do Espírito Santo, porém, vinculado à Bacia de Campos. A partir de então, a economia brasileira ganhou um novo impulso.” Disponível em:<<https://cut.ly/j1n2Sey>>. Acesso em: 19 set. 2020.

⁴² Nas empresas estatais de sociedade de economia mista o seu capital é formado por dinheiro público e privado.

novo para a criação de um fundo próprio que serviria para priorizar o investimento na educação e na saúde. Silva Filho, referindo-se à questão da definição no PNE de 2014, das fontes de recursos para a expansão do investimento na área da educação comenta que

[...] isso foi uma questão revolucionária, porque se pegarmos o Plano Nacional de Educação de 2014... [...] a gente vai observar que lá foi a primeira vez que se teve um Plano Nacional de Educação ou plano decenal onde [se estabelece] uma meta de financiamento da educação, equivalente a 10% do PIB investidos em educação [e] [...] o próprio Plano Nacional de Educação [diz] de onde virá este recurso, porque, muitas vezes, as leis no Brasil viram letras mortas porque não se diz qual é a fonte dos recursos e [este plano] diz claramente que é dos fundos formados pelos recursos dos royalties do pré-sal. [...] [e] [...] o crescimento de investimento na educação no Brasil foi muito expressivo, [a partir de] [...] de 2003 era cerca de 3,2% do PIB investido em educação e chegamos em 2014/2015 com cerca de 6,5 % do PIB em educação, projetando para chegar a 10% em 2024 [...] (SILVA FILHO, 2020, 35:07-36:35)⁴³.

Nessa direção, em 2014, consolidou-se o PNE, sob a Lei nº 13.005/2014, com vigência até 2024. De acordo com o documento base do PNE (MEC, 2014 *passim* 8-61), a lei incorpora os mecanismos que, de fato, irão lhe dar o suporte necessário para viabilizar a consecução das metas e suas respectivas estratégias, bem como articular uma metodologia, de modo a pavimentar o caminho para a construção de um Sistema Nacional de Educação.

De acordo com o documento base do PNE (2014 *passim* 8-61), as ações nele previstas têm como principal mecanismo o financiamento das mesmas, com aferição de rubrica orçamentária para cada meta desdobrada em suas respectivas estratégias; outro importante mecanismo para o monitoramento e avaliação consistentes foi a criação, pelo MEC, de uma metodologia padrão, envolvendo ciclos de monitoramento, culminando em relatórios periódicos ao longo da vigência do plano, relativos à averiguação de indicadores correspondentes às vinte metas e suas respectivas estratégias, previstas para atender as demandas da educação, nos municípios brasileiros tanto nas instâncias do setor público quanto na iniciativa privada. Outro mecanismo é o da capacitação, pelo MEC, dos gestores locais para a averiguação sistemática dos indicadores, com vistas ao acompanhamento, no sentido de verificar se as metas e suas respectivas estratégias vêm sendo alcançadas e, por conseguinte, encaminhar proposição de políticas públicas necessárias para o desenvolvimento educacional do município.

Com base no documento intitulado *Planejando a Próxima Década: conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação* (MEC/SASE, 2014), elaborado pelo MEC em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e com contribuições da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), os quais organizaram as

⁴³ (35:07-36:35) Recurso para referência de citação audiovisual.

propostas encaminhadas pela Conae/2014⁴⁴, estabelecendo os prazos previstos para que os municípios brasileiros, utilizando-se da metodologia proposta pelo MEC, pudessem se organizar no sentido de promover as ações necessárias para se levar a cabo o Plano Decenal de Educação nos territórios brasileiros. As metas foram organizadas conforme o quadro que se segue:

Quadro 7 – O PNE e os prazos para o cumprimento de suas metas

ORGANIZAÇÃO DAS METAS POR PRAZO	
DESCRIÇÃO DA META	PRAZO
Meta 1 Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de ed. Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.	Até 2016
Meta 2 Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.	Até 2024
Meta 3 Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).	Até 2016 (gradualmente até 2024)
Meta 4 Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.	Até 2024
Meta 5 Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.	Ciclo de Alfabetização em três anos
Meta 6 Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por	Até 2024

⁴⁴ Há autores que afirmam que as propostas encaminhadas pela Conferência Nacional de Educação (Conae), não foram, de todo, contempladas por aqueles encarregados de sistematizar o documento, antes de encaminhá-lo para a então presidenta da República, Dilma Rousseff, a qual aprovou o Plano Municipal de Educação, em sua integralidade, sem veto.

cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.					
Meta 7 Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb.	IDEB	2015	2017	2019	2021
	Anos iniciais do EF	5,2	5,5	5,7	6,0
	Anos finais do EF	4,7	5,0	5,2	5,5
	Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2
Meta 8 Elevar a escolaridade média da população de 18(dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, demodo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigênciadeste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.	Até 2024				
Meta 9 Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.	Até 2024				
Meta 10 Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.	Até 2024				
Meta 11 Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.	Até 2024				
Meta 12 Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.	Até 2024				
Meta 13 Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.	Até 2024				
Meta 14 Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação de modo a atingir a titulação anual de	Até 2024				

60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.	
Meta 15 Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.294, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.	Até 2016
Meta 16 Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.	Até 2024
Meta 17 Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.	Até 2020
Meta 18 Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.	2016
Meta 19 Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.	2016
META 20 Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do país no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.	7% do PIB até 2019 10 % do PIB até 2024

Fonte: PNE em movimento: Plano Nacional de Educação – Lei n.13.005/2015⁴⁵

⁴⁵O referido documento permite acesso aos desdobramentos das metas e suas respectivas estratégias. Ao seguir o link, clique nas metas para expandir as informações. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

3 DESCRIÇÃO DO CORPUS EMPÍRICO

Este capítulo focaliza a produção bibliográfica dos programas notas 6 (seis) e 7 (sete), constantes no relatório da Capes no triênio 2010-2012, explorando, especificamente, os artigos cujos autores discutiram a temática do *financiamento da educação* brasileira, publicados em periódicos *Qualis* A1 e A2.

Como já informado anteriormente, esta investigação é parte integrante de uma pesquisa mais ampla que vem trabalhando com as produções elencadas no banco de dados da Capes, com foco nos artigos dos programas notas 6 (seis) e 7 (sete), no período de 2010-2012, publicados nos periódicos *Qualis* A1 e A2. Esse material de análise foi identificado e selecionado, a fim de compor o banco de dados do grupo de pesquisa *Episteme*, do qual sou membro. Totalizando 817 artigos, esse acervo encontra-se organizado de acordo com a classificação por programa/ano de publicação/periódico A1 e A2. O presente estudo partiu da consulta a esse material empírico em busca das pesquisas publicadas na forma de artigos que têm relação com o objeto ‘financiamento da educação’.

Sendo assim, o primeiro procedimento adotado foi buscar entre os 817 artigos aqueles que continham a terminologia *financiamento da educação* nos títulos e/ou nas palavras-chave, na tentativa de localizar, prioritariamente, a centralidade temática do objeto *financiamento da educação*. Todavia, foram encontrados apenas três artigos, todos publicados em 2010, com as seguintes especificidades: duas produções bibliográficas oriundas do PPGEDU-UFRGS (nota 6, pela Capes) e publicados, em periódicos *Qualis* A2 – o primeiro publicado no periódico *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, sob o título, “Controle institucional em políticas federais de educação básica no Brasil”, de autoria de Nalu Farenzena, apresentando a terminologia *financiamento da educação* no rol de palavras-chave; o segundo, publicado no periódico *Currículo sem Fronteiras*, de autoria de Nalu Farenzena e Alessandra de Oliveira Mendes, traz em seu título o tema financiamento da educação: “Capacidade de financiamento da educação em municípios do Rio Grande do Sul: uma exploração a partir dos efeitos redistributivos do FUNDEF e do FUNDEB”. O terceiro artigo é uma produção bibliográfica oriunda do PPGE-FEUSP (nota 6, pela Capes), publicado no periódico *Educação & Sociedade* (*Qualis* A1), de autoria Andréa Barbosa Gouveia e Ângelo Ricardo de Souza, sob o título “Perspectivas e desafios no debate sobre financiamento e

gestão da educação: Da COANE a um novo PNE” em que se encontra presente o objeto *financiamento da educação*.

Assim, ao continuar em busca dos artigos sobre financiamento da educação encontramos o inventário de Davies (2014) o qual nos permitiu constatar que a abrangência da temática do financiamento alcança elementos que vão além da palavra que expressa diretamente a terminologia *financiamento da educação*. A partir desta constatação, optamos por fazer uma imersão um pouco mais aprofundada no material empírico, considerando, também, os artigos em cujos títulos constassem os elementos transversais que orbitam este universo temático.

Nessa direção, buscamos selecionar os artigos cujos títulos e palavras-chaves alcançassem o assunto, transversalmente, ou seja, para além da terminologia convencional, tratando o tema de forma indireta, porém, ainda contida no escopo do objeto *financiamento da educação*. Tais elementos foram considerados com base nos recortes temáticos elencados no robusto inventário de Nicholas Davies (2014), tendo sido este inventário objeto de nossa exploração nos capítulos I e II do presente relatório de pesquisa, o que nos serviu para nortear a identificação dos elementos constitutivos do objeto *financiamento da educação*, presentes nos títulos ou nas palavras-chaves dos artigos selecionados no banco de dados da Capes.

Nesse sentido, a exploração do levantamento bibliográfico de Nicholas Davies (2014), desenvolvida no capítulo I e II do presente relatório, nos permitiu identificar, nos próprios títulos dos trabalhos, os elementos que atravessaram o universo do *financiamento da educação*. Porém, necessário se faz mencionar que, à exceção daqueles artigos, cujos títulos constavam no inventário de Davies e que faziam a interseção com o escopo de nossa investigação foram lidos por nós, na sua integralidade, entretanto, as demais produções bibliográficas constantes no inventário de Davies, as quais estavam fora do alcance do escopo da nossa pesquisa, não foram lidas por nós, na íntegra, portanto, detemo-nos apenas na leitura dos títulos das 1.118 produções bibliográficas constantes do inventário, tendo em vista o fato de que ler na íntegra cada unidade bibliográfica do referido inventário, implicaria em um trabalho que exigiria um fôlego empírico impossível de ser realizado, considerando o fator *tempo hábil* a ser empreendido.

Sendo assim, nos debruçamos na leitura dos sugestivos títulos constantes do levantamento bibliográfico de Davies (2014) fazendo, assim, um exercício de aproximação e de síntese das categorias resultantes de convergências temáticas, as quais denominamos ‘descritores’. Esses descritores podem ser conferidos no quadro 1, em anexo.

Nessa direção, visando subsidiar a linha demonstrativa a ser desenvolvida no capítulo 4, procuramos identificar as categorias de análise que incidiram sobre o objeto *financiamento da educação*, presentes nos artigos selecionados. Tal empreitada implicou em uma melhor organização desses descritores, sendo estes classificados, a partir dos elementos decorrentes da mesma matriz orçamentária. Para tanto, recorremos ao livro *Financiamento da educação no Brasil: o estado da arte e a constituição do campo* (1996 a 2010), de autoria de Alfredo Sérgio Ribas dos Santos (2013). A partir das publicações que tratam desta temática, sua obra utiliza duas categorias de análise de âmbito mais abrangente: a primeira refere-se às produções bibliográficas que abordam o tema do financiamento sob a perspectiva dos ‘recursos orçamentários’, ou seja,

[...] aqueles que tratam da previsão e execução orçamentária dos orçamentos públicos nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), assim como os temas e assuntos decorrentes desses recursos orçamentários, tais como o Fundef, o Fundeb, os Cacs, a atuação dos Tribunais de Contas; os recursos financeiros para a educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e o ensino superior (graduação e pós-graduação) pública e privada; os programas, projetos, políticas e discursos oficiais; os parâmetros legais, os atos normativos e as decisões políticas relacionadas aos recursos financeiros para a educação (SANTOS, 2013, p. 25).

Na sequência, Santos (2013) relaciona a segunda categoria de análise – aquela que trata da abordagem dos ‘recursos não orçamentários’ – como sendo a segunda maior fonte de recursos para o financiamento da educação no Brasil, afirmando que

a segunda categoria de análise pautou-se naqueles periódicos acadêmicos e livros que abordam os recursos não orçamentários, especificamente, o Salário-Educação, pois esse é a segunda maior fonte de recursos financeiros para o financiamento da educação no Brasil, sendo a primeira os recursos orçamentários (SANTOS, 2013, p. 25).

Nessa direção, identificamos que os assuntos presentes nos artigos selecionados têm a sua origem tanto na perspectiva dos recursos orçamentários, como na perspectiva dos recursos não orçamentários.

A seguir, apresentamos um resumo de cada artigo selecionado no banco de dados da Capes, a partir dos títulos, palavras-chaves ou resumos que indicassem os assuntos que orbitam o escopo da nossa investigação.

Nossa seleção evidenciou os artigos dos programas notas 6 e 7, publicados nos periódicos A1 e A2, que tinham como questão de pesquisa assuntos os quais conduzissem ao objeto *financiamento da educação*, atravessados por variadas vertentes. Buscamos destacar, nos textos selecionados, alguns aspectos que indicassem o trabalho de pesquisa desenvolvido,

tais como, o tema e o objetivo do artigo, o trabalho de investigação, alguns resultados apresentados e as conclusões das pesquisas.

Foram, então, selecionados 50 artigos para análise. No topo de cada unidade bibliográfica, abaixo discriminada, consta a criação das categorias de análise de âmbito mais abrangente, sendo tais categorias classificadas a partir de convergências em eixos temáticos, estando cada um desses eixos desdobrados em subcategorias.

Logo em seguida, consta, também, a indicação dos programas, dos estratos e dos anos das publicações aos quais pertencem esses artigos, tendo em vista facilitar a localização dos mesmos, no banco de dados da Capes, possibilitando, desse modo, uma recuperação da informação de maneira mais imediata. Sendo assim, as questões relacionadas à avaliação dos programas, pela Capes, não serão aqui analisadas, pois não são o foco de interesse de nossa pesquisa. A análise descritiva de cada unidade bibliográfica foi preparada para compor o corpo desta dissertação, estando cada qual apresentando diferenças entre si quanto ao conteúdo, à extensão e ao formato, por tais elementos terem sido definidos de acordo com as diferenças de extensão, de formato e de tratamento dado pelos autores, às questões de nosso interesse. Os registros foram feitos na medida em que as questões de nossa pesquisa foram sendo encontradas nos trabalhos dos autores, e o formato da apresentação, seguindo mais ou menos os moldes de um resumo convencional de artigo científico.

Os artigos foram classificados de acordo com o critério de predominância temática de descritores classificados em 16 categorias no âmbito de questões mais abrangentes, sendo cada uma dessas questões, desdobradas em subquestões ou subcategorias congruentes, sendo as mesmas detalhadas no Apêndice C. Os eixos foram ordenados de acordo com o critério do maior para o menor número de reincidências identificadas, conforme a seguir: [1] No eixo temático “Relação público-privado na gestão educacional” abrigam-se sete artigos, desdobrados em seis subcategorias; [2] No eixo temático “Descentralização administrativa e da gestão educacional do Estado” abrigam-se seis artigos, desdobrados em cinco subcategorias; [3] No eixo temático “Profissão docente” abrigam-se seis artigos, desdobrados em quatro subcategorias; [4] No eixo temático “Políticas para a Educação de Jovens e Adultos” abrigam-se seis artigos, desdobrados em três subcategorias; [5] No eixo temático “Ensino superior público/privado” abrigam-se seis artigos, desdobrados em quatro subcategorias; [6] No eixo temático “Conferência Nacional de Educação (Conae)/Plano Nacional de Educação (PNE)” abrigam-se cinco artigos, desdobrados em quatro subcategorias; [7] No eixo temático “Ensino Fundamental” abrigam-se três artigos, desdobrados em duas subcategorias; [8] No eixo temático “Estado, sociedade e

desenvolvimento” abrigam-se três artigos, desdobrados em três subcategorias; [9] No eixo temático “Qualidade em educação” abriga-se um artigo sob uma subcategoria; [10] No eixo temático “As políticas para a Educação Inclusiva” abriga-se um artigo sob uma subcategoria; [11] No eixo temático “Controle institucional das políticas federais de educação” abriga-se um artigo sob uma subcategoria; [12] No eixo temático “Federalismo” abriga-se um artigo sob uma subcategoria; [13] No eixo temático “Política de fundos” abriga-se um artigo sob uma subcategoria; [14] No eixo temático “Educação do campo” abriga-se um artigo sob uma subcategoria; [15] No eixo temático “Implementação de políticas intergovernamentais” abriga-se um artigo sob uma subcategoria; [16] No eixo temático “Políticas para o ensino médio” abriga-se um artigo sob uma subcategoria;

Sendo assim, a síntese contendo a compilação de dados do escopo da pesquisa poderá ser visualizada no Apêndice C, intitulado “Síntese do mapeamento da exploração empírica do capítulo III” ou na sua forma gráfica, no Apêndice D. Segue, então, a análise descritiva de cada unidade bibliográfica que compõe o *corpus* empírico, estando a lista bibliográfica referenciada no Apêndice E. Os artigos seguem dispostos, de acordo com o critério de classificação que foram por nós criados, os quais contemplam 16 (dezesesseis) eixos temáticos mais abrangentes e suas respectivas subcategorias. A saber:

A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO EDUCACIONAL

Redefinições do papel do Estado gerencialista e o Terceiro Setor

Artigo de autoria de docente do programa nota 6; ano 2010; *Qualis* A2
Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu-UFRGS).

PERONI, V. M. V. A democratização da educação em tempos de parcerias entre o público e o privado. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 19, p. 215-227. 2010.

O artigo tem como tema a relação entre o público e o privado mercantil em educação e tem como objetivo analisar essas parcerias, incorporadas pela gestão pública sob a lógica de mercado como parâmetro de eficiência, trazendo elementos da terceira via e do terceiro setor e apresentar algumas implicações e consequências que essa ótica traz para as políticas educacionais, para a materialização de direitos e da igualdade social. A trajetória do debate sobre a temática apresentada tem início na tese da autora “As redefinições no papel do Estado no Brasil dos anos 1990” e vem se desenvolvendo, desde 2004, com um grupo nacional que se dedica ao tema público/privado na educação, com centralidade nas redefinições do papel

do Estado neste período particular do capitalismo que, no caso brasileiro, assume a faceta da Terceira Via, proposta por Bresser Pereira, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, materializada através do Plano Diretor da Reforma do Estado (BRASIL, 1995), usando como estratégia alguns elementos do neoliberalismo, como a privatização, a publicização e a terceirização. A Terceira Via é uma política econômica que propõe, entre outras recomendações, reformar o Estado, argumentando que este é ineficiente, e definir, como parâmetro de qualidade, o mercado, através da administração gerencial, fortalecendo a lógica de mercado, dentro da administração pública e repassando para a sociedade tarefas que até então eram do mercado. A investigação foi desenvolvida, partindo das pesquisas sobre as formas de relação entre o público/privado, destacando um duplo movimento de mudanças nessa relação: a primeira mudança é a alteração da propriedade, na qual há a passagem do estatal para o público não-estatal ou privado; já na segunda alteração permanece a propriedade estatal, mas passa a ser gerida pela lógica de mercado, reorganizando os processos de gestão. O artigo inicia analisando o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), criado em 1995 para prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas e às escolas privadas de educação especial, mantidas por entidades sem fins lucrativos. O PDDE vinculou o recebimento da verba por parte das escolas públicas à criação de um CNPJ, tornando-as, assim, pessoas jurídicas de direito privado. Peroni e Adrião (2007) analisam seus impactos para a gestão democrática nas diferentes regiões; seguem analisando o Plano Diretor da Reforma do Estado (1995), que repassava praticamente todas as políticas sociais para as organizações sociais, não mais ficando como propriedade estatal, deslocando-se para o chamado público não-estatal; destaca o Instituto Ayrton Senna, por ser uma instituição nacional que faz parcerias com sistemas públicos em todo o país apresentando um “pacote” com atribuições para o Prefeito, o secretário de educação, o diretor da escola, o professor, o aluno, o pai do aluno, definindo assim os rumos da educação pública, sendo questionado por significar um prejuízo para a construção da gestão democrática no país. A análise indica que, nesse processo, as redes ou compram material pronto do sistema privado ou compram legislações, até mesmo a assessoria do projeto político pedagógico ou o pacote inteiro, comprometendo a questão da autonomia e da gestão democrática na educação.

A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO EDUCACIONAL

Redefinições no papel do Estado gerencialista e o Terceiro Setor

Artigo de autoria de docentes do programa nota 6; ano 2012; *Qualis A2*

Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu-UFRGS)

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R. Redefinições no papel do Estado: terceira via, novo desenvolvimentismo e as parcerias público-privadas na educação. *Revista FAEEBA-Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v.21, n. 38, p. 57-67, jul./dez. 2012.

O artigo tem como tema as parcerias público-privadas na educação e como objetivo analisar as conexões entre o público e o privado, enfocando o contexto da relação entre o diagnóstico do ideário neoliberal, incorporado pela Terceira Via, o qual aponta o Estado como “culpado” pela crise, por ter o mesmo avançado em direitos trabalhistas, “encarecendo a produção”. O artigo faz uma discussão teórica analisando o papel do Estado no atual contexto histórico, questionando o ideário neoliberal que propõe uma reestruturação do Estado, prescrevendo a racionalização dos recursos e o esvaziamento do poder das instituições consideradas pelos neoliberais como improdutivas, devendo, portanto, a responsabilidade pela execução das políticas sociais ser repassada para a sociedade: para os neoliberais, por meio da privatização (mercado); para a Terceira Via, principalmente a partir do terceiro setor (sem fins lucrativos) (PERONI, 2006). Nessa direção, outros conceitos emergem no texto, dialogando com autores como PECCI, PIERANTE e RODRIGUES (2008); KISSLER; HEIDEMANN (2006): concessão, regulação e parcerias público-privadas, governança pública, concertação. O texto analisa, também, os discursos oficiais daqueles que discutem o papel do Estado no novo desenvolvimentismo, o qual tem como expoentes os então ministros Bresser Pereira (2007) e Tarso Genro (2003) ou ainda o grupo de pesquisa sobre Moeda e Sistemas Financeiros, vinculado ao Instituto de Economia da UFRJ; o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que foi liderado por seu então presidente Marcio Pochmann. O texto confronta esse ideário neoliberal com autores que apontam inconsistências nesses discursos sobre o novo desenvolvimentismo brasileiro. Desenvolve uma análise a partir do estudo de caso do Instituto Ayrton Senna que é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua em cooperação com empresas, governos, prefeituras, escolas, universidade e ONGs, ou seja, atinge três setores – organismos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil – para desenvolver políticas públicas de larga escala. Aponta, nas considerações finais, as contradições na parceria público-privado. Se, por um lado, houve a conquista da gestão democrática como princípio constitucional, assim como a retomada ou definição de programas federais públicos que contribuem para a melhoria da qualidade da educação, por outro lado, essa lógica do privado na educação pública, tanto por meio das parcerias como no próprio conteúdo gerencial de muitos programas públicos, coloca em xeque os processos

coletivos de produção da identidade da unidade escolar, estimulando a exacerbação da individualização, em que os sujeitos em competição são responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso social, em tempos de mercadificação de tudo. O estudo ressalta que é a própria concepção de sociedade que está em disputa.

A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO EDUCACIONAL

A parceria entre o poder público municipal e as creches comunitárias

Artigo de autoria de docentes do programa nota 6; ano 2011; *Qualis A2*

Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu-UFRGS)

PERONI, V. M. V.; SUSIN, M. O. K. A parceria entre o poder público municipal e as creches comunitárias: a educação infantil em Porto Alegre. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, [S/l], v. 27, n. 2, p. 185-201, maio/ago. 2011.

O artigo tem como tema a parceria entre o poder público municipal e as entidades do movimento comunitário como política de ampliação da educação infantil no município e tem como objetivo analisar a parceria entre o poder público municipal e as creches comunitárias de Porto Alegre. O texto se assenta no pressuposto de que o Estado, o público e o privado não são conceitos abstratos, mas historicamente situados em um movimento do real, e no estudo acerca deste período particular do capitalismo, de redefinições no papel do Estado mínimo e o (re)surgimento de um setor social para assumir um papel suplementar à ação do Estado na oferta de serviços e bens sociais, especialmente aqueles destinados aos mais pobres. Esses rearranjos mediante a crise do capitalismo tem sido objeto de investigação por um grupo de pesquisadores do qual as autoras fazem parte. A parceria é a estratégia defendida pela Terceira Via envolvendo o Terceiro Setor, que abrange organizações não governamentais que podem estar representadas por institutos, fundações, entidades de classe, associações profissionais, movimentos sociais dos mais variados (todos atuando em áreas sociais) e coloca-se como protagonista e executor de políticas às quais o Estado não responde. Entretanto, não se considera as demandas por políticas que se constituam enquanto direitos universais e não como serviços assumidos e ofertados “benemeritamente” por instituições “públicas não estatais” que as compõem. Para a análise dessa parceria, no período 1993/2003, foram coletados dados de questionários aplicados em 133 creches conveniadas, bem como feitos os registros de observação em quatro creches e realizadas entrevistas com profissionais da educação e com lideranças comunitárias. No caso da educação infantil de Porto Alegre, os dados de 2003 utilizados em uma pesquisa de autoria de Farenzena (2004), sobre o custo

aluno/ano indicam que o serviço ofertado pelas creches comunitárias conveniadas com o município não cumpre integralmente suas funções porque o custo criança/ano que a Secretaria de Educação assume junto a essas creches, se comparado a uma escola municipal de educação infantil de Porto Alegre, situa-se sistematicamente em patamares inferiores ao necessário, pela qualidade do serviço ofertado.

A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO EDUCACIONAL **Implicações da parceria público-privado para a gestão democrática**

Artigo de autoria de docente do programa nota 6; ano 2012; *Qualis A1*
Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu-UFRGS).

PERONI, V. M. V. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. *Pró-Posições*, Campinas, v. 23, n.2 (68), p.19-31, maio/ago.2012.

O artigo tem como tema a relação público/privado e as implicações para a gestão da educação e tem como objetivo analisar as consequências que a parceria público/privado traz para a gestão democrática da educação. Essa pesquisa está fundada no entendimento de que a política educacional é parte da materialização do Estado, que, por sua vez, é parte do movimento histórico em um período particular do capitalismo. Portanto, o Estado não é entendido como uma abstração, posto que é construído por sujeitos individuais e coletivos em um processo histórico de correlação de forças. A literatura para a análise da relação público/privado e das implicações dessa gestão para a educação parte de teses desenvolvidas em trabalhos anteriores, onde são apresentados argumentos que se contrapõem ao diagnóstico neoliberal para a superação de sua crise: *redefinições no papel do Estado e consequências para a democracia*, quando se propõe o Estado mínimo, tanto na execução quanto na coordenação da vida em sociedade, e o que passa a ser parâmetro de eficiência e qualidade é o mercado. Isso vai trazer profundas consequências para a gestão educacional: gestão democrática e parcerias entre o público e o privado; *o mercado como parâmetro de qualidade: quase-mercado*, onde a lógica do mercado deve prevalecer, inclusive no Estado, para que ele possa ser mais eficiente e produtivo; gestão gerencial da educação com os “métodos replicáveis” de apostilas no ensino superior ou na venda de sistemas de ensino, ou em parcerias que vendem um pacote pronto. Nas considerações finais o texto destaca as consequências que essas parcerias trazem para o processo de democratização da educação alertando que quando se abre mão da gestão democrática pela lógica gerencial – que quer um produto rápido e adequado às exigências do mercado no período atual – estamos pactuando

com outra proposta de educação e sociedade e desistindo ou minimizando a importância da construção da democracia que historicamente não tivemos.

A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA E A GESTÃO EDUCACIONAL

As parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna

Artigo de autoria de docentes do programa nota 6; ano 2011; *Qualis A2*

Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu-UFRGS).

PERONI, V. M. V.; ADRIÃO, T. Consequências da atuação do Instituto Ayrton Senna para a gestão da educação pública: observações sobre 10 estudos de caso. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 6, n.1, p.45-53, jan./jun. 2011.

O artigo tem como tema as parcerias das escolas municipais firmadas com a Fundação Ayrton Senna e tem como objetivo analisar as consequências dos programas *Gestão Nota 10* e *Escola Campeã* para a oferta e para a gestão da educação pública, resultantes de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e o Instituto Ayrton Senna (IAS). Trata-se de uma pesquisa que se baseia na análise de resultados de estudos de caso. Foi realizado um conjunto de estudos de casos em dez municípios de diferentes estados brasileiros que integram a pesquisa nacional financiada pelo CNPq intitulada “Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional”. (ADRIÃO; PERONI, 2010). As principais fontes de análise foram as entrevistas realizadas com os secretários de Educação, diretores, professores, coordenadores pedagógicos e coordenadores dos programas em exercício durante o período da parceria. Analisaram-se também informações contidas em documentos institucionais produzidos pelo IAS ou instituições privadas envolvidas na implantação dos programas, assim como documentos elaborados pelos governos municipais vinculados ao tema. As equipes locais procederam a um levantamento de fontes primárias de cunho documental que informassem sobre o processo de formalização e a implantação dos programas *Escola Campeã* e *Gestão Nota 10*; acompanharam não só as alterações na legislação educacional do município, bem como as formas de contratação, a remuneração do magistério, a organização da rede municipal de ensino (matrículas, resultados no Ideb e Saeb, etc.). Atentou-se ainda para informações relativas ao perfil socioeconômico do município. A análise desses estudos de casos indica que o IAS influenciou na gestão do sistema e da escola, modificando o desenho institucional, a legislação, a concepção de gestão, estabelecendo hierarquias e principalmente retirando a possibilidade de liberdade de cátedra, já que havia controle tanto das metas, quanto das rotinas de todos, incluindo a rotina do

secretário de educação, dos funcionários da secretaria da escola, do coordenador pedagógico, do diretor e do aluno. Em alguns casos estudados, a parceria acabou, mas, a legislação permanece; em outros, as rotinas permanecem nas escolas ou a lógica encontra-se subjacente ao previsto no Projeto Político Pedagógico ou similar. A análise crítica se debruça no fato de que a Constituição Federal de 1988 delegou a leis posteriores a sua promulgação, especialmente à LDBEN a definição sobre a materialização do princípio da gestão democrática da educação. Nesse sentido, a análise indica a necessidade de se desenvolver uma consciência crítica, atentando para o fato de que, ainda que tenha sido uma conquista a presença da gestão democrática como princípio constitucional, cabe entender os limites e as possibilidades da lei, menos como expressão de normas jurídicas e genéricas e mais como instrumento indutor de modificações de práticas sociais, tendo em vista a vulnerabilidade à que estão sujeitas as escolas ao serem submetidas a esses formatos-padrão de assessorias para coibir ou controlar a autonomia pedagógica dos seus professores, da própria escola e dos gestores municipais.

A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA GESTÃO EDUCACIONAL

Municipalização do ensino fundamental e a parceria público-privado

Artigo de autoria de docentes do programa nota 6; ano 2012; *Qualis A1*
Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (PPGE-FEUSP).

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R. e ARELARO, L. As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose? *Educação & Sociedade*, Campinas, v.33, n. 119, p. 533-549, abr./jun. 2012.

O artigo tem como tema a municipalização do ensino fundamental e as parcerias firmadas entre o setor público e o setor privado na política educacional. Analisa a natureza e as consequências dessas parcerias com os governos municipais paulistas para o atendimento da educação infantil e do ensino fundamental, no período de 1996 a 2006. Trata-se de uma pesquisa de estudo de caso, realizada a partir dos resultados de uma pesquisa interinstitucional. Esses resultados indicam uma tendência à privatização da educação, decorrentes do movimento de descentralização da educação. A análise sobre as parcerias público-privada na educação está baseada nas considerações de Bezerra (2008). As parcerias se configuram em um conjunto legal, a partir do Plano Diretor para a Reforma da Administração e Aparelho do Estado (1995) que as incentivou. As parcerias com as instituições do terceiro setor analisadas foi o material empírico desta pesquisa.

A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA GESTÃO EDUCACIONAL

A atuação das ONGs em educação escolar

Artigo de autoria de docente do programa nota 6; ano 2012; *Qualis* A1

Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (PPGE-FEUSP).

GHANEM JUNIOR, E. G.G. As ONGs e responsabilidade governamental com a escola básica no Brasil. *Pró-Posições*, Campinas, v. 23, n.2 (68), p. 51-65, maio/ago. 2012.

O artigo tem como tema a atuação das ONGs para realizar a educação como um direito e a delimitação da esfera público-privada mediante a responsabilidade governamental com a escola básica no Brasil. O texto tem como objetivo discutir os posicionamentos que as ONGs assumiram no Brasil, mediante o desafio do direito à educação, considerando o fortalecimento tanto do Estado quanto da sociedade civil, a interlocução entre estes polos e a influência recíproca entre educação e sistema político. Traz uma discussão de literatura acerca da atuação das ONGs em educação escolar, nas seguintes perspectivas: a paliativa, a inovadora, a de mudança ou a de pressão política. Em termos de material empírico, procura destacar, nominalmente, determinadas ONGs por sua notável atuação, a partir das diferentes perspectivas por elas seguidas, concluindo que as ONGs, para realizar a educação como direito, têm vagado em diferentes sentidos, em cada um dos aspectos apresentados, atuando desarticuladamente, algumas desfazendo o que outras fazem.

DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DA GESTÃO EDUCACIONAL DO ESTADO

Planejamento, avaliação e gestão das redes municipais de ensino

Artigo de autoria de docentes do programa nota 6; ano 2011; *Qualis* – A1

Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPGE/PUC-Rio).

KRAMER, S.; CORSINO, P.; NUNES, M. F. R. Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na Educação Infantil e Ensino Fundamental. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 37, p.69- 85, jan./abr. 2011.

O artigo tem como tema o trabalho com as crianças de 6 anos no ensino fundamental e busca, em uma perspectiva interdisciplinar, analisar as condições desta etapa de ensino, suas diferenciações, bem como os mecanismos de inclusão nas redes pública e nas instituições privadas do país, nos sistemas de ensino. O estudo teórico e a pesquisa empírica identificaram, desde o âmbito das políticas públicas, os aspectos legais, tais como atos normativos, estatuto, legislações educacionais, voltados à organização, planejamento e gestão

educacionais, e a pesquisa de campo no contexto das práticas, aproximando os estudos da linguagem, os estudos culturais, a sociologia da infância e a antropologia. As autoras concebem as crianças como produtoras de cultura a partir de sua classe social, etnia, gênero e com diferenças físicas, psicológicas e culturais, fundamentadas em Benjamin (1987a, 1987b), Bakhtin (1988a, 1988b) e Vigotski (1972, 2009). O material empírico focalizou na observação das práticas institucionais e interações entre crianças e adultos em 21 instituições situadas em uma capital da Região Sudeste: cinco creches, nove escolas exclusivamente de educação infantil e sete escolas de ensino fundamental com turmas de educação infantil, distribuídas em 17 instituições públicas, duas comunitárias e duas privadas, reunindo um extenso e denso material de estudo, cujas estratégias metodológicas fez uso da observação, entrevistas com adultos e crianças, interações com base em produções culturais, fotografias de espaços, objetos e interações.

DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DA GESTÃO EDUCACIONAL DO ESTADO

Planejamento, avaliação e gestão das redes municipais de ensino

Artigo de autoria de docentes do programa nota 6; ano 2011; *Qualis A2*

Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPGE PUC Rio).

CARVALHO, C. P.; BONAMINO, A. M. C.; KAPPEL, M. D. B. Redes municipais de ensino, planejamento e resultados educacionais. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas/Education Policy Analysis Archives*, Mary Lou Fulton Teachers College, ASU - Arizona State University, v. 19, p.1-30. 2011.

Os temas do artigo são o planejamento e a gestão das Redes Municipais de Ensino, focalizando os resultados educacionais, e tem como objetivo analisar as ações voltadas a essa temática, no âmbito da Descentralização Administrativa e da Gestão Educacional do Estado, no contexto da nova Constituição (1988) e da LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394 de 1996). O aspecto teórico-metodológico se desenvolve na perspectiva do Programa Plano Estratégico da Secretaria (PES) como política pública, construído a partir de três categorias-chave: *cultura organizacional*, *focalização da gestão e desenvolvimento institucional*, e avaliando a sua implementação em duas etapas: a princípio, através de um estudo exploratório junto as seis secretarias de educação (2 estaduais e 4 municipais) nas quais foram aplicados itens de questionário para identificar dimensões mais pertinentes de análise. Em uma segunda etapa foi realizado um *survey* utilizando dados de 551 Secretarias Municipais de Educação das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nas quais o

Programa foi implantado. A abordagem empírica foca nas ações e percepções dos dirigentes das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação sobre a contribuição do PES para a melhoria de sua gestão e de seus resultados educacionais. O artigo reservou uma seção para apresentar os principais resultados da pesquisa de avaliação do programa em tela.

DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DA GESTÃO EDUCACIONAL DO ESTADO

Reformas e recontextualização das políticas

Artigo de autoria de docentes do programa nota 6; ano 2012; *Qualis A2*

Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPGE/PUC-Rio).

MARCONDES, M. I.; LEITE, V. F. A.; OLIVEIRA, A. C. P. Reforma e recontextualização das políticas: o papel dos coordenadores pedagógicos nas escolas municipais do Rio de Janeiro. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 12, p.187-209, jan./abr. 2012.

O artigo tem como tema central o papel do coordenador pedagógico como mediador das reformas e das políticas, entre a Secretaria de Educação e os professores das escolas de ensino fundamental e médio, em um contexto de descentralização financeira, administrativa e pedagógica, na estrutura hierárquica do sistema educacional. O estudo tem como objetivo analisar o papel dos coordenadores pedagógicos enquanto atores que contribuem na recontextualização das políticas, na perspectiva teórica de Stephen Ball (1994), em relação aos processos de mudança, nas práticas, ao desenvolvimento profissional do corpo docente e ao trabalho político de implementação dos princípios da reforma educacional proposta pela gestão política do momento – propostas de estratégias ligadas ao currículo e às avaliações externas utilizadas como novos parâmetros para o trabalho docente: Prova Rio e Prova Brasil elaboradas, sob encomenda, pela UnB. É uma pesquisa de campo que recorre à *observação participante*, durante os Centros de Estudos e Conselhos de Classe, focando em duas questões: 1) qual o sentido e o propósito pedagógico e político da atuação do coordenador junto aos professores de duas escolas na busca da qualidade de ensino? 2) como os coordenadores atuam no trabalho de desenvolvimento profissional dos professores em escolas pautadas por avaliações externas? Na abordagem empírica foram utilizados como instrumento de análise, entrevistas semiestruturadas com os coordenadores de duas escolas (Escola A, com 571 alunos oriundos da comunidade da Ladeira dos Tabajaras, uma favela da Zona Sul do Rio de Janeiro e arredores, e Escola B, 537 alunos da periferia urbana) ambas as escolas atendem a educação infantil e as séries iniciais do ensino fundamental na cidade do Rio de Janeiro.

DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DA GESTÃO EDUCACIONAL DO ESTADO

Avaliação e políticas para as redes estaduais de ensino

Artigo de autoria de docentes do programa nota 6; ano 2010; *Qualis A1*

Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (PPGE-FEUSP).

SOUSA, S. M. Z. L.; OLIVEIRA, R. P. Sistemas Estaduais de Avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, Impresso, [S/l], v. 40, p.793- 822, set./dez. 2010.

O artigo apresenta o uso dos resultados dos sistemas estaduais de avaliação e suas implicações e busca responder como os resultados produzidos vêm informando a formulação e implementação de políticas educacionais, bem como discutir seu potencial para tornar-se um marco da política educacional que efetivamente interfere na gestão das redes de ensino e das escolas. O material empírico compreende os sistemas de avaliação implementados por cinco estados das unidades federadas: Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná e São Paulo, tomando como principal referência o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), de âmbito nacional sendo, portanto, o Saeb nesses cinco estados. O estudo identifica iniciativas que procuram transformar a utilização dos dados obtidos em instrumentos de gestão, como as que propõem bônus para professores e funcionários, por exemplo.

DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DA GESTÃO EDUCACIONAL DO ESTADO

Sistemas Municipais de Ensino

Artigo de autoria de docentes do programa nota 7; ano 2010; *Qualis A2*

Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGEdu-UNISINOS).

WERLE, F. O. C.; THUM, A. B.; ANDRADE, A. C. de. Sistemas municipais de ensino no Rio Grande do Sul: uma contribuição para as políticas educacionais. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-RBPAE* [S/l], v.26, n.2, p. 377- 393, maio/ago. 2010.

O artigo está vinculado aos projetos de pesquisa Mapa dos Sistemas Municipais de Ensino do Rio Grande do Sul e Observatório de Educação e busca integrar o conhecimento acerca dos Sistemas Municipais de Ensino, órgãos colegiados e espaços de participação da comunidade escolar, oferecendo uma visão geral das políticas educacionais e sua localização espacial. Esse artigo tem como tema os sistemas municipais de ensino e tem como objetivo apresentar a distribuição dos sistemas municipais, no tempo e no espaço territorial, no estado do Rio

Grande do Sul. A discussão recai sobre o poder local na questão da organização da educação, examinando questões acerca da criação dos sistemas municipais de ensino, frente ao número de alunos matriculados e à alternância de poder político local. A abordagem empírica se baseia no compartilhamento dos dados fornecidos pela pesquisa mais abrangente, quanto à distribuição espacial, na perspectiva da sucessão temporal de leis sobre a educação dos municípios, formando um banco de dados construído em parceria com a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul e com o Conselho Estadual de Educação/RS. Este estudo se serviu da base de dados fornecida por esses órgãos, com ênfase na localização geográfica e na sucessão temporal utilizando os mapas de representações do fenômeno SME no espaço territorial do Rio Grande do Sul. Os mapas e cartogramas fazem-se acompanhar de tabelas de convenções que decodificam os símbolos explicando seu significado. O artigo dedica um subtítulo para mencionar os procedimentos metodológicos da análise dos conteúdos e das temáticas abrangidas nas leis dos SMEs.

DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DA GESTÃO EDUCACIONAL DO ESTADO

As políticas educacionais nas dinâmicas da organização escolar

Artigo de autoria de docentes do programa nota 7; ano 2011; *Qualis A1*
Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos
(PPGEdu-UNISINOS).

MOLINA, R. K.; LOPES, R. A.; ACHILLES, H. S. Impactos das políticas educacionais nas dinâmicas da organização escolar: reflexões na perspectiva do professorado de uma rede municipal. *Ensaio: avaliação das políticas públicas educacionais*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 921-940, out./dez. 2011.

O artigo tem como tema os impactos das políticas educacionais na dinâmica escolar e tem como objetivo avaliar, sob o ponto de vista de um grupo de professores, como as ações decorrentes das políticas educacionais impactam as dinâmicas da organização escolar, analisando os contornos dinâmicos da realidade social e os processos pelos quais os docentes lhes conferem sentido no cotidiano das escolas que habitam. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, sob a perspectiva construcionista, que combina um conjunto de instrumentos de coleta de informações com vigilância ao rigor metodológico descrito por Kincheloe e Berry (2004, 2007), de forma metafórica, como *bricolage*, significando considerar a diversidade e as múltiplas formas de ver o mundo sem limitar fronteiras conceituais e sem privilegiar ou descartar antecipadamente uma ou outra estratégia teórica metodológica. Para compreender a experiência docente na dinâmica da organização escolar

combina vários pressupostos que compõem a estrutura analítica do estudo. As análises se estruturam na concepção de mundo vivido (HABERMAS, 1999, 2001), vida da escola (MCLAREN, 1997) e sociologia da organização escolar (BALL, 1989, 2006). A investigação foi realizada em 34 escolas do ensino fundamental e contou com a colaboração de um grupo de professores com mais de dez anos de docência em escolas de uma Rede Municipal de Ensino da região metropolitana de Porto Alegre. Buscaram-se evidências coletadas mediante a combinação de um conjunto de instrumentos de pesquisa: análise de documentos oficiais da rede municipal de ensino, da escola e dos professores colaboradores; entrevistas individuais semiestruturadas; narrativas escritas; observação etnográfica e grupos de discussão. Com base nos depoimentos dos professores colaboradores, são os mesmos situados em posicionamentos identificados como sendo de participação, de imaginação e de alienação, perante as diretrizes, normas, ações e ideários decorrentes das políticas educacionais, sendo as atitudes dos professores consideradas de adesão ou dissidência. Para dar conta de analisar a complexidade desses posicionamentos, o estudo explicita as três dimensões da dinâmica da organização escolar que vão aqui resumidas: *participação* – é a explicitação de uma decisão política que pode assumir a forma de uma ação pessoal e também organizar e motivar a formação e ação de grupos; *imaginação* – não toma a concepção de imaginação como um simples ato de fantasiar, mas como posicionamentos regulares de docentes que, apoiados em certos princípios, constroem crenças que se afirmam na cultura da escola; *alienação* – expressa e constrói posicionamentos fragmentados sobre o contexto das políticas educacionais e não reconhece o trabalho docente como produtor e produto das políticas educacionais e da vida da escola. Com base nas evidências coletadas e, sem a pretensão de generalizar para o conjunto das redes municipais de ensino, o estudo conclui que há excesso de mudanças impostas cujos efeitos têm sido a fragmentação da base político-pedagógica das escolas, colocando em cheque os processos coletivos de produção da identidade da unidade escolar, pela via da gestão democrática, e também produzindo dinâmicas da organização escolar, cujo impacto, muitas vezes, compromete a qualidade dos processos de ensinar e aprender.

PROFISSÃO DOCENTE

Políticas de formação docente

Artigo de autoria de docente do programa nota 6; ano 2010; *Qualis* A1

Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (PPGE-FEUSP).

BARRETTO, E. S. S. Trabalho docente e modelos de formação: velhos e novos embates e representações. São Paulo, *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), [S/l], v. 40, N. 140, p.427-443, maio/ago. 2010.

O artigo tem como tema as representações relativas ao ofício docente e seu enraizamento histórico e busca investigar os modelos de formação conferidos pelos sistemas de ensino, sobre as representações sociais do trabalho dos professores da educação básica e a sua formação nos cursos de licenciatura e pedagogia, deslocando o *locus* da formação de professores em nível médio para o nível superior após a LDBEN nº 9.394/96. O texto retoma algumas proposições de Tedesco e Fanfani (2004), na perspectiva das políticas da subjetividade. Para Tedesco e Fanfani, as representações sobre o ofício docente gerada nos primórdios de fundação dos sistemas de ensino advoga para as ciências e para a escola um papel quase sagrado, uma vez que passam a substituir o papel da religião e da igreja nos processos de socialização, entendendo a escola como “templo do saber”, e a função do professor, como um apostolado. O texto destaca que, com a expansão da escola republicana a vocação associada à concepção de educação como arte se converte na missão da escola de transmitir a racionalidade científica, daí se constitui da base de dois paradigmas de formação que prevalecem até os dias atuais: a do magistério como vocação e a do magistério como profissionalismo. Tedesco e Fanfani afirmam ainda que, na América Latina, por volta da segunda metade do século XX, agrega-se uma terceira representação do trabalho docente como um trabalho assalariado e do professor, como um trabalhador da educação. Esses modelos são examinados com destaque para um estudo realizado pela autora sobre a formação e o trabalho docente no Brasil (GATTI; BARRETTO, 2009). Neste estudo, Gatti e Barretto examinaram uma amostra da estrutura curricular e das ementas das disciplinas de 165 cursos presenciais de licenciatura, sendo 71 de Pedagogia, 32 de Língua Portuguesa, 31 de Matemática e 31 de Ciências Biológicas das pesquisas que vinham sendo realizadas pelo Centro Internacional de Estudos em Representação Social e Subjetividade - Educação – Ciers-Ed –, coordenado pela Fundação Carlos Chagas. O artigo apresenta o lastro histórico das representações sociais do ofício docente e paradigmas de formação, as transformações e repercussões nos modelos de formação. Não apresenta conclusões, mas finaliza retomando pontos das reflexões de Inés Dussel (2009) que trabalha com a ideia de "cultura comum", acenando aos professores resgatar o que há de mais humano nessa cultura. O texto indica três aspectos importantes a se levar em conta nos modelos de formação docente e na função primordial da escola. A saber: [1] a escola ajudando as crianças e adolescentes a estabelecer uma relação mais livre com o conhecimento acumulado, não como um conhecimento

acabado, mas que tenha condições de ser reescrito; [2] a escola deve oferecer tempo, paciência, lentidão, a possibilidade da dúvida, mediante às aceleradas mudanças contemporâneas, sendo um espaço onde seja permitido errar e voltar atrás, tentar de novo sem maiores consequências. [3] a escola deve se tornar um lugar em que se constrói o nós, lugar este que nos permita participar da construção de uma sociedade em que o que acontece com o outro nos importa.

PROFISSÃO DOCENTE

Políticas de formação docente

Artigo de autoria de docente do programa nota 6; ano 2011; *Qualis A2*
Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (PPGE-FEUSP).

BARRETTO, E. S. S. Políticas e práticas de formação de professores da educação básica no Brasil: panorama nacional. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-RBPAE*, [S/l], v. 27, n.1, p.39-52, jan./abr. 2011.

O artigo tem como tema a formação dos docentes da educação básica no Brasil e tem como objetivo apresentar um panorama nacional no contexto das políticas e práticas de formação inicial de professores da educação básica, após o deslocamento do *lócus* da formação de professores em nível médio para o nível superior. A discussão teórica visa traçar um panorama nacional abordando as seguintes categorias-chaves: a elevação do nível de formação para todos os docentes; os currículos que formam os professores do ensino fundamental; as características dos estudantes e as condições educativas proporcionadas pelos cursos; os programas emergenciais de licenciatura para os anos iniciais da educação básica e a formação de professores a distância como política induzida. A abordagem empírica compreende os cursos presenciais de licenciatura, os programas emergenciais de certificação de professores em serviço e os cursos à distância, analisados a partir da base de dados estatísticos de órgãos oficiais, de estudos mais amplos como o estudo realizado sobre a formação e o trabalho docente no Brasil (GATTI, BARRETTO, 2009) e das pesquisas realizadas pelo Centro Internacional de Estudos em Representação Social e Subjetividade - Educação – Ciers-Ed –, coordenado pela Fundação Carlos Chagas.

PROFISSÃO DOCENTE

Constituição da identidade docente

Artigo de autoria de docente do programa nota 7; ano 2010; *Qualis A1*
Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGE/FaE/UFMG).

OLIVEIRA, D. A. Os trabalhadores docentes e a construção política da profissão docente no Brasil. *Educar em Revista*, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, n. especial I, p. 17-35, 2010.

O artigo tem como tema a construção política da profissão docente no Brasil e investiga a constituição da identidade docente no Brasil. O material empírico da pesquisa é o documento do Seminário Internacional sobre *Política Educativa y Territorios* do IIPE/UNESCO (Instituto Internacional de Planejamento Educacional *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*), realizado em Buenos Aires, nos dias 2 e 3 de outubro de 2008. A partir de questões presentes nesse documento, o artigo discute o caráter ambíguo presente na constituição da identidade docente, entre o profissionalismo e a proletarização, focalizando as diferentes perspectivas teóricas – a pedagógica, a humanista e a sociológica –, e seus desdobramentos.

PROFISSÃO DOCENTE

Carreira, formação e avaliação docente

Artigo de autoria de docente do programa nota 7; ano 2011; *Qualis A2*
Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGE/FaE/UFMG).

OLIVEIRA, D. A. A nova regulação de forças no interior da escola: carreira, formação e avaliação docente. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Associação Nacional de Política e Administração da Educação, Recife, v.27, n.1, p. 25-38, jan./abr. 2011.

O artigo tem como tema a regulação do trabalho docente e tem como objetivo apresentar algumas políticas de descentralização as quais apontam em direção à autorresponsabilização docente que passa a responder diretamente pela gestão e indiretamente pelo financiamento, uma vez que a avaliação e o financiamento passam a estar vinculados ao desempenho e à eficiência dos sistemas. O procedimento de pesquisa foi revisão bibliográfica, com abordagem de natureza qualitativa. O debate teórico considerou o desenvolvimento atual das formas de regulação do trabalho docente, na conjugação de três elementos de análise: [1] carreira, formação e avaliação do trabalho docente, a partir dos resultados escolares, em um contexto brasileiro de desigualdades sociais bastante acentuadas, onde a profissão docente apresenta baixa atratividade associada à baixa remuneração; [2] as condições de trabalho desfavoráveis

e [3] as baixas expectativas oferecidas pelas carreiras, tudo isso refletindo na subjetividade da identidade docente.

PROFISSÃO DOCENTE

Condições de trabalho docente

Artigo de autoria de docente do programa nota 6; ano 2012; *Qualis A2*

Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPGE PUC Rio).

LELIS, I. A. O. M. O trabalho docente na escola de massa: desafios e perspectivas. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 14, n. 29, p. 152-174, jan./abr. 2012.

O objeto de estudo desse artigo é a profissão docente, com atenção no trabalho docente na escola de massa no Brasil, focalizando o fenômeno do alargamento da rede escolar. O artigo tem como objetivo analisar as questões que cercam esse fenômeno em relação aos paradigmas presentes na literatura internacional e nacional, que devem nortear as políticas e os processos de formação docente, confrontando com os problemas que acometem os professores e as dificuldades de atualização profissional que enfrentam e já identificadas na produção acadêmica. Trata-se de uma pesquisa de campo, com discussão de literatura. Questionário, entrevistas e observação foram os instrumentos utilizados na abordagem empírica. O estudo focalizou o perfil de 51 professores das séries iniciais de cinco escolas públicas de alto desempenho da cidade do Rio de Janeiro. Foram realizadas entrevistas, em 2007, com 10 membros das diretorias sindicais do Sindicato dos professores de Escolas Privadas (SINPRORio), do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (Sepe), equipes da Secretaria Municipal da Educação do Rio de Janeiro e diretores das escolas. Em outro momento da abordagem empírica, o estudo procurou verificar o perfil demográfico, a posição social, a renda, as condições de trabalho e o exercício em sala de aula de 24 professores lotados em duas escolas que atendem a setores populares. A última parte da apresentação da pesquisa considera dados e informações de documentos oficiais e relatórios de pesquisa para uma discussão sobre os principais problemas enfrentados pelos docentes. Entre os documentos, a pesquisadora relaciona as orientações da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); a base de dados da PNAD e a base de dados do IBGE. Com relação aos relatórios de pesquisa, são destacadas as pesquisas coordenadas por Bernadete Gatti e Elba Sá Barreto que serviram para a análise do tema do mal-estar profissional dos professores do Brasil: impasses e perspectivas, publicada em 2009 pela

Unesco, e as pesquisas “Do estatuto profissional ao exercício do ofício (2005-2008)” e “Escolas privadas de setores populares: quem são seus professores? (2008-2011)”, coordenadas por Isabel Lelis, do Programa de Pós-Graduação em Educação da PPGE/PUC-Rio, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

PROFISSÃO DOCENTE

Condições de trabalho docente

Artigo de autoria de docente do programa nota 6; ano 2012; *Qualis A1*
Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (PPGE-FEUSP).

PARO, V. H. Trabalho docente na escola fundamental: questões candentes; *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas. Impresso), São Paulo, v. 42, n.146, p. 586-611, maio/ago. 2012.

O artigo tem como tema o trabalho docente na escola fundamental. O estudo deriva de investigação mais ampla sobre a estrutura da escola fundamental e o presente artigo tem como objetivo discutir o trabalho docente à luz de um conceito de educação como prática democrática, construtora de personalidades humano-históricas, cuja propriedade característica é sua subjetividade. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, envolvendo um trabalho de campo, desenvolvido entre março de 2007 e fevereiro de 2010, em unidade escolar dos anos iniciais do ensino fundamental, localizada na capital paulista. A unidade escolar foi investigada a partir de três aspectos: a assistência pedagógica a ser oferecida aos educadores, em seu ambiente de trabalho; o oferecimento de adequadas condições objetivas de trabalho e a gestão do tempo dedicado às atividades escolares, apresentando resultados de pesquisa, com encaminhamento de soluções e iniciativas visando à efetiva realização de um ensino de qualidade.

POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Projovem Urbano

Artigo de autoria de docentes do programa nota 7; ano 2012; *Qualis A1*
Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGE/FaE/UFMG).

LEÃO, G. M. P.; NONATO, S. P. Políticas públicas, juventude e desigualdades sociais: uma discussão sobre o *ProJovem Urbano* em Belo Horizonte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 04, p. 833-848, out./dez., 2012.

Este artigo resulta da pesquisa qualitativa *Educação, condição juvenil e políticas públicas: trajetórias de vida de estudantes do ProJovem Urbano em Belo Horizonte (2009-2011)*, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig), e teve como objetivo investigar as trajetórias de vida de jovens participantes do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – o *ProJovem Urbano*, no ano de 2009, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Esse é um programa do Governo Federal desenvolvido em parceria com Estados e municípios, e voltado para jovens de 18 a 29 anos sem o ensino fundamental completo. O artigo em tela tem como tema o programa *ProJovem Urbano* e as desigualdades sociais em Belo Horizonte e tem como objetivo discutir alguns resultados da pesquisa mais abrangente, buscando compreender a vivência da condição juvenil pelos participantes do programa, quais os significados e sentidos que esse programa representou na vida desses jovens, em relação às suas experiências de escolarização e trabalho e de suas expectativas futuras. O material empírico são três escolas, com seis turmas. Foram aplicados 103 questionários; foram feitos registros da observação participante em duas turmas, durante os meses de junho a novembro de 2009, e foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Foram identificados e discutidos alguns dados gerais sobre o perfil socioeconômico dos alunos, com base no questionário aplicado; em seguida, a análise ressaltou alguns aspectos das entrevistas concedidas, envolvendo depoimentos dos jovens sobre as suas trajetórias de escolarização, trabalho e expectativas futuras. O artigo finaliza destacando a experiência juvenil e os projetos de futuro dos jovens, indicando questões importantes a serem consideradas sobre os processos educativos em que esses jovens estão inseridos, questionando se os programas destinados a esse público são capazes de incorporar a diversidade de experiências, necessidades e aspirações desses jovens, mediante a desigualdade de condições a que estão os mesmos submetidos.

POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Proeja no Rio Grande do Sul

Artigo de autoria de docentes do programa nota 7; ano 2010; *Qualis A1*
Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGEdu-UNISINOS).

FISCHER, M. C.; FRANZOI, N. L.; HYPOLITO, Á. M.; PINO, M. D.; SANTOS, S. V. Escola, saberes e trabalho: a pesquisa do PROEJA no Rio Grande do Sul. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 35 (1), p.167-186, jan./abr. 2010.

Este artigo contou, com duplicidade de cooperação, também para o Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGEdu-UFRGS, nota 6, com Publicação *Qualis A1*, ano 2010. O artigo tem como tema a escola, os saberes do trabalho e dos trabalhadores e tem como objetivo discutir as experiências educativas dos trabalhadores do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), no Rio Grande do Sul. A pesquisa é desenvolvida pela equipe formada por professores que atuam diretamente nos cursos de Proeja ou são pesquisadores dessa área que atuam em diferentes cidades e instituições do Estado do Rio Grande do Sul, contribuindo para a consolidação de grupos de pesquisa e formação de novos grupos. O estudo foi desenvolvido na confluência entre a educação profissional e a educação de jovens e adultos, destacando a *fagocitação* como conceito central para se pensar a oferta de educação profissional técnica de nível médio, na perspectiva dos aspectos referente à escola, e aos saberes do trabalho e do trabalhador. O Proeja se configura em um programa do governo federal para atender à população alijada da educação regular, especificamente à demanda de jovens e adultos que trabalham ou que almejam trabalhar, marcada por histórias de vida de exclusão escolar, cujos saberes podem contribuir não apenas para uma integração curricular, mas para a busca de novas experiências educativas que tomem o trabalho como um princípio educativo, numa perspectiva interdisciplinar. O material empírico concentra estudos de caso, explorados por mestrands, doutorandos ou por grupos de investigação que estão se formando em algumas das instituições investigadas. As informações coletadas ao longo dos anos de 2007 e 2008 dizem respeito aos estudantes das instituições investigadas e apresentam resultados parciais de pesquisa. O artigo dedica um item para a descrição de cada fase dos caminhos da pesquisa.

POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Proeja no Rio Grande do Sul

Artigo de autoria de docente do programa nota 6; ano 2010; *Qualis A1*
Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu-UFRGS).

FRANZOI, N. L.; HYPOLITO, Á. M.; FISCHER, M. C.; PINO, M. D.; SANTOS, S. V. Escola, Saberes e Trabalho: a pesquisa do PROEJA no Rio Grande do Sul. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 35, p.167-186, jan./abr. 2010.

Este artigo contou, com duplicidade de cooperação, também para o Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGEdu-Unisnos), nota 7, com publicação *Qualis A1*, ano 2010. Este artigo demonstra os movimentos de constituição do grupo de pesquisa instituído em torno do Projeto de Pesquisa Capes/Proeja no Rio Grande do Sul, descrevendo sua organização e apresentando alguns resultados parciais da investigação. O artigo tem como tema a pesquisa do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), desenvolvida pela equipe formada por professores que atuam diretamente nos cursos de Proeja ou são pesquisadores na área que atuam em diferentes cidades e instituições do Estado do Rio Grande do Sul, contribuindo para a consolidação de grupos de pesquisa e formação de novos grupos. O estudo indica uma orientação teórico-metodológica que trabalha na confluência entre a educação profissional e a educação de jovens e adultos, destacando a *fagocitação* como conceito teórico para se pensar a oferta de educação profissional técnica de nível médio, na perspectiva dos aspectos referentes à escola, aos saberes do trabalho e do trabalhador. O Proeja é em um programa do governo federal criado para atender à população alijada da educação regular, especificamente jovens e adultos que trabalham ou que almejam trabalhar, cuja existência é marcada por histórias de vida de exclusão escolar, cujos saberes podem contribuir não apenas para uma integração curricular, mas para a busca de novas experiências educativas que tomem o trabalho como um princípio educativo em uma perspectiva interdisciplinar. A pesquisa foi realizada a partir de estudos de caso, explorados por mestrandos, doutorandos ou por grupos de investigação que estão se formando em algumas das instituições investigadas. As informações coletadas ao longo dos anos de 2007 e 2008, dizem respeito aos estudantes das instituições investigadas e apresentam resultados parciais da pesquisa.

POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

EJA no PNE

Artigo de autoria de docente do programa nota 6; ano 2010; *Qualis A1*
Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (PPGE-FEUSP).

PIERRO, M. C. D. A educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n.112, p. 939-959, jul./set.2010.

O artigo tem como tema as políticas para a educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação. Essas políticas são aprofundadas a partir de análise documental, destacando em âmbito internacional, nos anos de 1990, a V Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI que difundiu o Relatório Jacques Delors e a premissa do direito humano à educação. Nesse documento, a educação é afirmada como um bem coletivo a qual todas as pessoas deveriam ter acesso, em qualquer idade, e a premissa do direito humano à necessidade de formação continuada ao longo da vida. A análise documental destaca também, em âmbito nacional, a Lei nº. 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, que reiterou os direitos educativos dos jovens e adultos ao ensino adequado às suas necessidades e condições de aprendizagem e estabeleceu as responsabilidades dos poderes públicos na identificação e mobilização da demanda e na provisão de ensino fundamental gratuito e apropriado. Outro destaque é a Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que, por força de veto presidencial à lei que o regulamentou, as matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) não puderam ser consideradas, o que restringiu as fontes de financiamento e desestimulou os gestores a ampliarem as matrículas na modalidade. Especificamente no campo da EJA, o autor apresenta o contexto em que se originaram as propostas da administração federal e da sociedade civil para incorporar na meta e nas estratégias referentes à EJA, no PNE, apresentadas ao Congresso em 1998. O aspecto teórico-metodológico da pesquisa foca a revisão de literatura referenciada no PNE 2001-2010, na análise dos documentos, preparatórios e final, da Conferência Nacional de Educação (Conae) e nos programas federais voltados à EJA. A autora faz uma retrospectiva dos fatos que marcaram a agenda de políticas educacionais no período de 1996 a 2001, período em que se deu o processo de construção do PNE, que resultou na previsão de metas para a EJA. A abordagem empírica utilizada pela autora foi a análise dos eixos temáticos constantes no documento da Conae/2010 e o Documento Final da Conae 2010, para vigorar no período de 2011-2020.

POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Terceirização das políticas para a EJA

Artigo de autoria de docente do programa nota 6; ano 2010; *Qualis*A1

Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (PPGE-FEUSP).

BARREYRO, G. B. O Programa Alfabetização Solidária: terceirização na reforma do estado. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 38, p.175-191. set./dez. 2010.

O artigo tem como tema a terceirização na reforma do Estado, no contexto do Programa Alfabetização Solidária, e tem como objetivo analisar e discutir esse programa como modelo de Estado, no governo Fernando Henrique Cardoso. O artigo contextualiza as características desse programa à luz dos conceitos-chave, tais como: terceirização, filantropia, empregabilidade temporária, participação social e direito à educação, e, discute o programa, considerando a Reforma do Estado, a publicização derivada da área social-assistencial do governo no programa Comunidade Solidária. O modelo é visto pela autora como sendo um ensaio de terceirização na área das políticas sociais, sendo o Programa Alfabetização Solidária um subprograma de outro programa, na área de educação de jovens e adultos que atuava em “parcerias”: [1] com as empresas que custeavam metade dos gastos por aluno, sendo a outra metade coberta com fundos públicos advindos do MEC; [2] com universidades cuja tarefa era a de capacitar os alfabetizadores; [3] com os governos municipais, que eram responsáveis por questões operacionais. O artigo apresenta a pesquisa de campo, sendo que as argumentações desenvolvidas pelo Programa foram registradas em diário de campo, obtidas em entrevistas junto a Coordenadores de Instituições de Ensino Superior (IES), participantes.

POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Aprendizagem ao longo da vida e desempenho profissional

Artigo de autoria de docente do programa nota 7; ano 2011; *QualisA1*
Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos
(PPGEdu-Unisinos).

CUNHA, M. I. Aprendizagens ao longo da vida e avaliação do desempenho profissional. *Avaliação*. Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 3, p.559-572, nov. 2011.

O artigo tem como tema as novas experiências de aprendizagem ao longo da vida e o desempenho profissional e tem por objetivo analisar as condições históricas e políticas que contextualizam esse dispositivo, bem como questionar os pressupostos que os ancoram. Em contraposição aos discursos oficiais e pedagógicos de aprendizagem ao longo da vida, no sentido de “atualização e inserção na chamada sociedade da informação”, mediante os novos aportes da ciência e da tecnologia, o debate teórico se assenta nos conceitos de experiência em

John Dewey e Anísio Teixeira e, posteriormente, em Jorge Larrosa, reforçando a concepção de experiência na sua condição subjetiva como fundante da formação e do desempenho profissional. Os argumentos se organizam em torno de cinco questões geradoras para relacionar aprendizagens, concepção de avaliação, compreensão de formação e desempenho profissional: de quais aprendizagens estamos falando? Que concepção de avaliação vem presidindo a compreensão das aprendizagens? Como os parâmetros de avaliação estão incidindo sobre a compreensão de formação? Que relação há entre a formação e o desempenho profissional? Que se compreende como qualidade do desempenho profissional? São as questões que norteiam o artigo.

ENSINO SUPERIOR PÚBLICO/PRIVADO

Graduados do PROUNI

Artigo de autoria de docente do programa nota 6; ano 2012; *Qualis*– A2
Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGEdu-PUC RS).

FELICETTI, V. L. Graduados Prouni: um estudo comparativo entre licenciados e não licenciados. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 23, n.53, p.280-301, set./dez. 2012.

O artigo tem como tema os graduados do Programa Universidade para Todos (Prouni) e como objetivo mostrar um pequeno estudo comparativo entre os graduados Prouni dos cursos de licenciatura e não licenciatura, a partir da análise de algumas questões que permearam o instrumento de pesquisa utilizado nos estudos realizados por Felicetti (2011). Sendo assim, este artigo apresenta a análise dos seguintes desdobramentos: como os egressos dos cursos de licenciatura estão no mercado de trabalho, se os mesmos estão atuando em sua área de formação, se há diferenças salariais entre egressos de cursos de licenciatura e cursos de não licenciatura e, por fim, em que medida o Prouni está corroborando para o aperfeiçoamento do professor da educação básica. A abordagem metodológica teve enfoque quantitativo, com técnica descritiva e analítica inferencial. A abordagem empírica envolveu a aplicação de questionários ministrados aos 134 graduados, sendo 49 dos cursos de licenciatura e 85 dos cursos de não licenciatura. Utilizou, também, tabelas de cruzamento de dados, cuja observação permitiu analisar a frequência e relações acerca dos dados coletados. O artigo está estruturado em quatro partes: primeiramente, apresenta uma breve associação entre ações afirmativas, o Prouni e alguns estudos acerca dos candidatos à carreira do magistério. Na segunda parte consta a metodologia utilizada. Na terceira parte é apresentada uma análise

comparativa entre graduados Prouni de cursos de licenciatura e não licenciatura, associando a questão da formação docente aos investimentos feitos nessa formação, via ações afirmativas. Nas considerações finais a autora advoga que o Prouni está oportunizando a formação acadêmica a um novo perfil estudantil, o de graduados no mercado de trabalho, contribuindo para com a diversidade cultural e socioeconômica, tanto dentro da instituição de ensino superior como na sociedade.

ENSINO SUPERIOR PÚBLICO/PRIVADO

Internacionalização como tendência da Educação Superior

Artigo de autoria de docentes do programa nota 6; ano 2012; *Qualis A2*
Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu-UFRGS).

FRANCO, M. E. D. P.; MOROSINI, M. C. Marcos regulatórios e arquiteturas acadêmicas na expansão da educação superior brasileira: movimentos indutores. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 42, n.28, p.175-198, jan./abr. 2012.

Este artigo contou com duplicidade de cooperação, também para o Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGEdu-PUC RS), avaliado com nota 6, ano 2012, com publicação *Qualis A2*. O artigo tem como tema a expansão da educação superior no Brasil e os movimentos indutores e tem por objetivo identificar as categorias temáticas, em marcos regulatórios, da expansão da educação superior brasileira, pós-LDB/1996, em virtude da emergência de novos formatos e modalidades institucionais e acadêmicas deste nível de ensino e suas aproximações com a internacionalização como tendência da Educação Superior na contemporaneidade. O debate teórico discute os traços de arquiteturas acadêmicas marcada por contextos específicos que indicam as fases de expansão da educação superior brasileira, destacando conceitos e analisando os movimentos de expansão da Educação Superior e as forças indutoras que subjazem os marcos regulatórios, identificando os elementos convergentes nas construções de categorias temáticas. Recorre às categorias de análise, considerando as seguintes questões: expansão pela via numérica e pela via de ampliação de alternativas; expansão pela produção do conhecimento e pela via de estratégias de aproximação Universidade-Sociedade orientadas para a emancipação e o empreendedorismo; expansão pela via da avaliação e qualidade. O material empírico utilizado no trabalho foram as regulamentações ocorridas em nível transnacional – o processo de Bolonha que marca o ensino superior europeu, que encontra ressonância no Brasil para disseminação de valores e padrões culturais europeus; os marcos

regulatórios em nível nacional e a microregulação local. Foram analisados alguns documentos expressivos de marcos regulatórios, organizados em uma linha temporal e por categorias derivadas de convergências temáticas, promulgados/divulgados pós-LDB/1996 até 2011 e, também, reguladores da expansão da Educação Superior brasileira com notório impacto organizativo, sinalizadores de possíveis arquiteturas acadêmicas, com tendência de internacionalização. O artigo explicita os procedimentos metodológicos adotados: 1) delimitação do campo analítico pela escolha de critérios para a seleção de documentos reguladores da educação superior brasileira, destacando-se a adequação temática (indicativos de organização institucional, de cursos e de sistema na expansão da educação superior) e a inserção temporal (documentos promulgados/divulgados pós-LDB/1996 até 2011); 2) leitura *grand tour* com vistas à seleção de documentos e sua subsequente organização temática; 3) identificação, nos documentos selecionados, de declarações qualificadoras/sinalizadoras de possíveis arquiteturas acadêmicas, considerando as temáticas prevalentes; 4) organização documental a partir de convergências temáticas prevaletentes (princípio da similaridade) e atribuição nominativa para cada conjunto das convergências temáticas (construção categorial); 5) escolha de documentos para exemplificação das principais categorias identificadas, tendo como critério qualificativo a força de marco regulatório e de notório impacto organizativo na Educação Superior.

ENSINO SUPERIOR PÚBLICO/PRIVADO

Expansão da Educação Superior

Artigo de autoria de docentes do programa nota 6;ano 2011; *QualisA1*
Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (PPGE-FEUSP).

CATANI, A. M.; GALLEGUILLOS, T. G. B. Avaliação da educação superior no Brasil e a expansão da educação superior em enfermagem. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n.4, p.843-860, dez. 2011.

O artigo apresenta uma discussão sobre a expansão da educação superior em enfermagem e a atual política de avaliação e tem como objetivo investigar o papel do sistema de avaliação na perspectiva da Comissão Assessora de Avaliação da Área de Enfermagem do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (Inep), com vistas a avaliar as condições de formação e atuação do enfermeiro. O material empírico é a base de dados do Inep. Esses dados foram investigados, a partir das abordagens quantitativas e qualitativas, por

meio de entrevistas com sete integrantes da Comissão. O artigo demonstra o essencial do pensamento dos membros da Comissão, no que se refere à expansão da educação superior em enfermagem e à atual política de avaliação. O artigo apresenta resultados de pesquisa indicando que uma parte dos membros da Comissão expressa preocupações referentes às condições concretas de formação e atuação do enfermeiro e também com o fato de que a proliferação desordenada de cursos e vagas da educação superior, e, especificamente para a enfermagem, com distribuição desigual nas diferentes regiões brasileiras, ocorreu prioritariamente em instituições privadas, vinculando-se a interesses de mercado e sem o processo de avaliação e regulação plenamente implantado.

ENSINO SUPERIOR PÚBLICO/PRIVADO

Avaliação/regulação

Artigo de autoria de docentes do programa nota 6; ano 2011; *Qualis A1*

Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (PPGE-FEUSP).

ROTHEN, J. C.; BARREYRO, G. B. Avaliação da educação superior no segundo governo Lula: Provão II ou a reedição de velhas práticas? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 114, p. 21-38, jan./mar. 2011.

O artigo tem como tema a regulação do ensino superior pela via da avaliação feita por indicadores e tem como objetivo discutir as idas, voltas e transformações na trajetória da avaliação da educação superior, centrada na regulação do ensino superior pela via da avaliação, por indicadores, em detrimento do ciclo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). A discussão teórica considera que esses instrumentos simplificados de avaliação para a regulação, que a visão economicista de criar índices para a utilização de ranques e que o uso mercantil intensivo da mídia, a qual promove a concorrência entre as instituições, apesar da inclusão social proposta pelo governo Lula, remete à reedição do governo de Fernando Henrique Cardoso e à lógica privatizante do ensino superior. O material empírico investigado foi composto pelos dois índices que teriam um papel central na regulação – Conceito Preliminar de Cursos (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC), criados no segundo governo Lula. Esses índices foram analisados no sentido de se resgatar a discussão sobre a reforma da educação superior, na perspectiva do ciclo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

ENSINO SUPERIOR PÚBLICO/PRIVADO

Internacionalização como tendência da Educação Superior

Artigo de autoria de docentes do programa nota 6; ano 2012; *Qualis A2*

Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGEdu- PUC RS).

MOROSINI, M. C.; FRANCO, M. E. D. P. Marcos regulatórios e arquiteturas acadêmicas na expansão da educação superior brasileira: movimentos indutores. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 42, n. 28, p. 175-198, jan./abr. 2012.

Este artigo contou, com duplicidade de cooperação, também para o Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu-UFRGS), avaliado com nota 6, ano 2012, com publicação *Qualis A2*. O artigo tem como tema a expansão da educação superior no Brasil e busca investigar as forças indutoras que subjazem aos movimentos expansionistas da educação superior, na perspectiva dos marcos regulatórios, e a sua relação com a emergência de novas arquiteturas acadêmicas. O estudo tem como foco identificar categorias, expressas ao longo da trajetória dos marcos regulatórios da expansão da educação superior, pós-LDB/96, estabelecendo relação entre as normas regulatórias pertinentes à educação superior e a emergência de novos formatos organizacionais institucionais, *pari passu* com o fenômeno da internacionalização como tendência da educação superior contemporânea. Usa como ferramentas teóricas categorias que convergem com a temática de discussão da expansão da educação superior, sob diversas vertentes: pela via da ordem quantitativa; pela via da ampliação de alternativas; pela via da produção do conhecimento; pela via das estratégias de aproximação Universidade e Sociedade, orientadas para a emancipação e o empreendedorismo e pela via da avaliação e qualidade. O material de investigação da pesquisa são os documentos regulatórios da expansão da educação superior. Trata-se de uma pesquisa documental. A partir dos documentos foram identificadas e classificadas as categorias da expansão da educação superior presentes nos documentos regulatórios desse processo.

ENSINO SUPERIOR PÚBLICO/PRIVADO

Internacionalização como tendência da Educação Superior

Artigo de autoria de docentes do programa nota 6; ano 2012; *Qualis A2*

Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu-UFRGS).

LEITE, D. B. C.; GENRO, M. E. H. Avaliação e internacionalização da educação superior: Campinas, *Quo vadis América Latina? Avaliação*, Sorocaba, SP, v. 17, n.3, p.763-785, nov.2012.

Este artigo é parte de um ensaio das autoras que ganhou o 1º lugar – Prêmio Pedro Krotsch de *Estudios sobre la Universidad*, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales e Instituto Gino Germani de la Universidad de Buenos Aires. Tem por tema a avaliação, acreditação e internacionalização das instituições de Educação Superior da América Latina e Caribe e como objetivo fazer uma discussão teórica sobre as imbricações entre os conceitos de hegemonia, imperialismo, globalização e mercadorização da educação superior, contextos estes nos quais se estabelecem as políticas de avaliação da educação superior da América Latina e do Caribe. A fundamentação da pesquisa está na perspectiva de uma nova epistemologia da educação superior que surge no século 21. Essa nova concepção do que é a educação superior sustenta as razões pelas quais as universidades devem trilhar caminhos globais e internacionais, redesenhando seu perfil nos moldes do capitalismo acadêmico, rumo aos mercados. Identifica, nas reformas neoliberais, um novo imperialismo que vem se constituindo na América Latina – a prática do imperialismo benevolente – que está a produzir as estratégias do processo de Bolonha, visando à formação de uma zona comum de educação superior formada por América Latina, Caribe e União Europeia. O artigo demonstra as ações de indução de relações entre agências de acreditação e avaliação, entre redes de agências, entre projetos para o estabelecimento de indicadores institucionais globais que redundam em procedimentos para a internacionalização das instituições de educação superior. A argumentação sustentada pelos autores é que essas políticas têm consequências sobre os caminhos futuros da educação superior latino-americana, uma vez que geram novos modelos de instituições e formação de valores que negam o fortalecimento do espaço público e da subjetividade democrática. Em termos práticos, as reformas redundam em consequências semelhantes nos diferentes países da América Latina: expansão do sistema educativo privado; ampliação do acesso e das matrículas com oferta maior na rede privada; cobrança de taxas de matrícula; diferenciação salarial entre os acadêmicos; introdução de sistema *meritpay*; realocação de recursos públicos; alteração dos percentuais orçamentários de cada país para os diferentes níveis de ensino com menor percentual para a educação superior; submissão de políticas públicas às recomendações de órgãos financeiros internacionais

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE) / PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)

O PNE como política de Estado

Artigo de autoria de docentes do programa nota 7; ano 2011; *Qualis A1*

Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGE/FaE/UFMG).

OLIVEIRA, D. A.; DOURADO, L. F.; CABRAL NETO, A.; CURY, C. R. J.; OLIVEIRA, J. F.; PINTO, J. M. R.; VIEIRA, L. M. F.; MACHADO, M. M.; GOMES, N. L. Por um plano nacional de educação (2011-2020) como política de Estado. *Revista Brasileira de Educação*, ANPED, Rio de Janeiro, v.16, n.47, p. 482-492, maio/ago. 2011.

O artigo tem como tema o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 na perspectiva de política de Estado e como objetivo dar publicidade ao documento da maior associação científica da área de educação – a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped) - visando contribuir para o debate em torno das melhorias necessárias à proposta de PNE do Executivo Federal (PL nº. 8035/2010), em tramitação no Congresso Nacional. Trata-se de uma pesquisa documental. Foi analisado o documento Anped que discute e faz sugestões para o PL nº. 8.035/2010, tendo em vista que o referido Projeto de Lei não refletiu o conjunto das decisões da Conae. O documento da Anped, denominado “Por um Plano Nacional de Educação (2011-2020) como política de Estado” se reafirma na necessidade de que o debate sobre o PNE respeite as deliberações da Conae construídas coletivamente, defendendo os seguintes princípios: ampliação de recursos para a educação, com aplicação de 10% do PIB, até 2020, destinados exclusivamente para instituições públicas de ensino; gestão democrática, tendo como instrumentos a existência de eleição de diretores, conselhos escolares ou colegiados deliberativos, dentre outros; adoção do custo-aluno qualidade (CAQ) como referência para o financiamento.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE) / PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)

O PNE como política de Estado

Artigo de autoria de docente do programa nota 7; ano 2011; *Qualis A1*

Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGE/FaE/UFMG).

OLIVEIRA, D. A. Das políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr./jun. 2011.

O artigo tem como tema a relação entre políticas de governo e políticas de Estado na agenda educacional brasileira, destacando a Conferência Nacional de Educação (Conae) como política de governo e o PNE como política de Estado e tem por objetivo refletir sobre algumas contradições reveladoras das forças subjacentes que disputam interesses contraditórios e que se articulam na disputa por hegemonia, imprimindo seus interesses no Documento da Conae (desde a versão preliminar), no Documento Final, até alcançar o Projeto de Lei a ser aprovado no Congresso. Embora a Conae se configure como política do governo vigente, as proposições das políticas educacionais defendidas na Conae se configuram em uma temporalidade para além de eventuais governos, se constituindo, portanto, em uma política de Estado. Chama a atenção para o momento de tramitação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei nº. 8.035/10 para instituir um novo Plano Nacional de Educação (PNE), cujas propostas pelo Executivo Federal não refletiam fielmente as proposições educacionais como política de Estado, defendidas na Conae. Os procedimentos metodológicos pautaram-se por revisão bibliográfica e análises documentais com abordagem de natureza qualitativa. A análise parte do pressuposto de que as políticas de governo são aquelas que o Executivo formula e implementa determinadas medidas, visando responder às demandas da agenda política interna. Já as políticas de Estado são aquelas que envolvem mais de uma agência do Estado, passando em geral pelo Parlamento, outras instâncias, com incidência em setores mais amplos da sociedade. O material empírico de investigação é o Documento da Conae; o Projeto de Lei nº. 8.035/10 e as legislações educacionais. O debate compreendeu o contexto que engendrou a Conae e o sentido que se expressa no tema central da Conae “Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação”. A análise da centralidade temática por um Sistema Nacional de Educação defendida na Conae busca compreender as razões e os conceitos que orientam a ideia de uma organização sistêmica da educação, em um contexto de descentralização da gestão e das políticas educacionais no país.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE) / PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)

Financiamento e gestão da educação no PNE

Artigo de autoria de docentes do programa nota 6; ano 2010; *Qualis*A1
Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (PPGE-FEUSP).

GOUVEIA, A. B.; SOUZA Â. R. Perspectivas e desafios no debate sobre financiamento e gestão da educação: da CONAE a um novo PNE. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 789-807, jul/set 2010.

O artigo tem como tema o financiamento e a gestão da educação e busca contribuir com indicações de elementos que possam subsidiar as propostas de gestão e do financiamento do novo PNE para a década de 2011-2021. Trata-se de uma pesquisa documental. A partir das propostas mais importantes contidas no documento final da Conae/2010, o texto analisa as questões levantadas sobre a temática do financiamento e da gestão da educação. O material de investigação da pesquisa é o documento Conae/2010, quando são destacadas não só as proposições constantes no documento de 2010, como também as indicações constantes no documento PNE, Lei n. 10.172/2001, no sentido de confrontar as perspectivas e os desafios no contexto de ambos os documentos, visando contribuir com indicações de elementos constantes no PNE/2001 que possam subsidiar as propostas para a construção de um novo PNE.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE) / PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)

Políticas para a Educação Infantil

Artigo de autoria de docente do programa nota 7; ano 2010; *QualisA1*
Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGE/FaE/UFMG).

VIEIRA, L. M. F. A Educação Infantil e o Plano Nacional de Educação: as propostas da CONAE 2010. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n.112, p. 809-831, jul./set. 2010.

O artigo tem como tema as propostas em elaboração na Conferência Nacional de Educação (Conae)/2010, para a educação infantil, na vigência do Plano Nacional de Educação (PNE)/2011-2020 e como objetivo destacar alguns aspectos da oferta de educação infantil da última década, tendo como referência as metas previstas no PNE sancionado em 2001, bem como discutir as novas propostas para a educação infantil, a serem implantadas na década 2011-2020, constantes do Documento Final da Conae/2010. Trata-se de uma pesquisa documental. Compõem os documentos de análise as legislações, com destaque para o texto constitucional da Emenda Constitucional nº. 53/2006, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e redefiniu a faixa de idade da educação infantil para crianças de 0 a 5 anos; a Lei n. 11.494/2007, que regulamenta a implantação do Fundeb; A Emenda

Constitucional nº. 59, de 11 de novembro de 2009, que prevê a obrigatoriedade do ensino dos quatro aos dezessete anos; pareceres e diretrizes operacionais para o atendimento da educação infantil; dados oficiais de indicadores sociais. A análise dos documentos, também, se pautou em uma abordagem crítica das propostas da Conae para a educação infantil, a partir dos seguintes documentos: Documento PNE/2001, e as metas nele previstas para EI; no Documento Final da Conae/2010, nos eixos temáticos com previsão de políticas, diretrizes e ações voltadas à redução das desigualdades sociais, com destaque para o segundo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) – por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Programa Proinfância, que prevê o seguinte: garantia de aporte financeiro ao provimento de padrões mínimos de qualidade, como o custo-aluno-qualidade (CAQ), envolvendo ações, como a universalização e ampliação da oferta de educação pública para crianças de zero a cinco anos, em período integral, por meio de construção e reestruturação de escolas de educação infantil; aquisição de equipamentos próprios às crianças de zero a cinco anos; formação e valorização dos professores que atuam nesta modalidade de ensino; destaque às inovações trazidas pelo Fundeb, justificando a parceria do poder público com o segmento conveniado.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE) / PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)

Políticas para a Educação Inclusiva

Artigo de autoria de docentes do programa nota 6; ano 2010; *Qualis A1*
Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (PPGE-FEUSP).

LAPLANE, A.L.F.; PRIETO, R. G. Inclusão, diversidade e igualdade na Conae 2010: perspectivas para o novo Plano Nacional de Educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n.112, p. 919-938, jul./set.2010.

O artigo apresenta o tema da inclusão na perspectiva da Conferência Nacional da Educação (Conae)/2010, considerando o direito à igualdade na diversidade, como sendo uma bandeira na formulação de princípios e metas educacionais para a próxima década, 2010-2020. Trata-se de uma pesquisa documental e tem como objetivo analisar a tramitação das propostas, na perspectiva da Conae, acerca dessa temática e responder aos seguintes questionamentos: as metas e estratégias de diferenciação que se apresentam nas propostas atendem à diversidade da qual é composta a sociedade brasileira e os seus diferentes grupos? Esses diferentes grupos estão sendo contemplados em suas necessidades, particularidades e especificidades? Há a

previsão para a garantia de financiamento às metas então formuladas? Há prioridade de acesso aos recursos, de modo a atender à diversidade, às desigualdades regionais e às suas peculiaridades?

ENSINO FUNDAMENTAL

Implementação do Ensino Fundamental de Nove Anos

Artigo de autoria de docentes do programa nota 6; ano 2011; *Qualis A1*
Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (PPGE-FEUSP).

ARELARO, L. R. G.; JACOMINI, M. A.; KLEIN, S. B. O ensino fundamental de nove anos e o direito à educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n.1, 220 p., p.35-51, jan./abr. 2011.

O tema do artigo é a implantação do ensino fundamental de nove anos de duração e tem como objetivo verificar, na prática docente, a efetividade das intenções anunciadas nos documentos oficiais, quanto à adequação curricular, ao espaço físico e ao preparo dos professores para trabalhar com o ensino fundamental de nove anos. Como aporte teórico lançou-se mão da Lei Federal nº. 11.114/05, que instituiu o início da obrigatoriedade do ensino fundamental aos seis anos de idade, e a Lei Federal nº 11.274/06, que ampliou a duração do ensino fundamental para nove anos, mantido o início aos seis anos de idade, à luz desses três princípios educacionais: direito à educação, gestão democrática e qualidade de ensino. O material empírico foram os documentos e dados empíricos da pesquisa qualitativa. Avaliando *políticas educacionais: um estudo sobre a implantação do ensino fundamental de nove anos no Estado de São Paulo*, realizada em redes de ensino municipal e estadual, envolvendo entrevistas e questionários de opiniões dos sujeitos, aplicados em diferentes segmentos: profissionais da educação, pais e crianças de seis anos matriculadas no primeiro ano do ensino fundamental. Como resultado de pesquisa constatou-se a fragilidade nas práticas curriculares que desconsideram o espírito dos preceitos legais, tanto no que tange à participação dos envolvidos no processo educativo, quanto às adequações metodológicas que visam incorporar o lúdico como específico da infância. Constatou-se, ainda, a insuficiência de recursos materiais e financeiros, a não orientação aos professores, bem como a não discussão do futuro da pré-escola na nova organização escolar.

ENSINO FUNDAMENTAL

Implementação do Ensino Fundamental de Nove Anos e o PNE.

Artigo de autoria de docente do programa nota 7; ano 2010; *Qualis A1*

Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGE/FaE/UFMG).

SANTOS, L. L. Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental de 9 anos e o Plano Nacional de Educação: abrindo a discussão. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 112, p.833-850, jul./set.2010.

O artigo tem como tema as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino Fundamental de Nove Anos de duração, no Plano Nacional de Educação. O objetivo desta investigação foi identificar alguns pontos de discussão, considerando o processo de elaboração dos discursos oficiais, os atores envolvidos, as disputas e os interesses em jogo, e os contextos, local e internacional, em que essas políticas estão sendo produzidas. Trata-se de uma pesquisa documental. O material empírico utilizado pela autora são o Parecer CNE/CEB nº. 11/2010 e o Projeto de Resolução das Diretrizes Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos de duração e as propostas do Plano Nacional de Educação (PNE) para este segmento de ensino, elaborado pela Conferência Nacional de Educação (Conae). A análise se concentra na comparação entre esses dois documentos oficiais. Embora esses documentos – as Diretrizes e o PNE – sejam de natureza e fins distintos, o estudo conclui que as ideias presentes se convergem tendo em vista a presença dos mesmos atores envolvidos na elaboração dos dois processos.

ENSINO FUNDAMENTAL

Implementação do Ensino Fundamental de Nove Anos

Artigo de autoria de docentes do programa nota 7; ano 2011; *Qualis A1*

Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGE/FaE/UFMG).

SILVA, C. S. R. A.; CAFIERO, D. Implicações das políticas educacionais no contexto do ensino fundamental de nove anos. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v. 27, n.02, p.219-248, ago. 2011.

O artigo tem como tema a implantação do Ensino Fundamental de nove anos de duração, nas escolas públicas do país. Trata-se de uma pesquisa documental com debate conceitual que tem por objetivo refletir sobre as implicações de três ações de uma política educacional voltada para a melhoria dos índices de alfabetização e letramento, desenvolvida nos últimos anos,

agregando, também, questões vividas pelos professores por meio do processo da institucionalização dessas três ações: avaliações sistêmicas nas práticas de alfabetização, como a aplicação da *Provinha Brasil* e do *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica* (Saeb) que juntas, compõem o *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica* (Ideb); as avaliações de livros didáticos para as séries iniciais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); políticas de formação continuada de professores alfabetizadores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental. O material de análise se assenta nas legislações educacionais que normatizam o ensino básico, Lei 11.274/2006, que prevê o ingresso da criança de seis anos no ensino fundamental; no documento publicado pelo MEC *Ensino fundamental de nove anos: orientações gerais e Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade* (2006), que apresenta diretrizes para a reorganização desse nível de ensino, em termos legais, administrativos, curriculares e pedagógicos; no Plano Nacional de Educação (PNE) que, sobre a inclusão de crianças de seis anos de idade apresenta duas intenções: “oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período de escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade” (2004, p.3); nos dados do Inep que apresenta os resultados escolares. O texto destaca também os esforços que as secretarias estaduais vêm engendrando, no sentido de atender necessidades educacionais. Dentre as iniciativas, destacamos: o *Programa Alfabetização no Tempo Certo*, em Minas Gerais; *Projeto Ler, Escrever e Contar*, no Espírito Santo; o *Programa de Alfabetização na Idade Certa* (PNAIC), no Ceará.

ESTADO, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO

A natureza gerencialista do estado, na lógica de mercado

Artigo de autoria de docentes do programa nota 6; ano 2012; *Qualis A2*
Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu-UFRGS).

LIMA, I. G.; GANDIN, L. A. Entendendo o estado gerencial e sua relação com a educação: algumas ferramentas de análise. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 69-84, jan./jun. 2012.

O artigo tem como tema as relações entre o estado gerencialista, as políticas públicas e a educação e como objetivo discutir como a noção de gerencialismo pode contribuir para a análise dos atuais processos de reestruturação do Estado. A fundamentação teórica da pesquisa são as contribuições de Clarke e Newman (1997), que afirmam que o discurso

neoliberal é discurso necessário para reestruturar o Estado em termos econômicos, com aplicação de doutrinas de controle fiscal que vê os gastos públicos como algo que impede a viabilidade competitiva de indivíduos, empresas e da própria nação. O texto agrega também conceitos utilizados por Apple (1999, 2000, 2006), que afirma que a crítica ao Estado de bem-estar social ocorre principalmente a partir do que ele chama de “Nova Direita”: uma aliança entre neoliberais e neoconservadores, mas também entre grupos minoritários, como populistas autoritários e uma nova classe média profissional. Para esses grupos o Estado de bem-estar social privilegia apenas as minorias, as quais tiveram conquistas importantes em termos de igualdade e direitos sociais, ao invés de favorecer os grupos que são realmente merecedores de tais benefícios e que se constituem como a “legítima” população da nação estadunidense. (APPLE, 2000). O texto traz as contribuições de Stephen Ball (1998, 2001, 2004, 2010) que discute o conceito de “novo gerencialismo” o qual começa a ser implantado nas instituições públicas, cujo teor é alicerçado em teorias e técnicas de gerenciamento empresarial, do “culto da excelência” (BALL, 1998) e da lógica do mercado, o que acarreta profundas modificações no Estado, o qual passa da condição de *provedor* para *gestor*. O texto afirma que esses referenciais teóricos ajudam a pensar a complexidade das atuais relações entre o estado, as políticas públicas e a educação, centralizando como conceito-chave a natureza gerencialista do estado, na lógica de mercado, o que altera substancialmente a forma de conceber e implementar as políticas públicas. No seu desenvolvimento, a pesquisa considerou as seguintes categorias de análise: a dispersão do poder; o borramento das fronteiras entre o público e o privado; as políticas avaliativas que controlam as ações das instituições públicas; o Estado gerencial que combate o Estado de bem-estar social; a lógica gerencialista que cria as bases das políticas públicas que redesenham a relação entre sociedade civil e Estado.

ESTADO, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO

Educação como fator de mudança social

Artigo de autoria de docente do programa nota 6; ano 2012; *Qualis A1*

Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (PPGE-FEUSP).

GHANEM, E. Educação na mudança social: lugar central, lugar secundário e lugar nenhum. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 45, p. 213-229, jul/set, 2012.

O artigo tem como tema o lugar da educação na mudança social e como objetivo analisar o material empírico – as entrevistas sobre a opinião das autoridades políticas acerca do lugar da educação na mudança social – a partir das contribuições teóricas de autores de diferentes

ramos das ciências. O artigo mostra que há um confronto de sentidos dado pelos sujeitos das entrevistas, que atribuem à educação uma posição central, como fator de mudança social, diferentemente do debate teórico sobre o lugar e a importância atribuída à educação na mudança social. Trata-se de uma pesquisa de campo. Foram feitas entrevistas com autoridades públicas sobre o lugar da educação nas mudanças sociais no Brasil, confrontando suas respostas com o debate teórico das obras de treze autores, nos últimos 50 anos, na interpretação sociológica, antropológica e filosófica e na visão pedagógica de Paulo Freire. Os autores que ajudaram a analisar as entrevistas foram Richard Newbold Adams; Fernando Henrique Cardoso; Shmuel Noah Eisenstadt; Florestan Fernandes; Marialice M. Foracchi; Gino Germani; Anthony Giddens; Octavio Ianni; William Heard Kilpatrick; Juarez Rubens Brandão Lopes; J. Roberto Moreira; Piotr Sztompka; Alain Touraine.

ESTADO, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO

Desenvolvimentismo

Artigo de autoria de docente do Programa nota 6; ano 2012; Qualis A1
Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (PPGE-FEUSP).

BRUNO, L. E. N. B. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, [S/l], v. 16, n. 48, p. 545-562, set./dez. 2011.

O artigo tem como tema a relação da educação e desenvolvimento econômico no Brasil e busca responder em que medida o padrão educacional brasileiro estaria comprometendo o desenvolvimento do país e este, no estágio em que se encontra afeta a qualidade da educação, e quais as potencialidades e limites da educação, mediante o desafio de tornar o Brasil uma nação economicamente dinâmica e socialmente justa. O debate teórico que se apresenta confronta a linearidade afirmada na Teoria do Capital Humano na relação educação e desenvolvimento econômico, a qual atribui à educação, o poder de transformação social, com a Lei do Valor formulada por Marx que insere a educação na dinâmica da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa e na reprodução das classes sociais, mantendo os objetivos de sociabilidade capitalista de formar, não só os que estão na ativa, mas também àqueles que se encontram no exército de reserva, produzindo as novas gerações para que o circuito do capital não se interrompa. O texto trata, ainda, da questão da qualificação como um dos elementos centrais para se compreender o valor de uso e valor de troca da educação, no contexto de uma

economia globalizada, levando-se em conta que o desenvolvimento de uma nação não se concretiza sem uma educação de qualidade para todos.

QUALIDADE EM EDUCAÇÃO

Concepções sobre avaliação e qualidade da educação de 1944 até 1964.

Artigo de autoria de docentes do programa nota 7; ano 2010; *Qualis A2*
Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos
(PPGEdu-Unisinos).

CORSETTI, B.; KISTEMACHER, D. Qualidade da educação e avaliação do rendimento escolar na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (1944-1994). *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas/RS, v.14, n.32, p. 53-76, set./dez. 2010.

Este estudo apresenta resultados parciais de uma pesquisa mais ampla sobre a problemática do rendimento escolar e sua avaliação no Brasil, desde 1930 até os dias atuais. O artigo é parte da investigação desta pesquisa mais ampla e tem como recorte temático e temporal as concepções sobre avaliação e qualidade da educação no período de 1944 até 1964. O objetivo centra na análise das concepções expressas nos artigos selecionados da *Seção Ideias e Debates* da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*, as quais vigoravam à época da conjuntura histórica da qual o periódico era considerado um produto de um contexto social mais amplo. Trata-se de uma pesquisa que trabalha com a metodologia histórico-crítica, tendo como pressuposto que as concepções sobre a educação escolar são resultado de um conjunto complexo de valores e interesses sociais, sendo culturalmente elaboradas e difundidas pela sociedade numa determinada conjuntura histórica. Os artigos da *RBEP*, selecionados para a análise foram examinados sob a ótica de discursos de um “sujeito coletivo”, situados no seu contexto de produção. Como procedimentos teórico-metodológicos fez-se uma abordagem empírica, a partir da análise dos documentos históricos, os quais se constituíram em fontes desta pesquisa, calcada em uma perspectiva dialética, quando na articulação texto e contexto dos artigos publicados pela *RBEP*, desde o ano de criação do periódico, em 1944, por ocasião do término do Estado Novo, até o ano da deflagração do golpe civil-militar, em 1964. Como resultados parciais desta pesquisa, cujo cerne recai sobre o processo social e histórico de construção dos princípios pedagógicos para a educação, nas dimensões da avaliação e da qualidade do ensino, evidenciaram que os artigos, por intermédio da legislação, de crenças e de valores, contribuíram para afirmar um modelo de sociedade ideal para o desenvolvimento do capitalismo, nos moldes de uma sociedade moderna e democrática, nos limites que o contexto histórico apresentava.

POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Formação docente para o Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Artigo de autoria de docente do programa nota 6, ano 2011; *QualisA2*
Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos
(PPGEEs- UFSCar)

LACERDA, C. B. F. Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. *Cadernos de Educação*, Pelotas, v. 36, p. 133-153, maio/ago. 2010.

O artigo foi apresentado no “V Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: Formação de professores em foco”, realizado na cidade de São Paulo, em agosto de 2009, que trata da formação de professores que atuam na educação inclusiva. Este artigo tem como tema a formação de professores que atuam na educação inclusiva, para realizarem atendimento educacional especializado interpretando os conteúdos escolares do Português para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e vice-versa. Objetiva o artigo a discutir aspectos considerados fundamentais para a formação de Tradutores e Intérpretes da Língua de Sinais (TILS), considerando a demanda crescente por este profissional em todos os níveis de ensino e a necessidade de efetivação de práticas de educação inclusiva bilíngue para pessoas surdas, ao lado dos professores ouvintes regentes de classe. A discussão dessa questão está baseada no princípio da educação inclusiva, com a abordagem bilíngue passando a fazer parte das políticas educacionais brasileiras e o material de pesquisa compreendeu os seguintes documentos legais: [1] a Lei Federal 10.436/90, que reconhece a diferença linguística; [2] o Decreto 5.626/2005, que tornou obrigatória a presença desse profissional nos espaços educacionais que recebem alunos surdos. O texto faz reflexões sobre aspectos relevantes para a formação de TILS, onde a figura desse profissional é discutida com maior detalhamento de suas atribuições e atenção para exigências de sua formação, considerando a complexidade que envolve a sua atuação nos espaços educacionais. Destaca a criação de associações regionais e a criação de uma federação nacional – a Federação Nacional de Educação e Instrução dos Surdos (Feneis); a criação da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils), com representatividade junto ao órgão internacional que representa TILS do mundo todo – *World Association of Sign Language Interpreters (WASLI)*.

CONTROLE SOCIAL E INSTITUCIONAL DAS POLÍTICAS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO

Accountability

Artigo de autoria de docente do programa nota 6; ano 2010; *Qualis A2*

Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu-UFRGS).

FARENZENA, N. Controle institucional em políticas federais de educação básica no Brasil. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, [S/l], v. 26, n.2, p. 237-265, maio/ago. 2010.

O artigo tem como tema o controle institucional dos gastos com políticas federais na educação básica no Brasil, referenciada na perspectiva da *accountability* das ações públicas e na democracia política e tem por objetivo situar o papel ou o *locus* do controle em ações do Estado no setor da educação. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental. O procedimento investigativo envolveu revisão de literatura e análise documental, abrangendo, também, aprofundamento do estudo para compreender a caracterização da organização da educação brasileira, seu financiamento e as políticas educacionais federais, com execução descentralizada. O artigo está estruturado em três seções: na primeira trata de tipologias de controle iniciando com a delimitação das instâncias envolvidas no controle institucional e sua atuação, tais como o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria Geral da União (CGU) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), incluindo o sistema de controle externo/interno de cada instância, como os conselhos chamados de *controle social* e incluindo o sistema de relações entre *accountability* e configuração geral do controle institucional no Brasil. A segunda seção trabalha com o material documental, descrevendo as características gerais e o controle institucional previsto nos documentos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). A última seção é reservada para as considerações finais, nas quais a autora reforça a articulação entre controle, (não) corrupção, *accountability* e democratização do Estado.

FEDERALISMO

Tensões históricas para a construção de um projeto nacional de educação

Artigo de autoria de docente do programa nota 7; ano 2011; *Qualis A2*

Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGE/FaE/UFMG).

VEIGA, C. G. A escola e a República: o estadual e o nacional nas políticas educacionais. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas-SP, v. 11, n.1 (25), p. 143-178, jan./abr. 2011.

O artigo tem como tema a crise do federalismo brasileiro, com ênfase na participação da União na expansão da escola primária no Brasil nas primeiras décadas republicanas e tem como objetivo trazer algumas reflexões sobre a importância de um projeto de educação nacional, unificador das diferenças regionais e impulsionador de um sentimento de pertença nacional. Trata-se de uma pesquisa histórica que é parte integrante de uma pesquisa mais ampla, e ainda em andamento, e tem como foco problematizar os limites das ações políticas estaduais em face de uma política nacional para conter o alto índice de analfabetismo e “fazer brasileiros”. O contexto de demanda pela construção do nacionalismo, de participação efetiva da União no combate ao alto índice de analfabetismo e expansão da escola primária como condição de exercício da democracia se processou concomitante à crise do federalismo brasileiro. O estudo concebe a instalação da República como um processo social na acepção de Norbert Elias (2006). Nesta perspectiva, a autora entende a instalação da República no Brasil como um movimento amplo e contínuo, levando-se em consideração ainda as significativas diferenças políticas entre as então províncias brasileiras. O material investigado foi composto por diferentes documentos: relatórios de governo, correspondência, anais, legislação, jornais e publicação de época. O procedimento de pesquisa resgatou fatos históricos ocorridos na República, que ilustram bem as tensões entre política estadual e política nacional, para se referir as seguintes questões centrais: a característica federalista das ações educacionais e, por isso, a presença do lento processo de elaboração de um plano de educação nacional; diferenciações entre a elaboração de projetos republicanos estaduais e de um projeto nacional de educação, questão nem sempre pontuada na história da educação brasileira; as dificuldades de se identificar o que poderia ser considerado essencialmente republicano nos debates educacionais do período em distinção das discussões educacionais dos tempos imperiais.

POLÍTICA DE FUNDOS

Efeito redistributivo Fundef/Fundeb

Artigo de autoria de docentes do programa nota 6; ano 2010; *Qualis A2*
Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu-UFRGS).

FARENZENA, N.; MENDES, A. O. Capacidade de financiamento da educação em municípios do Rio Grande do Sul: uma exploração a partir dos efeitos redistributivos do FUNDEF e do FENDEB. *Currículo sem Fronteiras*, [S/l], v. 10, n. 1, p.265-286, jan./jun. 2010.

O artigo tem como tema a capacidade de financiamento da educação nos municípios do Rio Grande do Sul, a partir dos efeitos redistributivos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e como objetivo discutir não só a capacidade de financiamento da educação nos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, trabalhando com os dados redistributivos do Fundef e Fundeb, de âmbito estadual, bem como a capacidade de distribuição das matrículas entre dependências administrativas e de gastos totais em educação, nos anos de 2006 e 2007. O material investigado são os documentos de revisão legislativa sobre a organização federativa e a repartição de competências entre níveis de governo, no setor educacional, em regime de colaboração, buscando examinar quais as mais importantes orientações do marco constitucional-legal vigente nessas matérias, associada à análise dos dados do Censo Escolar de 2007 (Inep), da Educação Básica (EB) e seus segmentos – Educação Infantil (EI), Ensino Fundamental (EF), Ensino Médio (EM) e Educação de Jovens e Adultos (EJA) – no período de 1996 a 2007, com intervalos de dois em dois anos. Foram considerados, ainda, dados de gastos com a educação e a distribuição de responsabilidades na oferta compartilhada pelos três níveis governamentais de educação básica no Estado do Rio Grande do Sul; dados envolvendo a distribuição de matrículas entre dependências administrativas; dados da prestação de contas do Governo do Estado Rio Grande do Sul e da Secretaria do Tesouro Nacional (2006-2007); os relatórios do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS); os gastos com valor-aluno/ano em educação e a capacidade de financiamento da educação do governo estadual e do conjunto de prefeituras, assim como quanto à capacidade de financiamento da educação dos municípios da região metropolitana de Porto Alegre, apresentando as conclusões mediante as sondagens apresentadas, ponto a ponto, ao longo do texto.

EDUCAÇÃO DO CAMPO

As políticas para a educação do campo e as demandas do Movimento Camponês

Artigo de autoria de docente do programa nota 6; ano 2012; *Qualis A1*
Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu-UFRGS).

RIBEIRO, M. Educação do campo: embate entre movimento camponês e Estado. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 28, n.1, p. 459-490, mar.2012.

O artigo tem como tema o embate entre o movimento camponês – o que ele demanda como educação do campo - e o Estado brasileiro – o que é oferecido como resposta a essa demanda. São discutidos os desafios colocados ao movimento camponês que demandam de educação do campo voltada a um projeto societário que se afine com os seus modos de vida e trabalho, em visível confronto com o que é oferecido pelo Estado brasileiro, como as políticas e os programas educacionais voltados ao modelo neoliberal de sociedade. O artigo tem como objetivo apontar as contradições que atravessam as relações, caracterizadas como embate, entre o movimento camponês e o Estado, sendo o objeto de disputa a educação do campo, no contexto em que a disputa pela terra entre os agricultores familiares e o capital agrário e financeiro, relacionado ao agronegócio, exerce pressão sobre o Estado. A fundamentação teórica baseada em indagações, cuja busca pelas respostas seguiu a trilha do caminho de volta à trajetória das práticas de educação do campo, resgatando o processo percorrido pelo movimento camponês, retomando o percurso dos programas governamentais a ela vinculados e o percurso das políticas de Estado voltadas à educação das populações rurais. Foram investigadas a Escola Itinerante dos Acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronea), vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Quanto às políticas públicas para a educação, destinadas às populações que vivem nas áreas rurais, foi investigado o Programa Escola Ativa, administrado pelo Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola), com financiamento do Banco Mundial (BM), no período de 1997 a 2007, tendo continuidade, após esse período, como política de Estado, sob a responsabilidade do MEC.

IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS INTERGOVERNAMENTAIS

Transferências voluntárias da União aos entes federados, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR)

Artigo de autoria de docentes do programa nota 6; ano 2012; *Qualis A2*
Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu-UFRGS).

FARENZENA, N.; ROSSI, A. J.; MACHADO, M. G. F.; BATISTA, N. C. Implementação de planos de ações articuladas municipais: *achados* de uma pesquisa de avaliação. *Revista FAEEBA –Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 21, n. 38, p. 151-165, jul./dez. 2012.

Esta pesquisa contou com uma parte da equipe integrante de um projeto de extensão denominado Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica, realizado em parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o MEC, desenvolvido no período de 2007 a 2010, abrangendo redes municipais de ensino priorizadas dos estados do Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC), Alagoas (AL) e Paraíba (PB). O presente estudo contou com uma parte da equipe integrante desse projeto e caracteriza-se como uma pesquisa de análise e de avaliação de políticas públicas e tem como tema a implementação de planos de ações articuladas (PAR) municipais. O objetivo deste estudo é avaliar os processos envolvidos na implementação do PAR que combinam ações, resultados e objetivos. A abordagem empírica avaliou a execução do PAR numa amostra de 95 municípios, com índice de desenvolvimento humano (IDH) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), considerados baixos, sendo 10 municípios de Alagoas, 35 da Paraíba, 38 do Rio Grande do Sul e 12 de Santa Catarina, no período de 2008 a 2010. O texto descreve os marcos e os procedimentos de avaliação e expõe um panorama da execução do PAR na amostragem do conjunto dos municípios, em cada estado. A pesquisa foi realizada a partir de uma avaliação de resultados em sentido estrito, que envolveu elementos contextuais, situações de execução das ações do PAR, com base nas situações previstas no próprio Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (Simec) para o monitoramento do PAR: *não iniciada, em andamento, concluída, suspensa, cancelada*, considerando, também, os condicionantes que limitavam a execução da ação/subação, conforme os sublinhados a seguir: a) Políticos: mudanças nos cargos de confiança; dificuldades na aprovação de leis; veto ou falta de apoio do chefe do executivo local às propostas do PAR; resistência por parte dos profissionais ou comunidades à implementação da subação; b) Financeiros: impossibilidade de prever recursos na lei orçamentária; falta de recursos; c) Ações simultâneas desenvolvidas pelo município: ações que incidem nos problemas/situações avaliadas como limitações no PAR e que substituem as ações previstas no PAR; a limitação está sendo enfrentada, mas com outra ação que não a prevista no PAR d) Falta de informação: falta de informação sobre um programa, uma lei; aguardo de informações esperadas do MEC (ficar “esperando contato do MEC”); e) Inexistência ou atendimento parcial do programa/ação pelo MEC; f) Dificuldades de ordem técnico-administrativa e operacional: falta de pessoa especializada em algo; falta de articulação com

setores da prefeitura; falta de pessoal para implementar a subação; dificuldades de articulação com outros municípios; impossibilidade de realizar a subação por falta de instalações ou equipamentos g) Não prioridade à subação: falta de tempo, deixar de lado, imobilismo, informações vagas que denotem essa não atribuição de prioridade; profissionais não querem participar (por exemplo, de programa de formação). h) Outros. Na avaliação apreendida são apresentados *achados* considerados pelos autores como sendo de maior relevância. Nos comentários finais são destacados as características e os desafios da implementação de políticas intergovernamentais, bem como alguns elementos para se pensar a pesquisa em políticas públicas.

POLÍTICAS PARA O ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio no território estadual de Minas Gerais

Artigo de autoria de docentes do programa nota 7; ano 2011; *Qualis A2*
Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGE/FaE/UFMG).

DUARTE, A.; MELO, S. D. G. Políticas para o ensino médio no Brasil: perspectivas para universalização. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 31, n. 84, p. 231-251, maio/ago. 2011.

O artigo tem como tema as inflexões ocorridas nas políticas para o ensino médio no Brasil, a partir de 2007 e tem como objetivo refletir sobre as políticas, programas e medidas direcionadas ao ensino médio no Brasil e em Minas Gerais, também, à educação profissional a fim de evidenciar os aspectos mais relevantes dessa etapa de ensino, a complexidade que a envolve e as perspectivas para sua universalização. A análise se orienta pelo pressuposto de que há uma estreita relação de interdependência entre o ensino propedêutico e o profissionalizante caracterizado pela dicotomia estrutural da sociedade cindida em classes, no modo de produção capitalista. Sob tais perspectivas procura problematizar o contexto em que foram produzidas as propostas e identificar as mudanças empreendidas, os discursos oficiais e as medidas e programas governamentais decorrentes, no âmbito dos estados, com foco no caso do Estado de Minas Gerais. Aponta para as contradições presentes nesse processo, considerando que tais políticas só podem ser compreendidas em sua profundidade e extensão quando analisadas em conjunto e em articulação com a totalidade das políticas atuais aplicadas à educação básica e ao ensino superior. O material de investigação incluiu a produção acadêmica, os dados e os discursos oficiais, os documentos de governo e as políticas voltadas a esse segmento de ensino, com destaque para os programas governamentais

direcionados ao ensino médio, principalmente, a partir do segundo governo Lula, retratando cinco aspectos: o primeiro aspecto refere-se ao processo deflagrado a partir da edição do Decreto nº. 6.095/2007 e a aprovação da Lei nº. 11.892/2008, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), de reorganização da Rede Federal de Educação Tecnológica e de integração do ensino médio à educação profissional técnica nos moldes da proposta do Decreto nº 5.154/2004. O segundo aspecto diz respeito ao impacto da Emenda Constitucional nº. 59/2009, que assegura a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade. O terceiro aspecto é a instituição do Programa Ensino Médio Inovador, com vistas a incentivar as redes estaduais de educação, por meio de parceria com o *Sistema S*, a criar iniciativas inovadoras para o ensino médio mediante apoio técnico e financeiro do governo federal. O quarto aspecto diz respeito à reedição, em 2009 e 2010, do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), criado em 1998, sob uma nova concepção, cujo objetivo é induzir a organização curricular do ensino médio; ser adotado como vestibular unificado para as universidades federais; certificar jovens e adultos e ser aceito para verificação do desempenho acadêmico dos ingressantes no ensino superior. O quinto aspecto destaca que, a partir de 2005, inicia-se o processo de institucionalização das Políticas para a Juventude no Brasil, com a criação da Secretaria e do Conselho Nacional de Juventude, em 2005; do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (Projovem), em 2006; do Programa Universidade para Todos (Prouni), em 2005; do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 2007; dos programas de Pontos de Cultura e as Peças da Juventude, que atendem os jovens brasileiros das camadas populares, em situação de defasagem escolar, desemprego e vulnerabilidade social; do Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec), em 2011. As novas expectativas para esse segmento de ensino foram depositadas no PNE, para o período 2011-2020.

Análise descritiva do material empírico

Encerra-se aqui esta etapa da pesquisa cumprindo, assim, com um dos objetivos que é o de realizar uma descrição do material empírico composto por 50 (cinquenta) artigos retirados do banco de dados da Capes, destacando as orientações teóricas e os materiais empíricos a partir do registro dos próprios autores. Conforme já informado, as unidades bibliográficas que compõem o *corpus* empírico encontram-se com as devidas referências dispostas em ordem alfabética no Apêndice E.

Daqui por diante, faremos uma análise descritiva desse material empírico, a princípio, focando em 52 artigos selecionados no banco de dados da Capes. Ao serem analisados, dois desses trabalhos foram desconsiderados, para efeito de análise, devido ao fato de não se tratar de resultados de pesquisa, mas, de apresentação de um debate em *editoriais*, como é o caso das duas unidades bibliográficas veiculados pelo programa nota 6, ano 2010, *Qualis A2*, do PPGEdu-UFRGS: autoria de: [1] Nalú Farenzena; Maria Beatriz Moreira Luce; Benno Sander, no texto intitulado “Bandeiras de política e gestão da educação em perspectiva” - Editorial; *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 26, n.1, p.7-10, jan./abr. 2010. Editorial; [2] Nalú Farenzena; Maria Beatriz Moreira Luce, no texto intitulado “Responsabilização na educação: um novo componente na agenda de políticas públicas?”, *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v.26, n.2, p. 215-219, maio/ago. 2010. Editorial.

Sendo assim, o número de artigos selecionados ficou reduzido ao escopo de 50 artigos que foram considerados para efeito da análise empírica. Nesses 50 artigos, identificamos dois artigos contando, com duplicidade de cooperação, para diferentes programas: [1] o artigo do programa nota 7, ano 2010, do estrato *Qualis A1*, da PPGEdu-Unisinos, de autoria de Maria Clara Bueno Fischer; Naira Lisboa Franzoi; Álvaro Moreira Hypolito; Mauro Augusto Burkert Del Pino; Simone Valdete dos Santos, do texto intitulado “Escola, saberes e trabalho: a pesquisa do PROEJA no Rio Grande do Sul”, *Educação e Realidade*, v. 35 (1), p.167-186, jan./abr. 2010, em cooperação com o programa nota 6, ano 2010, do estrato *Qualis A1*, do PPGEdu-UFRGS, de autoria de Naira Lisboa Franzoi; Álvaro Moreira Hypolito; Maria Clara Bueno Fischer; Mauro Augusto Burkert Del Pino; Simone Valdete dos Santos, do texto intitulado “Escola, Saberes e Trabalho: a pesquisa do PROEJA no Rio Grande do Sul”, *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 35, p.167-186, jan./abr. 2010; [2] o outro artigo é do programa nota 6, ano 2012, do estrato *Qualis A2*, do PPGEdu-UFRGS, de autoria de Maria Estela Dal Pai Franco; Marília Costa Morosini, no texto intitulado “Marcos regulatórios e arquiteturas acadêmicas na expansão da educação superior brasileira: movimentos indutores”, *Revista Educação em Questão*. Natal, v. 42, n.28, p.175-198, jan./abr. 2012, em cooperação com o programa nota 6, ano 2012, do estrato *Qualis A2*, do PPGEdu/PUC-RS, de autoria de Marília Costa Morosini e Maria Estela Dal Pai Franco, da obra intitulada “Marcos regulatórios e arquiteturas acadêmicas na expansão da educação superior brasileira: movimentos indutores”, *Revista Educação em Questão* v. 42, p.175-198. Natal, v. 42, n. 28, p. 175-198, jan./abr. 2012.

Os temas selecionados, embora não se inscrevam por si próprios na órbita do financiamento da educação, constituem-se como elementos subjacentes às políticas educacionais, na medida em que estes conduzam ações de financiamento. O conteúdo de cada artigo foi descrito com ênfase nas respostas aos questionamentos sobre o trabalho de pesquisa, em sua totalidade: tema, objetivo, investigação, resultados e conclusões.

A síntese do mapeamento da exploração empírica do presente capítulo pode ser consultada no Apêndice C. E a seguir, o próximo capítulo será dedicado a uma descrição panorâmica das questões apresentadas neste capítulo.

4 RESULTADOS DE PESQUISA

Este capítulo visa apresentar resultados de pesquisa, de modo a contemplar os principais pontos de análise, com vistas a um mapeamento referente às pesquisas sobre financiamento da educação publicadas em artigos veiculados 2010-2012, destacando os autores que assumiram a liderança nesta especialidade temática, em termos quantitativos, relativos ao número de artigos publicados, bem como em termos qualitativos, considerando as publicações com avaliação *Qualis* A1 e A2, dos programas nota 6 (seis) e 7 (sete), com destaque também para os autores que assumiram a liderança dos mais citados nas referências bibliográficas dos artigos analisados. Esta etapa final focaliza os aspectos mais gerais das questões da nossa pesquisa, ressaltando as orientações teóricas evidenciadas, bem como as abordagens empíricas utilizadas nos artigos selecionados, no esforço de jogar luz nos elementos presentes os quais, tradicionalmente, dão cientificidade e materialidade às investigações científicas. A nossa preocupação foi pensar o desenvolvimento e o processo metodológico da produção do conhecimento científico no campo das pesquisas sobre o financiamento da educação, com o propósito de mapear, ainda que de forma inicial, o debate neste campo e como os pesquisadores desta especialidade temática pensaram o seu objeto.

4.1 Síntese das convergências temáticas

Foi possível identificar estudos no âmbito dos recursos orçamentários, bem como no âmbito dos recursos não orçamentários, estes últimos, vinculados ao Salário-educação. Foram identificados estudos relativos à assistência técnica e transferências voluntárias da União aos entes federados, por meio do Plano de Ações Articuladas para os territórios municipais, nos seguintes eixos de atuação: projetos e ações na educação básica, gestão dos programas intergovernamentais, formação de professores e profissionais, planejamento educacional.

A análise dos artigos selecionados evidencia a predominância nos seguintes eixos temáticos: *a relação público-privada na gestão da educação básica; descentralização administrativa e da gestão educacional do Estado; as questões acerca da profissão docente; políticas para a educação de jovens e adultos (EJA); ensino superior público/privado; Conferência Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação (CONAE/PNE/2011-*

2024); o ensino fundamental; Estado, Sociedade e Desenvolvimento; a qualidade em educação; as políticas para a educação inclusiva; o controle institucional das políticas federais de educação; o federalismo; a política de fundos; a educação do campo; a implementação de políticas intergovernamentais; políticas para o ensino médio;

Em termos de dados quantitativos, os resultados são os seguintes:

Quadro 11 – A predominância temática dos descritores

Questões	Sub-questões	Quantitativo 50 artigos	Percentual %
A relação público-privado na gestão educacional	Redefinições no papel do estado gerencialista e o <i>terceiro setor</i> ; A parceria entre o poder público municipal e as creches comunitárias As implicações da parceria público-privado para a gestão democrática; As parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna; A municipalização do ensino e as parcerias <i>público-privado</i> ; A atuação das ONGs em educação escolar.	07	14,0
Descentralização Administrativa e da gestão educacional do Estado	Planejamento, avaliação e gestão das redes municipais de ensino Reforma e recontextualização das políticas; Avaliação e políticas para as redes estaduais de ensino; Sistemas Municipais de Ensino; As políticas educacionais nas dinâmicas da organização escolar.	06	12,0
Profissão docente	Políticas de formação docente; Constituição da identidade docente; Regulação do trabalho docente; Condições de trabalho docente	06	12,0
Políticas para a Educação de Jovens e Adultos	Programas governamentais, como <i>Projovem Urbano</i> , <i>Proeja Urbano</i> , <i>Proeja</i> no Rio Grande do Sul, EJA no PNE, Terceirização das políticas para a EJA Aprendizagem ao longo da vida e desempenho profissional	06	12,0
Ensino superior público/privado	Graduados do Programa Universidade para Todos (Prouni); Expansão da Educação Superior; Avaliação/Regulação; Internacionalização como tendência da Educação Superior.	06	12,0
Conferência Nacional de Educação (Conae)/Plano Nacional de Educação (PNE)	O PNE como política de Estado; Financiamento e gestão da educação no PNE; Políticas para a Educação Infantil; Políticas para a Educação Inclusiva.	05	10,0
Ensino Fundamental	Implementação do Ensino Fundamental de Nove Anos.	03	6,0
Estado, Sociedade e Desenvolvimento	A natureza gerencialista do Estado, na lógica de mercado; Educação como fator de mudança social; Desenvolvimentismo.	03	6,0

Qualidade em educação	Concepções sobre avaliação e qualidade da educação no período de 1944 até 1964.	01	2,0
Políticas para a Educação inclusiva	Formação docente para o Atendimento Educacional Especializado (AEE).	01	2,0
Controle institucional das políticas federais de educação	<i>Accountability.</i>	01	2,0
Federalismo	Tensões históricas para a construção de um projeto nacional de educação.	01	2,0
Política de fundos	Efeito redistributivo – Fundef/Fundeb.	01	2,0
Educação do Campo	As políticas para a educação do campo e as demandas do Movimento Camponês.	01	2,0
Implementação de políticas intergovernamentais	Transferências voluntárias da União aos entes federados, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR).	01	2,0
Políticas para o Ensino Médio	O Ensino Médio no território estadual de Minas Gerais.	01	2,0

Fonte: Elaboração própria. (Vide gráfico correspondente, no Apêndice D).

O quadro acima sinaliza o quanto a preocupação com a relação público-privado na gestão educacional tem ocupado os pesquisadores. Foram identificados 7 (sete) artigos que analisaram e discutiram as parcerias em educação escolar entre o poder público e o setor privado de ensino. De forma geral, alguns pontos são considerados por esses pesquisadores ao investigarem essas parcerias. Dentre eles, é possível indicar as questões que dizem respeito às redefinições no papel do estado gerencialista e o *terceiro setor*; a parceria entre o poder público municipal e as creches comunitárias; implicações dessas parcerias para a gestão democrática da educação; as parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna; a municipalização do ensino fundamental e a parceria público-privada; a atuação das ONGs em educação escolar.

Outros assuntos ocuparam o mesmo patamar de interesse de pesquisas, tais como: a descentralização administrativa e da gestão educacional do Estado (6); a profissão docente (6); políticas para a educação de jovens e adultos (6); e o ensino superior público/privado (6).

Foram identificados 6 (seis) artigos que analisaram e discutiram o processo de descentralização. De forma geral, alguns pontos foram considerados por esses pesquisadores ao investigarem o processo de descentralização das políticas e da gestão educacionais. Dentre eles, é possível indicar as questões que dizem respeito ao planejamento, avaliação e gestão das redes municipais de ensino; às reformas e o papel dos coordenadores pedagógicos na recontextualização das políticas; à avaliação e gestão das redes estaduais de ensino, aos sistemas municipais de ensino, aos impactos das políticas educacionais na dinâmica organizacional das escolas.

A profissão docente, também com 6 (seis) artigos elencados no período 2010-2012, indica que é uma questão recorrente na pesquisa sobre o objeto *financiamento da educação*. Nesses seis artigos, destacamos a investigação sobre a formação e a regulação do trabalho, bem como as condições de trabalho docente e a constituição da identidade docente.

A investigação sobre as políticas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) está presente na pesquisa sobre *financiamento da educação*. Foram identificados 6 (seis) artigos que traziam resultados de pesquisa tendo a EJA como uma questão para a discussão da oferta de educação profissional técnica de nível médio. Nesse material empírico, a ênfase recai sobre os programas governamentais, como Projovem, Proeja Urbano, Proeja no Rio Grande do Sul, EJA no PNE, terceirização das políticas para a EJA, aprendizagem ao longo da vida e desempenho profissional.

A questão da Educação Superior, como iniciativa público/privada foi objeto de pesquisas que foram divulgadas em 6 (seis) artigos analisados cujas principais questões são: a expansão, a avaliação, como perspectiva de regulação e o debate sobre a internacionalização como tendência da educação superior.

Outro aspecto da discussão mais geral sobre *financiamento da educação* que sugere preocupação dos pesquisadores é a política de financiamento da educação, definida como resultado da Conferência Nacional de Educação (Conae) e estabelecida no Plano Nacional de Educação (PNE). No contexto dessa discussão política e de ações e estratégias para a educação brasileira, identificamos 5 (cinco) artigos que trataram do financiamento da gestão na educação, das políticas para a Educação Infantil e das políticas para a Educação Inclusiva.

Identificamos 3 (três) artigos que apresentam pesquisas sobre Ensino Fundamental. Nessas pesquisas, as análises estão centradas na implementação do Ensino Fundamental de Nove Anos de duração e outras 3 (três) publicações que trouxeram para a análise o debate sobre o Estado, a Sociedade e o Desenvolvimento, ressaltando a natureza gerencialista do Estado, na lógica de mercado, a educação como fator de mudança social, e o debate sobre desenvolvimentismo.

Localizamos 1 (um) artigo que analisou a qualidade em educação, ressaltando as concepções sobre avaliação e a relação com a questão da qualidade, no período de 1944 a 1964; um (1) que discutiu as políticas para a educação inclusiva, enfatizando a necessidade de formação docente de intérprete de Libras, para o Atendimento Educacional Especializado (AEE); e um (1) artigo que examinou o controle institucional das políticas federais de educação, com ênfase na *accountability*.

Outras pesquisas discutiram, de forma mais pontual e isolada, aspectos, direta ou indiretamente, relacionados à temática do *financiamento da educação*. Nesse contexto temático, encontramos 1 (uma) publicação voltada para o Federalismo, regatando fatos históricos ocorridos na Velha República que ilustram as tensões entre política estadual e política nacional, resultando na histórica crise do federalismo brasileiro e o desafio de construção de um projeto nacional, voltado para um sistema nacional de educação.

Entre os temas que aparecem de forma pontual nas investigações com foco particular e específico, encontramos 1 (um) artigo voltado para a política de fundos, onde foi destacado o efeito redistributivo do Fundef/Fundeb; 01 (um) trabalho sobre a Educação no Campo, tendo a investigação sido desenvolvida em torno do embate entre o Estado, com suas políticas para a Educação do Campo, conflitando com as demandas do movimento camponês; 01 (uma) pesquisa em torno de implementação de políticas intergovernamentais, avaliando as ações de transferências voluntárias da União aos entes federados, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) e a implementação das políticas nos municípios; e 1 (uma) pesquisa analisou as políticas para o ensino médio, centrando esse debate no território estadual de Minas Gerais.

4.2 Dos periódicos e o quantitativo de publicações sobre o tema

Importante ressaltar que estamos trabalhando com a avaliação trienal 2010-2012 e, portanto, os periódicos, naquele momento, eram avaliados como sendo de publicação do estrato *Qualis* A1 e A2. Atualmente, os critérios de avaliação dos programas e periódicos sofreram alterações, podendo os periódicos, em tela, estar sendo avaliados sob outra classificação.

No que tange às publicações do estrato *Qualis* A1, destacamos o periódico *Educação & Sociedade*, por ter sido aquele que mais publicou artigos referentes ao escopo da nossa investigação, perfazendo um total de 8 (oito) artigos, em meio as 29 (vinte e nove) publicações de 2010-2012, veiculados nos periódicos, sendo aqui todos dispostos em ordem alfabética, conforme a seguir: *Avaliação*, (2) artigos publicados; *Cadernos de Pesquisa*, (3); *Educação & Sociedade*, (8); *Educação e Pesquisa*, (4); *Educação e Realidade*, (2); *Educação em Revista*, (5); *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, (1); *Pró-Posições*, (2); *Revista Brasileira de Educação*, (2).

No que tange às publicações do estrato *Qualis A2*, destacamos o periódico *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, por ter sido aquele que mais publicou artigos referentes ao escopo da nossa investigação, perfazendo um total de 5 (cinco) artigos, a princípio, em meio às 23 (vinte e três) publicações, sendo descartadas (2) duas publicações por não se tratar de resultados de pesquisa. Sendo assim, o total é de 21 (vinte e uma) publicações veiculadas em 2010-2012 nos periódicos aqui dispostos em ordem alfabética, conforme a seguir: *Archivos Analíticos de Políticas Educativa*, (1) artigo publicado; *Cadernos CEDES*, (1); *Cadernos de Educação*, (1); *Currículo sem Fronteira*, (1); *História da Educação*, (1); *Práxis Educativa*, (2); *Revista Brasileira de História da Educação*, (1); *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, (5); *Revista de Educação Pública*, (1); *Revista Diálogo Educacional*, (1); *Revista Educação em Questão*, (2); *Revista FAEEBA*, (2); *Sociologias*, (1); *Estudos em Avaliação Educacional*, (1).

Em um esforço de síntese, seguem as informações registradas neste capítulo, em ordem alfabética, por autor, o quadro demonstrativo referentes aos autores e os respectivos programas a eles vinculados, assim como a quantidade, ao ano e ao periódico de suas publicações. A saber:

Quadro 12 – Dos autores e dos programas que registraram suas publicações sobre a temática do financiamento em educação, em 2010-2012

AUTOR/A	QUANT. PUBLIC.	ANO PUBL.	PROGRAMA/NOTA	PERIÓDICO/QUALIS
ADRIÃO, Teresa	01	2012	PPGE-FEUSP (nota 6)	Educação & Sociedade (<i>Qualis A1</i>)
ARELARO, Lisete Regina Gomes	01	2011	PPGE-FEUSP (nota 6)	Educação e Pesquisa (<i>Qualis A1</i>)
BARRETTO, Elba Siqueira de Sá	02	2010	PPGE-FEUSP (nota 6)	Cadernos de Pesquisa (<i>Qualis A1</i>)
		2011	PPGE-FEUSP (nota 6)	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (<i>Qualis A2</i>)
BARREYRO, Gladys Beatriz	02	2010	PPGE-FEUSP (nota 6)	Educar em Revista (<i>Qualis A1</i>)
		2011	PPGE-FEUSP (nota 6)	Educação & Sociedade (<i>Qualis A1</i>)
BRUNO, Lúcia	01	2012	PPGE-FEUSP (nota 6)	Revista Brasileira de Educação (<i>Qualis A1</i>)
CARVALHO, Cynthia Paes; BONAMINO, Alicia; KAPPEL, Dolores Bombardelli	01	2011	PPGE/PUC-Rio (nota 6)	Archivos Analíticos de Políticas Educativa (<i>Qualis A2</i>)
CATANI, Afrânio Mendes	01	2011	PPGE-FEUSP (nota 6)	Educação e Pesquisa (<i>Qualis A1</i>)
CORSETTI, Berenice	01	2010	PPGE-Edu-Unisinos (Nota 7)	História da Educação (<i>Qualis A2</i>)

CUNHA, Maria Isabel da	01	2011	PPGE-Edu-Unisinos (Nota 7)	Avaliação (Qualis A1)
DUARTE, Adriana	01	2011	PPGE-FaE-UFGM (Nota 7)	Cadernos Cedes (Qualis A2)
FARENZENA, Nalú	03	2010	PPGEDU/UFRGS (nota 6)	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (Qualis A2)
		2010	PPGEDU/UFRGS (nota 6)	Currículo sem Fronteiras (Qualis A2)
		2012	PPGEDU/UFRGS (nota 6)	Revista FAEEBA (Qualis A2)
FELICETTI, Vera Lucia	01	2012	PPGEDU-PUCRS (nota 6)	Estudos em Avaliação Educacional (Qualis A2)
FRANCO, Maria Estela Dal Pai	01	2012	PPGEDU/UFRGS (nota 6)	Revista Educação em Questão (Qualis A2)
FRANZOI, Naira Lisboa	02	2010	PPGEDU/UFRGS (nota 6)	Educação e Realidade (Qualis A1)
		2010	PPGE-Edu-Unisinos (Nota 7)	Educação e Realidade (Qualis A1)
GOUVEIA, Andréa Barbosa	01	2010	PPGE-FEUSP (nota 6)	Educação & Sociedade (Qualis A1)
GHANEM, Elie	02	2012	PPGE-FEUSP (nota 6)	Pró-Posições (Qualis A1)
		2012	PPGE-FEUSP (nota 6)	Educar em Revista (Qualis A1)
KRAMER, Sônia	01	2011	PPGE/PUC-Rio (nota 6)	Educação e Pesquisa (Qualis A1)
LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de	01	2011	PPGE-UFSCar (nota 6)	Cadernos de Educação (Qualis A2)
LEÃO, Geraldo	01	2012	PPGE-FaE-UFGM (nota 7)	Educação e Pesquisa (Qualis A1)
LEITE, Denise Balarine Cavalheiro	01	2012	PPGEDU/UFRGS (nota 6)	Avaliação (Qualis A1)
LELIS, Isabel	01	2012	PPGE/PUC-Rio (nota 6)	Sociologias (Qualis A2)
LIMA, Iana Gomes de	01	2012	PPGEDU/UFRGS (nota 6)	Práxis Educativa (Qualis A2)
OLIVEIRA, Dalila Andrade	04	2010	PPGE-FaE-UFGM (nota 7)	Educar em Revista (Qualis A1)
MARCONDES, Maria Inês	01	2012	PPGE/PUC-Rio (nota 6)	Revista Diálogo Educacional (Qualis A2)
MOLINA, Rosane Kreusburg	01	2011	PPGE-Edu-Unisinos (Nota 7)	Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação (Qualis A1)
MOROSINI, Marília Costa	01	2012	PPGpsi-PUCRS (nota 6)	Revista Educação em Questão (Qualis A2)
OLIVEIRA, Dalila Andrade	04	2010	PPGE-FaE-UFGM (nota 7)	Educar em Revista (Qualis A1)
		2011	PPGE-FaE-UFGM (nota 7)	Revista Brasileira de Educação (Qualis A1)
		2011	PPGE-FaE-UFGM (nota 7)	Educação & Sociedade (Qualis A1)

		2011	PPGE-FaE-UFGM (nota 7)	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (<i>Qualis</i> A2)
OLIVEIRA, Romualdo Portela	01	2010	PPGE-FEUSP (nota 6)	Cadernos de Pesquisa (<i>Qualis</i> A1)
PARO, Vitor Henrique	01	2012	PPGE-FEUSP (nota 6)	Cadernos de Pesquisa (<i>Qualis</i> A1)
PERONI, Vera Maria Vidal	01	2010	PPGEDU/UFRGS (nota 6)	Revista de Educação Pública (<i>Qualis</i> A2)

Fonte: Elaboração da autora.

4.3 Dos autores e dos programas que registraram suas publicações sobre a temática do financiamento da educação

Dentre os 37 (trinta e sete) docentes que publicaram suas pesquisas em forma de artigos, nos periódicos *Qualis* A1 e A2, pelos programas notas 6 (seis) e 7 (sete), no período de 2010-2012, envolvendo a temática do financiamento da educação, destacamos os seguintes autores: Vera Maria Vidal Peroni foi a que mais publicou, apresentando 5 (cinco) publicações; seguida de Dalila Andrade Oliveira, com 4 (quatro) publicações e Nalú Farenzena, com 3 (três) publicações. Esses e os demais autores e as informações sobre o quantitativo, o programa e o periódico de suas publicações podem ser observados no Quadro demonstrativo número 10, em apêndice.

Quanto aos programas de notas 6 (seis) e 7 (sete), os quais veicularam publicações de seus docentes, no período de 2010-2012, sobre a temática do financiamento da educação, foram identificados conforme a seguir: PPGE-FEUSP (nota 6), com registro de 15 (quinze) publicações; PPGEDU-UFRGS (nota 6), com registro de 13 (treze) publicações; PPGE-FaE-UFGM (nota 7), com registro de 10 (dez) publicações; PPGE-Edu-Unisinos (nota 7), com registro de 5 (cinco) publicações; PPGE/PUC-Rio (nota 6), com registro de 4 (quatro) publicações; PPGPsi-PUC RS, com registro de 2 (duas) publicações; PPGE-UFSCar (nota 6), com registro de 2 (duas) publicações.

4.4 Dos autores mais citados nas referências bibliográficas

Dentre os autores elencados nas referências bibliográficas, consideramos um total de 50 (cinquenta) produções. Foram destacados os autores mais citados nas referências

bibliográficas dos artigos analisados, conforme a seguir: Vera Maria Vidal Peroni, sendo a autora citada 32 (trinta e duas) vezes, encabeçando a lista das referências bibliográficas; em seguida, Stephen Ball, citado 13 (treze) vezes; Marília Costa Morosini, citada 12 (doze) vezes; Maria Estela Dal Pai Fonseca, citada 10 (dez) vezes; Dalila Andrade Oliveira, citada 10 (dez) vezes; Thereza Adrião, citada 9 (nove) vezes. Nalu Farenzena, citada 8 (oito) vezes.

Usamos como critério as citações com, no mínimo, quatro reincidências, sendo contemplados, segundo esse critério, um total de 24 (vinte e quatro) autores, os quais seguem listados no quadro abaixo, de acordo com a ordem numérica decrescente, ou seja, dos mais citados para os menos citados nas referências bibliográficas dos artigos:

Quadro 13 – Dos autores mais citados nas referências bibliográficas

Autor	Nº citações
PERONI, Vera M ^a Vidal	32
BALL, Stephen	13
MOROSINE, Marília Costa	12
FONSECA, M ^a Estela Dal Pai	10
OLIVEIRA, Dalila Andrade	10
ADRIÃO, Thereza	09
FARENZENA, Nalú	08
DUBET, François	07
HEGENBERG, Leônidas	07
BAKHTIN, Mikhail	06
HALL, Margaret	06
LOURENÇO FILHO	06
LUCE, Maria Beatriz	06
SCHWARTZ, Yves	06
ALMEIDA JUNIOR, A.	05
GIDDENS, Antony	05
KRAMER, Sônia	05
WERLE, Flávia Obino Corrêa	05
FREITAG, Bárbara	04
FRIGOTTO, Gaudêncio	04
GATTI, Bernadete	04
HILDEBRAND, Armando	04
NÓVOA, Antonio	04
O'DONNELL, Guilherme	04

Fonte: Elaboração nossa.

4.5 Sobre as perspectivas teóricas dos autores

Alfredo Sergio Ribas dos Santos (2013), já evidenciava em suas pesquisas que o pensamento social predominante dos intelectuais que discutem o financiamento da educação brasileira, no período de 1996 até 2010, é pautado nos pressupostos do marxismo e suas variantes teóricas, afirmando que,

Na constituição do campo científico da educação e das ciências sociais no Brasil determinadas orientações teóricas (marxismo, positivismo/funcionalismo, estruturalismo e fenomenologia) disputam espaços acadêmicos e políticos com vistas a consolidar suas formas de explicação da realidade social. [e] [...] No caso das orientações teóricas presentes no campo científico dos estudos sobre o financiamento da educação, publicados nos periódicos acadêmicos e livros, no período de 1996 a 2010, demonstram a supremacia das concepções decorrentes do marxismo e suas variantes teóricas. (SANTOS, 2013, p. 61)

Todavia, no período compreendido entre 2010-2012, destacamos 6 (seis) artigos: o primeiro artigo, o de Marcondes (2012) intitulado “Reforma e recontextualização das políticas: o papel dos coordenadores pedagógicos nas escolas municipais do Rio de Janeiro”, do PPGE/PUC-Rio (nota 6), com publicação no periódico *Qualis A2 – Revista Diálogo Educacional*; o segundo artigo, o de Santos (2012), intitulado “Diretrizes Curriculares para o ensino fundamental de 9 anos e o Plano Nacional de Educação: abrindo a discussão”, do PPGE-FaE-UFMG (nota 7), com publicação no periódico *Qualis A1 – Educação & Sociedade*; e o terceiro artigo, de Werle (2010) intitulado “Sistemas municipais de ensino no Rio Grande do Sul: uma contribuição para as políticas educacionais”, do PPGE-Edu-Unisinos (nota 7), com publicação no periódico *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (Qualis A2)*; o quarto artigo, de Carvalho (2011), intitulado “Redes Municipais de Ensino, Planejamento e Resultados Educacionais”, do PPGE/PUC-Rio (nota 6), com publicação no periódico *Archivos Analíticos de Políticas Educativas (Qualis A2)*; o quinto artigo, de Lima (2012), intitulado “Entendendo o Estado gerencial e sua relação com a educação: algumas ferramentas de análise”, do PPGE-UFRGS (nota 6), com publicação no periódico *Práxis Educativa (Qualis A2)*; o sexto artigo, de Molina (2011), intitulado “Impactos das políticas educacionais nas dinâmicas da organização escolar: reflexões na perspectiva do professorado de uma rede municipal”, do PPGE-Edu-Unisinos (nota 7), com publicação no periódico *Ensaio: avaliação das políticas públicas educacionais (Qualis A1)*.

O destaque para esses 6 (seis) artigos deve-se ao fato de os mesmos apresentarem em suas referências bibliográficas obras de Stephen Ball e colaboradores. No Brasil, como expoentes desta vertente teórica, destacamos Jefferson Mainardes, Alice Lopes e Elizabeth Macedo, com a abordagem do ciclo de políticas⁴⁶

⁴⁶ [...] O processo de formulação de políticas é considerado como um ciclo contínuo, no qual as políticas são formuladas e recriadas. Os três ciclos principais do ciclo de políticas são o contexto de influência – [onde as políticas são iniciadas na circulação de ideias e os discursos políticos são construídos]; [...] o contexto de produção de texto político, [...] no qual as políticas são articuladas, representadas, produzidas e criam formas textuais, discursivas – [textos legais oficiais, pronunciamento, vídeos, etc.], e o contexto da prática – [envolve a recontextualização dos textos políticos de sua forma original, com alterações significativas na realidade da prática] (MEDEIROS; ANDRADE, 2016, p.65-66). Disponível em: <<https://cut.ly/oBh3R20>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

Nessa direção, Mainardes (2009) afirma que as ideias de Ball dialogam com a ressignificação das políticas, no contexto das reformas e das práticas, trazendo questões que atravessam as discussões das políticas educacionais, como gerencialismo, performatividade, política de responsabilização e meritocracia.

Mainardes (2009) afirma que os discursos políticos colocam em jogo uma linguagem capaz de definir conceitos como racionalidade, descentralização, produtividade, insumos, eficiência, eficácia, meritocracia, *accountability*. Tais conceitos representam o ideário das tecnologias políticas referenciadas na primeira fase do ciclo de políticas, que na concepção de Ball é o *contexto de influência*, onde as políticas são iniciadas na forma de discursos políticos, os quais são os mesmos construídos e difundidos na circulação de ideias, capazes de produzir materialidade, tomando, nesta fase, a forma de *contexto de produção de texto político* – textos legais, oficiais, os quais conduzem ao *contexto da prática*, envolvendo a recontextualização na realidade prática, fechando assim, os três ciclos principais do ‘ciclo de políticas’ da teoria de Stephen Ball.

Para uma melhor elucidação da teoria de Ball, recorremos a um *e-book*, intitulado “Políticas Educacionais no Brasil: interfaces entre ditos e feitos”, obra organizada por Medeiros e Andrade (2016), a qual nos oferece alguma noção sobre a maneira de pensar do sociólogo inglês Stephen Ball e seus colaboradores a respeito das políticas educacionais, a partir dos contextos nos quais são as mesmas produzidas:

No Brasil, a educação não escapou à “onda” reformista. O lema competitividade com equidade e os acordos com os organismos multilaterais definiram a trajetória da reforma educacional brasileira que teve como eixos norteadores gestão, financiamento, currículos, avaliação e formação de professores. [e] [...] A Reforma Educacional se desenvolve sob a égide de tecnologias políticas combinando performatividade e gerencialismo, que além de mudanças estrutural e técnica, buscam a reformação de relações, identidades e valores dos profissionais do setor público, com especial destaque para os professores. “A Reforma não muda apenas o que nós fazemos”, afirma Basil Bernstein (In BALL, 2002, p.5) “Muda também quem nós somos – a nossa identidade social” (MEDEIROS; ANDRADE, 2016, p.29-30)

Sendo assim, de acordo com Jefferson Mainardes e Maria Inês Marcondes (2009),

Ball é um dos mais eminentes pesquisadores da área de política educacional da atualidade. [...] Os trabalhos de Ball possuem, em geral, uma perspectiva desconstrucionista e as análises [estando] [...] fortemente articuladas ao contexto macrossocial. Sua obra é fundamentada teoricamente em uma concepção pluralista [...] [...] pelo uso de diferentes conceitos e teorias, [utilizando] contribuições de

autores como Foucault, Bourdieu, Bernstein, Weber, entre outros (MAINARDES; MARCONDES, 2009, p. 303)

Nessa direção, Mainardes e Marcondes (2009) indicam a influência do pensamento de Ball em algumas produções bibliográficas sobre as políticas educacionais, envolvendo os mais variados temas, tais como: teoria da organização escolar, etnografia, micropolítica, mercados educacionais, reformas educacionais, escolha das escolas pelos pais, privatização da educação, performatividade, mudanças discursivas no contexto educacional e escolar, impacto das reformas sobre o trabalho e a identidade dos professores e demais profissionais da educação, redes políticas, meritocracia, entre outros. De acordo com Mainardes e Marcondes (2009, p. 303), “[...] esses temas, em geral, são analisados de forma articulada aos conceitos de justiça social, poder, desigualdades sociais, classes sociais e discurso. [...]”.

Nesse sentido, a questão epistemológica colocada por Mainardes e Marcondes (2009), nos leva a fazer reflexões inferenciais se estamos diante de um novo paradigma para pensar as políticas educacionais, em especial, as políticas de financiamento ou se trata-se de uma das variantes teóricas do marxismo, mencionada por Santos (2013). Este poderia ser um objeto de investigação, em pesquisas futuras, de modo a que pudéssemos investigar melhor a respeito de uma possível pluralidade de tendências epistemológicas envolvendo a questão da filiação teórica de autores desta especialidade temática. A questão que se impõe é o quão potentes são as ferramentas teóricas das filiações teóricas que estão sendo postas em campo, referentes às políticas educacionais, capazes de nos auxiliar na compreensão dos jogos de poder que permeiam a questão das desigualdades sociais no Brasil, visando à superação das mesmas.

4.6 Quanto ao aspecto teórico-metodológico identificado nas pesquisas

Nos artigos analisados, quanto às variáveis que dão suporte à cientificidade do trabalho acadêmico ficou evidenciado, em todos os artigos analisados, uma preocupação dos autores em descrever, em pelo menos um parágrafo, ou ainda, mais detalhadamente, ao longo de um subtítulo, informações sobre qual a abordagem teórico-metodológica utilizada; sobre o tipo de pesquisa de que se trata, estando esta identificada como pesquisa qualitativa, ou se trata de uma análise descritiva e analítica inferencial, ou ainda, se é um enfoque quantitativo, se é uma pesquisa *quali-quant*.

Os textos também discorrem sobre as frequências e relações do uso dos instrumentos empíricos para se chegar às reflexões inferenciais ou ainda aos resultados de pesquisa. Os artigos, sem exceção, apresentaram uma descrição detalhada dos seus processos de pesquisa, demonstrando sobre como esses autores pensaram o seu objeto. Identificamos textos que trabalharam com a literatura para chegar ao objeto de pesquisa, de modo a fazer com que o estudo prévio conduzisse a uma investigação empírica mais consistente.

Foram encontradas pesquisas que discutiram um conceito, uma ideia, sem abordagem empírica, trazendo para o debate autores cujas ideias dialogavam entre si ou divergiam, fazendo deste exercício um modo de imersão reflexiva. Os textos mencionam sobre o tipo de pesquisa, também sobre a metodologia utilizada, com a descrição de seus processos de pesquisa. Observamos uma preocupação dos autores em destacar se o estudo empreendido apresenta resultados de pesquisa, pleno ou parcial, ou ainda, em mencionar se sua pesquisa é parte integrante de uma pesquisa mais ampla.

Observamos em alguns textos que, além de referência teórica, também apresentam abordagem empírica buscando dados na realidade a partir de um aprofundamento de estudo de casos específicos. Identificamos texto relacionando a revisão da literatura com o estudo de casos, dando-lhe o tratamento devido para a compreensão dos instrumentos utilizados na pesquisa, quando da análise/síntese de questionários, de entrevistas e registros de observações *in loco*.

A nossa pesquisa, como informado anteriormente, no intuito de acompanhar a pesquisa mais abrangente do grupo *Episteme*, retoma a pauta do intenso debate dos anos 1980 e 1990, o qual discutia a respeito da fragilidade teórico-metodológica identificada nas pesquisas educacionais daquela ocasião, atentando para o fato de o referido debate ter quase desaparecido ao final daquele período. No caso da presente pesquisa, o silenciamento dessas discussões, desde então, nos mobilizou a investigar esta questão, retomando o debate e chegamos ao final dessa investigação apresentando como resultados de pesquisa, uma síntese dos aspectos mencionados, no que tange à temática do financiamento da educação.

Sendo assim, ao final dessa pesquisa, pelo menos nos textos analisados, identificamos um cuidado, por parte dos pesquisadores, com o aspecto teórico-metodológico em suas investigações. Reconhecemos que a maior parte dos 50 (cinquenta) artigos analisados nos dá o desenho de pesquisas que foram construídas, seguindo os critérios de cientificidade, visto que os textos contêm a presença massiva de elementos que tradicionalmente caracterizam a cientificidade das pesquisas, quais sejam: a definição de objeto, a descrição sobre o tipo de pesquisa, as perspectivas teóricas que fundamentam o problema, as abordagens empíricas

relacionadas às questões destacadas e a descrição detalhada do processo de pesquisa, processos esses que conduzem aos resultados preliminares de uma pesquisa em andamento, ou aos resultados definitivos de pesquisa, ou ainda, às indicações ou às reflexões inferenciais que reportam a enunciados.

Os resultados de pesquisa indicam que a constituição do campo de estudo voltado para o financiamento da educação se profissionalizou de tal modo que os pesquisadores dessa especialidade temática vêm se organizando em torno de importantes espaços institucionais e fóruns de discussão que têm influenciado as instâncias de poder, no sentido de importantes conquistas legislativas, na garantia de financiamento da educação, porém, com algumas tensões, pois existem dissensos entre os que defendem a escola pública gratuita e os que defendem interesses privatistas na educação.

De forma geral, alguns pontos nos chamaram a atenção. Um desses pontos reside no quantitativo de publicações nos periódicos analisados. Observando os extremos do quantitativo mínimo de 1 (um) artigo e máximo de 8 (oito), com publicações do estrato *Qualis* A1, nessa questão, o ponto que nos chamou a atenção foi o fato de o periódico *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação* ter publicado apenas um artigo. O editorial deste periódico informa que a mesma se destina à publicação de artigos relacionados à Educação, tendo como temática questões sobre avaliação e políticas públicas em educação, priorizando os resultados de pesquisa, estudos teóricos e ensaios. Já o periódico *Educação & Sociedade* acolheu a maior parte dos artigos – 8 (oito) publicações. O editorial deste periódico salienta um intercâmbio cosmopolita de seu trabalho, devido à abertura internacional, recebendo contribuições de diferentes autores, especialmente de países da América Latina e Europa, trazendo temas discutidos com rigor e novidade. Em se tratando do estrato *Qualis* 2, o periódico científico que mais acolheu artigos – total de 5 (cinco) –, foi a *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, editado pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae). O padrão editorial desse periódico aceita para publicação trabalhos inéditos os quais versam sobre temas pertinentes à política e à administração da educação em geral, seja sobre políticas públicas e institucionais de educação, planejamento da educação, gestão de sistemas, instituições e processos educacionais, e avaliação de políticas educacionais ou de instituições educativas.

Podemos rever o nosso entendimento, mas observamos em alguns pontos de análise que mereceram a nossa atenção, mas que ainda precisam ser melhor apurados: a localização presente em determinados autores; dificuldade de penetração na área; a falta de circulação da produção.

Outro ponto que destacamos é o fato de não termos identificado artigos sobre financiamento da educação que discutissem valores monetários, propriamente ditos, voltados para uma análise envolvendo informações mais precisas sobre, por exemplo, os recursos alocados, com o conhecimento dos critérios específicos ou sobre a composição das despesas efetuadas ou ainda, sobre os balanços gerais das despesas, com análise de dados a elas agregados. Notamos que a discussão pormenorizada desses detalhamentos não são uma tônica. Todavia, passando ao largo disso, os objetos de pesquisa identificados nos artigos indicam uma fragmentação temática, não estando tais objetos, diretamente centrados no tema do financiamento, mas orbitando, de maneira transversal, com um viés muito mais voltado às políticas públicas do que, propriamente, voltados ao conhecimento teórico, com base de dados mais técnicos, próprios das questões de financiamento. Notamos, ainda, que os objetos de pesquisa sobre financiamento da educação tendem a se voltar para os projetos ou as propostas que giram em torno dos programas governamentais da ocasião, programas estes que conduzem ações de financiamento, mas que não necessariamente se inscrevem na centralidade desta temática.

Para uma discussão mais crítica a esse respeito, recorreremos ao autor Alfredo Sérgio Ribas dos Santos (2013, p.71) que, de acordo com sua análise,

[...] a relação entre o Estado brasileiro e os pesquisadores é contraditória e conflituosa, pois no mesmo momento em que os pesquisadores fazem a crítica sobre a agenda política do referido estado, o faz a partir da agenda definida pelo poder público, além de recorrer aos subsídios públicos para a consecução de suas pesquisas e respectivas análises. [...] [e] [...] A agenda política do Estado brasileiro ao estabelecer a agenda de pesquisa dos pesquisadores o faz em função do processo de dominação política legítima que exerce sobre a sociedade em geral e sobre os pesquisadores em especial.

De acordo com Santos (2013, p. 69), há evidências de que “[...] existe uma relação tácita, inter-relação e interdependência entre o Estado brasileiro e os pesquisadores, sobre o tema do financiamento da educação, pois o primeiro define a agenda política e o segundo estabelece a agenda de pesquisa e analisa a agenda política definida”. Considerando esse processo, o autor afirma que

[...] os temas, subtemas, os referenciais teóricos, técnicos, legais e políticos os quais são determinados pelas definições político-governamentais condicionam a agenda dos pesquisadores. As agendas de pesquisa interferem nas agendas políticas, mas essa interferência ocorre a partir dos interesses e compromissos do Estado brasileiro, tanto no poder executivo quanto no poder legislativo (SANTOS, 2013, p.70).

Nesse sentido, foi possível inferir que o argumento apresentado por Santos (2013) se aproxima da análise de Míriam Limoeiro Cardoso (2016), na medida em essa relação tácita indicada por Santos, de interdependência entre a agenda do Estado brasileiro e a agenda dos pesquisadores, coaduna com a ideia de cobertura institucional acadêmica, que coloca a ciência, a serviço dos projetos governamentais, analisada por Cardoso.

Todavia, a análise de Santos (2013, p.70) sobre a dinâmica articulada “[...] a partir dos interesses e compromissos do Estado brasileiro, tanto no poder executivo quanto no poder legislativo [...]”, [de modo que] “[...] as agendas de pesquisa interferem nas agendas políticas” (SANTOS, 2013, p.70).

Sendo assim, no nosso entender, Cardoso (2016), amplia a noção dessa relação tácita indicada por Santos (2013), na medida em que Cardoso analisa que tais interferências possam ocorrer a partir de forças externas de dominação, para além do Estado, às quais podem pressionar e condicionar as políticas e determinar a agenda do Estado brasileiro.

Nessa direção, retomamos Cardoso (2016) a qual afirma que “[...] o projeto ideológico político econômico, gestado no campo político, atendendo ao grande capital em busca de expansão e maximização de lucro contou com a colaboração importantíssima da academia, especialmente das Ciências Sociais e Econômicas” (CARDOSO, 2016, 20:02)⁴⁷.

⁴⁷ Recurso audiovisual disponível em: <<https://youtu.be/iUGEAYQ-0nE>>.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Julgamos ser importante retornar ao cenário da pesquisa educacional, na quarta fase, apontado por Almeida (2010), porque, alguns pontos que esta autora nos trouxe na introdução da nossa pesquisa merecem ser retomados para nossa reflexão, considerando que são questões que, ainda hoje, vem impactando diretamente a produção do conhecimento científico, no Brasil.

Em tempos recentes, a julgar pelo o que as universidades estão passando, com os cortes de bolsas e as sucessivas e drásticas reduções no orçamento faz-se importante registrar a ameaça ao financiamento das pesquisas científicas no Brasil, por *asfixia financeira*, termo que vem sendo utilizado na mídia para significar um corte no fluxo financeiro de toda uma cadeia que sustenta a ciência no Brasil, onde até os salários correm risco.

Nesse sentido, consideramos importante retomar o processo da evolução da pesquisa educacional brasileira, há uma década. Para tanto, rememoramos os apontamentos de Almeida (2010), ressaltando alguns pontos que, naquele momento, marcavam o cenário da pesquisa em educação:

[...] a dedicação aos estudos referentes às peculiaridades dos sistemas públicos de educação[...]; [...]a tentativa de desvelar os fenômenos educacionais na sua complexidade histórico-social[...]; [...] a tentativa de apontar caminhos para a melhoria da qualidade da educação e do desempenho escolar[...]; [...] a busca pela parceria de estudos coletivos produzidos por grupos de pesquisa institucionais ou interinstitucionais[...]; [...] o esforço de busca pela qualificação da formação de quadros e da produção na área, através das organizações de pesquisadores como a ANPED e a ANPAE, de eventos como os ENDIPEs, e da CAPES como instituição de avaliação (ALMEIDA, 2010, p.38-39).

Nessa direção, ao analisarmos o contexto atual podemos considerar que os apontamentos destacados por Almeida, há uma década, ainda se fazem presentes no contexto atual das pesquisas educacionais brasileiras:

[...] o crescimento do volume das pesquisas, sem a necessária correspondência da expansão dos recursos financeiros, da infraestrutura, do número de orientadores [e] [...] as cobranças colocadas pelo controle produtivista e pelos encargos administrativos [e] [...] o acirramento nas disputas pelos recursos financeiros [e] [...] a diminuição paulatina do tempo para a realização das pesquisas [e] [...] o número insuficiente de bolsas de estudo[...] (ALMEIDA, 2010, p. 38-39).

Sendo assim, ao compararmos a situação das pesquisas educacionais apontada por Almeida (2010) com o cenário atual, podemos concluir que os problemas e as fragilidades apontados pela autora, não só ainda se fazem presentes no cenário atual das pesquisas

educacionais, como também vêm se aprofundando em períodos recentes da nossa história. Assim, acrescentamos à análise de Almeida os seguintes pontos: [1] acirram-se ainda mais as disputas pelos recursos financeiros, o que levou ao congelamento por vinte anos, de um teto dos gastos públicos, todavia, deixando livre o pagamento aos bancos, dos juros nominais da dívida pública; [2] o que já era um número insuficiente de bolsas de estudo, agrava-se ainda mais pela falta de verba, o que levou o CNPq⁴⁸ a suspender novas bolsas de estudo.

Como já dito, anteriormente, o campo de estudo voltado para o financiamento da educação, vem sendo constituído como campo e tendo se profissionalizado de tal forma que os pesquisadores dessa especialidade temática vêm se organizando em torno de espaços e fóruns de discussão, os quais têm influenciado, em direção a importantes conquistas legislativas na área. Entretanto, esses espaços apresentam divergências de matizes ideológicos entre aqueles que defendem a educação pública e aqueles com interesses privatistas na educação⁴⁹.

Para citar alguns desses espaços de discussão retomamos Santos (2013), que destaca alguns desses espaços como importantes fóruns de discussão, eventos e periódicos acadêmicos especializados na temática do financiamento da educação brasileira:

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação [...]; a Rede de Pesquisadores em Financiamento da Educação, sediada na Universidade Federal do Paraná (Ufpr)[sic]; a Fineduca – Revista de Financiamento da Educação, periódico acadêmico eletrônico da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação, sediada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs)[sic]; o GT 5[...]; (Grupo de Trabalho - Estado e Política Educacional) da Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação); a Anpae[...] (Associação Nacional de Política e Administração da Educação) e a CNTE[...] (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), a qual edita a revista Retratos da Escola (Escola de Formação da Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação – Esforce) (SANTOS, 2013, p.22).

Em linhas gerais, o que pudemos constatar sobre as pesquisas que envolvem o financiamento público da educação brasileira é que o assunto em voga vem merecendo a

⁴⁸ O Conselho Nacional de Pesquisa, que atualmente é chamado de Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É o órgão responsável pelo financiamento da maioria dos projetos de pesquisa de graduação e pós-graduação no país e tem como objetivo incentivar a pesquisa no Brasil. <https://www.significados.com.br/cnpq/> Acesso em: 25abr.2021.

⁴⁹ Confira a perspectiva de análise da pesquisadora Renata Spadetti, a qual concede uma entrevista ao Portal *Voz da Resistência*, onde comenta sobre os limites dos movimentos em “defesa” da educação. Disponível em: <https://cut.ly/xM8n5Re>. Acesso em: 07 fev.2021.

atenção de pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, com predominância na área da Educação seguida das Ciências Sociais, sendo os pesquisadores dessas áreas de estudo os que lideram e representam esses espaços institucionais destacados por Santos (2013), os quais abrigam essa especialidade temática.

Constatamos ainda, que os assuntos que envolvem essa temática são muito pulverizados, em meio a uma infinidade de projetos e programas governamentais que são financiados pelo poder público e que muito desses programas são objetos de interesse dos pesquisadores que investigam o seu impacto, com um viés mais político do que propriamente técnico. Reparamos que tais objetos se circunscrevem nos assuntos transversais ao tema do financiamento. Pelo que pudemos identificar, as pesquisas sobre financiamento da educação estão ligadas às políticas de financiamento, geralmente se reportando àquelas políticas públicas que foram implementadas para aquele momento, o que nos leva a pensar que as próximas pesquisas sobre *o novo Fundeb e a nova BNCC; o Fundeb permanente e os novos mecanismos de avaliação de desempenho, os cortes no orçamento das universidades públicas*, possivelmente, serão a tônica das futuras pesquisas. O estudo indica que a presença das políticas públicas ou a ausência de tais políticas, são decididas em contextos que dizem muito acerca das tendências ideológicas que vigoram nas esferas de poder, da ocasião.

Em termos gerais, este estudo nos mobiliza a pensar que todas essas questões trazidas para o debate revelam que, em seu cerne, se encontra a questão da desigualdade, sendo preciso mostrar a cara feia da desigualdade brasileira, materializada nas questões de gênero, raça e classe, e fazendo circular a ideia de que para combatê-la é necessário o acesso de todos a uma educação/formação, referenciada em uma perspectiva crítica e emancipatória, fazendo circular a ideia de que não se faz educação pública de qualidade, sem investimento público suficiente para garantir os insumos necessários ao padrão mínimo de qualidade.

Urge que os assuntos sobre economia política e, especificamente, sobre financiamento da educação brasileira se façam presentes no currículo de formação de professores, necessitando que este debate esteja presente, também, na base nacional comum curricular da educação básica, a ser discutido pela comunidade escolar quando da construção dos projetos político-pedagógico das escolas, quando do monitoramento do Plano Municipal de Educação e quando da preparação dos professores, em uma perspectiva militante de formação da base social, para uma leitura de mundo ampla, progressista e transformadora. Os profissionais da educação não podem se furtar desse debate tão importante para o fortalecimento da educação pública brasileira, na compreensão de que o Estado brasileiro deva ser entendido, não como uma abstração, mas sim, como um ente construído por sujeitos individuais e coletivos, em um

processo histórico. Uma sociedade civil politizada e com espírito crítico, por exemplo, mediante a disputa histórica pelo orçamento da educação é capaz de equilibrar a correlação de forças, de modo a influenciar, junto aos seus parlamentares, para que o pêndulo do orçamento público se volte para a educação pública, quando das disputas na seara política.

A discussão sobre educação pública de qualidade deve envolver alunos, professores e a comunidade escolar como um todo. Envolver-se criticamente no debate sobre a questão da qualidade em educação passa, necessariamente por uma visão de qualidade socialmente referenciada, no sentido de colocar no cerne do debate a questão da distribuição dos recursos materiais e culturais para toda a população. Passa, ainda, pela superação da visão meritocrática, a qual está voltada para uma lógica individualista e competitiva de mercado que não considera as relações de desigualdade de classes e de poder. No nosso entender, as ações voltadas para a meritocracia, não apenas mascara, mas aprofunda a questão das desigualdades. Então, em uma sociedade com profundas marcas da desigualdade, as quais assumem a faceta da interseccionalidade de raça, gênero e classe, falar em meritocracia em uma sociedade que ainda sofre o legado da escravidão, responsável pelas desigualdades sociais históricas, chega a ser um escárnio para uma república que se diz democrática. Sendo assim, o conceito de meritocracia é por nós entendido como uma tecnologia política que se utiliza de uma linguagem carregada de valor simbólico e político para fazer a realidade parecer ser o que não é.

Nesse sentido, tomar os resultados das avaliações de larga escala, como um fotograma da qualidade em educação, vinculado à ideia de meritocracia, como se o sucesso do indivíduo dependesse único e exclusivamente de seu esforço pessoal é fazer um uso político desses discursos, trazendo para o campo ideológico um juízo moral que culpabiliza aqueles em condições de vulnerabilidade social pelo seu próprio fracasso, assim como responsabiliza os professores pelos resultados desfavoráveis das avaliações, ao mesmo tempo em que veicula a ideologia no imaginário social de que o fracasso dos pobres é porque eles não se esforçam o bastante, contudo, inviabiliza a percepção das questões mais profundas que atravessam as desigualdades abissais que mobilizam as causas dos resultados escolares, as quais subjazem em meio às aparências.

Essa gramática discursiva da meritocracia culpabiliza os pobres por sua própria pobreza, sendo o mesmo discurso usado para justificar o fracasso ou abandono escolar como se fosse uma mera questão de maior/menor esforço individual. Esse mesmo discurso serve a propósitos neoliberais inconfessáveis de um *darwinismo* social, na medida em que se tenta submeter os desiguais aos padrões de igualdade impostos pela avaliação padronizada em

larga escala. Assim, são invisibilizadas as variantes externas à dinâmica escolar, as quais são atravessadas por fatores que condicionam e determinam as condições reais de existência dos sujeitos. O discurso meritocrático torna invisível o fato de a escola ser a caixa de ressonância da sociedade em que está inserida, sendo as condições de vida material dos sujeitos as que irão determinar o seu alcance às oportunidades educacionais que lhes são postas.

Nessa direção, ao se discutir a temática da *qualidade em educação*, necessário se faz compreender que somos todos produtos de uma forma de sociabilidade, cuja subjetividade se mantém forjada em um regime de escravidão, o qual deixou um rastro de desigualdades, cuja materialidade foi forjada no Brasil, na interseccionalidade de gênero, raça e classe. Tais desigualdades só poderão ser corrigidas, mediante um movimento reverso de ações afirmativas de longo prazo, de políticas de inclusão social e de um maior aporte financeiro, justamente para as escolas de menor índice de aproveitamento. Não por acaso, as escolas de menor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) estão inseridas nas zonas de periferia, cuja população é composta, a maior parte, por pretos e pretas empobrecidos e empobrecidas e, por vezes, negligenciados e negligenciadas pelas (in)ações do poder público.

Sendo assim, parece haver um consenso na sociedade brasileira, sobre o quanto o acesso à educação pública de qualidade, financiada pelo poder público, aliada a outras políticas sociais, impacta diretamente as condições materiais de vida da população, assim como parece haver um consenso quanto ao reconhecimento de como as desigualdades sociais impactam a forma da sociabilidade humana. Quanto mais escolarizada for a sua população e atendidas em suas necessidades básicas, de moradia, alimentação e saúde, maior será o impacto positivo na economia, na política, na cultura e na consciência cidadã, de modo a tornar uma nação economicamente dinâmica e socialmente justa.

Nesse sentido, pensar o Brasil como uma nação economicamente dinâmica e socialmente justa, tem a ver com um projeto de nação que, paralela ao atendimento das necessidades básicas da população, tenha o investimento na educação, na ciência e na tecnologia como primazia nesse processo. Para que tenhamos uma noção da dimensão que isso representa recorremos a uma entrevista concedida ao Deputado Jorge Solla, pela ex-presidente da República Dilma Russef (2021, 58:25)⁵⁰. A ex-chefe da nação, conhecendo as profundas desigualdades sociais que ainda imperam no Brasil considera que a alienação da

⁵⁰ Cf. Jorge Solla conversa com Dilma Rousseff: *Redescobrir o Brasil!* Youtube, **Canal Resistência**, publicado em 17 jan.2021. Disponível em: <<https://youtu.be/zSRloRvYtrU>>. Acesso em: 19 jan.2021.

distribuição de recursos públicos, sobretudo para a área da educação, seja algo muito grave, tendo em vista que

[...] no Brasil, ter acesso a uma Universidade é questão de distribuição de renda e riqueza. Pra mim, ter acesso à educação de qualidade, pra toda população brasileira é acesso à distribuição de riqueza – não de renda, mas de riqueza! [...]. [e] Acredito [...] que sem universidade forte não se produz ciência, não se produz tecnologia, nem inovação. E o mundo vai ser o mundo da economia do conhecimento [...] [um mundo da] [...] quarta revolução industrial [tecnológica] – a internet das coisas, inteligência artificial, impressão em 3D, robótica [...]. [...] Nós defendíamos um acesso do Brasil a um mundo Sul-Sul multipolar. E isso, eu acredito, que seria a nossa solução para não sermos subalternos, em relação a esses avanços (ROUSSEF, 2021, 23:33).

Sendo assim, levando-se em conta que o desenvolvimento de uma nação não se concretiza, sem uma educação de qualidade para todos e, uma vez que a população não para de crescer, essa premissa reforça a ideia de que a educação pública sempre precisa de mais recursos para financiar as suas políticas, de modo a continuar avançando. No caso do legado brasileiro de uma experiência escravocrata, ainda não superada, necessitamos de políticas compensatórias, até que possam ser corrigidos e compensados, minimamente, o atraso educacional imposto pelo descaso com a população herdeira de um regime de escravidão que ainda mostra os seus efeitos. Portanto, necessário se faz repensar o modelo brasileiro que estrutura as políticas de financiamento da educação pública, o que, retomando Rousseff, (2021, 23:33), “[...] ter acesso à educação de qualidade, para toda população brasileira é ter acesso à distribuição de riqueza – não de renda, mas de riqueza”.

Nessa direção, os estudos de Ednir e Bassi (2009), trazidos para o debate na presente pesquisa (p.66), destacam que o modelo brasileiro de elevada taxaço sobre bens e serviços, bem como a baixa taxaço sobre a propriedade, o lucro e os dividendos, demonstram o quão imprescindível se faz o debate sobre a taxaço das grandes fortunas de modo a garantir outro modelo de governança da gestão pública, capaz de produzir e distribuir renda e riqueza.

O debate crítico nas escolas sobre o sistema tributário brasileiro é um elemento-chave para um começo de conversa e o início de um processo de auto-organização da classe dos profissionais de educação, de modo a formar cidadãos que sejam capazes de discernir sobre o tipo de sociedade e sobre quais os projetos de nação que sejam do interesse de uma sociedade, minimamente civilizada, com igualdade de oportunidades, ecológica e economicamente, ativa, robusta, sustentável e politicamente, autônoma.

Em tempos recentes, o debate de se tributar os muito ricos tem estado na ordem do dia em todos os cantos do planeta, mediante a desigualdade que o modelo hegemônico neoliberal

vem impondo aos países, mundo afora, e a mensagem que o mundo está sinalizando é a de que a desigualdade é intolerável nas sociedades civilizadas.

Nesse sentido, torna-se urgente o enfrentamento do debate de se taxar as grandes fortunas, considerando ser o Brasil um dos países mais desiguais, do mundo. A profunda desigualdade social existente no Brasil se reflete, especialmente, nos tributos, nos impostos, com ressonância na estrutura da sociedade, onde os super-ricos não pagam, e que por isso, os tributos pesam tanto no bolso dos mais empobrecidos, sendo este assunto um *tabu* que incomoda muito a burguesia brasileira.

No entanto, essa discussão vem se transformando em uma campanha, cujo nascedouro, simbolicamente, é o sindicato dos professores. A meu ver, deve ser justamente a categoria de professores aquela que deve tomar para si esta tarefa: a de alfabetizar a população brasileira também na dimensão da economia política. Portanto, necessário se faz repensar os cursos de formação dos professores, no âmbito da formação docente, no sentido de prepará-los, de modo a que estes possam responder aos vários tipos de alfabetização que a sociedade brasileira precisa enfrentar, para além de uma alfabetização convencional, como, por exemplo, a alfabetização financeira e a alfabetização política, tendo em vista o fortalecimento da democracia. Os regimes autoritários se valem da ingenuidade e alienação da população para engendrar as suas estratégias de dominação, através da tecnologia política dos discursos ideológicos os quais, como já dito anteriormente, fazem as coisas parecerem ser o que não são e a vacina contra isso é o conhecimento.

Nessa direção, chamamos à atenção para a campanha **Por que e como tributar os super-ricos?**⁵¹, coordenada pelo sindicato dos professores, que coloca em questão o sistema tributário brasileiro, indicando que o modo como é feita a repartição do bolo tributário, com os maiores tributos recaindo sobre os bens de consumo, contribui para a manutenção das desigualdades na sociedade brasileira, que tanto impactam, negativamente, as condições de vida material da maior parte da população e, por conseguinte, os resultados escolares insatisfatórios, mobilizando, assim, um círculo vicioso. A campanha propõe um debate pedagógico com toda a sociedade brasileira, indicando que se faz urgente a taxação das grandes fortunas, colocando no cerne a seguinte questão: porque e como tributar os super-ricos.

⁵¹ **Porque e como tributar os super-ricos.** <www.youtube.com>, Canal TV 247, transmitido ao vivo em 22 jan.2021. Disponível em: <<https://youtu.be/t5ZWtg9RHjg>>. Acesso em: 23 jan. 2021.

Para esta campanha pedagógica, de “Tributar os Super-Ricos”, o cartunista Renato Aroeira (2021) criou a mascote Niara, com o intuito didático de uma possibilidade de aproximação com as salas de aula. Em uma entrevista concedida ao cartunista Aroeira, os coordenadores desta campanha, Sr^a Rosilene Corrêa – diretora do Sindicato dos Professores de Escolas Privadas- (Sinpro), do DF e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Sr. Paulo Gil – do Instituto Justiça Fiscal e Auditores pela Democracia, destacam a importância de se fazer uma campanha pedagógica junto à população brasileira, informando que é preciso tributar os super-ricos, tendo em vista ser esta uma questão fundamental para atingirmos um grau de sociabilidade minimamente civilizada e um pouco mais justa. Ainda que não seja igualitária, mas, pelo menos, *menos desigual*. O auditor fiscal, Paulo Gil comenta, nesta entrevista, que o instrumento tributário tem várias funções, sendo a principal delas, a redução das desigualdades. O auditor fiscal destaca que, no modelo brasileiro, uma família da classe mais empobrecida da população brasileira chega a gastar 150% da sua renda, para além de 100%, significando que ela se endivida para dar conta de sua subsistência, devido à quantidade de tributos que tem sob o seu consumo, uma vez que a tributação sobre o consumo é muito elevada, justamente porque os muito ricos não pagam, sendo urgente reverter essa lógica. E ele traz os números:

[...] se pegarmos os dados do imposto de renda, são trinta milhões de declarantes, [desses], sendo um décimo, quase trezentos mil... Então, vamos pegar um milésimo da população que são os trinta mil brasileiros que mais declararam renda nos últimos anos: o mais pobre desses *um por cento* (1%) que estão no topo da pirâmide – o que ganha menos – recebe, em média, *duzentos mil reais*, por mês e paga *zero* de imposto de renda, [ou seja], *nada*. O brasileiro que mais declarou, em 2018, declarou *um bilhão e cem*; em 2017 foi *um bilhão e setecentos*. Então é dessa turma que estamos falando. Na verdade, ainda que se pegue os ultra-ricos e os muito ricos, [eles correspondem] a zero vírgula três por cento (0,3%) da população brasileira.

O auditor fiscal Gil segue o debate destacando que tributar os “zero vírgula três por cento” da população brasileira é uma questão política de correlação de forças, sendo este um assunto pouco discutido pelos mais afetados. Paulo Gil comenta que, na medida em que este debate estiver presente nas discussões dos sindicatos dos professores, junto ao pessoal da saúde, em todos os sindicatos, nas universidades e, quando todos começarem a se apropriar deste debate, daí a correlação de forças muda em favor dos mais empobrecidos e o apoio da sociedade é fundamental para se enfrentar o debate sobre a tributação, sobre a renda e sobre o patrimônio daqueles que, historicamente, não pagam impostos.

Por nossa vez, advogamos que a pia batismal dessa conscientização deve se dar, particularmente, nas escolas, e sendo esse espaço social o *lócus* privilegiado de formação para

a cidadania, deve a escola assumir a gênese desse processo de mudança cultural, sabendo que os resultados serão de longo prazo. No entanto, é preciso iniciá-lo, posto que é no exercício do cotidiano escolar que se conformam as primeiras noções de democracia, a partir do bom direcionamento de experiências de participação e de tomada de decisões coletivas. Assim, sendo a escola, como se diz no jargão “a caixa de ressonância da sociedade”, deve responder aos vários tipos de alfabetização para uma emancipação de sua gente, devendo, portanto, ir além da alfabetização convencional, restrita apenas ao letramento, mas ampliá-la para uma alfabetização financeira, para uma alfabetização política, desde tenra idade escolar.⁵² A participação dos educandos em agremiações estudantis, nos projetos político-pedagógicos, na proposição de projetos que envolvam a comunidade escolar é uma forma de engajamento dos educandos e de outros atores nos processos decisórios.

Nessa direção, a meta 19 do Plano Nacional de Educação prevê a efetivação da gestão democrática nas escolas, em consonância com o artigo 206 da Constituição Federal de 1988, que traz, entre seus princípios, o da gestão democrática do ensino, na forma da lei.⁵³ Entretanto, é preciso reconhecer as contradições que imperam no sistema capitalista e pensar sobre o desafio que representa a implementação da gestão democrática nas escolas inseridas nas entranhas de um estado capitalista neoliberal.⁵⁴

Outra discussão que mereceu nosso destaque trata da relação público-privado, principal motivo de preocupação dos pesquisadores, sendo o tema mais presente nos debates, no período 2010-2012. Em tempos recentes, este debate vem se acirrado ainda mais, principalmente entre os pesquisadores que defendem o financiamento público para a educação pública. Essa é uma discussão que vem de longa data e diz respeito ao sistema de transferência de verbas destinadas à educação pública para o setor privado, sob o pretexto de que o setor privado seria mais eficiente na relação custo-qualidade, ao passo que o setor público seria menos eficiente com os gastos públicos e os seus serviços, de baixa qualidade.

Por outro lado, aqueles que defendem a educação pública e de qualidade social argumentam que a educação pública não é naturalmente ruim, assim como a educação privada

⁵² Nesse sentido, é bastante provável que possam existir projetos escolares que já tenham sido experimentados ou que venham se realizando experiências exitosas de gestão democrática, não chegando a ser esta ideia, propriamente, uma novidade. O desafio consiste em universalizar tais experiências.

⁵³ Entende-se como a gestão democrática, na forma da lei, a prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, Artigo 14.

⁵⁴ Para uma tentativa de trazer as contradições acerca da ideia de gestão democrática, inserida na estrutura do estado capitalista neoliberal Cf. BRANDÃO, Adilma Lopes. **Gestão democrática na LDB 9394/96: contraponto ente a proposição legal e as estruturas para a implementação no estado capitalista neoliberal.** Revista científica multidisciplinar núcleo do conhecimento. Ano 03, Ed. 08, Vol. 06, pp. 05-28, Agosto de 2018. ISSN:2448-0959

não é naturalmente melhor. As desigualdades refletidas nos resultados educacionais que aparecem no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), tecnicamente, deveriam servir para planejar as políticas públicas necessárias para enfrentá-la e superá-la, e não como um *ranking* de competição entre escolas, como vem acontecendo, significando, no nosso entender, um desvio de finalidade dos propósitos que, originalmente, inspiraram o Ideb.

Vinculada à questão da baixa qualidade dos serviços prestados pela educação pública encontra-se outra dimensão do debate que trata da questão da equidade de oferta de educação de qualidade, em todo o território nacional, pela via de um Sistema Nacional de Educação. Desde o Manifesto dos Pioneiros vem sendo proposta a criação de um SNE, com vistas à superação das desigualdades educacionais regionais a partir de investimento público na educação pública.

Outro argumento que recai sobre o setor privado é a de que a educação privada se vale da lógica de mercado ao tratar a educação como uma mercadoria. Também, a reboque da lógica neoliberal, a visão empresarial traz à baila o conceito de meritocracia. Entendemos que o conceito meritocrático de uma aparente “justiça com aqueles que se esforçam” atende a um projeto de exclusão que serve a interesses questionáveis, uma vez que promove certo darwinismo social, pois tende a excluir os alunos que não se adéquam à seleção dos “bons alunos” e isto ajuda a melhorar os resultados do Ideb, em comparação com as escolas que trabalham com o projeto da inclusão, já que, sob a ética da inclusão, os resultados individuais dos mais vulneráveis tendem a provocar um achatamento na média dos resultados das escolas que trabalham na perspectiva de uma escola para todos. Sendo assim, a escola inclusiva tende a alcançar uma média mais baixa nos resultados do Ideb, devido a maior diluição entre as notas de excelência e as notas abaixo da expectativa de um padrão de qualidade.

Sobre o debate envolvendo a relação público-privada, outro motivo de preocupação que atravessa essa temática diz respeito ao fato de haver uma tendência de prevalecer a lógica imediatista e reducionista de retirar do currículo, os componentes curriculares - como história, sociologia, arte, etc.-. Entendemos isso como um prejuízo para a formação integral humana, por considerarmos que os conteúdos desses componentes curriculares, trabalham na dimensão humanista que visa promover a noção de cidadania e de uma visão crítica de mundo. Consideramos ser grave esta visão operacional imediatista que prioriza a dimensão prática do *saber fazer*, com o ensino voltado apenas para a competência de seguir as instruções, em detrimento da formação para a cidadania e para o convívio social democrático, que são questões de longo prazo e cuja qualidade social está justamente no esforço de formar seres

humanos sensíveis, solidários, com espírito crítico, capazes de compreender o seu mundo e, assim, transformá-lo.

O nosso entendimento é que a visão reducionista de ensino que se desenha na relação público-privada é a de precarização do ensino frente ao interesse imediatista de formar, não para o exercício de cidadania, mas para o mercado de consumo. Entendemos que a tendência de se excluir o ensino das artes, da cultura e de dados importantes da história, priva o aluno do ensino de fatos sociais relevantes, de modo a oportunizá-lo a construir sua visão crítica de mundo e de experiências educacionais que o permitam expressar a sua sensibilidade humana e a desenvolver sua ética e sua estética, o que coloca em cheque a competência do setor de ensino privado, de promover um ensino integral e da qualidade que apregoa.

No geral, esta pesquisa indica a necessidade de se travar uma batalha pedagógica e ideológica, a começar nas escolas, em direção a uma conscientização da sociedade brasileira de que é preciso enfrentar as desigualdades educacionais, no esforço de se construir um Sistema Nacional de Educação capaz de construir um projeto nacional de educação pública de qualidade, para todo o território nacional. O estudo nos indica que são nas decisões orçamentárias que se revelam a prioridade dos projetos governamentais. Revela, também, que, na visão neoliberal do Estado mínimo que, ao retirar os direitos da população no que concerne à saúde, à educação e à segurança alimentar, coloca-se em risco, não apenas os mais empobrecidos e negligenciados, mas todo um tecido social que compõe a própria ideia de nação. A questão que se impõe é que são pessoas empobrecidas as que necessitam das políticas sociais e negar-lhes o acesso à educação pública de qualidade contribui para a manutenção da miséria e da violência que afeta a sociedade como um todo.

O presente estudo também nos fez compreender que as conquistas de direitos, não são perenes, pois os caminhos não são lineares, mas, cheios de desvios e de episódios de retrocessos. No caso da educação, a história nos mostra a necessidade de lutar por mais recursos para a educação pública, desde sempre. Desde o ontológico estudo de Aparecida Joly Gouveia (1971) trazido para o debate, na presente pesquisa é que se configura esta premissa. A autora aponta a *racionalização* dos recursos públicos para a educação, como sendo uma condição sempre presente em documentos programáticos dos governos. Por nossa vez, a revisão de literatura nos possibilita afirmar que os recursos para a educação sempre foram objetos de disputa, sendo todas as conquistas para essa área forçadas na luta política.

O investimento que fizemos nesta pesquisa partiu da premissa, de que o objeto financiamento da educação é uma política social, histórica cuja dinâmica envolve interesses, não apenas divergentes, mas, por vezes, antagônicos, os quais se chocam, frontalmente. Por

isso a necessidade de luta por direitos para que sejam garantidas as conquistas, pois, ainda que estejam tais conquistas previstas em leis, estas podem ser alteradas dependendo da correlação de forças e dos contextos de influência.

Nessa direção, ao relacionarmos, historicamente, o contexto de forças e influências, não podemos deixar de considerar o papel decisivo da Conferência Mundial sobre Educação para Todos – a Conferência de Jomtien/90 -, no sentido de uma conformação das políticas educacionais brasileiras, -, sendo esta Conferência, um dos principais eventos mundiais sobre a educação, convocada pelos organismos internacionais (Banco Mundial, Unicef, Unesco). A Declaração de Jomtien foi fator determinante para o encaminhamento das reformas educacionais dos países em desenvolvimento. Sendo assim, para a implantação das reformas, houve a necessidade de implementação de políticas públicas voltadas para a educação cujo financiamento visava o atendimento dos acordos firmados nessa Conferência, junto aos países signatários.

Assim, sendo o Brasil um dos países signatários da Declaração de Jomtien, rememoramos os acordos firmados nessa Conferência, os quais estabelecem que

[...] cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas, voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem, de modo a que possa sobreviver, desenvolver plenamente as suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentais e continuar aprendendo[...].

A esse respeito, foi no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso que se deu início às políticas de financiamento da educação básica, inaugurando-se o Fundo de manutenção e desenvolvimento de ensino fundamental e valorização do magistério – o Fundef, através da Emenda Constitucional nº 14 de 1996, sendo uma política decenal de fundos públicos, começando a vigorar em 1998, com prazo de expiração em 2006. Essa política foi instituída em cada Estado da Federação e no Distrito Federal, com recursos a serem destinados, exclusivamente, na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público e na valorização de seu magistério. Assim, ao se garantir para toda a população a inserção no ensino fundamental dá-se início ao processo de expansão das oportunidades educacionais. Atualmente o Fundef foi substituído, em 2006, pelo Fundeb que ampliou os recursos para toda a educação básica e em 2020 é aprovado o novo Fundeb permanente.

Nessa direção, algumas dessas metas vêm sendo, paulatinamente alcançadas, em meio a avanços e retrocessos, como, por exemplo, a inserção e permanência da população brasileira, desde a idade pré-escolar entre 4-14 anos. Há ainda metas a serem perseguidas, a

exemplo da alfabetização na idade certa (atualmente correspondente à relação idade/série – 7 anos/2º ano). Outras metas de longo alcance objetiva a inserção e permanência da população em idade escolar entre 15-17 anos no ensino médio, estando, ainda, distante de ser atingida. Embora tenham sido implementadas políticas públicas com financiamento específico para os fins definidos na Conferência, ainda há um longo caminho a ser percorrido para a consolidação daqueles propósitos firmados.

Nessa trajetória, chegamos ao momento em que o capitalismo está retornando aos seus piores tempos, tendo em vista os retrocessos das conquistas sociais, a julgar pelos cortes de verbas nessa fase capitalista neoliberal, na qual a educação não está mais sendo vista como um direito humano.

Nessa direção, o futuro da humanidade está em disputa e a dinâmica aponta para um tensionamento maior entre os setores sociais e o Estado, o qual assume uma faceta com fortes tendências autoritárias, em defesa sempre do capital privado, da exploração do trabalho, da proteção do lucro e da propriedade, em detrimento, evidentemente, da promoção do bem-estar de todos e para todos. Portanto, se confunde a luta da educação com lutas fundamentais pela vida, por liberdade, por autonomia, por cidadania crítica e por democracia.

Nesse sentido, o tema do financiamento da educação não pode ser visto como um objeto neutro, isolado ou com um olhar puramente técnico, sem que se leve em conta a complexidade que o atravessa, especialmente em um contexto que ainda sofre os reflexos da crise econômica, política, social e sanitária as quais vêm provocando, de um lado, ganhos astronômicos dos grandes oligopólios que pertencem a uma minoria no planeta, *pari passu* às perdas bilionárias ou falência de empresas e perda dos direitos civis em países ao redor do mundo, sendo tais efeitos sentidos, ainda mais nos países periféricos, não sendo diferente do que acontece aqui no Brasil. Seria igualmente errôneo pensar a área econômica de um país, no contexto de uma economia globalizada, como se as instâncias e os setores pudessem ser impermeáveis aos interesses e às contradições que acontecem no resto do mundo, em todos os âmbitos.

A experiência que esta pesquisa nos traz, e que ainda está em processo é a de que são muitas as realidades que são vividas e a complexidade do mundo é muito grande, e que, por isso, são necessárias ferramentas teóricas para nos auxiliar na compreensão dos fatos, bem como dos fatores que influenciam as dinâmicas que condicionam e determinam a realidade social, para além das aparências.

Assim, a pesquisa se revelou importante, na medida em que nos fez compreender que as prioridades que se manifestam nos discursos e planos, em operações no âmbito

legislativo, seja em afirmação constitucional, sejam em leis, dispositivos normativos e decretos, portarias ou uma repercussão direta na política pública, sobretudo, são expressas exatamente na forma de distribuição do orçamento público, a que se destinam. A luta política que concorre pelo fundo público revela a disputa de classes que se moldam no interior de uma sociedade capitalista; daí a importância de os profissionais da educação não se alijarem desse processo e despertarem o seu interesse em conhecer melhor a área do financiamento da educação pública, compreender o jogo político travado neste campo, e usar esse conhecimento como instrumento de luta por uma sociedade mais justa.

Post Scriptum

O fim do Fundeb das disposições transitórias para um novo Fundeb permanente

Antes mesmo de finalizarmos a presente pesquisa, apesar de o período atual não ser objeto de nossa investigação, as mudanças que vêm ocorrendo no âmbito do financiamento da educação nos impõe uma atualização acerca da dinâmica de um processo envolvendo mudança na própria Constituição Federal. Em um contexto de disputas, em meio aos avanços e retrocessos, destacamos a recém aprovada Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020, que dispõe sobre o novo Fundeb. Para uma compreensão da dinâmica que envolve os processos históricos, rememoramos o alerta que nos faz Luiz Fernando Dourado, para que levemos em conta o contexto no qual são forjadas as políticas educacionais, no sentido de “[...] apreendê-las no âmbito das relações sociais em que se forjam as condições para sua proposição e materialidade.” (DOURADO 2007 apud BATISTA; FELTRIN; RIZZATTI, 2019, p. 366).

Nesse sentido, antes de entrarmos no propriamente dito debate sobre o novo Fundeb, o qual vem inquietando a comunidade científica e os educadores e, no esforço de se tentar traçar um panorama da atual conjuntura político-econômica, recorreremos à interpretação de Aloízio Mercadante (2018), economista e ex-ministro da Educação do primeiro mandato do governo Dilma Rousseff (2012-2014). Em uma entrevista ao Canal de Notícias, o economista defende a ideia de que houve uma ruptura democrática, em 2016, marcada pelo afastamento do cargo,

de uma presidenta eleita, sem que ela tenha cometido crime de responsabilidade e, na sequência, a imposição de uma agenda ultraliberal, denominada “Ponte para o Futuro”⁵⁵.

Como consequência, Mercadante (2018) destaca que houve uma mudança na relação entre o Estado e a Sociedade, acarretando em um processo de desmonte do Estado brasileiro, o qual já vinha acontecendo desde o governo Temer, para a constituição de um Estado mínimo. Uma das primeiras medidas do governo Temer foi encaminhar ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional nº 241/16 (PEC 241/16) que ficou conhecida como “PEC do Teto dos gastos” por propor a imposição de um teto declinante dos gastos públicos por um período de vinte anos. Esta proposta foi aprovada e promulgada sob a denominação Emenda Constitucional nº 95/16 (EC 95/16). Segundo esse economista, mais do que uma mudança de governo, com essa medida, o país ficou diante de uma disputa estratégica de mudança de regime, envolvendo vários indícios de um processo de ruptura do pacto democrático da Constituição de 1988.

Mercadante (2018) também chama a atenção para os vários sinais de desmonte do Estado que podem significar o fim de um ciclo histórico dos direitos sociais conquistados até então. Acabou-se a ideia de uma previdência social de caráter público solidário⁵⁶, tal como a conhecíamos, sob a égide da Constituição Cidadã, a qual se configurava como um regime de seguridade social, onde havia a proteção para os que tinham mais dificuldades. De acordo com Mercadante, hoje, o que se vê é uma mudança na lógica de um regime público solidário de previdência social, para uma lógica de um regime de capitalização individual. O economista destaca que aumentaram as regras de acesso, reduziu-se o valor da aposentadoria para 60% do que se ganhava na média de 20 anos, atrelada à idade mínima (62 anos para as mulheres; 65 anos para os homens). De acordo com o economista, no regime atual, para se ganhar 100% do salário mínimo, tem que se chegar ao somatório de 40 anos de trabalho, dificultando assim, a aposentadoria, mediante as suas novas regras de acesso.

Ainda segundo Mercadante (2018), outra perda considerável se deu na desregulamentação das leis trabalhistas, ao mesmo tempo em que os sindicatos vêm se fragilizando; e ainda, a terceirização irrestrita, até mesmo em relação às atividades fins,

⁵⁵ O programa “Ponte para o futuro” pode ser conferido na íntegra - Disponível em: <<https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>> Acesso em: 10 set. 2020.

⁵⁶ A Reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103/2019) trouxe várias alterações na concessão dos benefícios, no tempo de contribuição, no período básico de cálculo (PBC), na pensão por morte, nas alíquotas de contribuição, na idade mínima (mesmo para quem adquire o direito à aposentadoria por tempo de contribuição): <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm>.

precarizando as relações de trabalho, significando o esboço de um mercado de trabalho desregulamentado e um rápido avanço no processo para a constituição de um Estado mínimo.

O panorama apresentado por Aloízio Mercadante (2018), como um suposto fim de um ciclo histórico de conquistas sociais que, em sua análise, atinge também outros países da América Latina, nos faz pensar, em termos de Brasil, que talvez estejamos mesmo diante do fim da Sexta República, com um governo de viés autoritário na qual novamente temos a presença massiva de militares no comando dos ministérios, como nunca se viu, os quais retomaram o controle político do país, ocupando quase todas as pastas do governo federal, cujas ações caminham em direção à derrocada dos direitos sociais; à desestabilização da economia, com corte de verbas para os setores sociais e pesquisas científicas, à crise política, institucional, econômica, sanitária, com o desequilíbrio entre os poderes e o desmonte de toda a estrutura social que fora construída sob a égide da Constituição Federal de 1988, a qual se caracteriza pela ampla democratização política e pela garantia de direitos sociais.

Em 2020, a situação se agravou ainda mais devido à crise sanitária de uma pandemia pela Covid-19, estando a saúde pública e a questão ambiental no centro das preocupações mundo afora. Entretanto, no Brasil, observamos uma gestão desastrosa, por parte do governo federal, no enfrentamento da pandemia, com um número de óbitos chegando ao patamar, até o momento (548 mil), ou seja, ultrapassando meio milhão de mortos, e com um número de infectados apresentando um total de 19,6 milhões⁵⁷. O Brasil, com uma população de 212 milhões de habitantes, ocupa o segundo lugar no ranking mundial em números absolutos de mortes registradas pela Covid-19 e, levando-se em conta o ritmo lento da vacinação da população brasileira, este número poderá dobrar nos próximos meses.

Em outra entrevista concedida ao UOL, Mercadante (2020) analisa o panorama brasileiro no contexto da pandemia. Inicia a entrevista enquadrando a questão do desmatamento e queimada na Amazônia e no Pantanal, como epicentro das preocupações mundiais, tanto pelo impacto ambiental quanto por causar indignação internacional, cujas consequências tendem a ser desastrosas para o Brasil, especialmente sob o ponto de vista dos investidores internacionais. De acordo com Mercadante (2020) é visível o descompromisso do governo com a sustentabilidade ambiental, mediante o desmonte de todos os mecanismos de controle e dos órgãos de fiscalização ambiental.

⁵⁷ Fonte: JHU CSSE COVID-19 Data da última atualização: 22/07/2021

Disponível: <https://www.google.com/search?q=painel+covid-19+brasil> Acesso em: 24 jul. 2021.

Em relação ao enfrentamento da pandemia, a forma irresponsável com que o governo brasileiro vem lidando com a situação, em relação à preservação da vida da população, vai na contramão das medidas adotadas pelos governantes ao redor do mundo, os quais têm levado a sério o seu compromisso e responsabilidade social de usar mais Estado para preservar a vida de sua população, no sentido de lhes dar as condições materiais para viabilizar a sua quarentena, entendida como o único meio de se preservar vidas, até se concretizar uma vacinação, em massa. Ao contrário disso, o governo colocou em pauta uma falsa dicotomia entre a saúde e economia, conclamando a população a romper com a quarentena e voltar às atividades laborais, com o argumento de que o sustento das famílias deva ser preservado, sob pena de as pessoas morrerem de fome.

Mercadante (2020) analisa o fato de que a situação aqui no Brasil poderia ter se agravado ainda mais, não fosse pela existência do Sistema Único de Saúde (SUS), capilarizado em todo o país, provando que em meio a uma crise como essa é o Estado que vem demonstrando ao mundo ser o único capaz de responder às demandas de uma crise dessa monta, havendo claramente um recuo do setor privado, em dar respostas à crise sanitária. Ao contrário, o que vimos foi uma forte pressão do mercado para que a população fusesse o isolamento social e voltasse ao trabalho para não desandar a economia.

O governo brasileiro, ainda que tenha sido autorizado pelo Congresso Nacional a gastar o que fosse necessário para o enfrentamento da pandemia, sem que precisasse ter que respeitar o *teto de gastos*, ainda assim, demonstrou um descaso em relação ao auxílio às pequenas empresas e à população mais vulnerável, tendo concentrado o socorro aos bancos e às grandes empresas. Demorou para providenciar a renda básica, para que a população pudesse permanecer em quarentena. O resultado disso, além de milhões de desempregados, desembocou em um índice alarmante de mortes, atingindo principalmente a população preta e empobrecida das periferias.

Ao ser perguntado sobre qual seria a sua visão sobre a renda básica, Mercadante (2020) destaca que a renda básica deveria ser mantida enquanto houvesse a pandemia, pois a vida é o bem mais precioso da sociedade e as pessoas que não têm renda não têm como se defender e ficar em isolamento social. Entretanto, Mercadante (2020) faz uma crítica ao caráter substitutivo que a visão ultraliberal do governo, propõe: segundo o economista, o programa de renda básica proposto pelo atual governo, consiste na contrapartida de acabar com o abono salarial e, também, com vários outros programas sociais, substituindo-os pelo mesmo valor do *Bolsa Família*, referente ao ano de 2015 corrigido pela inflação. Mercadante

defende o programa Bolsa Família como sendo um programa de renda complementar, bastante exitoso, do qual ele próprio fez parte de sua construção, esclarecendo que

É um programa mundialmente reconhecido e premiado pelo FMI, pelo Banco Mundial, por muitos países. Recebemos inúmeros prêmios e reconhecimento. Qual é a ideia? É uma política de renda complementar e não, substitutiva - como querem os neoliberais -. Eles querem um Estado mínimo, que o Estado se retire do bem estar social, que o Estado não faça educação pública, que não faça saúde pública, é só dar um cheque para os pobres pra ver como é que eles irão se virar. Na nossa visão o Estado tem de suprir os bens essenciais, evidente que a saúde - imagine se nós não tivéssemos o SUS, que vinha sendo desconstituído? Mas a renda básica tem que ser complementar, como é o Bolsa Família. Por que nós colocamos condicionalidades no Bolsa Família, como a educação e a saúde das crianças? Exatamente para as famílias pressionarem o Estado por educação de qualidade e por atendimento da saúde. O Bolsa família é um programa para avançar (MERCADANTE, 2020, 1:12- 4:48).

Foi nesse contexto de uma pandemia, muito bem resumido por Mercadante (2020) que, em meio a tantas distopias e retrocessos na trama da atual conjuntura, uma importante vitória para a educação é sacramentada no dia 26 de agosto de 2020, quando da promulgação, pelo Congresso Nacional, da Emenda Constitucional nº 108, que, entre outras providências, dispõe sobre o novo Fundeb, tornando-o permanente no texto constitucional. O atual governo, o qual tem um núcleo econômico que continuou com a agenda neoliberal do governo Temer, vinha negligenciando o Fundeb, se omitindo do debate, desde que assumiu. A aprovação pelo Senado, em primeiro turno, do novo Fundeb deu-se no derradeiro momento, com um prazo apertado, considerando a iminência do término da vigência do Fundeb, em dezembro 2020 e a necessidade, ainda no corrente ano, de um prazo razoável para a sua regulamentação.

A primeira proposta do governo, quando da aprovação do novo Fundeb foi para que sua vigência não se desse, já em seu primeiro ano, propondo um adiamento para começar a vigor somente em 2022. Propôs, também, uma complementação da União, menor do que aquela que fora aprovada pelo Congresso. Este colegiado, no entanto, contrariando o governo federal garantiu um maior aporte da União e, também, a manutenção do Custo-aluno-Qualidade (CAQ). A EC n. 108/20 retira o novo Fundeb das disposições transitórias, colocando-o na instância de um direito constitucional, garantindo, assim, a presença permanente, na Constituição Federal de 1988, desse importante fundo, significando, também, uma ampliação de recursos da União para a educação básica, com uma distribuição mais equitativa, com vista à diminuição das desigualdades regionais e, também, contemplando tanto um acompanhamento quanto uma avaliação, permanentes.

Em entrevista à Rádio Brasil Atual, o diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)⁵⁸, afirma ser essa uma importante conquista para a educação. Em 26 de agosto de 2020 foi promulgado pelo Congresso Nacional, depois de ter sido aprovado na véspera pelo Senado, o novo Fundeb, sendo agora um Fundeb permanente, ou seja, o novo Fundeb será agora um fundo permanente de financiamento da educação básica e que passará a incorporar o texto da CF/88, o que conferirá mais segurança na garantia de recursos necessários à manutenção e ao financiamento dessa etapa de ensino. Nesse sentido, o Fundeb, enquanto política pública de financiamento da educação é um fundo que não estará mais condicionado a prazo de dez anos para a sua extinção, pois agora se tornou permanente. Fausto Augusto Junior comenta essa conquista para a educação como sendo

[...] fundamental, porque o novo Fundeb, além de garantir mais aporte da União, ou seja, ele equaliza melhor as receitas que vão ser distribuídas para estados e municípios[...] [alcançando] [...] os municípios menores e as escolas que mais necessitam, então, este é um dado bastante importante. A participação da União cresce, ela sai dos 10% podendo chegar até 23% e isto é bastante significativo. Além disso, garante, também, que 70% dos recursos sejam destinados ao pagamento dos profissionais da educação, lembrando sempre que educação se faz, sim, com escolas, se faz com o livro didático ou com material, mas se faz, principalmente, com pessoas. Então, a garantia de um percentual na casa dos 70%, vinculados aos profissionais da educação é bastante significativo. É por ali que vai se garantir o piso nacional do magistério. É por ali que vai se garantir, minimamente, os planos de carreira dos professores e, de alguma forma [...] [...]tem-se uma boa perspectiva para a educação para os anos que irão se seguir [...] (AUGUSTO JUNIOR, 2020, 0:49-3:50)⁵⁹.

De acordo com Augusto Junior (2020), o texto ainda precisa da regulamentação, implicando em uma discussão bastante intensa a qual deve seguir tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal nos próximos períodos e, em especial, porque também o texto do Fundeb traz uma novidade importante que é o Custo-Aluno-Qualidade (CAQ). Então, essa perspectiva de se ter, minimamente, uma referência que define o quanto será o custo-aluno, está baseada nas necessidades para a concretização dos seus planos e metas.

Augusto Junior (2020) considera que a forma de distribuição dos recursos e a normatização para a sua operacionalização irão compor o texto de regulamentação do novo

⁵⁸ O Dieese – instituição que desenvolve pesquisa, assessoria e educação voltadas para os dirigentes e assessores das entidades sindicais e os trabalhadores. São filiados ao DIEESE e fazem parte da direção da entidade, sindicatos, federações, confederações de trabalhadores e centrais sindicais. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/materialinstitucional/quemSomos.html>>. Acesso em: 19 set. 2020.

⁵⁹ Recurso audiovisual Canal Youtube para indicador temporal (0:49- 3:50). Disponível em: <https://youtu.be/F_TgTmMWvhM>.

Fundeb. Também pondera este autor que essa é uma vitória bastante significativa nesse momento bastante difícil que estamos vivendo, por conta do atual posicionamento do governo. Lembra que o atual governo era contra essa proposta do Fundeb, principalmente porque havia um consenso da sociedade civil e do Congresso Nacional para que, de certo modo, pudessem ser garantidos minimamente os recursos para a educação, de uma maneira mais integral e permanente.

Entretanto, um caminho de disputas ainda falta ser percorrido, pois a demanda agora é para a agenda de regulamentação do novo Fundeb, significando detalhar o seu funcionamento e consolidar as regras operacionais a serem aplicadas, a partir de 2021. Sem a regulamentação do novo Fundeb ainda este ano e sua previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA), com vigência em 2021, deixarão de ser distribuídos bilhões de recursos aos⁶⁰ Estados e Municípios, visto que, de acordo com o nosso ordenamento jurídico, a publicação da regulamentação de uma Emenda Constitucional (EC) é condição para fixar o início da obrigatoriedade dos atos do Poder Público. O tema do financiamento da educação, no Brasil, tem sido, desde sempre, uma seara de disputas pelo orçamento público, marcada por episódios de retrocessos históricos e a luta pela aprovação da regulamentação da EC do novo Fundeb, não poderia diferente.

Nesse sentido, o Prof. Dr. Gregório Grisa (2020, 0:14)⁶¹ considera que o debate sobre o Fundeb vem sendo didático, no sentido de mostrar “[...] como o tema das políticas educacionais é pouco conhecido pela população, em geral e, inclusive, por intelectuais muito considerados na opinião pública [...]”. Grisa (2020, 0:36), comenta, ainda, sobre o seu estranhamento, ao ver economistas elaborando críticas ao aumento dos recursos da União para o Fundeb, recorrendo a argumentos “[...] que misturam políticas com foco na aprendizagem, cuja responsabilidade principal é dos sistemas de ensino, com políticas macro de financiamento, que visam garantir o mínimo de recurso, por aluno, para as redes de ensino mais pobres”. Para Grisa (2020),

o Brasil tem um histórico crônico de subfinanciamento na educação básica. Há apenas 10 anos que investimos, em média, 4,3 mil reais por aluno, no País – este valor é o recorte mínimo para se obter avaliações satisfatórias no Ideb, por exemplo. Investimentos 3 vezes menos que os Países da OCDE,

⁶⁰ A EC 108 aumentou seu alcance e ampliou o repasse do Governo Federal, dos atuais 10% para 23%. O reajuste será feito de forma escalonada, chegando aos 23% em 2026. Esses recursos irão para estados e municípios que não conseguirem alcançar o valor mínimo aplicado por aluno na educação.

⁶¹ Referência própria para recurso audiovisual de canal do Youtube.

por aluno, na educação básica. Exigir que o Brasil tenha, em dez anos, rendimentos semelhantes a países que investem mais em educação há quase um século, não faz muito sentido. Avançou-se em inúmeros aspectos relativos à universalização, à equidade e à qualidade, porém, a nossa estrada é muito longa. Infelizmente, os penduricalhos dos salários dos militares (que custarão 26 bilhões em 5 anos), os reajustes constantes para o Judiciário, nos últimos anos, a dedução do serviço de educação da classe média alta no imposto de renda (que representam 5 bilhões por ano) parecem sofrer bem menos resistência do que o Fundeb vem sofrendo agora. Quando aprovado no Senado, os desafios e as disputas serão em torno da regulamentação do Fundeb (GRISA, 2020, 0:46)⁶².

Mediante o recém aprovado Fundeb, consideramos ser este um momento ímpar na história da educação brasileira. Para termos uma ideia da dimensão que isto representa para a educação, consideramos ser necessário conhecer o posicionamento dos pesquisadores desta especialidade temática. Acessamos o debate transmitido ao vivo nas redes sociais do Sintepe, com a presença dos representantes das diferentes entidades⁶³ Anpae, Anped, CNTE e Fineduca, com o apoio do Fórum Estadual de Educação de Pernambuco. A centralidade temática paira sobre a discussão do processo de tramitação e aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), com especial foco na regulamentação deste fundo permanente, promulgado pelo Congresso Nacional, em agosto de 2020, a partir da Emenda Constitucional Nº 108, de 26 de agosto de 2020.

O debate também enfoca um assunto que desponta no horizonte - o PL Nº 4372/2020⁶⁴ - de autoria da Deputada Dorinha, do partido dos Democratas (DEM-TO). Até o momento, o

⁶² Cf entrevista ao Canal Youtube: Comentaristas GGN Disponível em: < https://youtu.be/797ov_aCpvQ >. Acesso em: 05set 2020.

⁶³ Debate promovido pela Anpae, com o apoio do Sintepe e do Fórum de Educação de Pernambuco (FEE/PE). Tema: Regulamentação do Fundeb – medição de Luiz Dourado (UFG). Transmido, ao vivo, no dia 9set.2020, às 18h, pela TV Sintepe, com a presença de: Romualdo Portela (Anpae – Associação Nacional de Política e Administração da Educação); Geovana Lunardi (Anped – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação); Nalu Farenzena (Fineduca – Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação) e Heleno Araujo (CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação).

⁶⁴ Promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 108 de 2020, que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o Congresso deve, até 31 de dezembro, regulamentá-la, detalhando o seu funcionamento e consolidando as regras operacionais para vigorar em 2021. Por enquanto, apenas a deputada Professora Dorinha (DEM-TO), que relatou o texto da lei na Câmara, apresentou uma proposta, o Projeto de Lei (PL) 4372/20, que mantém algumas regras atualmente vigentes. Solicitaram coautoria, até o momento, Tabata Amaral (PDT/SP), Danilo Cabral (PSB/PE), Idilvan Alencar (PDT/CE), Raul Henry (MDB/PE), João Carlos Bacelar (PODE/BA), Mariana Carvalho (PSDB/RO) e Professor Israel Batista (PV/DF). O PL 4372/20 detalha a operacionalização do Fundeb, que funcionará em um modelo híbrido de distribuição dos recursos. A proposta é que, no primeiro ano do novo fundo, mantenham-se as ponderações atuais quanto às etapas, modalidades, duração de jornada e tipos de estabelecimento de ensino, ficando para depois questões como o repasse com base em desempenho. Disponível em: <<http://contee.org.br/deputados-debates-regulamentacao-do-fundeb/>>. Acesso em: 25 set 2020.

referido PL aguarda despacho na Câmara dos Deputados, cuja ementa regulamenta o Fundeb de que trata o art. 212-A, da Constituição Federal. A importância desse debate reside no fato de conhecermos como os representantes das principais associações comprometidas com as políticas educacionais estão entendendo o significado da vitória constitucional do novo Fundeb permanente, suas implicações, contradições e alcance para a política de financiamento da educação básica, bem como o que se espera da sua regulamentação.

O debate em foco se inicia com a manifestação de Geovana Lunardi (2020), representante da Anped, que abre as discussões reconhecendo que o caminho pavimentado pelo estofo das propostas aprovadas no novo Fundef, trilhou um árduo percurso e nessas propostas está contido um conjunto de contribuições que contaram com diferentes atores importantes, tais como: a sociedade civil organizada, como as entidades sindicais, especialmente as entidades dos profissionais da educação; os diferentes coletivos (UNE, UBE, Uncme, Undime, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Fórum Nacional Popular de Educação, Todos pela Educação), as frentes parlamentares, entidades científicas, contribuições das diferentes experiências governamentais anteriores (como Fundef, como o antigo Fundeb das disposições transitórias, como o PNE).

Nesse sentido, além desses diferentes coletivos, também contribuíram para as propostas todo um conjunto de legislações que deu origem e consistência às propostas contidas na Emenda Constitucional nº 108/2020, reforçando a ideia de um protagonismo compartilhado envolvendo não só um árduo trabalho, com disputas, embates, engajamento, bem como muita conversa de cunho pedagógico, junto aos parlamentares, para que fosse possível construir, com a maioria, o consenso necessário para a aprovação das propostas.

Entretanto, Lunardi (2020) menciona as manobras e articulações contrárias que se teve de enfrentar nos momentos finais da aprovação do texto, contudo, finalmente se concretizou a surpreendente vitória constitucional representando um marco histórico, em um contexto de pleno desmonte do Estado brasileiro.

Assim como Grisa (2020), Lunardi (2020) também considera muito importante o espírito republicano de articulação com diferentes grupos, pois, além de reunir forças, tem um caráter educativo, uma vez que foi um momento de conversa esclarecedora, junto aos parlamentares, no sentido de chamá-los à responsabilidade e ao compromisso pela defesa da educação pública. Ambos os estudiosos do tema concordam que, tão importante quanto à aprovação do novo Fundeb é o momento de sua regulamentação, havendo necessidade de

continuar a mobilização, com o mesmo espírito republicano de reunir forças com diferentes grupos, pois os embates tendem a se acirrar.

Nessa direção, Lunardi (2020) reafirma que a mesma mobilização que criou as condições para a aprovação da EC nº 108/2020 será necessária para se criar as condições favoráveis à aprovação da regulamentação, na íntegra, do texto constitucional aprovado e que, no âmbito jurídico brasileiro, outra jornada de luta se faz necessária àquela que irá requerer, por parte de todos, uma vigilância, para que o propósito que norteou o texto constitucional não se desvie ou se perca, em meio aos interesses antagônicos. Segundo Lunardi (2020, 12:43), “[...] a regulamentação de uma emenda constitucional, no jargão jurídico, nada mais é do que a aplicação do próprio direito [...]”, afirmando a autora ser este um momento complexo e muito delicado, também sujeito a disputas e embates continuados, durante todo o seu processo.

Nesse sentido, sobre a importância da regulamentação da EC nº 108/2020, Lunardi (2020) afirma que é a regulamentação desta EC que irá garantir o exercício e a execução do seu teor, esclarecendo que,

para se ter uma ideia, por exemplo, da importância disso, nós temos hoje trinta e dois [32] anos de Constituição Federal e a gente ainda tem, de acordo com a própria Câmara dos Deputados, em torno de 119 dispositivos na Constituição brasileira, sem regulamentação. Isso significa que, obviamente, muitas dessas matérias são decididas pelo próprio Supremo Tribunal Federal. Outras tramitam, ainda hoje, e elas ainda não conseguiram consenso para aprovação. Então, ou não se tem vontade política ou interesse do próprio governo brasileiro de tocar a regulamentação para frente. Isso mostra [...] [a] [...] importância da regulamentação e da luta diligente que a gente precisa fazer no enfrentamento desse processo, porque, a própria proposição do PL Nº 4372 (da professora Dorinha), já na sequência da aprovação da Emenda, ela vai um pouco nessa direção, na tentativa de cumprir a urgência, para que, efetivamente, a regulamentação aconteça (LUNARDI, 2020, 1:40-26:00).

Geovana Lunardi (2020, 19:25) destaca ser este, um momento ímpar para a discussão, o debate, e o acompanhamento da regulamentação. Um momento muito importante, sendo, por vezes, mais complexo, porque, primeiro ela dá, em certa medida, o tom da Lei (EC) e, dependendo do tipo de regulamentação que se consiga aprovar, pode acontecer de retirar ou apresentar perspectivas distintas daquilo que foi aprovado na EC, podendo gerar, inclusive, aspectos não pensados no que se aprovou, inicialmente, na EC. Por isso, a etapa da regulamentação vai exigir das associações científicas e dos coletivos, um trabalho muito diligente, muito atento durante todo esse processo. Lunardi ainda sinaliza que “[...] a defesa

do Fundeb, com um caráter mais redistributivo, mais ampliado é uma das formas de alicerçar a própria defesa da educação como um projeto de nação.” E segue indicando a necessidade de se articular, para além dos parceiros de sempre, no sentido de se conversar com diferentes grupos para se discutir como é que o nosso país se configura como nação, como república. Nessa direção, Lunardi (2020) destaca, em ordem de importância, que

no contexto atual da educação brasileira, vários são os momentos *marco* para se discutir pautas comprometidas com a defesa da educação brasileira: primeiro é o movimento em torno do bicentenário da independência do Brasil, em 2022; segundo, em 2021, o movimento de todos os coletivos unidos em torno da comemoração dos cem (100) anos de Paulo Freire⁶⁵; terceiro são as eleições municipais, em 2020 (LUNARDI, 2020, 20:05-20:12. Grifo nosso).

Nessa direção, Lunardi (2020) chama a atenção para as eleições municipais, como sendo um momento para se discutir, com os gestores, pautas de compromisso com as políticas públicas, entre elas, o Fundeb, como um instrumento para a melhoria da educação brasileira, com vistas à superação da exclusão social e das desigualdades regionais, especialmente em contexto de pandemia, que aumentam os desafios de garantir os direitos da população, no sentido de se realizar a busca ativa⁶⁶ para resgatar a demanda reprimida de crianças e jovens dos grupos socialmente excluídos, que abandonaram ou sequer ingressaram na escola.

A decisão de esticar um pouco mais o recorte temporal da revisão da literatura, sendo o recorte original 2010-2012, a nossa preocupação em trazer o tema da aprovação do novo Fundeb permanente, aprovado recentemente, justifica-se devido ao fato de isto representar um marco que respondeu ao reclamo histórico por mais recursos para a educação, por quase dois séculos, e ainda presente nos artigos por nós analisados.

Entretanto, outro ponto de vista é apresentada por Luiz Carlos de Freitas (2015), especialista que pesquisa avaliações e políticas públicas educacionais no Brasil, há mais de 20 anos. Afirma o autor que o novo Fundeb permanente representou uma meia vitória, na medida

⁶⁵ Paulo Freire -Autor do livro *Pedagogia do Oprimido* – sua contribuição e relevância no campo da educação [pública], a despeito das críticas que possam ser feitas a ele, são consenso entre pesquisadores, assim como seus esforços para estimular o diálogo e o respeito em sala de aula. Paulo Freire é o brasileiro que mais recebeu títulos *honoris causa* pelo mundo. Ao todo, foi homenageado em pelo menos 35 universidades brasileiras e estrangeiras. Além disso, mais de 350 escolas ao redor do mundo levam seu nome. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/quem-foi-paulo-freire-e-por-que-ele-e-tao-amado-e-odiado/>>. Acesso em: 24 set. 2020.

⁶⁶ Sobre a busca ativa escolar Cf. Disponível: <https://buscaativaescolar.org.br/criseseemergencias> Acesso em: 08 maio2021.

em que, acoplada ao referido fundo público, encontra-se a avaliação de desempenho, como condição de qualidade em educação.

Nessa direção, resgatamos uma entrevista desse pesquisador, publicada em 2015, concedida à revista *Nova Escola*, onde o autor já argumentava ser este um tema controverso, na medida em que “[...]a proposta é pautada por uma visão empresarial da Educação que desmoraliza os professores e aumenta a segregação escolar[...]” (FREITAS, 2015, p.1)⁶⁷.

Assim, foi possível concluirmos que quando a sociedade se mobiliza em defesa de uma boa causa, ainda que em condições adversas, torna-se possível a criação de consensos e reunião de forças para angariar vitórias, ainda que meia vitória. A garantia de uma educação pública de qualidade, socialmente referenciada, através da aprovação do novo fundo de manutenção e valorização da educação, mais ampliado e redistributivo, não teria sido possível, sem que houvesse uma ampla mobilização da sociedade civil organizada, com seus coletivos e representantes parlamentares, em torno de uma mesma pauta.

Também nos permitiu concluir que a educação brasileira segue sendo um campo em disputa e continua a luta por uma educação pública de qualidade. A conquista histórica por um fundo de financiamento, como uma política de Estado, com a garantia de um maior aporte da União, demanda uma organização da sociedade civil para que haja, permanentemente, um controle e acompanhamento na aplicação desses recursos, de modo a atingir o propósito que orientou o texto constitucional da EC Nº 108/2020, bem como sua regulamentação, na perspectiva de se garantir a conquista ampla e unânime aprovadas no novo e permanente Fundeb⁶⁸. Continua a luta pela garantia do piso salarial e carreira do magistério, considerando que ambos precisam se inter-relacionar, de modo que os reajustes sejam aplicados nas carreiras, para garantir a valorização dos profissionais da educação, articulado com o PNE, cuja meta 7 visa igualar os profissionais da educação, com os outros profissionais do mesmo

⁶⁷ Para conhecer a opinião do especialista, Luiz Carlos de Freitas Cf. Entrevista concedida à Nova Escola, por Elisa Meirelles, em 01 jun.2015. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/975/luiz-carlos-de-freitas-a-logica-empresarial-no-ensino-desmoraliza-o-professor>>. Acesso em: 07 fev. 2021.

⁶⁸ Cf. Nesse sentido, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação exorta Senado a corrigir o PL de Regulamentação do Fundeb, na Câmara, considerando que a aprovação do Projeto de Lei nº 4.372/2020, que regulamenta o novo e permanente Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, ocorrida hoje na Câmara dos Deputados é um retrocesso, não respeita a Constituição Federal de 1988 e o pacto democrático pelo direito à educação. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação atuou para que o relatório pudesse fazer jus às conquistas da EC nº 108/2020, do novo e permanente Fundeb e considera inadmissível que se retroceda em relação à conquista ampla e unânime que foi a aprovação do novo e permanente Fundeb. Publ. em 11 dez.2020 por Luiz Carlos de Freitas. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.com/2020/12/11/campanha-exorta-senado-a-corrigir-fundeb/>>. Acesso em: 07 fev. 2020.

nível de graduação, inclusive pelo incentivo à formação continuada. A ampliação dos recursos da União orienta-se, principalmente, pelo caráter mais redistributivo, na perspectiva da diminuição das desigualdades regionais.

O desafio que se impõe é o de conjugar o *teto de gastos*, imposto pela EC Nº 95/2016, com as necessidades impostas pelas circunstâncias da atual conjuntura que demonstra ser uma crise sanitária, sem precedentes e sem previsão de prazo para finalizar, mediante a pandemia por Covid-19, o que irá demandar mais recursos para a saúde e renda mínima para a população desempregada. Mediante esse quadro de estagnação da economia, há um apelo da sociedade brasileira para que se coloque em pauta a discussão sobre a necessidade de se rever o modelo regressivo e injusto do sistema tributário brasileiro, no sentido de se tributar as grandes fortunas, já que em tempos recentes, foram eles próprios, os grandes afortunados, que tiveram a força econômica para influenciar tanto no discurso político, quanto nas decisões legislativas que impuseram, entre outros retrocessos, esse teto de gastos sociais, na própria Constituição brasileira, inviabilizando assim, por pelo menos 20 anos, as políticas sociais destinadas às camadas médias e às camadas mais empobrecidas da população brasileira. São justamente essas últimas, as que mais pagam, proporcionalmente, impostos neste país. Portanto, nada mais justo do que terem acessos aos serviços públicos essenciais para o seu bem-estar.

O que se espera das futuras pesquisas sobre o financiamento da educação é que as mesmas nos tragam perspectivas de análise e abordagens pautadas em resultados educacionais mais promissores sob a égide do marco regulatório do Novo Fundeb, a Lei Nº 14.113 de 2020, principalmente por se tratar de um contexto de lutas pela permanência dos direitos à educação já adquiridos, particularmente, se formos considerar o risco do retrocesso que representa o fato de terem colocado a avaliação de desempenho, dentro da Constituição. Muitos pacotes educacionais denunciados por Vera Peroni (2016), relacionados ao setor híbrido público-privado, influenciaram para condicionar a *qualidade em educação* à avaliação de desempenho, tendo como parâmetro de qualidade, a lógica de mercado. Então, de agora em diante a dinâmica de mensurar os avanços em avaliação de resultados não se dará mais em um Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE), previsto para vigorar até 2022, mas tal dinâmica se dará permanentemente no texto constitucional que agora prevê a avaliação de desempenho como uma cláusula de condicionalidades para um maior aporte financeiro às redes de ensino.

Nesse sentido, Romualdo Portela de Oliveira⁶⁹, comenta que a discussão referente ao repasse vinculado aos resultados poderia ser adiada para 2022, uma vez que o repasse só entrará em vigor em 2023. Para Portela, essa questão segue na contramão de todo o propósito do novo Fundeb, apresentando o seguinte argumento:

A EC 108 trabalha com dois pilares: garantir o mínimo para cada estudante brasileiro e reduzir a desigualdade que já existe de condições financeiras de cada ente federado. Portanto, toda a lógica do Fundeb é diminuir a diferença de recursos aportados para cada rede de ensino, e reduzir a discrepância de gasto por aluno em cada lugar. Se [se] for colocar mais dinheiro para quem tem mais resultados, [vai-se] no sentido contrário.

Portanto, ainda que possamos rever o nosso entendimento, a questão da qualidade em educação atrelada a uma lógica meritocrática de gestão de desempenho, quando posta em um texto constitucional como uma condição para a vinculação de um maior aporte financeiro às escolas da rede pública de ensino, na mesma medida em estas apresentarem um melhor índice de desempenho pode significar ênfase na cultura da meritocracia. Nesse sentido, o conceito da meritocracia é por nós entendido como um mito que se retroalimenta das desigualdades educacionais. Sendo assim, ao se trazer parâmetros meritocráticos como condição para um maior aporte financeiro às redes públicas de ensino pode se criar um *loop* permanente que tende a ir à contramão do que se pretende que é, justamente, a redução das desigualdades educacionais. Sigamos na luta!

⁶⁹ Romualdo Portela de Oliveira é diretor de pesquisa e avaliação do CENPEC Educação. Em entrevista concedida à Stephainie Kim Abe do Portal CENPEC, Oliveira comenta que, “[...] com relação à complementação da União, o novo Fundeb prevê que ela seja dividida em 10% via VAAF (valor anual por aluno), para estados e Distrito Federal; 10,5% via VAAT (valor anual total por aluno), em redes municipal, estadual ou distrital, e 2,5% via VAAR ou VAAE, destinado a redes que mostrarem melhoria da aprendizagem, nos termos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb) – que ainda precisa ser regulamentado. O autor comenta ainda que “[...] o relatório do deputado federal Felipe Rigoni (PSB-ES), relator do PL 4.372/2020 traz como condições para o repasse desses 2,5% a seleção técnica de diretores e diretoras de escola, o avanço em avaliação de aprendizagem, as taxas de aprovação e o atendimento escolar”. Por Stephainie Kim Abe. O que está em jogo na regulamentação do novo Fundeb. **Portal CENPEC**. Publicação em 17/11/2020. Disponível: <https://www.cenpec.org.br> Acesso em: 28 abr.2021. Conferir também no Boletim Educação no Congresso do Instituto Unibanco. Disponível: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br> Acesso em: 30abr.2020.

REFERÊNCIAS

ABE, Stephanie Kim. O que está em jogo na regulamentação do novo Fundeb. **Portal CENPEC**. Publicação em 17/11/2020. Disponível em: <<https://www.cenpec.org.br>>. Acesso em: 28 abr.2021.

ALMEIDA, Maria Isabel de. Realidade social e os desafios da pesquisa em educação: reflexões sobre o nosso percurso. **Psicologia Educacional**, São Paulo, n.31, p. 35-43, ago. 2010. Disponível em: <<https://cutt.ly/QnWTUIi>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

ANDRÉ, Marli. A Jovem Pesquisa Educacional Brasileira. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v.6, n.19, p.11-24, set./dez. 2006. Disponível em: <<https://cutt.ly/UnWTAWM>>. Acesso em: 19 jan.2019.

AUGUSTO JUNIOR. Fundeb permanente garante 70% dos recursos aos profissionais da educação. **Canal no Youtube TV**. Publicado em 26 ago2020. Disponível em: <https://youtu.be/F_TgTmMWvhM>. Acesso em: 19 set.2020.

BASSI, Marcos Edgar; MAZDA, Ednir. **Bicho de sete cabeças: para entender o financiamento da educação brasileira**. São Paulo: Petrópolis; Ação educativa, 2009.

BITTAR, Marisa; SILVA, Márcia Regina da; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Produção científica em dois periódicos da área de educação. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 16, n. 3, p. 655-674, nov. 2011. Disponível em: < <https://www.scielo.br>>. Acesso em: 19 set.2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF Senado. 1988, 168 p. Disponível em: <<https://cut.ly/dhFAt1B>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

_____. Constituição (1988). **Emenda Constitucional n. 53, de 19 de dezembro de 2006**. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb). Disponível em: Disponível em: <<https://cut.ly/HFwm66q>>. Acesso em: 03 abr. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394/96**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF: Ministério da Educação e Cultura, 1996. Disponível em: <<https://cut.ly/EFDAE2t>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.766/98**. Altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências. Brasília-DF: Ministério da Educação, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19766.htm>. Acesso em: 05 jun. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Lei Nº 13.005/2015**: aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, e dá outras providências. Brasília- DF: Ministério da Educação, 2015. Disponível em: <<https://cutt.ly/7nEHHCX>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Portal FNDE**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/>>. Acesso em: 29 maio 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988 [online]. Disponível em: <http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cf205a214.htm>. Acesso em: 05 jun. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Decreto 6.094/07 de 24 de abril de 2007**. Institui o compromisso todos pela educação. Brasília: Senado Federal, 2007. Disponível em: <<https://cutt.ly/5uwMa1P>>. Acesso em: 05 jun.2019.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. Campanha exorta Senado a corrigir FUNDEB: carta à Sociedade Brasileira. *In: Avaliação Educacional – Blog do Freitas*. Publ. 11dez. 2020. Disponível em: <<https://cutt.ly/D1uFf7p>>. Acesso em: 07 fev. 2021.

CASTRO, Jorge Abrahão de. *In: _____* (org.). Financiamento da Educação no Brasil. **Em Aberto**. Brasília: INEP/MEC, Brasília- DF, v.18, n.74, p.1-164, dez.2001. Disponível em: <<https://cutt.ly/NnEH3M9>>. Acesso em: 05 jun.2020.

_____. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez/ 2012. Disponível em: <<https://cutt.ly/3UQPkyV>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

_____. Dilemas para o financiamento da Educação. *In: BRASIL*. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **O Sistema Nacional de Educação**: diversos olhares 80 anos após o Manifesto. Brasília, DF: MEC/SASE, 2014. Cap.8, p. 178-196. Disponível em: <<https://cutt.ly/bnEJraN>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

COSTA, Jhonathan Martins da; PONTES, Carlos José de Farias; ANDRADE, Maria Valdiza Ferreira Moniz. Um olhar inicial a respeito das políticas públicas de financiamento no Brasil: compreendendo o Fundeb. *In: BATISTA, Natália Lampert; FELTRIN, Tascieli; RIZZATTI, Maurício* (Org.). **Formação, prática e pesquisa em educação**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, v.3, [recurso eletrônico], Cap. 35, p. inicial: 363, p. final: 371, 2019. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/20834>>. Acesso em: 03 abr. 2020.

CRUZ, Rosana Evangelista da; JACOMINI, Márcia Aparecida. Produção acadêmica sobre financiamento da educação: 2000-2010. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.98, n.249, p.347-370, maio/ago. 2017. Disponível: <<https://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em: 03 abr.2020.

CUNHA, Luiz Antônio C. R. A pós-graduação no Brasil: função técnica e função social. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, p. 66-70, Set./Out. 1974. Disponível em: <<https://cutt.ly/EnEJUtW>>. Acesso em: 05 jun.2019.

_____. Os (des) caminhos da Pesquisa na pós-graduação em educação. In: SEMINÁRIO SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO. Brasília, MEC/CAPES, 1979, p.3-15. Disponível em: <<https://cutt.ly/anEJVxC>>. Acesso em: 05 jun.2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Sistema nacional de educação: uma reflexão provocativa ao debate. In: BRASIL. **Conferência Nacional de Educação: o PNE na articulação do sistema nacional de educação - participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração**. Brasília, [DF]: **Anais [...]**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2014. p. 36-40. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/sase_mec.pdf>. Acesso em: 05 jun.2019.

_____. Quadragésimo ano do Parecer CFE nº 977/65. **Revista Brasileira de Educação**, n.30, p.10, Set./Out./Nov./Dez. 2005. Disponível em: <<https://cutt.ly/znEJ3nM>>. Acesso em: 05 jun.2019.

DAVIES, Nicholas. Levantamento bibliográfico sobre financiamento da educação no Brasil de 1988 a 2014. **Educação em Revista**, Marília, v.15, n.1, p.91-162, jan./jun., 2014. Disponível em: <<http://revistas.marilia.unesp.br>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

DEITOS, Roberto Antonio. Políticas públicas e educação: aspectos teóricos-ideológicos e socioeconômicos. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 32, n.2, p. 209-218, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br>>. Acesso em: 05 jan.2019.

DOURADO, Luiz Fernandes. A Conferência Nacional de Educação, o Plano Nacional e a construção do Sistema Nacional de Educação. **RBPAE**. Rio de Janeiro: RBPAE. v. 25, n. 2, p.365-376, mai./ago.2009. Disponível em: <<https://cutt.ly/VnEKiTj>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

_____. Federalismo e PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação. In: BRASIL. **Conferência Nacional de Educação: o PNE na articulação do sistema nacional de educação; participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração - coletânea de textos**. Brasília, [DF]. **Anais [...]**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura. 2014, p. 41-47.

FILGUEIRAS, Fernando. Além da transparência: accountability e política da publicidade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, p. 65-94, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em: 16 abr.2021.

FREITAS, Luiz Carlos de. A lógica empresarial no ensino desmoraliza o professor. In: MEIRELLES, Elisa. Entrevista Luiz Carlos de Freitas. **Nova Escola**. Publ. 01 jun.2015. Disponível em: <<https://cut.ly/37HjEDF>>. Acesso em: 07 fev.2021.

GATTI, Bernadete Angelina. Pós-Graduação e pesquisa em educação no Brasil, 1978-1981. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 44, p. 03-17, fev./1983. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br>>. Acesso em 05 set.2019.

GOMES, Cândido Alberto; *et al.* O financiamento da educação brasileira: uma revisão da literatura. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)**, v.23, n.1, p. 29-52, jan./abr. 2007. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br>>. Acesso em: 05 set. 2019.

GOUVEIA, Aparecida Joly. A pesquisa educacional no Brasil. **Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, v. 55, n.122, abr./jun.1971.

GRISA, Gregório. As confusões em torno do Fundeb. **Canal no Youtube TV GGN** [s/d] Disponível em: <<https://cut.ly/BMzVMcf>>. Acesso em: 05 set. 2020.

INSTITUTO UNIBANCO. Complexidade e prazo são desafios da regulamentação do Fundeb. *In*: Observatório de educação ensino médio e gestão. **Boletim Educação no Congresso**, n. 2, out.2020. Disponível em: <<https://cutt.ly/8nEKcVq>>. Acesso em: 30abr.2020.

LUNARDI, Geovana. Regulamentação do Fundeb: importante e imperdível. *In*: ANPAE; SINTEPE; DOURADO, Luiz (Mediação). Fórum Estadual de Educação de Pernambuco. **Canal Youtube TV Sintepe**, Transmitido ao vivo em 09 set. 2020. Disponível em: <<https://cut.ly/kjbDci4>>. Acesso em: 22 set. 2020.

MACHADO, Suelen Fernanda; JERUYA, Teresa Kazuko. O manifesto de 1932 e as repercussões na formação de professores da rede pública de ensino. **História da Educação Brasileira. Unicamp**. 2007, p. 1-20. Disponível em: <<https://cut.ly/RCdkihe>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, Abr. 2009. Disponível em: <<https://cut.ly/LvcqQ1X>>. Acesso em: nov. 2020.

MARTINS, Paulo Sena. O Financiamento da educação no PNE 2014-2024. *In*: PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: construção e perspectivas. **Câmara de Deputados**, Brasília-DF, p.167-191, 2015.

MATIAS, Maria Marleide da Cunha; PEREIRA, Gilson Ricardo de Medeiros. A política pública educacional de Mossoró: uma submissão à lógica do mercado? *In*: MEDEIROS, Arilene Maria Soares de; ANDRADE, Maria Edgleuma (Orgs.). **Políticas educacionais no Brasil: interface entre muitos ditos e feitos**. Mossoró: Edições UERN, 2016, p.20-30. 308p. Disponível em: <<https://www.escavador.com>> Acesso em: 11 jan.2020.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Declaração de Jomtien. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educa Brasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <<https://cut.ly/391GIkG>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

MERCADANTE, Aloízio. Mercadante ao 247: golpe fez o País regredir 20 anos. **Canal no Youtube Noticias 247**, 17 maio 2018. Disponível em: <https://youtu.be/Bf5-JHVCG_k>. Acesso em: 22 set. 2020.

NEVES, Rosa Maria Corrêa das; BORBA, Siomara Moreira Vieira. Primazia do real na construção do conhecimento científico e primazia da teorização na construção de pesquisas científicas: contribuições metodológicas a partir de Miriam Limoeiro Cardoso. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 1, 429-456, jan./abr. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/>>. Acesso: 19 set. 2020.

PERONI, Vera Maria Vidal. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação. In: Anped. Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. **UFPR**, Curitiba-PR, p.1-21, 2016. Disponível em: <<http://www.anpedsul2016.ufpr.br>>. Acesso em 26abr.2021.

PINTO, José Marcelino de Rezende; ADRIÃO, Theresa. Noções gerais sobre o financiamento da educação no Brasil. **Eccos – Revista Científica**, São Paulo, v.8, n.1, p.23-46, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org>> Acesso em: 29 jul.2019.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco; ALVES, Angela Limongi Alvarenga (org.). Direito à educação e direitos na educação em perspectiva interdisciplinar. São Paulo: **Cátedra UNESCO de Direito à Educação/Universidade de São Paulo (USP)**, 2018. Disponível em: <<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br>> Acesso em: 29 jul.2019.

RIBEIRO, Darcy. “Sobre o óbvio”. **Biolinguagem.com**. Disponível em: <<http://www.biolinguagem.com>>. Acesso em: 22 fev.2021.

SANTOS, Ademir Barros dos; REBOCHO, Nuno. **A Companhia do Grão-Pará e Maranhão**: atuação no Brasil e no arquipélago de Cabo Verde – contributos para a sua história. Por dentro da África. 2014, p. 1-27. Disponível em: <<https://cutt.ly/OnEKMzd>> Acesso em: 08 ago. 2019.

SANTOS, Alfredo Sérgio Ribas dos. **Financiamento da Educação no Brasil**: o estado da arte e a constituição do campo (1996 a 2010). Jundiaí, Paco Editorial, 2013, 148 p.

SANTOS, Daniela Dermínio Posterare; VIEIRA, Horácio Rosa. Financiamento da educação básica no Brasil: algumas reflexões. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, [s.l.], n. 19, fev. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9385>>. Acesso em: 05 mar. 2020.

SILVA FILHO, Penildo. O lugar da América Latina e Caribe no mundo. In: Curso O Mundo em que vivemos: o império contra nuestra América – balanço e perspectiva. **Fundação Perseu Abramo**. Canal do Youtube, 1º jul.2020. (35:07-36:35). Disponível em: <<https://youtu.be/mbfFSJDcgJw>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

SOLLA, Jorge. **Jorge Solla conversa com Dilma Rousseff: Redescobrir o Brasil!** Youtube, **Canal Resistência**, publicado em 17 jan.2021. Disponível em: <<https://youtu.be/zSRloRvYtrU>>. Acesso em: 19 jan.2021.

TAMBARA, Elomar. Questões teórico-metodológicas da história da educação. In: SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luiz (Orgs.). **História e História da Educação – O debate teórico-metodológico atual**. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 1998. Coleção Educação Contemporânea.

VELLOSO, Jacques. O financiamento da educação na RBEP: temas dos últimos 15 anos **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília: RBEP v.93, n. 234, [número especial], p.353-371, maio/ago. [site do Inep]. Ano 2012. Disponível em: <<https://cutt.ly/RnRJcbz>>. Acesso em: 03 abr. 2020.

VELLOSO, Jacques. Pesquisas no país sobre o financiamento da educação: onde estamos? In: WITTMANN, Lauro Carlos; GRACINDO, Regina Vinhaes (Coords.). **O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil: 1991 a 1997**. Brasília, DF: ANPAE; Campinas: Autores Associados, n. 5, 2001, p. 111-132. Disponível em: <<https://cutt.ly/gnRJRqX>>. Acesso em: 03 abr. 2020.

WARDE, Mirian Jorge. O papel da pesquisa na pós-graduação em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.73, p.67-75, maio 1990. Disponível em: <<https://cutt.ly/InRJDNP>>. Acesso em: 03 abr. 2020.

APÊNDICE A - Classificação dos descritores, a partir do inventário de Nicholas Davies

AUTOR	ANO PUBL. 1988 a 2014	Nº PUBL.	TÍTULO DOS TRABALHOS	DESCRIPTOR
1ª Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto	Org./2001	01	Participação democrática na construção de um Plano Nacional de Educação.	PNE
ABOUKALAN, Roberto Jorge	2011	01	Financiamento público da educação: implementação de políticas e implicações na gestão escolar - Programa Dinheiro Direto na Escola.	PDDE
ABREU, Marisa	Coautor: 1998 1999a 1999b 2003 2004	05	Cartilha dos conselhos do Fundef: o financiamento da educação e o Fundef; Consensos e dissensos na avaliação do Fundef. Texto não publicado elaborado como apoio à equipe técnica do Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação (Prasem/MEC/Fundescola, 1999); Educação Infantil no Brasil: legislação, matrículas financiamento e desafios; Estudo sobre as possibilidades de continuidade do Fundef e o financiamento da educação básica no país; Fundef e salário-educação.	Conselhos e controle social do Fundef; Financiamento da Educação Básica; Financiamento da Educação Infantil; Salário-educação.
ABREU. D. C. de	2014	01	Concepção, regulação e gestão da carreira docente no Brasil e no Chile no contexto das reformas educacionais.	CARREIRA DOCENTE
ADRIÃO, Theresa	Autor/2001 Org.2001 Coautor/2002 Coautor/2004 Coautor/2005a Coautor/2005b Org./2005 Org./2006 Coautor/2007 Coord./2007 Coautor/2008 Org./2008 Et. al./2009	11	Noções gerais sobre o financiamento da educação no Brasil; O ensino fundamental; Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na constituição Federal e na LDB. (Org.); Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal. (Orgs.); Uma análise do Programa 'Bolsa Creche' no município de Piracicaba; O programa dinheiro direto na escola e a gestão escolar; Público e privado na educação: novos elementos para o debate. (Orgs.);	Educação na CF/88 Regulamentação da Educação na LDBEN 9394/96; Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Parceria público-privado na Educação Básica; Fundef.

			Parcerias entre prefeituras e a esfera privada: estratégias privatizantes para a oferta da educação pública em São Paulo? Implicações do programa dinheiro direto na escola sobre a gestão da escola pública; Alterações dos padrões de gestão do ensino público paulista; O programa dinheiro direto na escola: estudos de dois casos paulistas; Consequências da implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério nos Municípios de Limeira e Santa-Gertrudes-SP; O Fundef e a educação básica em São Paulo: análise de quatro municípios.	
Adusp	2001a 2001b 2001c 2002	04	Dossiê “Fundações” n. 22, n.23, n.24, n.27.	Conflito de interesses entre as Fundações e as Universidades.
AFFONSO, Rui de Britto Álvares	Coorg./1996	01	Descentralização e Políticas Sociais.	Recursos Federais para a Educação.
AGUIAR, M;	Coautor/2002	01	Bolsa-escola: educação para enfrentar a pobreza.	Programa Bolsa-escola.
AGUIAR, Márcia Ângela S.	Org. 2002	01	O ensino médio e a reforma da educação básica.	Ensino Médio estatal.
AGUIAR, Ubiratan	1994	01	Financiamento da educação infantil.	Financiamento da Educação Infantil.
ALBUQUERQUE, M.G.M.T.	Org./2008	01	Política e gestão educacional: contextos e práticas.	Política e gestão educacional.
ALENCAR, José Eudes Araújo	2001	01	O Fundef como política para o financiamento do ensino fundamental: avaliação preliminar, o discurso do MEC, a análise dos especialistas, a opinião de um segmento da comunidade educacional.	Fundef.
ALEXANDRE, Maraysa Ribeiro	Coautor/2014	01	Teoria econômica e problemas com remuneração de professores por resultados.	Remuneração docente e meritocracia.
ALGEBAILLE, Eveline	Org./2005 Org./2006	02	Do bolsa escola ao bolsa família: mutações dos conselhos de acompanhamento de programas sociais vinculados ao setor educacional.	Bolsa-escola; Bolsa-família.
ALMEIDA, Aparecida Maria Fialho de Souza	2003	01	Uma análise da redução dos gastos com pessoal nas Ifes: seus determinantes e seus impostos sobre a política de carreira.	As Ifes e a política de carreira docente.
ALMEIDA, Flavia	2011	01	O crescente processo de	Mercantilização do

Oliveira de			mercantilização da educação superior brasileira: modificação dos fins acadêmicos para majoração dos lucros.	ensino superior.
ALMEIDA, Ivan Castro de	2001a 2001b	02	A comparação internacional de indicadores de financiamento e gasto com educação.	Uma comparação internacional de gastos com a educação.
ALMEIDA, Lúcio Celso	1992 Org./2013	02	A sócio-política da educação: o financiamento e a gestão do ensino na Constituinte 87/88 e nas propostas de uma nova lei de ensino.	Propostas para a educação na Constituinte 87/88.
ALMEIDA, M. R.	Org./2005	01	Fundeb: dilemas e perspectivas	Fundeb.
ALMEIDA, Maria Doninha de	Coautor/2000	01	Educação e gestão descentralizada: conselho diretor, caixa escolar, projeto político-pedagógico.	Gestão democrática e autonomia das escolas
ALVES, Antônio Marques dos Santos	Coautor/2007	01	Fundação de apoio a universidade: uma discussão sobre o conflito entre o público e o terceiro setor.	Conflito de interesses entre as Fundações e as Universidades.
ALVES, Antonio Souza	2011 Coautor/2012	02	Financiamento do ensino médio público no estado do Maranhão no período de 1996 a 2006: possíveis efeitos da política de focalização; Os efeitos da política de focalização no ensino fundamental (Fundef) no financiamento do ensino médio no Estado do Maranhão no período de 1996 a 2006.	Financiamento do Ensino Médio público; Efeitos do Fundef no Ensino Médio.
ALVES, Eduardo Rois Morales	2002	01	Descentralização de políticas públicas no Brasil. O impacto do Fundef nas finanças dos municípios paulistas.	Fundef
ALVES, Nilda	Org./1997	01	Múltiplas leituras da nova LDB: lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96)	A LDBEN nº 9.394/96.
ALVES, Thiago	2012	01	Desenvolvimento de um modelo de previsão de custos para planejamento de sistemas públicos de educação básica em condições de qualidade:	Custos para uma Educação Básica de qualidade.
ALVES, Wilson João Marcionilio	2009	01	Financiamento e políticas públicas para a educação profissional no Paraná (2003-2007).	Financiamento para a Educação Profissional.
AMARAL SOBRINHO, José	Org./1992 Coautor/1992 Coautor/1996	03	Os padrões mínimos de qualidade dos serviços educacionais: uma estratégia de alocação de recursos para o ensino fundamental; Qualidade, eficiência e equidade na educação básica (Org.); Educação especial no Brasil: perfil do financiamento e das despesas;	Qualidade, eficiência e equidade na educação básica; Financiamento da Educação Especial.

AMARAL, Luiz Felipe Leite Estanislau do	2011	01	Os determinantes dos gastos educacionais e seus impactos sobre a qualidade do ensino.	Custos para uma Educação Básica de qualidade.
AMARAL, Nelson Cardoso	1997 1998 2001 2002 2003a 2003b Coautor/2003 2004 2005a 2005b 2008 2010 Coautor/2011a 2011b Coautor/2011 2012 2014	17	A reforma da educação superior do governo Lula. Autonomia relativa e financiamento; A vinculação avaliação-financiamento na educação superior brasileira; Autonomia e financiamento das Ifes: desafios e ações; Constrangimentos socioeconômicos no acesso à educação superior no Brasil; Estado e financiamento universitário no Brasil: o fundo público federal e as instituições federais de ensino superior (1989-2001); Evolução do custo do aluno das Ifes: eficiência? Financiamento do EM e a EP. Questões para o PNE 2011/2020; Financiamento da educação básica e o PNE 2011-2020; Financiamento e gestão da educação e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas; Financiamento da educação superior: Estado x mercado; O financiamento do ensino superior público no Brasil: dos jesuítas a FHC; O perfil sócio-econômico dos alunos de graduação e o financiamento das IFES: dez argumentos a favor da gratuidade; O sistema federal de ensino superior brasileiro: organização e financiamento; O vínculo avaliação-regulação-financiamento nas IES brasileiras: desafios para a gestão institucional; Para compreender o financiamento da educação básica no Brasil; Um novo Fundef? As ideias de Anísio Teixeira; O financiamento público da educação superior brasileira: mudanças e desafios; O financiamento do ensino médio no Brasil: de uma boa para poucos à massificação barata da rede pública; O financiamento do ensino	Autonomia, gestão e financiamento da Educação Superior; Acesso à Educação Superior; Financiamento universitário; Gestão e financiamento da educação no PNE (2011-2020); Gratuidade no ensino superior; Financiamento da Educação Básica; Fundef; Financiamento do Ensino Médio.

			médio no Brasil: de uma escola boa para poucos à massificação barata da rede pública.	
AMARAL, Rosangela Aparecida Moraes do	2000	01	Educação infantil e gestão municipal: possibilidades e limites de financiamento – o caso de Herval d'Oeste (SC).	Financiamento da Educação Infantil.
AMORIM, Érica Pereira	2007	01	O esquema de financiamento da educação básica no Brasil (1998 a 2007): atribuições e responsabilidades, fontes e distribuição dos recursos e sistema de incentivos na transição Fundef-Fundeb.	A transição do Fundef para o Fundeb.
AMORIM, Milene Dias	2011	01	A qualidade da educação básica no PDE: uma análise a partir do plano de ações articuladas.	PDE/PAR
Ande	1988; Org./1990; Org./1992.	01	Escola pública versus escola particular na visão da imprensa; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: texto aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados; Estado e educação: coletânea CBE	Escola pública versus escola particular; LDBEN; Estado e educação.
ANDRADE, Edson Francisco	2013	01	Regime de colaboração no financiamento da Educação Básica no Brasil: a experiência dos fundos contábeis em foco.	Federalismo e regime de colaboração.
ANDRADE, Eduardo de Carvalho	2009	01	O sistema de “Targeted vouchers” e seus efeitos.	Targeted Vouchers.
ANDRÉS, Aparecida	2011	01	Financiamento estudantil no ensino superior.	Financiamento estudantil no ensino superior.
ANPED	Orgs./1992		Estado e educação: coletânea CBE.	Estado e educação.
ANTUNES, Ana Maria de Cerqueira	1992	01	Financiamento da educação: análise das fontes e distribuição dos recursos.	Fontes e distribuição dos recursos para educação.
ANUATTI NETO, Francisco	Coautor/2002; Coautor 2004.	02	Avaliação dos salários dos professores da rede pública de ensino fundamental em tempos de Fundef.	Valorização do magistério.
ANUNCIAÇÃO, Marcos Paulo Pereira da	2003; 2005; Coautor/2006.	03	O impacto do Fundef no contexto do estado da Bahia: uma abordagem quantitativa; A relação entre as variações no compromisso financeiro dos municípios com a educação e o desempenho dos alunos do ensino fundamental das redes municipais de ensino da Bahia; A relação entre as variações no compromisso financeiro dos municípios com a educação e o desempenho escolar.	Fundef; Gestão financeira e desempenho escolar
ARAGÃO, José Wellington Marinho de	2003a; 2003b; Coautor/2003.	03	O Fundef: controle social e gestão democrática. Um balanço crítico;	Gestão democrática e controle social;

			Os conselhos municipais do Fundef: gestão democrática e controle social; Efeitos e impacto do Fundef na rede municipal de ensino de Salvador.	Fundef.
ARAÚJO et al.	Org./2008	01	Ensaio sobre impactos da Constituição de 1988 na sociedade brasileira.	Financiamento da educação no contexto da Constituição de 1988.
ARAÚJO, C. H.	Coautor/2002	01	Bolsa-escola: educação para enfrentar a pobreza.	Bolsa-Escola
ARAÚJO, Emílio	2005; 2006.	02	Descentralização da oferta e financiamento educacional no Brasil e no Chile: implicações das reformas dos anos 1980 e 1990; Descentralização e financiamento da educação no Brasil e no Chile dos anos 1980 e 1990.	Descentralização da oferta e financiamento da educação.
ARAÚJO, Fadyla Kessia Rocha de	2012	01	Fundef (1996-2006): a remuneração dos professores do ensino fundamental da rede pública municipal de Natal/RN.	Valorização do magistério.
ARAÚJO, Glória Marieta de	2009	01	Financiamento do ensino superior: um estudo sobre os recursos do Tesouro destinado aos Ifes e o caso da Unirio: 2000 a 2005.	Financiamento do ensino superior.
ARAÚJO, Raimundo Luiz Silva	2007; 2009; 2012a; 2012b; 2013; 2014.	06	Desvendando o perfil dos gastos educacionais dos municípios brasileiros; Financiamento da educação básica no Governo Lula: elementos de ruptura e de continuidade com as políticas do governo FHC; Limites e possibilidades da redução das desigualdades territoriais por meio do financiamento da educação básica; O federalismo brasileiro e a aprovação da Emenda Constitucional nº 53, de 2006; O federalismo, os fundos na educação e a diminuição das desigualdades; O financiamento da educação básica no segundo mandato do governo Lula.	Gastos educacionais nos municípios brasileiros; Políticas de financiamento da ed. Básica nos governos Lula; Federalismo, política de fundos e redução das desigualdades.
ARAÚJO, Rhoberta Santana de	2011	01	A implantação do Reuni na Universidade Federal do Pará: um estudo de caso do campus universitário de Altamira.	Reuni
ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima	2012	01	Desafios da ampliação da oferta e da qualidade do ensino médio no contexto do Fundeb.	Ensino Médio.

ARELARO, Lisete Regina Gomes	1999; 2004.	02	Financiamento e qualidade da educação brasileira: algumas reflexões sobre o documento “Balanço do primeiro ano do Fundef – Relatório MEC”; Os fundos públicos no financiamento da educação o caso Fundeb: justiça social, equívoco político ou estratégia neoliberal? (Um Ensaio).	Fundef; Fundeb.
ARRETCHE, Marta T. S.	Coautor/1998; Org./1998	02	Descentralização da educação no Brasil: uma política em processo. Descentralização das políticas sociais no Brasil (Org.)	Descentralização da educação.
ARVATE, Paulo.	2011	01	Uma análise da eficiência nos gastos em educação fundamental para os municípios paulistas.	Gestão municipal dos gastos em educação.
ASCOLANI, Adrián	2008	01	Estrategias del Banco Mundial para el financiamiento de la educación en los países latinoamericanos.	Banco Mundial e financiamento da educação.
Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação.	Org.2014	01	Encontro da Associação	Pesquisa em financiamento da educação.
AZEREDO, T. M.	Coautor/2004	01	Inovação, eficiência e eficácia em políticas sociais: reflexões a partir do Programa Bolsa Escola em Belo Horizonte.	Políticas sociais vinculados à educação.
AZEVEDO NETO, João Teobaldo.	Coautor/2006	01	Conselhos gestores de políticas públicas: Fundef/Fundeb.	Controle social dos fundos e programas federais e seus conselhos.
AZEVEDO, Lilcy Bezerra	2007	01	Impacto do financiamento direto às escolas: um estudo sobre o Programa Escola Aberta no Distrito Federal.	Programa Escola Aberta no Distrito Federal.
AZEVEDO, Mário Luiz Neves de	Coautor/2007	01	Fundação de apoio a universidade: uma discussão sobre o conflito entre o público e o Terceiro Setor.	Conflito de interesses entre as Fundações e as Universidades.
AZEVEDO, Neroaldo Pontes de	2001a; 2001b.	02	A Undime e os desafios da educação municipal; Política e gestão na educação municipal. In: Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto.	Undime; Política e gestão na educação municipal na Conae.
BACELAR, Inalda V.	1999	01	Gestão escolar e o financiamento da educação.	Gestão, financiamento e autonomia na educação.
BAPTISTELLI, Patrícia Maria Fontes Borges	2009	01	Qualidade dos gastos públicos dos municípios mineiros na área da educação.	Gestão dos gastos públicos em educação, nos municípios mineiros.
BARBOSA, Andreza	2011; 2014.	02	Os salários dos professores brasileiros: implicações para o trabalho docente; Salários docentes,	Remuneração docente; Financiamento e qualidade em

			financiamento e qualidade da educação no Brasil.	educação.
BARBOSA, Janaína Lopes	Coautor/2012	01	Fundef e Fundeb: efeitos na matrícula e na remuneração dos professores municipais de Natal/Rio Grande do Norte (2005-2010).	Remuneração docente.
BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira	Coautor/2000	01	Combater a pobreza estimulando a frequência escolar: o estudo de caso do Programa Bolsa-Escola do Recife.	Bolsa-escola.
BARBOSA, Selma Maquiné	2005; 2006.	02	Conselho do Fundef: participação social possível? A participação social no acompanhamento do Fundef.	Participação e controle social do Fundef.
BARONE, R. E. M.	Coautor/2007	01	Educação e políticas públicas	Políticas públicas educacionais.
BARRETO, Ângela Rabelo	Coautor/2003; Org./2004.	02	Alternativas para o financiamento da educação infantil.	Financiamento da Educação Infantil.
BARRETO, Elba Siqueira Sá	1992	01	O novo diálogo com a privatização na área da educação.	Privatização da educação.
BARROS, Fabiana Pereira	Coautor/2012	01	As políticas para o financiamento da educação básica pública no Brasil: primeiras aproximações.	Política de financiamento da Educação Básica.
BARROS, Ricardo Paes de	Coautor/2001	01	Focalização dos gastos públicos sociais em educação e erradicação da pobreza no Brasil.	Políticas sociais vinculadas à educação e erradicação da pobreza.
BASSI, Marcos Edgar	1996; Coord./1999; 2001; 2006; 2008/mimeo; Coautor/2009a /2009b/2009c; 2010; Coautor/2010b ; 2011a; 2011b; 2012; Coautor/2012a ; Coautor/2012b	15	A municipalização do ensino no estado de São Paulo: impactos do Fundef no atendimento municipal. (Coord.); Carreira e remuneração do magistério público da educação básica no sistema de ensino estadual de Santa Catarina; A política de fundos no financiamento da educação básica e a formação docente; Financiamento da educação especial: política de fundos e inclusão em Santa Catarina; Financiamento da educação infantil em seis capitais brasileiras; Gestão e financiamento da educação básica: repercussões do Fundef em sete municípios paulistas; Gestão e financiamento da educação no município: o alcance da participação popular e do controle social na elaboração, planejamento e execução do orçamento da	Municipalização do Ensino Fundamental; Fundef; Carreira e remuneração do magistério; Remuneração e carreira docente; Financiamento da Educação Especial e inclusão; Financiamento da Educação Infantil; Impactos do Fundef em sete municípios; Gestão democrática e controle social no orçamento da educação; Fiscalização dos recursos financeiros

			educação; Inconsistências na fórmula de repasse de recursos às escolas públicas no Estado de Minas Gerais; Os recursos financeiros aplicados na educação básica da rede de ensino da Prefeitura da cidade de São Paulo: subsídios para a construção de um plano de educação; Política educacional e descentralização: uma crítica a partir da análise da descentralização financeira dos recursos públicos enviados às escolas no estado de Minas Gerais; Estilos de gestão da educação municipal: implicações para a gestão democrática e o controle social; Participação e controle social no Fundef e no Fundeb; Política de fundos e educação básica em Santa Catarina; Bicho de sete cabeças: para entender o financiamento da educação brasileira; A educação especial no âmbito da política de fundos no financiamento da educação;	aplicados na rede pública de ensino Descentralização financeira dos recursos públicos; Gestão Democrática e controle social; Financiamento da Educação Básica no contexto da política de fundos; Financiamento da educação brasileira no contexto da Constituição Federal de 1988.
BAZZO, Vera Lucia	Orgs./2006	01	Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado.	Entre o público e o privado em educação.
BENEGAS, Mauricio	Coautor/2011	01	Análise da eficiência técnica dos gastos com educação, saúde e assistência social dos municípios cearenses.	Financiamento das políticas públicas nos municípios.
BENINCÁ, Elli	Coautor/1988	01	O financiamento e a educação básica.	Financiamento da Educação Básica.
BERALDO, Antonio Fernando.	Coautor/2003	01	Vetar é preciso, educar não é preciso. Os vetos presidenciais ao Plano Nacional de Educação.	Plano Nacional da Educação (PNE).
BERCOVICI, Gilberto	2000	01	O federalismo e o financiamento de políticas sociais no Brasil: uma análise do Fundef.	Federalismo e Fundef.
BERNARDO, Gertrudes Angélica Vargas	2006)	01	Afinal de contas, é possível responder quanto custa uma educação infantil de qualidade? Uma pergunta leva a muitas outras!	Financiamento da Educação Infantil.
BEZERRA, Maura Costa	Org./2009	01	Política educacional: gestão e qualidade do ensino.	Política e gestão educacional.
BICUDO, Maria Aparecida Viggiani	Org./1999	01	Formação do educador e avaliação educacional: organização da escola e do	Formação e trabalho docente.

			trabalho pedagógico	
BITTAR, Mariluce	2012	01	Expansão da educação superior no Brasil e a formação dos oligopólios – Hegemonia do privado mercantil.	Expansão e mercantilização da Educação Superior
BLASIS, Eloísa Barbosa de Oliveira de	2011	01	A avaliação educacional em larga escala e as políticas municipais de educação em duas cidades do estado de São Paulo.	Avaliação em larga escala e as políticas educacionais.
BOAVENTURA, Edivaldo Machado	1996; Org./1996).	02	A educação nas Leis Orgânicas dos municípios baianos	Leis orgânicas nos municípios baianos.
BORGES, Márcia Regina	2000	01	Municipalização do ensino: um desafio para a democratização do ensino fundamental.	Municipalização do ensino.
BORGES, Vander Oliveira	2007	01	Fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação (Fundeb); impactos financeiros junto aos governos estaduais e municipais, nos primeiros cinco anos da sua implantação.	Impactos do Fundef nos territórios estaduais e municipais.
BORGHI, Raquel Fontes	Coautor/2013; Coautor/2008).	02	Fundef/Fundeb – implicações para oferta da educação infantil via convênios/parcerias.	Convênios e parcerias na oferta da Educação Infantil.
BOSIO, Maria Teresa	1993	01	Expansão e melhoramento da educação agrotécnica de nível médio através do financiamento de organismos internacionais.	Financiamento da educação brasileira por organismos internacionais.
BOTAFOGO, Maria do Carmo de Jesus	2012	01	Financiamento do programa nacional de alimentação escolar: um estudo da contrapartida do município	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
BRAGA, A. C.	Org./1999	01	Guia de consulta para o Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação – PRASEN II	Gestão municipal e o Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação – PRASEN II
BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo	2011a; 2011b; 2015.	03	A auditoria governamental e a promoção da transparência; O controle social da educação básica pública: a atuação dos conselheiros do Fundeb; Conselhos do Fundeb: participação e fiscalização no controle social da educação.	Participação e controle social da educação.
BRANDÃO, Carlos da Fonseca	1998	01	Comentários à margem da nova LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96.
BRASIL. MEC/INEP Presidência da República/MEC/ Secretaria Executiva; Fundação Carlos Chagas/Unicamp	1997a; 1997b; 1999; 2002; Coautor/Inep/1 987/1998/2001 /2003a- 2003b/2004/20	12	Fundef: balanço do primeiro ano do Fundef; Avaliação da descentralização de recursos do FNDE e da merenda escolar: síntese dos resultados; Gastos com educação: sumário executivo: relatório preliminar	Fundef; Descentralização financeira dos recursos do FNDE; Gastos com a educação;

	06; Coautor/Pres. da República/201 0.		do grupo de trabalho sobre financiamento da educação; Levantamento do custo-aluno- ano em escolas da educação básica que oferecem condições para a oferta de um ensino de qualidade. Plano de Trabalho; Pesquisa nacional qualidade na educação; Problematização do conceito de qualidade presente na pesquisa custo-aluno-ano em escolas de Educação Básica que oferecem condições para a oferta de um ensino de qualidade; Relatório do Grupo de Trabalho sobre financiamento da educação; Políticas públicas e educação; Secretaria de Educação Média e Tecnológica. O custo-aluno no ensino médio; Sistemática de financiamento do ensino fundamental; [Conae 2010]. Documento Final;	Políticas sociais vinculadas à educação CAQ na Educação Básica; Custo-aluno no Ensino Médio; Financiamento do Ensino Fundamental; Conae/2010.
Brasil/Tribunal de Contas da União	2000	01	Anais do seminário de fiscalização do fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério.	Fiscalização do Fundef pelo Tribunal de Contas da União.
BRAZ, Terezinha Pereira	1999; 2008	02	Financiamento da escola pública: uma tarefa da sociedade; O financiamento do ensino médio da rede estadual de Mato Grosso do Sul (1996 a 2006).	Financiamento da escola pública; Financiamento do Ensino Médio.
BREMAEKER, François E. J.	2003; 2007a; 2007b; 2011.	04	A influência do Fundef nas finanças municipais em 2002; A política de fundos para a educação e o impacto nas finanças dos estados e dos municípios; O impacto do Fundeb nas finanças dos municípios brasileiros	Fundef.
BRITO, Silvia Helena Andrade de	Coautor/2012	01	Sistema e Plano Nacional de Educação: notas sobre conceituação, relação público- privado e financiamento.	PNE; Relação público- privado e financiamento.
BRITO, Vera Lúcia Ferreira Alves de	2012	01	Plano de carreira profissional da educação básica em Minas Gerais: valorização profissional?	Valorização dos profissionais da educação.
BRONZATE, Sandra Torquato	2008	01	Políticas públicas de educação de jovens e adultos: o programa integrado de qualificação	Políticas para a Educação de Jovens e Adultos.

			desenvolvido pelo município de Santo André.	
BROOKE, Nigel	1992	01	Equalização de recursos p/ensino do 1º Grau nos Estados	Equalização na distribuição dos recursos para o ensino nos Estados.
BUENO, B.O.	1995	01	Financiamento da educação e associações de pais e mestres.	Participação e controle social do financiamento da educação.
BUENO, Maria Silvia Simões	Org./2002a; Orgs./2002; Org./2004.	01	O ensino médio e a reforma da educação básica; Descentralização do Estado e municipalização do ensino: problemas e perspectivas.	Ensino médio e a reforma da Educação. Básica; Municipalização do ensino.
BULHÃO, Rita Maria Torquato Fernandes	2010	01	O financiamento da educação básica no estado do Maranhão: um estudo crítico sobre o custo-aluno qualidade a partir do Fundef.	CAQ
BUTARELO, Fernanda Stéfani	2007	01	A municipalização do ensino fundamental: a política nacional de financiamento e a aplicação de recursos da educação pelos Municípios do Estado de São Paulo após a Emenda Constitucional nº 14/96.	Municipalização do ensino Fundamental
CABRAL NETO, Antônio	Coautor/2000; Org./2006; Orgs./2007.	03	Educação e gestão descentralizada: conselho diretor, caixa escolar, projeto político-pedagógico; Política educacional: desafios e tendências (Org.); Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. (Org.).	Gestão da educação descentralizada; Política educacional.
CALDAS, Eduardo de Lima	Coautor/2014	01	Política de fundos na educação e desigualdades municipais no estado de São Paulo: uma análise a partir das arenas políticas de Lowi.	Política de fundos na educação e redução das desigualdades regionais.
CALLEGARI, Cesar	1997; Coautor/1997; 2002; 2008; Org./2010.	05	O Fundef e a municipalização do ensino fundamental no estado de São Paulo; O Fundeb e o financiamento da educação pública no Estado de São Paulo; As verbas da educação: a luta contra a sonegação de recursos do ensino público no Estado de São Paulo; Fundeb: financiamento da educação pública no Estado de São Paulo; Ensino fundamental: a municipalização induzida.	Fundef; Fundeb; Sonegação fiscal dos recursos públicos; Municipalização do ensino público.

CALLEGARI, Newton	Coautor/1997	01	Ensino fundamental: a municipalização induzida.	Municipalização do ensino público.
CAMACHO, Nelson Antonio P.	1993	01	O custo do aluno universitário. Subsídios para uma sistemática de avaliação na Unicamp.	O custo do aluno universitário.
CAMARGO, Rubens Barbosa de	Coautor/2006a ; Coautor/2006b ; Org./2006; 2008; 2009; Coautor/2009; Coautor/2010	07	Estilos de gestão da educação municipal: implicações para a gestão democrática e o controle social; Participação e controle social no Fundef e no Fundeb; Sobre o financiamento no Plano de Desenvolvimento da Educação; Condicionantes do trabalho docente, ensino de qualidade e custo-aluno-ano; Financiamento da educação e remuneração docente: um começo de conversa em tempos de piso salarial; Levantamento do custo-aluno em escolas de educação básica que oferecem condições para a oferta de um ensino de qualidade em São Paulo; Pesquisa nacional qualidade na educação: problematização da qualidade em pesquisa da qualidade em pesquisa de Custo-Aluno-Ano em escolas de educação básica. (Org.);	Gestão democrática e controle social; Fundef e Fundeb; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Custo-aluno-ano-qualidade (CAQ); Piso salarial e carreira docente.
Campanha Nacional pelo direito à educação/ Ibase/Observatório da Cidadania.	2001; 2007; 2009; Publicações Cadernos do Observatório.	01	PNE; Custo-Aluno-Qualidade-inicial; Insumos p/debate sobre o financiamento da educação no governo Lula; Dossiê para a oficina custo-aluno-qualidade: financiando a educação que queremos.	O financiamento da educação no Governo Lula CAQi; CAQ
CAMPELO, João Inacio	2011	01	Dinheiro Direto na Escola, gestão democrática e público não-estatal: uma avaliação do programa de manutenção e desenvolvimento do ensino de Fortaleza.	Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).
CAMPOS, Bruno Cesar.	Coautor/2005; Coautor/2008.	02	Federalismo fiscal e a descentralização do financiamento da educação pública no Brasil: experiências do Fundef e perspectivas para o Fundeb; Investimento público em educação fundamental e a qualidade do ensino: uma avaliação regional dos resultados do Fundef.	Gestão financeira da educação descentralizada; Fundef.
CAMPOS, Malta	Org./1989; 1992.	02	Financiamento de políticas públicas para crianças de 0 a 6 anos;	Financiamento da Educação Infantil.

			Atendimento à infância na década de 80: as políticas federais de financiamento.	
CANTO, O. et al	1998/mimeogr.	01	Financiamento da educação superior brasileira: o sistema público federal.	Financiamento da Educação Superior.
CAPANEMA, Clélia de Freitas	2001	01	Experiência: balanço social como critério de custo-benefício.	Balanço social como critério de custo-benefício.
CARAVINA, Maria Solange	2009	01	Impacto da municipalização do ensino fundamental público sobre as condições de trabalho dos professores do município de Presidente Prudente-SP.	As condições do trabalho docente, nos municípios
CARDOSO, C.M.	2009	01	Governar o estado para a participação de entidades privadas na provisão, financiamento e gestão dos sistemas educativos na União Europeia.	Financiamento e gestão dos sistemas educativos na União Europeia.
CARMO, Edgar Cândido do	2001	01	Crise fiscal e financiamento público da educação no estado de São Paulo (1991-1998).	Gestão da educação descentralizada.
CARMO, Manuela Santos Nunes do	2012	01	O financiamento e o gasto social do estado de São Paulo em contexto de descentralização e ajuste fiscal: educação básica, saúde, habitação e transporte público urbano (1997 - 2009).	Gestão da educação descentralizada.
CARNEIRO, Maria Esperança F.	Coautor/2006	01	O financiamento da educação infantil no Brasil de 2003 a 2006.	Financiamento da Educação Infantil.
CARNEIRO, Moacir Alves.	1994	01	Matriz conceitual e diretrizes do salário-educação: quota federal.	Salário- educação.
CARNEIRO, Túlio Andrade	2012	01	Financiamento, gestão e qualidade da educação escolar pública: um estudo de caso em escolas públicas da cidade do Recife.	Financiamento e gestão da educação.
CARNIELLI, Beatrice Laura	1998; 2000a; 2000b; Coautor/2005; Coautor/2008; Coautor/2010.	06	Coletânea da bibliografia sobre o financiamento da educação no Brasil, do programa de pesquisa em financiamento da educação no Brasil: o estado da arte; O dispêndio com a instrução elementar no Império; Recursos Federais p/educação fundamental: a longa história de descompromisso; Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies): visão dos estudantes; Os Cacs e as raízes sociopolíticas brasileiras.	Pesquisa em financiamento da educação no Brasil – o estado da arte; A trajetória do financiamento da educação; Fies; Participação e controle social dos conselhos.
CARREIRA, Denise	Coautor/2007	01	Custo-Aluno-Qualidade Inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil.	CAQi

MEC/UNICEF/UNDI ME	Orgs.1999	01	Cartilha dos Conselhos do Fundef: Prasem – Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação.	Participação e controle social dos conselhos de educação.
CARVALHO FILHO, João Alves	Coautor/2012	01	O financiamento da educação básica nos estados de Sergipe e Bahia: subsídios para a discussão sobre o federalismo brasileiro e o desempenho educacional;	Financiamento da Educação Básica no contexto do federalismo.
CARVALHO, Cristina Helena Almeida de	2002; Coautor/2005; 2006; 2011; 2013; Coautor/2013.	06	A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas; A política pública para a ed. superior no Brasil (1995-2008): ruptura ou continuidade? O Prouni no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior; Reforma universitária e os mecanismos de incentivo à expansão do ensino superior privado no Brasil (1964-1984); Finanças públicas, renúncia fiscal e o Prouni no Governo Lula;	A mercantilização da Educação Superior; Política pública para a Educação Superior; Prouni; Expansão do ensino superior privado.
CARVALHO, Fabrício Aarão Freire Carvalho	2006; 2012.	02	O controle dos recursos da educação: uma análise da atuação do Tribunal de Contas dos Municípios do estado do Pará; -Financiamento da educação: do FUNDEF ao FUNDEB - repercussões da política de fundos na valorização docente da rede estadual de ensino do Pará - 1996 a 2009.	Fiscalização do tribunal de contas nos municípios Valorização docente no contexto do Fundef ao Fundeb.
CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de	1997; Coautor/1999.	02	Descentralização e políticas sociais na Bahia; A descentralização da educação;	A descentralização na gestão financeira da educação.
CARVALHO, Marcelo Pagliosa	2011	01	As políticas para a educação de jovens e adultos nos governos Lula (2003-2010): incongruências do financiamento insuficiente.	Políticas para a Educação de Jovens e Adultos.
CARVALHO, Maria Inez de Souza	2012	01	Acesso ao ensino superior: análise da contribuição do Prouni e do Fies para estudantes de uma IES em Belo Horizonte, MG. 2012.	Prouni; Fies.
CASAGRANDE, Ana Iara	2012	01	As parcerias entre o público e o privado na oferta da educação infantil em municípios médios paulista.	As parcerias entre o público e o privado na oferta da Educação Infantil.
CASTRO, Jorge Abrahão de	1989; 1996; 1997; 1998a;	21	Avaliação do processo de gasto público do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);	FNDE; Gasto público com educação no contexto

	1998b; 1998c; Coautor/1999; 2000; 2001a; 2001b; Coautor/2002; Coautor/2003a / 2003b/2003c; 2004a; 2004b; 2005; 2007; Coautor/2008; Coautor/2011a ; Coautor/2011b .	Federalismo e gasto público com educação no Brasil; Financiamento da educação no Brasil; Financiamento da educação pública no Brasil: evolução dos gastos; Financiamento da educação: necessidades e possibilidades; Financiamento e gasto público da Educação Básica no Brasil e comparações com alguns países da OCDE e América Latina; Financiamento e gasto público na educação básica no Brasil: 1995-2005; Gastos públicos com educação básica; O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Valorização do Magistério (Fundef) e seu impacto no financiamento do ensino fundamental; O impacto do novo texto constitucional no financiamento da educação; O processo de gasto público na área de educação no Brasil: o Ministério da Educação e Cultura nos anos 80; Processo de gasto público do Programa do Livro Didático; Alternativas para o financiamento da educação infantil; Necessidades e possibilidades para o financiamento da educação brasileira no Plano Nacional de Educação; -Subsídios para o debate sobre o financiamento da educação superior no Brasil; Estimativas dos custos associados ao atendimento da demanda pelo ensino médio, em consonância às metas estabelecidas para o Plano Nacional de Educação para o período de 2003 a 2011; Descentralização da educação pública no Brasil: trajetória dos gastos e das matrículas; Sistema de Informações sobre os Gastos Públicos na Área de Educação (SIGPE): diagnóstico dos gastos públicos na área de educação, 1995; A gestão das políticas federais para o ensino fundamental nos	do Federalismo; Financiamento da educação pública; Fundef; Financiamento da educação na Constituição de 1988; Gastos públicos na educação nos anos 80; Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); Financiamento da Educação Infantil; PNE; Financiamento da Educação Superior; Metas para o Ensino Médio no PNE (2003-2011); Descentralização da educação pública; Sistema de informações sobre os gastos públicos na área da educação – SIGPE; Gestão das políticas públicas para o Ensino Fundamental nos anos 1990; Financiamento da educação no contexto federativo, em 2000.
--	--	---	---

			anos 90; Financiamento do gasto em educação das três esferas de governo em 2000.	
CASTRO, José Nivalde de	1997	01	Gastos da União com o Ensino Superior no Brasil: 1970-1990.	Financiamento do ensino superior no Brasil de 1970-1990.
CASTRO, Maria Helena Guimarães de	1999	01	O impacto da implementação do Fundef nos Estados e municípios: primeiras observações.	Fundef.
CASTRO, Marta Luz Sisson de	Coautor/2000	01	Reconstruindo a produção da área da administração da educação 1982-1994: perspectivas temporal e temática em periódicos nacionais.	Pesquisa na área da administração da educação.
CATANI, Afrânio Mendes	Org./2000; Coautor/1993; Coautor/1996; Coautor/2003; Coautor/2005; Coautor/2006).	06	O Prouni na encruzilhada: entre a cidadania e a privatização; Prouni: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? O financiamento público da ed. superior brasileira: mudanças e os desafios; Reformas educacionais em Portugal e no Brasil. (Org.); Lei Orgânica e educação em vinte municípios paulistas;	Prouni; Financiamento público da Educação Superior; Reformas educacionais; Lei Orgânica e educação.
CAVALCANTE, A. F.	2002	01	Ensino público: gratuito, em termos - custos indiretos do ensino médio para os alunos das escolas públicas do Distrito Federal.	Custos do ensino médio.
CAVALCANTE, Maria Auxiliadora da Silva	Org./2007	01	Formação do pesquisador em Educação: profissionalização, trabalho e pesquisa.(Org.)	Formação do pesquisador em educação.
CEARÁ. Assembleia Legislativa	2000	01	CPI Fundef: vitória da sociedade.	Fundef.
CEARÁ. Secretaria de Educação (SEDUC)	2004	01	Levantamento do custo-aluno-ano em escolas de Educação Básica que oferecem condições para oferta de um ensino de qualidade Fortaleza – CE.	Custo-aluno-ano na Educação Básica
CERQUEIRA, S. B.	1996	01	Políticas públicas de financiamento da educação	Políticas de financiamento da educação.
CHAVES, Vera Lúcia Jacob	Coautor/2003; 2010; Coautor/2011.	03	Expansão da privatização /mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios; Política de financiamento da educação superior brasileira: um balanço crítico da produção escrita no período de 1996 a 2009; A temática – política de financiamento da educação na revista Universidade e sociedade.	Expansão e mercantilização do ensino superior; Política de financiamento da Educação Superior; Pesquisa em educação.

CHIODINE, Claudia Roberta	2008;	01	Quero ver quem paga, pra gente ficar assim!: Representação social docente sobre o financiamento da educação básica.	Valorização e representação docente.
COELHO, Maria do Carmo Irochi	2002.	01	Fundamentos constitucionais do ensino fundamental público – o Fundef - limites jurídicos e perspectivas para o atendimento ao direito à educação.	Legislação educacional.
COELHO, Rita de Cássia	Orgs./2004	02	Financiamento da educação infantil: perspectivas em debate.	Financiamento da Educação Infantil.
CONCEIÇÃO, Sergio Henrique	Coautor/2012; Coautor/2014.	02	O financiamento da educação básica nos estados de Sergipe e Bahia: subsídios para a discussão sobre o federalismo brasileiro e o desempenho educacional; Financiamento, oferta, gestão educacional e controle social no âmbito de um Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb.	Federalismo e o financiamento da Educação Básica; Controle social no âmbito dos conselhos do Fundef.
Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto	Org./1988; 2001.	01	Política, gestão e financiamento da educação pública.	Política, gestão e financiamento da educação pública.
CORBUCCI, Paulo Roberto	2000; 2001; Coautor/2003; 2004; Coautor/2004; Org./2011.	06	Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil. (Org.); Subsídios para o debate sobre o financiamento da educação superior no Brasil; As universidades federais: gastos, desempenho, eficiência e produtividade; Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma; Financiamento e gastos das Instituições Federais de ensino superior no período 1995-1998; Fontes de financiamento das instituições federais de ensino superior: um estudo sobre a Universidade de Brasília.	Políticas educacionais no contexto do Federalismo; Financiamento da Educação Superior; Custo e benefício da Educação Superior pública; Democratização do acesso à Educação Superior;
CORDEIRO, Andreza Silva	2012	01	Regime de colaboração: relações intergovernamentais na gestão da educação em Pernambuco.	Federalismo e regime de colaboração.
CORREA, Bianca C.	Org.2008	01	Políticas educacionais e organização do trabalho na escola.	Políticas e gestão educacional.
CORTES, Bianca Antunes	1989	01	Financiamento na educação: Salário-Educação e suas dimensões privatizantes.	Salário-educação.

COSTA, Áurea de Carvalho	Coautor/2005; 2010.	02	O programa dinheiro direto na escola e a gestão escolar; O regime de colaboração entre União, estados e municípios no financiamento da educação no Brasil.	PDDE; Federalismo e regime de colaboração.
COSTA, Bruno Lazzarotti	Coautor/1999; Coautor/2004a; Coautor/2004b; Coautor/2008.	04	Contexto socioeconômico e descentralização no ensino fundamental em Minas Gerais; Inovação, eficiência e eficácia em políticas sociais: reflexões a partir do Programa Bolsa Escola em Belo Horizonte; O Fundef e a valorização do magistério em Minas Gerais: alcances e limites de um mecanismo institucional de indução; Os efeitos do Fundef nas políticas educacionais dos municípios mineiros.	Descentralização do Ensino Fundamental; Programa Bolsa-família; Valorização do magistério no contexto do Fundef; Fundef.
COSTA, Danilo de Melo	2010	01	Financiamento público e expansão da educação superior no Brasil.	Financiamento e expansão da Educação Superior.
COSTA, Fábio Luciano Oliveira	2012; 2013; 2014a; Coautor/2014b	04	A dinâmica dos recursos fiscais com as políticas de fundos contábeis para o financiamento da educação no Brasil (1998-2010); A mercantilização da educ. no Brasil sob a lógica da especulação financeira; -Federalismo após a promulgação da CF/88 e as políticas de fundos contábeis para financiamento da educação no Brasil; As mudanças no financiamento do ensino fundamental público com o Fundef e a dinâmica de seus recursos fiscais.	Federalismo e a política de fundos contábeis; A mercantilização do ensino; Fundef.
COSTA, Marly de Abreu.	1991; Coautor/1997a; Coautor/1997/b.	03	Comparando as estimativas do custo/aluno em dois Cieps e duas escolas convencionais no município do RJ; O nó górdio e a ponte de safena; Recursos financeiros na nova LDB: avanços e limitações.	Custo-aluno; LDBEN nº 9394/96.
COSTA, T. H. O	1991	01	Financiamento da escola básica: o papel do Tribunal de Contas.	Fiscalização pelo Tribunal de Contas
COSTA, Vera Lúcia Cabral	Org./1999; 2001.	02	Descentralização da educação: novas formas de coordenação e financiamento; Financiamento e gasto com o Ensino Médio no Brasil.	Descentralização da educação; Financiamento e gasto com o Ensino Médio.
COUTO, Maria Aparecida Freire de Oliveira.	2012	01	“Do limbo ao direito”: a distribuição dos recursos financeiros para as creches	O CAQi na Educação Infantil.

			utilizando o referencial do custo aluno-qualidade inicial – CAQi.	
CRUZ, José Adelson da	Coautor/2000	01	O financiamento da educação básica em Goiás (1983-1996).	O financiamento da Educação Básica.
CRUZ, Priscila	Orgs./2013	01	Anuário brasileiro da educação básica 2013.	Política, gestão e financiamento da Educação Básica.
CRUZ, Rosana Evangelista da	2002; Coautor/2004; 2005; 2006; 2009; 2011; 2014.	07	Banco Mundial e política educacional: o projeto Nordeste para a educação básica e seus desdobramentos no Piauí; Federalismo e financiamento da educação: a política do FNDE em debate; Os recursos federais para o financiamento da educação básica; Pacto federativo e financiamento da educação: a função supletiva e redistributiva da União - o FNDE em destaque; Relações federativas e o financiamento da educação; O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como política educacional do estado contemporâneo;	Banco Mundial e políticas educacionais; Federalismo e a política do FNDE; Federalismo e regime de colaboração; PDDE.
CUNHA, Célio da	Org./1991; 1998.	02	Ensino Médio como Educação Básica; A LDB Darcy Ribeiro e a educação fundamental.	Financiamento do Ensino Médio; LDBEN Nº 9394/96
CUNHA, Eliomar Mota da	2003	01	FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: o financiamento macro da educação no estado do Amazonas e na Amazônia Ocidental.	FNDE: o financiamento macro da educação.
CUNHA, Elizangela Lélis da	2007	01	Impactos do Fundef na educação Infantil no município de Franca.	Financiamento da Educação Infantil.
CUNHA, Luiz Antônio	1991	01	A gratuidade no ensino superior público: da proibição à garantia constitucional.	Gratuidade no Ensino Superior público
CUPELLO, Natalia Cintia	2011	01	O impacto do Fundeb sobre o ensino em creche.	Financiamento da Educação Infantil.
CURI, Andréa Zaitune	Coautor/2010	01	Os determinantes dos gastos com educação no Brasil.	Gastos com a educação.
CURI, Luis Roberto Liza	Coautor/1992	01	Políticas de ajuste das contas públicas e o financiamento da educação do Estado de São Paulo no período 1980-1990.	Ajuste fiscal e financiamento da educação no Estado de São Paulo
CURY, Carlos Roberto Jamil	2002; 2007.	02	A educação básica no Brasil; Estado e política de financiamento em educação;	Política para a gestão da Educação Básica; Política de financiamento em educação.
DOMICIANO, Cássia	Coautor/2005;	03	Uma análise do Programa	Programa Bolsa-

Alessandra	2009; 2011.		‘Bolsa Creche’ no município de Piracicaba; O Programa ‘Bolsa Creche’ nos municípios paulistas de Piracicaba e Hortolândia: uma proposta para alocação de recursos estatais à educação privada? A educação infantil via Programa Bolsa-Creche: o caso do município paulista de Hortolândia;	Creche.
D’AVILA, Jorge Luís	Coautor/2008; Coautor/2010.	02	A “Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição”: a relação entre gestão e financiamento do ensino médio; A convivência entre o Programa Escola Guaicuru - vivendo uma nova lição e o programa melhoria e expansão do ensino médio: (Promed/Escola Jovem) no estado de Mato Grosso do Sul;	Gestão e programa de financiamento do Ensino Médio.
DAL ROSSO, Sadi	Org./2002	01	Atividades pagas em universidades públicas: caminho para a privatização.	O processo de mercantilização das universidades públicas.
DANTAS, Claudio Bezerra	2011	01	Análise da utilização de indicadores de desempenho pelo Ministério da Educação para o financiamento dos hospitais universitários federais no período de 2004 a 2008.	O financiamento vinculado à avaliação.
DANTAS, Luiza Alves Marinho	2005	01	Financiamento da educação: impactos do Fundef no sistema de ensino público municipal de Campina Grande.	Fundef
DAVIES, Nicholas	1997a; 1997b; 1998a; 1998b; 1999a; 1999b; 1999c; 2000a; 2000b; 2000c; 2000d; 2000e; 2001a; 2001b; 2001c; 2001d; 2001e; 2001f; 2001g; 2002a; 2002b; 2002c; 2002d; 2002e;	69	O financiamento público das escolas privadas; ConFUNDEF: as confusões criadas pelas autoridades a respeito do FUNDEF e da valorização do magistério; A aplicação das verbas da educação: controle estatal ou social? A Conferência Nacional da Educação (Conae) e suas fragilidades; A contabilização da receita e despesa em educação pelo TCU: omissões, inconsistências e equívocos; A fiscalização das contas da educação pelos Tribunais de Contas do Ceará; A fiscalização das receitas e despesas do ensino em Minas Gerais; A fiscalização das receitas e despesas vinculadas à educação	O estatal, o público e o privado no financiamento da educação; Valorização do magistério; Fundef; Fundeb; Conae/2010; Controle social da aplicação das verbas na educação; Fiscalização pelos Tribunal de Contas Aplicação dos recursos do Fundef e Fundeb, em contexto

2002f; 2002g; 2003a; 2003b; 2003c; 2004a; 2004b; 2004c; 2004d; 2005a; 2005b; 2006a; 2006b; 2006c; 2006d; 2007a; 2007b; 2007c; 2008a; 2008b; 2008c; 2009; 2010a; 2010b; 2010c; 2010d; 2010e; 2010f; 2010g; 2010h; 2011a; 2011b; 2011c; 2012a; 2012b; 2012c; 2013a; 2013b; 2013c; 2013d; 2013e; 2014a; 2014b; 2014c; 2015.		pelos Tribunais de Contas de Goiás; A frágil confiabilidade do Tribunal de Contas de Santa Catarina na fiscalização dos recursos da educação: governo estadual deixou de aplicar mais de R\$ 2,1 bilhões em educação de 1998 a 2008, mas o TC aprovou as contas estaduais; Alguns desafios do financiamento da educação: a responsabilidade pelo ensino na legislação, a capacidade tributária dos governos e o impacto do Fundef e do Fundeb na educação; Aplicação dos recursos vinculados à educação: as verificações do Tribunal de Contas de Mato Grosso; Avaliação dos procedimentos para contabilização de receita e despesa em educação, contidos nos manuais da STN; Conselhos do FUNDEF: a participação impotente2; Controle estatal ou social das verbas da educação? Educação do Distrito Federal perdeu bilhões com erros do Tribunal de Contas. Educação do município do Rio de Janeiro perdeu mais de 1 bilhão em 1998 e 1999; Educação estadual do Rio de Janeiro perde centenas de milhões de reais todo ano com artifícios contábeis do governo; Ensino médio estatal: menos verbas para mais alunos? Financiamento do ensino médio estatal: obstáculos estruturais e conjunturais; Fragilidades e desafios do financiamento em planos de educação; Fundeb: a redenção da educação básica? Fundeb: um breve balanço não oficial – em 1988 a complementação federal foi de R\$ 1,5 bilhão a menos que a devida; Fundef: valorização da educação pública ou redistribuição da miséria; Mecanismos de financiamento: a privatização dos recursos públicos;	federativo; Financiamento do Ensino Médio Aplicação das verbas da educação Financiamento da Educação Básica; Ajuste fiscal e recursos para a educação; Plano Nacional de Educação; Diretrizes para o financiamento na legislação educacional; Salário-educação; Política educacional no Governo Lula; Financiamento da Educação Superior no Governo Lula; Federalismo e regime de colaboração.
---	--	--	---

			O desafio de obrigar os governos a aplicarem a verba legalmente devida em educação: os casos das prefeituras fluminenses do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo; O estatal, o público e o privado em educação: tensões e ambiguidades; O financiamento da educação básica no Brasil; O financiamento da educação e o papel do Tribunal de Contas do Maranhão na fiscalização das receitas e despesas em manutenção e desenvolvimento do ensino; O financiamento da educação e seus desafios; O financiamento da educação estatal no Brasil: novos ou velhos desafios?3; O financiamento da educação no governo Lula: o “ajuste fiscal” continua; O financiamento da educação superior no governo Lula: uma loteria? O financiamento da educação: desafios para a sua publicização; O Fundef e as verbas da educação; O Fundef e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta; O Fundef e os equívocos na legislação e documentação oficial; O governo Lula e a educação: a deserção do Estado continua? O salário-educação: fragilidades e incoerências; O Tribunal de Contas da Paraíba e a verificação da aplicação dos recursos vinculados à educação2; O Tribunal de Contas de Minas Gerais e sua eficácia na avaliação dos gastos governamentais em educação; O Tribunal de Contas de Pernambuco e seus procedimentos de contabilização de receita e despesa em manutenção e desenvolvimento do ensino; O Tribunal de Contas de Sergipe e suas resoluções para	
--	--	--	---	--

			avaliar a receita e a despesa em educação; Omissões, inconsistências e erros na descrição da legislação educacional; Os procedimentos adotados pelo Tribunal de Contas do Piauí para a verificação das receitas e despesas vinculadas a educação; Os procedimentos adotados pelo Tribunal de Contas do Espírito Santo para verificar os recursos vinculados à educação; Os procedimentos adotados pelos Tribunais de Contas da Bahia para a verificação das receitas e despesas vinculadas à educação; Os recursos financeiros na LDB; Os Tribunais de Contas de Goiás e a fiscalização das receitas e despesas vinculadas à educação; Os Tribunais de Contas de São Paulo e sua avaliação dos gastos governamentais em educação; Os Tribunais de Contas do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e Tocantins e seus procedimentos de contabilização da receita e despesa em educação; Plano Nacional de Educação: muito discurso, nenhum recurso? Política fiscal golpeia política educacional? Recursos públicos em educação; Solução ou remendo para o financiamento da educação básica? Tribunais de Contas do Pará e a avaliação das contas da educação; Tribunais de Contas e educação: quem controla o fiscalizador de recursos? Tribunais de Contas e seus procedimentos de verificação dos recursos da educação; Tribunal de Contas: faz as contas ou “faz de conta” na avaliação dos gastos governamentais em educação? Verba de R\$ 31 milhões não	
--	--	--	--	--

			aplicada em educação (1990-1995) – caso da Prefeitura de São Gonçalo; Verbas da educação: o legal x o real.	
DE TOMMASI, Livia	1996; Org./1996; Org./1998	03	Financiamento do Banco Mundial no setor educacional brasileiro: os projetos em fase de implementação; -O Banco Mundial e as políticas educacionais.	O Banco Mundial e sua influência nas políticas educacionais.
DEITOS, Roberto Antonio	2005; 2006.	02	O capital financeiro e a educação no Brasil; Implicação do financiamento externo para a educação brasileira (1995-2005).	Financiamento da educação pelos organismos internacionais.
DI GIORGI, Cristiano Amaral	Coautor/2011	01	Do Fundef ao Fundeb: avaliando o passado para pensar o futuro: um estudo de caso no município de Pirapozinho-SP.	Fundef; Fundeb.
DI PIERRO, Maria Clara	2012	01	A configuração do ensino de jovens e adultos no estado de São Paulo sob a vigência do FUNDEB: resultados preliminares de uma pesquisa em andamento.	Financiamento da EJA no contexto do Fundeb.
Diana Fekete	Coautor/2012	01	Estimando os gastos privados com educação no Brasil.	Estimativa dos gastos privados com educação.
DIAS, Adelaide Alves	Coautor/2005; Coautor/2011.	02	A política de financiamento da educação no Brasil e a educação infantil; Políticas públicas e práticas educativas.	O financiamento da Educação Infantil.
DIAS, M. A. R.	2003	01	Comercialização no ensino superior: é possível manter a ideia de bem público?	A mercantilização no ensino superior.
DIDONET, Vital	2000; Org./2005; Org./2006.	03	Plano Nacional de Educação (PNE/2000); Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação: avanços na universalização da educação básica; (Org.); Fundeb: dilemas e perspectivas. (Org.)	PNE/2000; Fundeb.
DINIZ, Josedilton Alves	2012	01	Eficiência das transferências intergovernamentais para a educação fundamental de municípios brasileiros.	Política de fundos para a educação em contexto federativo.
DINIZ, Paulo Vinícius Lamana.	Coautor/2014	01	Enredamentos históricos da participação da esfera privada na questão social e no setor educacional.	O público e o privado no setor educacional.
DOMICIANO, Cássia Alessandra	Coautor/2005; 2009;	03	Uma análise do Programa 'Bolsa Creche' no município de	O Programa Bolsa-

	2011);		Piracicaba; O Programa 'Bolsa Creche' nos municípios paulistas de Piracicaba e Hortolândia: uma proposta para alocação de recursos estatais à educação privada? A educação infantil via Programa Bolsa-Creche: o caso do município paulista de Hortolândia.	Creche.
DOMINGUÊS, Petrônio José	2003	01	As armadilhas da municipalização do ensino.	Municipalização do ensino.
DOURADO, Luiz Fernandes	Org./1999; Coautor/2011; Org./2011.	03	Financiamento da educação básica (Org.); Financiamento e gestão da educação e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas; Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas. (Org.);	Financiamento da Educação Básica; PNE 2011-2020.
DRAIBE, Sônia Miriam	1999	01	A experiência brasileira recente de descentralização de programas federais de apoio ao ensino fundamental.	Descentralização financeira da educação.
DUARTE, Adriana	Coautor/2014	01	Qualidade da educação e política de remuneração docente: quais as implicações dessa relação?	Remuneração docente.
DUARTE, B. C.	Coautor/2003; Coautor/2008.	02	Estimativas dos custos associados ao atendimento da demanda pelo ensino médio, em consonância às metas estabelecidas para o Plano Nacional de Educação para o período de 2003 a 2011; Descentralização da educação pública no Brasil: trajetória dos gastos e das matrículas.	Metas para o Ensino Médio no PNE/2003-2011; Descentralização da educação pública.
DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira	1996; 1999a; Coautor/1999b; Org./1999c; 2000; 2002; 2003; 2005; Coautor/2010.	09	Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica. (Orgs.); Limites à educação básica: expansão do atendimento e relação federativa; Limites à municipalização na educação básica; Políticas de investimento no ensino de primeiro grau; Sistemas Públicos de Educação Básica e Relações Intergovernamentais: a ação da União e a autonomia dos sistemas locais de ensino; Política nacional de administração da educação básica: autonomia e intervenção; Regulação sistêmica e política	Política de financiamento e gestão da Educação Básica; Gestão pública da Educação Básica, em regime de colaboração; Municipalização do ensino; Política de financiamento do Ensino Fundamental.

			de financiamento da educação básica;	
DUARTE, Vanda Catarina	Coautor/2004; Coautor/2008.	02	O Fundef e a valorização do magistério em Minas Gerais: alcances e limites de um mecanismo institucional de indução; Os efeitos do Fundef nas políticas educacionais dos municípios mineiros.	Fundef.
DUBEUX, Ana Maria Cunha	1998	01	Leis Orgânicas e educação: a gestão e o financiamento da educação em Pernambuco.	Leis Orgânicas e financiamento da educação.
DUTRA JUNIOR, Adhemar F. et al.	Coautor/2000	01	Plano de carreira e remuneração do Magistério LDB; Fundef.	Valorização do magistério.
Em Aberto – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)	2001	01	Bibliografia: financiamento da educação no Brasil.	Bibliografia sobre financiamento da educação no Brasil.
Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação.	Org./2014	01	Encontro da Associação Fineduca.	Pesquisa em financiamento da educação
Escola pública versus escola particular na visão da imprensa.	1988;	01	Escola pública versus escola particular na visão da imprensa.	Ensino público versus ensino privado.
ESPINDOLA, Adriana de Andrade	2008	01	Contratação de financiamento externo multilateral para o setor de educação.	Financiamento da educação pelos organismos internacionais.
Estado e educação: coletânea CBE	Org./1992	01	Estado e educação: coletânea CBE	Políticas públicas para educação.
ESTEVES, Luiz Carlos Gil	2005; 2007.	02	Fundef no estado do RJ sob a ótica dos perdedores.	Fundef.
EVANGELISTA, Alessandra Reis	2013	01	A EJA no contexto da política de fundos contábeis – estudo de caso em Juiz de Fora.	Financiamento da Educação de Jovens e Adultos.
FABRINO, Ricardo José Grossi	2011	01	Gasto orçamentário em educação básica no Brasil: do planejamento (intenções e meios) aos resultados - análise de correlação e causalidade em série temporal (1995- 2009).	Gastos com a Educação Básica.
FACHINI, Maria Ângela	Coautor/2004	01	Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) no contexto de redefinição do papel do Estado.	PDDE
FAGNANI, Eduardo	1989; Coautor/1991.	02	Governo federal e financiamento da educação na Nova República2;	Financiamento da educação na Nova República.
FAGUNDES, Rose Laura Lopes Pinto	2009	01	Identificação dos elementos da cultura organizacional e análise do seu relacionamento com a aprendizagem: estudo de caso na administração tributária de Minas Gerais.	Política e gestão educacional nos territórios.
FALCÃO, Mary Sylvia Miguel	2012	01	A gestão democrática dos recursos financeiros nas escolas do município de Dourados (MS) 2005-2008.	Gestão democrática dos recursos financeiros nos territórios.

FARENZENA, Nalú	1997; 1998; Coautor/1999; 2001; Coord./2002; Coautor/2002; Coord. 2004; Coautor/2004; Org./2005; 2006a; 2006b; 2006c; 2006d; 2006e; 2010a; Coautor/2010b; 2010c; Coautor/2012.	18	A política de financiamento da educação básica: rumos da legislação brasileira; A assistência financeira da União às políticas educacionais locais; Capacidade de financiamento da educação em municípios do Rio Grande do Sul: uma exploração a partir dos efeitos redistributivos do Fundef e do Fundeb; Controle institucional em políticas federais de educação básica no Brasil; Custos de escolas públicas do Rio Grande do Sul: apontamentos metodológicos e resultados de uma pesquisa; Descentralização e federalismo: algumas implicações para as responsabilidades (inter)governamentais no financiamento da educação brasileira; Diretrizes da política de financiamento da educação básica brasileira: continuidades e inflexões no ordenamento constitucional-legal (1987-1996); Financiamento da educação no município - algumas questões sobre as fontes e usos dos recursos; Oferta de educação básica no Rio Grande do Sul: divisão de responsabilidades e financiamento; Panorama do gasto público em educação na esfera estadual; Políticas de assistência financeira da União no marco das responsabilidades (inter)governamentais em educação básica; Financiamento da educação infantil e do ensino fundamental nos municípios do Rio Grande do Sul: estudo das fontes e usos dos recursos e dos custos educacionais; Financiamento da educação e responsabilidades federativas: 25 anos de agenda constituinte; Fundeb e Fundef: trânsito entre duas políticas de financiamento da educação pública brasileira; O custo das escolas públicas municipais: resultados de uma	Diretrizes para o financiamento nas legislações educacionais; Federalismo e regime de colaboração; Política de fundos e seus efeitos redistributivos entre os entes federados Gastos públicos com Educação Básica. Financiamento da educação no contexto da descentralização e do federalismo; Fontes e usos dos recursos para o financiamento da educação no município; Financiamento da Educação Básica no contexto do federalismo em regime de colaboração; Panorama dos gastos públicos em educação nos territórios; Assistência financeira da união para a educação nos municípios; Fontes e uso dos recursos para o financiamento da Educação Infantil; Os custos com a escola pública; Custos com a educação; Visão da legislação e da literatura; Impacto do Fundef nos municípios Custo-aluno/ano em
-----------------	---	----	---	--

			pesquisa e implicações políticas; O Fundef no Rio Grande do Sul: apontamentos de uma pesquisa de acompanhamento e avaliação; Custos educacionais: notas metodológicas de uma revisão da legislação e da literatura brasileiras; O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério no Rio Grande do Sul: acompanhamento e avaliação do impacto (Coord.); Levantamento do custo aluno/ano em escolas da educação básica que oferecem condições para a oferta de um ensino de qualidade (Coord.); Custos e condições de qualidade da educação em escolas públicas: aportes de estudos regionais (Org.).	escolas do ensino básico de qualidade.
FARIA, Almir de Morrison	1990	01	Uma análise orçamentária da Universidade Federal do Pará.	Análise orçamentária das universidades federais.
FARIA, Ana Lúcia Goulart de	1989	01	Financiamento de políticas públicas para crianças de 0 a 6 anos.	Financiamento da Educação Infantil.
FARIA, Flavia Peixoto	Coautor/2008	01	Eficiência dos gastos municipais em saúde e educação: uma investigação através da análise envoltória no estado do Rio de Janeiro.	Gastos municipais em saúde e educação – estudo de caso.
FARIA, Geniana Guimarães	2009; Coautor/2010	02	Política de financiamento e desempenho educacional: um estudo comparativo sobre a capacidade de atendimento dos municípios brasileiros; Recursos públicos para escolas públicas: as políticas de financiamento da educação básica no Brasil e a regulação do sistema educacional federativo.	Política de financiamento e capacidade de atendimento dos municípios; Financiamento da Educação Básica no contexto federativo.
FARIA, Lia Ciomar Macedo de.	Coautor/2003; Org./2003; Coautor/2004; Coautor/2005.	04	Desafios da educação municipal; O processo de construção da educação municipal pós-LDB 9.394/96: políticas de financiamento e gestão; Política, gestão e financiamento de sistemas municipais públicos de educação no Brasil: bibliografia analítica (1996-2002); Políticas de financiamento da educação municipal no Brasil	Política de financiamento e gestão da educação municipal pós-LDB nº 9.394/96; Bibliografia analítica da política de financiamento da educação (1996-2002).

			(1996-2002): das disposições legais equalizadoras às práticas político-institucionais excludentes.	
FARIA, Sueli Moraes Vieira de	2000	01	Políticas educacionais paulistas da década de 90: a reorganização da rede pública – uma experiência contrapartida.	Políticas educacionais paulistas da década de 90.
FARIAS, Elizabeth Regina Striky de	2005	01	Municipalização da educação e seus impactos no município de Ponta Grossa, no período de 2001 a 2004. 2005.	Municipalização da educação.
FARIAS, I.M.S.	Org./2008	01	Política e gestão educacional: contextos e práticas. Fortaleza.	Política e gestão educacional.
FÁVERO, Maria de Lourdes de A.	Org./1989	01	A universidade em questão.	Financiamento das instituições de Ensino Superior.
FERMINO, Phelipe Pires	2011; Coautor/2012.	01	Política de fundos e educação básica em Santa Catarina; A política de fundos no financiamento da educação: indução à municipalização do ensino fundamental no estado de Santa Catarina.	Política de fundos no financiamento da Educação Básica.
FERNANDES, Eliane Maria de Almeida	2012	01	Educação escolar, estado e município: análise da descentralização do ensino no estado do Rio de Janeiro durante a vigência do Fundef (1998- 2006).	Descentralização do ensino (1998-2006).
FERNANDES, Francisco das Chagas	2004; 2009.	02	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica: Fundeb. In: Financiamento da educação infantil: perspectivas em debate; O Fundeb como política pública de financiamento da educação básica.	Financiamento da Educação Infantil, no contexto do Fundeb; Fundeb.
FERNANDES, Maria Alice	Coautor/1999	01	Sistema de Informações sobre os Gastos Públicos na Área de Educação (Sigpe): diagnóstico dos gastos públicos na área de educação, 1995.	Sigpe: diagnóstico dos gastos públicos com a educação.
FERNANDES, Maria Diléia Espíndola	2001; 2003; 2004; Coautor/2008; Coautor/2009; Coautor/2010; Coautor/2011a; Coautor/2011b; Coautor/2012; Coautor/2013; Coautor/2014.	11	O Estado de Mato Grosso do Sul e os recursos vinculados constitucionalmente para a educação; O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) em Dourados, MS: acompanhamento do impacto e avaliação (1998 a 2000); Políticas públicas de educação: o financiamento da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul (1991 a 1994); Sistema e Plano Nacional de	Política pública de financiamento da Educação Básica – estudo de caso; Fundef; Fundeb; PNE/SNE; A relação público/privado em educação; Programas federais

			Educação: notas sobre conceituação, relação público-privado e financiamento; A convivência entre o Programa Escola Guaicuru - vivendo uma nova lição e o programa melhoria e expansão do ensino médio: (Promed/Escola Jovem) no estado de Mato Grosso do Sul; A “Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição”: a relação entre gestão e financiamento do ensino médio; O Fundeb no contexto das finanças públicas municipais de Campo Grande; Remuneração salarial de professores em redes públicas de ensino; O impacto da implantação do Fundef na educação infantil no município de Campo Grande/MS (1997 a 2000); O Fundef no Estado de Mato Grosso do Sul: Balanço da política de financiamento para o Ensino Fundamental (1998 a 2006); O processo de elaboração da Lei n. 11.738/2008 (Lei do Piso Salarial Profissional Nacional para Carreira e Remuneração Docente): trajetória, disputas e tensões.	para o ensino médio: Promed/Escola Jovem – estudo de caso; Gestão e financiamento do Ensino Médio; Remuneração docente; Impacto da implementação do Fundef na Educação Infantil – estudo de caso; Balanço do Fundef no Ensino Fundamental – estudo de caso; Lei do Piso Salarial Profissional Nacional para Carreira e Remuneração Docente – Lei n. 11.738/2008.
FERNANDES, Pádua	2006	01	Desvãos do Direito e desvios da educação: a Justiça brasileira, a Constituição federal e o orçamento.	Controle e fiscalização das contas públicas.
FERNANDES, Reynaldo	Coautor/2002; Coautor/2004a; Coautor/2004b.	03	Avaliação dos salários dos professores da rede pública de ensino fundamental em tempos de FUNDEF2; Sistema brasileiro de financiamento à educação básica: principais características, limitações e alternativas.	Remuneração docente; Financiamento da Educação Básica;
FERNANDES, Solange Jarzem	2006; 2013; Coautor/2013; Coautor/2014.	04	A gestão dos fundos contábeis para o financiamento do ensino no Município de Campo Grande/MS; Política de financiamento da educação: o custo/aluno de duas escolas da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul; O Fundeb no contexto das finanças públicas municipais de	Fundos contábeis e a gestão do financiamento do ensino – estudo de caso; O custo/aluno na rede estadual de ensino – estudo de caso; Fundeb;

			Campo Grande; Remuneração salarial de professores em redes públicas de ensino.	Remuneração docente da rede pública.
FERREIRA, Alcibela Cilene do Rio	2006	01	Parcerias e o ensino público no Brasil: uma análise do papel do estado através das parcerias entre empresas privadas e escolas públicas.	Parcerias entre o público e o privado.
FERREIRA, Eliza Bartolozzi	Org./2013	01	Política e planejamento educacional no Brasil do século 21.	Planejamento e política educacional brasileira.
FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos	2010	01	Valorização do magistério da educação básica no RN: participação do SINTE e do governo estadual na implementação do Piso Salarial Profissional Nacional na rede pública estadual no ano de 2009	Valorização do magistério.
FERREIRA, Naura Syria Carapeto	Org./2002	01	Política e gestão da educação: dois olhares.	Política e gestão educacional.
FERRER, Walkiria Martinez Heinrich	1996	01	O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e a nova LDB.	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96.
FIALHO, Nadia Hage	Coautor/2014	01	Financiamento, oferta, gestão educacional e controle social no âmbito de um Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb.	CACS e o controle social do Fundeb.
FIGUEIREDO, Claudia Maria Gomes de	2011	01	Dois ensaios sobre a qualidade da educação e sua relação com o Bolsa-Família e gastos educacionais no Brasil.	Programa Bolsa-Família.
FIGUEIREDO, Gil Vicente Reis de	2013	01	O financiamento da educação pública no Brasil na próxima década.	Financiamento da educação pública.
FIGUEIREDO, I. M. Z.	2009	01	Os projetos financiados pelo Banco Mundial para o ensino fundamental no Brasil.	Financiamento da educação pelos organismos internacionais.
Financiamento da Educação Infantil	Org./2004	01	Perspectivas em debate.	Debate do Fundeb na Educação Infantil.
Financiamento da educação na América Latina. Tradução de Paulo Martins Garchet	1999	01	Trabalho resultante do seminário internacional do programa Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe (Preal).	Financiamento da educação na América Latina.
FOGUEL, Miguel Nathan	Coautor/2001	01	Focalização dos gastos públicos sociais em educação e erradicação da pobreza no Brasil.	A relação dos gastos públicos em educação e erradicação da pobreza.
FONSECA, Belkiss Alves Nogueira	1995	01	Financiamento da educação brasileira: um estudo preliminar.	Financiamento da educação brasileira.
FONSECA, Marília	1991; 1998; 2004; 2005; Org./2013).	05	Impactos do financiamento internacional da educação e suas implicações para a educação brasileira; Impactos do Plano de	Financiamento da educação pelos organismos educacionais;

			Desenvolvimento da Escola na gestão do ensino fundamental de Goiás; O financiamento do Banco Mundial ao financiamento à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional; O financiamento do Banco Mundial à educação brasileira; Política e planejamento educacional no Brasil do século 21. (Org).	Política e planejamento educacional no Brasil; Gestão do Ensino Fundamental – estudo de caso.
FONTINELES FILHO, Pedro Pio	Coautor/2011	01	Fundef na formação de professores da rede municipal de Teresina – PI: entre o ideal e o real.	Carreira e valorização do magistério.
FONTINELES, Isabel Cristina da Silva	2008; Coautor/2011.	02	Políticas de financiamento do ensino fundamental (1996-2006): o FUNDEF e a valorização do magistério; Fundef na formação de professores da rede municipal de Teresina – PI: entre o ideal e o real.	Carreira e valorização do magistério.
FORTES, Fátima Beatriz C. Teixeira P.	Coautor/1999	01	Contexto socioeconômico e descentralização no ensino fundamental em Minas Gerais.	Descentralização do ensino fundamental – estudo de caso.
FRACALANZA, Paulo Sérgio	1995; 1999.	02	O financiamento da educação: a ação do governo do estado de São Paulo (1980-1993); -A gestão do ensino fundamental pelo governo do estado de São Paulo: uma análise do financiamento e dos indicadores sociais de educação (1980-1993).	Gestão e financiamento do Ensino Fundamental – estudo de caso.
FRANÇA, Magna	2001; 2005; 2006; 2007; 2009; Org./2009; 2012a; Coautor/2012b.	08	Gestão educacional nos anos 90: um estudo sobre a descentralização financeira; Gestão e financiamento da educação: o que mudou na escola? Financiamento da educação: política, mobilização de recursos e programas para o ensino fundamental; O financiamento da educação básica: do Fundef ao Fundeb; Sistema Nacional de Educação: financiamento, valorização dos profissionais da educação básica e perspectivas do PNE (2011-2020); Política educacional: gestão e qualidade do ensino (Org.); Política de valorização docente e o piso salarial profissional nacional: a rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte;	Gestão educacional e descentralização financeira nos anos 1990; Políticas de financiamento para o Ensino Fundamental; Financiamento da Educação Básica e a política de fundos; PNE/SNE (2011-2020); Política e gestão educacional; Piso salarial e valorização docente – estudo de caso; Remuneração docente

			Fundef e Fundeb: efeitos na matrícula e na remuneração dos professores municipais de Natal/Rio Grande do Norte (2005-2010).	no contexto do Fundef e Fundeb – estudo de caso.
FRANCO, Armando Cesar	2009	01	Utilização da indústria de energia elétrica para financiar a educação com vistas ao desenvolvimento econômico: uma proposta para o Brasil.	Indústria de energia elétrica e financiamento da educação.
FREI, Fernando	Coautor/2006	01	Os efeitos do caráter indutor do Fundef.	Fundef.
FREIRE, Rita	2000	01	Municipalização agrava a crise do ensino.	Municipalização do ensino.
FRINHANI, Paulo Eduardo	2011	01	Educação e desigualdades regionais: os impactos do Fundeb no Brasil.	Fundeb.
FURTADO, Patrycia Byanca	2010	01	O Fundef e o Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina: rupturas e intersecções.	Fiscalização do Fundef pelo tribunal de contas.
GABROWSKI, Gabriel.	Coautor/2012	01	Financiamento da educação básica e profissional.	Financiamento da Educação Básica e profissional.
GADOTTI, Moacir	1989; Org./1993; Org./1997.	03	Dívida externa e educação; Município e educação; Autonomia da escola: princípios e propostas.	Dívida externa e educação; Municipalização do ensino; Gestão e autonomia da escola.
GAMA, Sônia Maria Fonseca	2008	01	Financiamento da educação no campo na Amazônia paraense: uma análise dos investimentos do Ministério da Educação no estado do Pará.	Financiamento da educação no campo – estudo de caso.
GAMINI, Juliana Mary Motta	2002	01	O Fundef e o custo-aluno;	O custo-aluno no contexto do Fundef.
GANZELI, Pedro	Coautor/2001	01	O processo de municipalização do ensino fundamental da primeira à quarta série em Piracicaba.	Municipalização do ensino – estudo de caso.
GARCIA, Sinara Amelia Goncalves e	2011	01	Gestão democrática e controle social: a instituição do conselho estadual de acompanhamento e controle social do FUNDEB no estado de Santa Catarina.	Gestão democrática e controle social do Fundeb – estudo de caso.
GARCIA, Teise	Coautor/2005a; Coautor/2005b; Orgs./2008.	03	O programa dinheiro direto na escola: estudos de dois casos paulistas; O programa dinheiro direto na escola e a gestão escolar; Políticas educacionais e organização do trabalho na escola (Orgs.).	PDDE; Políticas e gestão educacionais.
GARCIA, Walter E.	2002	01	Federalismo e gestão educacional no Brasil: notas para debate.	Federalismo e gestão educacional.
GASPAR, Maria de Lourdes Ribeiro	2010	01	Os impactos do Fundeb na educação infantil brasileira;	Financiamento da Educação Infantil.
GEMAQUE, Rosana	Coautor/2000;	07	Impactos do Fundef na	Financiamento do

Maria Oliveira	2004a; 2004b; Coautor/2006; 2007; 2011; Coautor/2012.		composição das matrículas no Estado do Pará; A proposta de criação do Fundeb e sua relação com os estudos sobre os impactos do Fundef na educação do Estado do Pará; Financiamento da educação. O Fundef na educação do Estado do Pará: feitos e fetiches; O Fundef na Educação do Estado do Pará: feitos e fetiches; Políticas de financiamento e direito à educação básica: o Fundef e o Fundeb; Financiamento da educação nos sistemas de ensino e o controle social dos recursos no Estado do Pará; Os efeitos da política de focalização no ensino fundamental (Fundef) no financiamento do ensino médio no Estado do Maranhão no período de 1996 a 2006.	Ensino Médio – estudo de caso; Fundeb; Fundef; Controle social dos recursos do Fundef – estudo de caso.
GIÁCIO, Mônica	Org./2001	01	Guia de consulta para o programa de apoio dos Secretários Municipais de Educação – PRASEM II (Orgs.).	Gestão municipal do ensino público – guia de consulta.
GIL, Juca-Pirama Camargo	1998; 2007.	01	Descentralização político-administrativa e municipalização do ensino.	Descentralização do ensino.
GILIOLI, Renato de Sousa Porto	Coautor/2005; Coautor/2006.	02	O Prouni na encruzilhada: entre a cidadania e a privatização; Prouni: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?	Prouni.
GIUBILEI, Sonia	Org./2001	01	Descentralização, municipalização e políticas educativas.	Descentralização da educação pública – estudo de caso.
GOMES NETTO, João Batista F.	Coautor/1993	01	Investimentos autofinanciáveis em educação.	Autofinanciamento em educação.
GOMES, Ana Valeska Amaral	2009	01	Custo aluno qualidade.	CAQ.
GOMES, Angela de Castro Correia	2011	01	Políticas públicas de financiamento da educação básica: uma análise da aplicação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), no período 2007-2010, em Guajará Mirim, RO.	Fundeb.
GOMES, Antônio do Desterro	2009	01	Valorização do magistério: repercussões, impasses e perspectivas;	Valorização do magistério.
GOMES, Cândido	1988a;	30	Educação especial no Brasil:	Financiamento da

Alberto	1988b; 1989; 1991; 1992a; 1992b; Org./1992c; 1992d; 1994a; 1994b; 1994c; Coord./1995; Coautor/1996a; 1996b; Coautor/1996c; 1998; Org./1998; 2000a; Coautor/2000b; 2001a; Coautor/2001; Coautor/2003a; Coautor/2003b; 2004; Coautor/2005; 2007; Coautor/2007; Coautor/2008a; 2008b; 2010.	perfil do financiamento e das despesas; Os CACS e as raízes sociopolíticas brasileiras; -Intenções e realizações do financiamento federal da educação brasileira; Custos da alfabetização de jovens e adultos: o Programa da Universidade Católica de Brasília – (Coord.); João Calmon: batalhador da educação – (Org.); O financiamento da educação brasileira: uma revisão da literatura; Reforço escolar: gastos e desigualdades sociais; Democratização e financiamento da educação profissional: uma provocativa experiência; Financiamento e custos da educação infantil ou a corda arrebenta do lado mais fraco; Financiamento e descentralização da educação no Cone Sul e na Península Ibérica; Financiamento e equidade; Manutenção e desenvolvimento do ensino: propostas para a reformulação da Lei 7.348/85; O Plano Nacional de Educação e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: o que a pesquisa sobre rendimento escolar tem a dizer? Os caminhos e descaminhos dos recursos financeiros em educação; Os quatro anos da Emenda Calmon: qual seu impacto? Quando custará o novo ensino médio? Contribuição de um estudo de caso do Distrito Federal; Quanto custa a expansão do ensino médio; Regime de colaboração intergovernamental: alternativa para a maioria do ensino médio; Relações entre Estados e Municípios: um elo esquecido no financiamento educacional; Transferências intergovernamentais no ensino fundamental: critérios e processos decisórios;	Educação Especial; Os CACS e o controle social dos gastos público; Financiamento da Educação de Jovens e Adultos; Financiamento, da educação, equidade e desigualdades sociais; Financiamento da Educação Profissional; Financiamento da Educação Infantil; Descentralização do financiamento da educação; O financiamento da educação no contexto da Lei nº 7.348/85; PNE e a LDBEN nº 9.394/96; A Emenda Calmon; Financiamento da educação no contexto do federalismo e regime de colaboração; As pesquisas sobre o financiamento da educação brasileira; Expansão e financiamento do ensino médio; Impactos do Fundef; O financiamento do ensino público e redução das desigualdades sociais; A relação custo-benefício na oferta da Educação Básica; O financiamento da educação no contexto da LDBEN nº
---------	---	--	---

			Coletânea da bibliografia sobre o financiamento da educação no Brasil, do programa de pesquisa em financiamento da educação no Brasil: o estado da arte; O financiamento do ensino médio público ao nível escolar: o patinho feio ainda à espera de se tornar cisne; Financiamento do ensino médio: transparência ou opacidade? O elo (às vezes perdido) da gestão: estudos de caso sobre resultados iniciais do Fundef; Recursos financeiros: indispensáveis, mas não suficientes- um estudo de caso do FUNDEF; O financiamento de ensino público no Brasil: uma perspectiva político-econômica; Qualidade, eficiência E equidade na educação básica (Org.); A nova LDB: uma lei de esperança (Org.).	9.394/96.
GOMES, Sandra Cristina	2008; 2009.	02	Fatores explicativos das diferentes estratégias de municipalização do ensino fundamental nos governos subnacionais do Brasil (1997-2000); Políticas nacionais e implementação subnacional: uma revisão da descentralização pós-Fundef.	Municipalização do Ensino Fundamental; Descentralização financeira da educação.
GONÇALVES, Demétrius	2002	01	Eficiência e equidade na alocação de recursos públicos no ensino superior: uma análise do caso Uemg.	Financiamento da Educação Superior – estudo de caso.
GONÇALVES, Francisco William	Coautor/2004	01	O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como política educacional do estado contemporâneo.	PDDE.
GONÇALVES, Maria Dativa S.	Coautor/2003	01	A presença do Banco Mundial e do Banco Interamericano no financiamento do ensino fundamental e médio na Rede Estadual de Ensino do Paraná.	Financiamento da educação pelos organismos internacionais.
GONÇALVES, Renaldo Antônio	1996; 1998; 2006.	03	Uma avaliação do financiamento da educação: o Estado de São Paulo de 1988 a 1992; O financiamento da educação: um sistema em desequilíbrio; Educação e federalismo no Brasil.	O financiamento da educação (1988-1992) – estudo de caso; Sistema de financiamento da educação no contexto do federalismo.

GONÇALVES, Ruth Prestes	Orgs./2010	02	As políticas públicas educacionais: visões críticas na atualidade.	Políticas educacionais.
GONZALEZ, Roseli Kubo	Coautor/2012	01	Financiamento da educação especial no Brasil na arena do público e do privado.	O público e o privado na Educação Especial.
GOUVEIA Barbosa	Coautor/2001a ; Org./2001b; 2002; 2003; Coautor/2004; Coautor/2005; 2006a; 2006b; Org./2006c; Coautor/2006d ; 2008a; 2008b; 2008c; 2009a; Coautor/2009b ; Coautor/2010; Coautor/2011; Coautor/2012; Org./2013; Coautor/2014.	20	A implantação e os impactos do FUNDEF no Estado do Paraná; Condições do trabalho docente, ensino de qualidade e custo-aluno; Avaliação da política educacional municipal: em busca de indicadores de efetividade nos âmbitos do acesso, gestão e financiamento; Financiamento da educação e o município na federação brasileira; O financiamento da educação em municípios da região metropolitana de Curitiba- PR; Orçamento participativo, controle social e o Poder Público Municipal: a experiência de União da Vitória/PR – (1997-2000); Partidos políticos e trajetórias da política educacional municipal: um estudo sobre a administração do PFL em Curitiba e do PT em Londrina; Políticas e financiamento na EJA: as mudanças na política de financiamento da educação e possíveis efeitos na EJA; Financiamento da educação no Brasil: Fundef e Fundeb; O gasto aluno-ano no Paraná (Brasil) e a situação de financiamento da educação nas regiões metropolitanas do Estado; Desafios atuais para o financiamento de uma educação de qualidade; O Fundef e a democratização da educação básica no Paraná; O Fundef no Paraná: reflexões sobre os impactos na oferta e no financiamento educacional; Perspectivas e desafios no debate sobre financiamento e gestão da educação: da Conae ao novo PNE; Revisitando a questão da natureza e da prática dos Conselhos de Acompanhamento e Controle	Impactos do Fundef nos municípios Os fundos contábeis e o financiamento da educação; Custo aluno-ano-qualidade Políticas e gestão do financiamento da educação, em contexto do federalismo; Orçamento participativo e controle social –estudo de caso; Política educacional sob influência da política partidária – estudo de caso; Política de financiamento na Educação de Jovens e Adultos; Custo-benefício na política de financiamento da educação; Conae/PNE (2011-2020); Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CACCS) do Fundef; Políticas e gestão do financiamento da educação, em contexto do federalismo; PNE; Accountability.

			Social (CACS) do Fundef no Estado do Paraná; Conselhos do Fundef no Paraná: perfil, natureza e prática; O financiamento da educação e o Fundef no Paraná (Org.); Conversas sobre financiamento da educação no Brasil (Org.); Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil (Org.) E-book – IV Seminário de Educação Brasileira: PNE em foco: Políticas de responsabilização, regime de colaboração e sistema nacional de educação (Org.).	
GOVEIA, Luana.	2009	01	Ensino superior público e privado no Brasil e no Chile desde as reformas educacionais de 1968 e de 1981 até a década de 2000: financiamento, acesso e desigualdade.	Reformas educacionais no ensino superior.
GRABOWSKI, Gabriel.	Coautor/2003; 2010.	02	Formulação das políticas de financiamento da educação profissional no Brasil: levantamento dos organismos financiadores da educação profissional; Financiamento da educação profissional no Brasil: contradições e desafios.	Financiamento da educação pelos organismos internacionais; Financiamento da Educação Profissional
GRACINDO, Regina Vinhaes	Coords./2001	01	O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil: 1991 a 1997.	Política e gestão da educação no Brasil – o estado da arte.
GREMAUD, Amaury Patrick	Coautor/2004	01	Sistema brasileiro de financiamento à educação básica: principais características, limitações e alternativas.	Sistema de financiamento da Educação Básica.
GUEDES, Gilmar Barbosa	2002	01	A caixa escolar como indutora da descentralização financeira: uma reflexão sobre a Caixa como entidade de direito privado no município de Natal.	Descentralização financeira da Educação Básica.
GUERREIRO, Telma	Coautor/2000	01	Impactos do Fundef na composição das matrículas no Estado do Pará.	Impactos do Fundef – estudo de caso.
GUIMARÃES, André Rodrigues	Coautor/2011	01	Política de financiamento da educação superior brasileira: um balanço crítico da produção escrita no período de 1996 a 2009.	Financiamento da Educação Superior.
GUIMARÃES, José Luiz	1998; 1999a; Mimeo./1999b; Coautor/2001; 2004;	07	Sobre o financiamento no Plano de Desenvolvimento da Educação; A demanda pela educação infantil e os recursos	Plano de desenvolvimento da educação;

	Coautor/2006; Coautor/2008.		disponíveis para o seu financiamento; A municipalização do ensino fundamental e o impacto da Emenda Constitucional n. 14 sobre os municípios paulistas; Alguns impactos do Fundef: apontamentos e incertezas após a sua implantação; As vulnerabilidades do Fundef: conjecturas a partir da sua implantação no Estado de São Paulo; O impacto da implantação do Fundef para a educação infantil; Os efeitos do caráter indutor do Fundef no Estado de São Paulo: os casos dos municípios de Canitar e Pedrinhas Paulista;	Financiamento da Educação Infantil; Impactos do Fundef nos territórios.
GURGEL, Rogério Fernandes	2006; 2012.	02	A (des)valorização do magistério potiguar nos anos de 1990: mapeando restrições na carreira e remuneração dos professores da educação básica; Trabalho docente: políticas de financiamento da carreira e da remuneração dos professores da educação básica de sistemas públicos de ensino.	Carreira e remuneração dos professores.
GUSSO, Divonzir Arthur	1989; 1994.	02	Financiamento externo para a educação: padrões e conflitos na experiência brasileira; Educação Infantil: questões básicas para o seu financiamento;	Financiamento da educação pelos organismos internacionais; Financiamento da Educação Infantil.
GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães	2005; Coautor/2006; 2010.	03	A política de municipalização do ensino fundamental no estado do Pará e suas relações com a reforma do estado; Financiamento da educação nos sistemas de ensino e o controle social dos recursos no Estado do Pará; A municipalização do ensino no município de Altamira/PA e suas implicações para a democratização educacional.	Municipalização do Ensino Fundamental Controle social dos recursos para a educação.
HADDAD, Sérgio	Org./1996; Org./1998-2ª ed.	02	O Banco Mundial e as políticas educacionais;	Financiamento da educação pelos organismos internacionais.
HAGE, Salomão Mufarrej	2000	01	As políticas educacionais no Governo Fernando Henrique Cardoso.	As políticas educacionais em períodos de governos.
HALLAK, Jacques	Coautor/2010	01	Descentralização do sistema educacional: desafios do ponto de vista da transparência e da	Accountability.

			accountability.	
HELENE, Otaviano	2004; 2013a; 2013b.	03	Comentários sobre o financiamento do ensino superior; Financiamento da Educ. pública; Um diagnóstico da educação brasileira e de seu financiamento.	Financiamento do Ensino Superior; Avaliação diagnóstica sobre o financiamento da educação pública.
HERGER, Natalia	Coautor/2010	01	Deuda social con la educación de personas jóvenes y adultas: estimación de recursos necesarios.	Financiamento para a Educação de Jovens e Adultos.
HEY, Ana Paula	Coautor/2006	01	Prouni: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?	Prouni.
HIZIM, Luciano Abrão	2003	01	A desconcentração do financiamento da educação: o caso dos conselhos escolares na rede municipal de educação de Goiânia.	Conselhos escolares e controle social dos gastos.
IRFFI, Guilherme	Coautor/2011	01	Análise da eficiência técnica dos gastos com educação, saúde e assistência social dos municípios cearense.	Planejamento e gestão dos gastos públicos.
JANNUZZI, Paulo de Martino	Coautor/2008	01	Eficiência dos gastos municipais em saúde e educação: uma investigação através da análise envoltória no estado do Rio de Janeiro.	Planejamento e gestão dos gastos públicos.
JARDILINO, José Rubens Lima	2003; 2006.	02	A questão do financiamento da universidade brasileira; setores público e privado numa equidade de sistemas; Educação e financiamento. Duas décadas de social democracias no Brasil.	Financiamento do ensino superior; Financiamento da educação em períodos de governo.
JARDIM, Karolina da Silva Miranda	2010a; 2010b	02	Mudanças no financiamento da educação no Brasil e na Argentina nos anos 1990; Relações federativas no repasse de recursos à educação na Argentina: o sistema de coparticipação federal de impostos.	Financiamento da educação no contexto das legislações dos anos 1990.
JESUS, Wellington Ferreira de	2007a; 2007b; 2008; 2010; 2011; 2012; 2013; Coautor/2014.	08	“Despesa sagrada”: estudo sobre a vinculação de verbas para a educação nas Constituições brasileiras de 1934 e 1946; A política de fundos constitucionais no contexto da educação básica no Brasil: origens, contradições e perspectivas; Do discurso da valorização à realidade da precarização: os profissionais da educação no contexto do Fundef e do Fundeb;	Financiamento da educação nos marcos da legislação educacional; A política de fundos contábeis no financiamento da Educação Básica; A política de fundos e a valorização dos profissionais da educação;

			A evolução dos recursos federais nos programas de transporte escolar: impactos na educação básica; O “problema nacional”: a história de uma emenda que transformou o financiamento da educação no Brasil; O financiamento da educação infantil não é brincadeira de criança: entre a ausência no Fundef e a insuficiência do Fundeb? Vinculação de recursos para a educação e a UDN; Do valor/aluno/ano ao custo-aluno-qualidade-inicial: o controle social na consolidação dos fundos constitucionais como política de Estado.	FNDE e o financiamento macro da Educação Básica; Financiamento da educação nos marcos da legislação educacional; Financiamento da Educação Infantil na política de fundos; Verbas para a educação e a disputa pelo orçamento público; CAQi; Controle social dos fundos públicos.
JORGE, Elias Antonio	1991	01	Uma questão de educação política: a submissão do poder legislativo e o imperial poder do executivo na execução orçamentária.	Execução orçamentária.
KAEFER, Maria Teresinha Verle	2009	01	Da intenção à ação: avanços e retrocessos na educação de jovens e adultos na rede estadual de ensino no RS, no período de 1999-2008.	Políticas para a Educação de Jovens e Adultos.
KALAM, Roberto Jorge Abou	2013	01	Orientações centrais das políticas educacionais e seus impactos sobre a administração dos recursos financeiros da escola.	Descentralização e financiamento da educação.
KANG, Thomas H.	2011	01	Descentralização e financiamento da educação brasileira: uma análise comparativa, 1930-1964;	Descentralização e financiamento da educação.
KAULING, Flavio Augusto Serra	2012	01	Fontes de financiamento em universidades públicas: uma análise comparada da Universidade Federal de Santa Catarina e da University of Massachusetts Amhers.	Financiamento das universidades públicas.
KLEIN, Sylvie Bonifacio	2011	01	Ensino fundamental de nove anos no município de São Paulo: um estudo de caso.	Ensino fundamental com duração de nove anos.
KNOOP, Márcia	Coautor/2003	01	Efeitos e impacto do Fundef na rede municipal de ensino de Salvador.	Fundef.
KOSLINSKI, Mariane Campelo	2000	01	O processo de implementação de políticas sociais descentralizadas: o estudo do Fundef.	Fundef.
KRAMER, Sônia	1989	01	Política de financiamento para creches e pré-escolas: razões políticas e razões práticas.	Política de financiamento para Educação Infantil.

LACZYNSKI, Patrícia	2003; 2004.	02	Fundef e seus impactos nos municípios: um estudo em dois municípios do estado de São Paulo; A influência do Fundef no processo de municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo.	Impactos do Fundef nos territórios; Municipalização do Ensino Fundamental – estudo de caso.
LAGARES, Rosilene	1998	01	Educação municipal, descentralização política: a experiência de Ponte Alta do Tocantins.	Descentralização da educação – estudo de caso.
LAMARÃO, Marco Vinícius Moreira	2013	01	O Conselho do Fundeb no município de Itaboraí e a democracia da terceira via: uma análise crítica.	Controle social e o conselho do Fundef.
LARA, Ângela Mara de Barros	Coautor/2011	01	O Fundeb e a gestão escolar no Brasil: uma análise das categorias políticas presentes nessa relação.	Fundeb.
LARA, Regina Móvio de	2001	01	Fundef: o que é? Qual a sua origem? Qual a sua forma de operacionalização?	Fundef.
LAUGLO, Jon	1997	01	Crítica às prioridades e estratégias do Banco Mundial para a educação.	Formulação das políticas para a educação pelos organismos internacionais.
LAVINAS, Lena	Coautor/2000	01	Combater a pobreza estimulando a frequência escolar: o estudo de caso do Programa Bolsa-Escola do Recife.	Programa Bolsa-Escola
LEAL, Maria Cristina	1990	01	Os (des)mandos do clientelismo de estado sobre os recursos públicos da educação de 1º e 2º graus.	Financiamento da educação de 1º e 2º graus.
LEITE, Maria Iza Pinto de Amorim	2001; 2002; 2004; 2005.	04	Fundef: uma avaliação preliminar; Fundef: vitórias em Conquista; Impactos do Fundef: estudo de caso da rede municipal de educação de Vitória da Conquista; Seis anos de Fundef: avaliação e recomendações	Fundef.
LEITE, Maria Thereza Lopes	2000	01	Financiamento da educação no Brasil.	Financiamento da educação.
LIBÂNEO, José Carlos	Coautor/2012	01	Educação escolar: políticas, estrutura e organização.	Política, estrutura e organização educacional.
LIMA JÚNIOR, Fonte de	2011	01	Ordenamento institucional na gestão do ensino médio público no Distrito Federal.	Gestão do ensino médio público nos territórios.
LIMA, Antonio Bosco de	2001	01	Conselhos municipais na educação: perspectivas de democratização das políticas educacionais.	Participação e controle social dos conselhos.
LIMA, Ecilamar Maciel	1990	01	Recursos de ordem constitucional para o sistema de	Emenda Calmon.

			ensino. Estudo de Caso: Verificação do cumprimento da Emenda Constitucional n. 24/1983 no âmbito da esfera federal.	
LIMA, Fabio Menani Pereira	2008	01	Financiamento público da rede estadual paulista de ensino fundamental no contexto do Fundef (1996-2006).	Fundef.
LIMA, Francisca das Chagas.	Coautor/2011	01	Alguns problemas do financiamento da educação básica brasileira: limites estruturais ao planejamento educacional recente.	Planejamento e gestão educacional da educação básica.
LIMA, Liana Silva de Almeida	2012	01	Impactos das políticas públicas de financiamento da educação em Rondônia no período de 2003-2010: o caso de uma escola de ensino médio de Porto Velho.	Impactos da política de fundos nos territórios.
LIMA, Maria José Rocha	Orgs./2005; Orgs./2006.	01	Fundeb. Dilemas e Perspectivas; Fundeb: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação: avanços na universalização da educação básica.	Fundeb.
LIMA, Maria Cristina de Brito	2008	01	Racionalização do gasto público: uma aposta no custo/benefício da educação básica sob o regime da concessão.	O estatal, o público e o privado sob o regime de concessão.
LIMA, Maria Luiza Costa Sampaio	2010	01	A passagem do Fundef para o Fundeb em um município de Goiás.	Impacto da política de fundos nos territórios.
LIMA, Osmarina Guimarães de	Org./2010	01	As políticas públicas educacionais: visões críticas na atualidade.	Políticas públicas educacionais.
LIMA, Ricardo Sequeira Pedroso de	Coautor/2014	01	Teoria econômica e problemas com remuneração de professores por resultados.	Accountability – política de responsabilização.
LIMA, Ubirajara Couto	2009	01	As práticas de participação institucionalizadas e sua relação com a cultura política: um estudo sobre o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb.	CACS – conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb.
LIMONTI, Rogério Machado	Coautor/2014	01	Políticas de fundos na educação e desigualdades municipais no estado de São Paulo: uma análise a partir das arena políticas de Löwi.	Política de fundos na educação e desigualdades nos territórios.
LO BELLO, Maria de Fátima Lima	1989; 1996; 1999.	03	O Salário-Educação no Estado de São Paulo: 1965 a 1985; Alguns aspectos da quota federal do salário-educação;	Salário-Educação.
LOPES, Paulo	2005	01	Fundo de apoio à pesquisa na educação básica: aplicação de	Financiamento da pesquisa em educação.

			recursos públicos na valorização do professor.	
LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro	Coautor/2005	01	Finanças públicas, renúncia fiscal e o Prouni no Governo Lula.	Prouni.
LORD, Lucio	2008	01	Financiamento do transporte escolar e a questão das zonas rurais no Brasil.	FNDE e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNAT).
LOUREIRO, João de Jesus Paes	1999	01	Descentralização, municipalização e Fundef no Pará.	Fundef.
LOUREIRO, Walderes Nunes	1993; Coautor/2009	02	Escolas conveniadas: condições de ensino e privatização de recursos públicos. Autonomia na gestão de recursos, uma experiência pioneira no país.	Privatização dos recursos públicos para as escolas conveniadas; Autonomia e gestão dos recursos públicos.
LOURENÇO, Francielli de Souza	Coautor/2009	02	O impacto da implantação do Fundef na educação infantil no município de Campo Grande/MS (1997 a 2000).	Impacto do Fundef na Educação Infantil.
LUCE, Maria Beatriz	Coautor/1998; Coautor/1999; Coautor/2002; Coautor/2013.	04	Financiamento da educação infantil e do ensino fundamental nos municípios do Rio Grande do Sul: estudo das fontes e usos dos recursos e dos custos educacionais; Custos educacionais: notas metodológicas de uma revisão da legislação e da literatura brasileiras; O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério no Rio Grande do Sul: acompanhamento e avaliação do impacto; Financiamento da educação e responsabilidades federativas: 25 anos de agenda constituinte.	Financiamento da Educação Infantil nos territórios; Financiamento do Ensino Fundamental nos territórios; Pesquisa em financiamento da educação – revisão da legislação e da literatura; Impactos do Fundef nos territórios; Federalismo e regime de colaboração entre os entes federados.
LUDKE, Menga	1992	01	Recursos, autonomia, qualidade de ensino e pesquisa.	Pesquisa em financiamento da educação.
LUZ, Liliene Xavier	2004	01	O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como política educacional do estado contemporâneo;	PDDE
MACEDO, Lenilda Cordeiro de	Coautor/2011	01	A política de financiamento da educação no Brasil e a educação infantil.	Política de financiamento da Educação Infantil.
MACHADO JÚNIOR, Sâris Pinto	Coautor/2011	01	Análise dos gastos com a educação, saúde e assistência social dos municípios cearenses.	Gastos sociais nos territórios.
MACHADO, Érica	2011	01	A atuação do legislativo no processo de formulação da	Legislações educacionais;

			legislação educacional no governo Lula: um estudo da tramitação das propostas que resultaram nas Emendas Constitucionais 53/06 e 59/06.	A inclusão da Educação Infantil e do Ensino Médio no Fundeb.
MACHADO, Gilmar	Mimeo./2001	01	Relatório final da Subcomissão Especial para análise de irregularidades do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef.	Auditoria do Fundef – Câmara dos Deputados.
MACHADO, Haddad Simões	Coautor/2011	01	Política de financiamento da educação superior brasileira: um balanço crítico da produção escrita no período de 1996 a 2009.	Pesquisa do financiamento da Educação Superior.
MACHADO, Jarbas de Paula	2010	01	Piso salarial profissional nacional do magistério: conflitos e limites de sua implantação na rede pública estadual de Goiás.	Piso salarial nacional do magistério.
MACHADO, Laêda Bezerra	2000	01	O Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef): suas implicações no contexto da educação básica.	Fundef.
MACHADO, Lourdes Marcelino	Org./1998; Org./2002.	02	Nova LDB: trajetória para a cidadania; Política e gestão da educação.	LDBEN nº 9.394/96; Política e gestão da educação.
MACHADO, Maria Aglaê de Medeiros	2002	01	A gestão da educação básica na perspectiva do regime de colaboração: algumas notas.	Gestão da educação básica no contexto do federalismo.
MACHADO, Maria Goreti Farias	Coautor/2006; 2007; Coautor/2010; 2012.	04	O custo das escolas públicas municipais: resultados de uma pesquisa e implicações políticas; A proposta do Fundeb do executivo federal: interlocuções na formulação da política; Fundeb e Fundef: trânsito entre duas políticas de financiamento da educação pública brasileira; A promoção da accountability na fiscalização de municípios do Rio Grande do Sul: a atuação do TCE na implementação do Fundeb de 2007 a 2009.	O custo das escolas públicas municipais; Políticas de financiamento da educação básica; Accountability; Fiscalização e atuação do tribunal de contas.
MACHADO, Vera Lúcia de C.	Coautor/2009	01	Trabalhando com as fontes para a construção do conhecimento sobre o financiamento do ensino superior.	Produção do conhecimento sobre o financiamento da Educação Superior.
MACIEL, Willians Kaizer dos Santos	2009	01	Metodologia para o cálculo do indicador “Investimento Público em Educação em relação ao PIB”.	PIB e investimento em educação
MAFASSIOLI,	2011	01	Plano de ações articuladas: uma	Assistência técnica e

Andreia da Silva			avaliação da implementação no município de Gravataí/RS.	financeira do MEC/FNDE.
MAGALHÃES, Ana Lúcia F.	Coautor/2006	01	Quanto custa a educação básica de qualidade?	Custo-aluno-ano.
MAGALHÃES, Elizete Aparecida de	2010	01	Custo do ensino de graduação em instituições federais de ensino superior: o caso da Universidade Federal de Viçosa.	Custo das instituições federais de ensino superior.
MAGNO, Michelle Feitosa	2008	01	Estado, direito e políticas públicas: um estudo sobre a incidência normativa na educação superior a partir da Constituição federal de 1988.	Estado, direito e políticas públicas.
MALDI, R. M. N.	Coautor/2003	01	O financiamento do ensino médio público ao nível escolar: o patinho feio ainda à espera de se tornar cisne.	Financiamento do Ensino Médio.
MALNIC, G.	Org./2006	01	Ensino superior: conceito e dinâmica.	O financiamento do ensino superior.
MANCEBO, Deise	2004a; 2004b.	02	“Universidade para todos”: a privatização em questão; Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento.	A mercantilização e o processo de privatização do ensino superior.
MANDEL, Lúcia Mara	1999	01	Financiamento e descentralização do ensino fundamental: a implantação do Fundef no Estado de São Paulo.	Financiamento e descentralização do ensino fundamental.
MARINOT, Marcio Batista	2001	01	A influência do controle externo exercido pelo TCE-ES na aplicação dos recursos municipais do FUNDEF.	Fiscalização e atuação do tribunal de contas.
MARQUES, Antônio Emílio Sendim.	Coautor/1988; 1991; Coautor/1994; 1995a; 1995b.	05	Custo direto de funcionamento das escolas públicas de 1º grau da região sul; Despesas governamentais com educação, 1986-1990; Um retrato das finanças da educação no Paraná; Por que não se consegue municipalizar o ensino básico: recursos financeiros e leis não são suficientes? O custo/aluno: tornando fácil um tema difícil.	Financiamento do ensino de 1º grau; Custos com a educação em governos federais, 1986-1990; Custos com a educação nos municípios; Descentralização financeira e municipalização da educação básica; Custo-aluno.
MARQUES, Lilian Danyi	2009	01	Gestão democrática dos recursos descentralizados na escola pública (estado de São Paulo).	Descentralização financeira e gestão democrática.
MARQUES, Paulo Marcello F.	Coautor/2003; Coautor/2005;	02	Fontes de financiamento das instituições federais de ensino superior: um estudo sobre a Universidade de Brasília; Recursos próprios da UNB, o	Financiamento dos Ifes; Reformas universitárias.

			financiamento das IFES e a reforma da Educação Superior;	
MARQUEZ, Christine Garrido	2006	01	O Banco Mundial e a educação infantil no Brasil.	Políticas para a Educação Infantil e Banco Mundial.
MARTINS, Ângela Maria	Org./2004	01	Descentralização do Estado e municipalização do ensino: problemas e perspectivas.	Descentralização do estado e municipalização do ensino.
MARTINS, Adelina M.	Coautor/2001	01	O financiamento da municipalização do ensino no município de São Paulo.	Municipalização do ensino.
MARTINS, Elita B. de Andrade	2000	01	Autonomia financeira e participação: contribuições para a discussão sobre escola democrática.	Autonomia financeira e gestão democrática.
MARTINS, Paulo de Sena	1997; 1998; 1999; 2000a; 2000b; 2001a; 2001b; 2001c; 2001d; 2002a; 2002b; 2002c; 2004a; 2004b; 2004c; 2005a; 2005b; 2005c; 2005d; 2008a; 2008b; 2008c; 2008d; 2009a; 2009b; 2009c; 2010; 2011a; 2011b; 2012; 2013a; 2013b; 2013c; Coautor/2013d; 2014a; 2014b; 2014c; 2014d.	38	A guerra estatística na educação brasileira; A história do PNE e os desafios da nova lei; A universidade pública e gratuita e seus inimigos; Educação e reforma tributária; O Plano Nacional de Educação na Câmara dos Deputados: por um PNE já; O financiamento da educação básica no Plano Nacional de Educação; A política das políticas educacionais e seus atores; Financiamento da educação no município; Financiamento da educação: políticas de responsabilização e regime de colaboração a partir do Federalismo brasileiro; Fundeb: passado, presente e futuro do mecanismo central de financiamento da educação básica brasileira; Assistência Educacional nos Estabelecimentos Penais; O pré-sal e a educação; Financiamento da educação infantil: o Fundeb é a solução? Planejamento educacional e federalismo no Brasil: negociação federativa e execução de políticas educacionais; A legislação do Fundeb; A União e a aplicação dos recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino; Financiamento da educação básica: critérios, conceitos e diretrizes; Financiamento da educação e	PNE; A guerra estatística na educação brasileira; Universidade pública e gratuita; Educação e reforma tributária; Políticas educacionais e seus atores; Municipalização da educação; Federalismo e regime de colaboração; Accountability: políticas de responsabilização; Assistência educacional nos estabelecimentos penais; O pré-sal e a educação; Financiamento da educação infantil no contexto do Fundeb; Planejamento educacional e federalismo; A legislação do Fundeb; Transferência de recursos da União para

			receitas da União: vinculação, desvinculação e re-vinculação; Financiamento da educação no município2; Financiamento e gestão no PNE; Fiscalização do Fundef; Fundeb – Análise da PEC no. 415/05; Fundeb, federalismo e regime de colaboração; Fundef, Fundeb e a Federação; O controle social na fiscalização da aplicação dos recursos do Fundeb; O financiamento da educação básica como política pública; O financiamento da educação básica na Proposta de Plano Nacional de Educação; O financiamento da educação básica por meio de fundos contábeis: estratégia política para a equidade, a autonomia e o regime de colaboração entre os entes federados; O financiamento da educação e a constituição de 1988: a vinculação de recursos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino; O financiamento da educação no legislativo; O Fundeb em funcionamento: critérios, diretrizes, conceitos; O Fundeb e as escolas comunitárias, filantrópicas, confessionais e de educação especial; Os nós do financiamento à educação; Recursos do Fundeb: suficientes para melhorar a educação nacional? Reforma tributária e impactos no financiamento da educação; Como seria o financiamento de um Sistema Nacional de Educação na perspectiva do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.	a educação; Política de financiamento da Educação Básica; Controle social na fiscalização do Fundef; Fundeb; Federalismo e regime de colaboração; Financiamento da educação na Constituição de 1988 Financiamento da educação e reforma tributária; Sistema Nacional de Educação.
MARTINS, Ricardo Chaves de Rezende	2010	01	O poder legislativo e as políticas públicas educacionais no período 1995-2010;	O poder legislativo e as políticas educacionais.
MATEUS, Douglas Predo	2008	01	A efetividade do direito à educação no Brasil e Mercosul. O tratado de Assunção e a educação.	Direito à educação e o Tratado de Assunção.
MATOS, Antonio Newton Soares e.	2001	01	Fundef: fiscalização e controle social	Fiscalização e controle social do Fundef.

MATTOS, Pedro Enlinson	Coautor/2011	01	Uma análise da eficiência nos gastos em educação fundamental para os municípios paulistas.	Gastos com a educação fundamental nos municípios paulistas
MATTOS, Pedro Lincoln	1990	01	Avaliação e alocação de recursos no ensino superior federal.	Financiamento do ensino superior federal.
MAZDA, Edenir	Coautor/2009	01	Bicho de sete cabeças: para entender o financiamento da educação brasileira.	O sistema de financiamento da educação brasileira.
MAZZIONI, Lizeu	2001	01	Política municipal de educação: o caso de Chapecó.	Municipalização da educação
MEDEIROS, Luciene das Graças Miranda	2012	01	O Reuni uma nova regulação da política de expansão da educação superior: o caso da UFPA.	Política de expansão da Educação Superior – Reuni.
MEIRELES, Laura Emília de Carvalho	2005	01	O controle social do FUNDEF em municípios recém emancipados do Piauí.	Controle social do Fundef.
MELCHIOR, José Carlos de Araújo	1988a; 1988b; Coautor/1988c ; 1989a; 1989b; 1989c; 1989d; 1991a; 1991b; 1993a; 1993b; 1993c; 1994; 1997; 1998; 2011.	16	Fontes de recursos financeiros para a educação no Brasil: captação e aplicação; Algumas políticas públicas e o financiamento da educação na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Alguns aspectos do financiamento do ensino de 2o. Grau no Brasil; Financiamento da educação (sugestões para a nova LDB); Financiamento da educação pública; Financiamento da educação: gestão democrática dos recursos financeiros em educação? Financiamento da educação: gestão democrática dos recursos financeiros públicos em educação; Financiamento da educação: subsídios à Constituinte; Financiamento da educação: sugestões para a nova LDB; Financiamento do ensino e pré-escola; Financiamento e orçamento da educação; Fonte de recursos financeiros para a educação no Brasil; Mudanças no financiamento da educação no Brasil; O financiamento da educação e a nova LDB; Recursos financeiros e a educação; O financiamento da educação no Brasil e o ensino de 1º grau.	Fontes de recursos financeiros para a educação; Financiamento da educação na LDBEN nº 9.394/96; Financiamento do ensino de 2º grau; Gestão democrática e autonomia financeira; Financiamento da Educação Infantil; Planejamento educacional e execução orçamentária; Mudanças nos marcos legais do financiamento da educação; Financiamento do ensino de 1º grau.
MELLO, Ediraud de	1989;	03	Implicações do financiamento	Gestão municipal do

	1991; 1992.		da educação à gestão democrática do ensino público de primeiro grau; Os municípios e os recursos para a educação: os desafios do ensino público de qualidade para todos; Financiamento do ensino fundamental na escola pública e igualdade de oportunidades educacionais.	ensino público e a igualdade de oportunidades educacional.
MELLO, Liliane R.	2012	01	A educação infantil: reflexões a partir do tema do financiamento e conveniamento em periódicos nacionais.	Recursos públicos para a educação privada – creches conveniadas.
MELLO, Tereza Cristina Alves de	2000	01	O financiamento da educação básica brasileira: implicações para política educacional em municípios mineiros.	Financiamento da Educação Básica – estudo de caso.
MELO, Adriana Almeida Sales de	2013	01	Questões sobre o financiamento da educação no Brasil: O PL nº. 8.035/2010.	Plano Nacional de Educação – PNE.
MELO, Justina Inez Varela de	2012	01	O conselho de acompanhamento e controle social do Fundeb de Lages (SC): histórico, desafios e perspectivas.	Conselho de Acompanhamentos e Controle Social do Fundeb; CACS.
MELO, Savana Diniz Gomes	Coautor/2014	01	Qualidade da educação e política de remuneração docente: quais as implicações dessa relação?	Remuneração docente e meritocracia.
MELO, Sérgio Gaudêncio Portela de	2009	01	A distribuição de recursos financeiros intraorganização: um estudo de modelos no cenário da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.	Financiamento dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.
MENDES, A.	1988	01	Considerações sobre o texto “Os quatro anos da Emenda Calmon: qual o seu impacto?”	Emenda Calmon.
MENDES, Cristiane Soares	2011	01	Políticas públicas e financiamento da educação infantil: análise de municípios da costa do Dendê – Bahia.	Políticas de financiamento da Educação Infantil.
MENDES, Danielle Cristina de Brito	2012a; 2012b.	02	A relação entre os entes federados no financiamento da educação básica no Brasil no contexto da política de fundos (Fundef/Fundeb) FUNDEB: avanços e limites no financiamento da educação básica no Brasil.	Política de fundos em regime de colaboração Fundeb.
MENDES, Marcos	2001	01	Descentralização do ensino fundamental: avaliação de resultados do Fundef.	Fundef.
MENDONÇA, Erasto Fortes	2002	01	Plano Nacional de Educação: desdobramentos na política nacional	PNE.
MENEZES FILHO	Coautor/2012	01	Estimando os gastos privados	Estimativa dos gastos

			com educação no Brasil.	privados com a educação.
MENEZES FILHO, N. A.	Coautor/2010);	01	Os determinantes dos gastos com educação no Brasil.	Gastos educacionais.
MENEZES, J. G. de C.	2006	01	Recursos financeiros para a educação.	Recursos financeiros para a educação.
MENEZES, Jaci Maria Ferraz de	1999	01	Descentralização, municipalização: democratização? A tensão entre centralização e descentralização da educação na Bahia.	Descentralização do estado e municipalização do ensino.
MENEZES, Janaina Specht da Silva	Coautor/2000; 2005; 2008; 2012; Coautor/2014.	05	A vinculação constitucional de recursos para a educação: os (des)caminhos do ordenamento constitucional; Educação em tempo integral: direito e financiamento; O financiamento da educação no Brasil: o Fundef a partir do relato de seus idealizadores; Impactos do Fundef na composição das matrículas no Estado do Pará; As mudanças no financiamento do ensino fundamental público com o Fundef e a dinâmica de seus recursos fiscais;	A vinculação constitucional de recursos para a educação; Educação em tempo integral; Fundef.
MENEZES, João Gualberto de Carvalho	1998	01	Estrutura e funcionamento da educação básica.	Estrutura e funcionamento da Educação Básica.
MENEZES, Raul Miranda	2001; Coautor/2002	02	Processo de gasto e descentralização na política educacional brasileira; A gestão das políticas federais para o ensino fundamental nos anos 90	Descentralização da política educacional brasileira; As políticas federais para o Ensino Fundamental nos anos 90.
MERCADO, Luís Paulo Leopoldo	Orgs.2007	01	Formação do pesquisador em Educação: profissionalização, trabalho e pesquisa.	Formação do pesquisador em educação.
MERCÊS, Clenildo Francisco de Lima	2001	01	O gasto público na área da educação no Estado de Roraima.	Gasto com a educação – estudo de caso.
MESQUITA, Ivan Muniz	2000; Coautor/2003).	02	Aspectos constitucionais e legais da política de financiamento da educação brasileira e sua execução em nível federal 1995-1998; -Intenções e realizações do financiamento federal da educação brasileira.	Aspectos constitucionais e legais da política de financiamento; Recursos federais para a educação.
MESQUITA, Maria Cristina das Graças Dutra	2005; Coautor/2006.	02	Política pública de financiamento da educação infantil no estado de Goiás: o desvelamento do real; O financiamento da educação infantil no Brasil de 2003 a 2006.	Financiamento da Educação Infantil.

MEYER JÚNIOR, Victor.	1991	01	Financiamento do ensino superior no Brasil.	Financiamento do ensino superior no Brasil.
MILITÃO, Silvio Cesar Nunes	2010; 2011; 2012.	03	Do Fundef ao Fundeb: o que muda para o financiamento da educação municipal? Fundeb: mais do mesmo? O Fundeb e a municipalização do ensino fundamental em São Paulo: novo fundo, velhas tendências.	Fundef; Fundeb.
MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado da Educação	2002	01	Sica – Sistema Informacional Custo-Aluno: médio custo aluno rede estadual por regional.	Custo-aluno no Ensino Médio.
MIRAGLIA, F.	Coautor/2002	01	O financiamento público para a Universidade pública é necessário.	O financiamento público para universidade pública.
MIRANDA, Antonio Carlos	2010	01	A visão dos gestores escolares sobre a influência do Fundef/Fundeb na qualidade da educação ofertada pela Rede Municipal de Ensino de Viçosa – MG.	Fundef; Fundeb.
MIRANDA, Glaura Vasques de	1988; 1989	02	Financiamento das instituições do ensino superior.	Financiamento das instituições do ensino superior.
MONLEVADE, João Antônio	1990; 1993; 1997a; 1997b; 1997c; 1999; 2007a; 2000; 2001; 2007; 2011; 2012; 2014.	13	Avaliação e perspectivas do financiamento da educação pública no Brasil; Construção da complexidade do financiamento da educação pública no Brasil; Custo-aluno-qualidade: apontamentos para clarear um conceito-chave para o planejamento da educação; Educação pública no Brasil: contos e descontos; Financiamento da educação na Constituição Federal e na LDB; O financiamento da educação na LDB; O piso salarial para a educação fundamental no Brasil; Para entender o FUNDEB; Percentual de recursos públicos para a educação: compromisso irrevogável do PIB; Sobre a municipalização do ensino; O Fundef e seus pecados capitais; O Fundeb e o piso salarial profissional nacional; As verbas para a educação;	Financiamento da educação pública; Custo-aluno-qualidade; Financiamento da educação na Constituição Federal e LDB; Piso Salarial Profissional Nacional; Fundef; PIB e financiamento da educação; Municipalização do ensino; Fundef; As verbas para a educação.
MONTEIRO, Luciano	Org./2013	01	Anuário brasileiro da educação básica 2013.	Políticas para a Educação Básica.
MONTEIRO, Maria das Graças Gomes	1997	01	Política da educação do ensino superior brasileiro: os recursos	Recursos públicos no ensino superior

			públicos no ensino privado. O caso de uma universidade católica.	privado.
MONTEIRO, Maria Therezinha de Lima	Org./2000	01	O impacto social do Programa Bolsa Família no Distrito Federal.	Programa Bolsa-Família.
MOREAU, Sabrina Ferreira	2005.	01	Itinerários da educação infantil: políticas de financiamento, oferta e atendimento em Porto Alegre e Viamão.	Política de financiamento da Educação Infantil.
MOREIRA, Ana de Maria Albuquerque.	1999; 2001.	02	A gestão de recursos financeiros na escola: o caso do Programa Dinheiro Direto na Escola; Gestão financeira na escola pública: o caso do PDDE.	PDDE
MOREIRA, Antonio Nilson Gomes.	2011	01	Aplicação de recursos da educação e resultados do Ideb – estudo exploratório em municípios cearenses com melhores resultados do Ideb.	Avaliação educação e a distribuição orçamentária.
MOREIRA, Elizeu Vieira	Orgs./2010	01	As políticas públicas educacionais: visões críticas na atualidade.	As políticas públicas educacionais.
MOREIRA, Jani Alves da Silva	2011a; Coautor/2011b; 2012a; Coautor/2012b.	04	O Fundeb e a gestão escolar no Brasil: uma análise das categorias políticas presentes nessa relação; A gestão e o financiamento da educação no Brasil e as orientações políticas da Unesco; Políticas de financiamento e gestão da educação básica (1990-2010): os casos Brasil e Portugal; As políticas p/funcionamento da educação básica pública no Brasil: primeiras aproximações.	Gestão escolar e Fundeb; Organismos internacionais e as orientações políticas de financiamento; Políticas de financiamento comparando governos; Políticas públicas para a Educação Básica.
MORGADO, Patrícia Cristina Rodrigues	2005; Coautor/2007	02	O processo de financiamento do ensino médio público no Distrito Federal; Financiamento do ensino médio: transparência ou opacidade?	Financiamento para o Ensino Médio público.
MORGAN, Beatriz Fátima	2004	01	A determinação do custo do ensino na educação superior: o caso da Univ. de Brasília.	Os custos na Educação Superior
MORO, Selina Maria Dal	Coautor/1988	01	O financiamento e a educação básica.	Financiamento da Educação Básica.
MOSMA, Rosa Maria Pinheiro	2008	01	Financiamento da educação e (des)igualdade nas condições de oferta educacional: uma análise em escolas da rede municipal de Porto Alegre.	Desigualdades nas condições de financiamento e oferta educacionais.
MOURA, José Eduardo de Almeida	1996	01	A avaliação educacional e a distribuição orçamentária.	Avaliação educação e a distribuição orçamentária.
MOURA, Marx Rodrigues de	2011	01	Planejamento social: avaliação dos efeitos da Lei de	Efeitos da Lei de Responsabilidade

			Responsabilidade Fiscal na educação no município de Picos-PI.	Fiscal na educação.
NAÉRCIO A. NUÑEZ	Coautor/2012	01	Estimando os gastos privados com educação no Brasil.	Estimativa de gastos privados com educação.
NASCIMENTO, Adriane Suely Rodrigues do	2012	01	Financiamento e educação profissional - análise do Programa Brasil Profissionalizado no Estado do Pará.	Financiamento e Educação Profissional – Programa Brasil Profissionalizado.
NASCIMENTO, Ana Paula Santiago do	Coautor/2006; 2009; 2012.	03	A fiscalização da aplicação dos recursos vinculados à educação: uma análise do papel do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Avanços e retrocessos na oferta da educação infantil no Brasil: análise financeiro-orçamentária dos recursos destinados a essa etapa da educação 2001 – 2010; Levantamento do custo-aluno em escolas de educação básica que oferecem condições para a oferta de um ensino de qualidade em São Paulo.	Fiscalização dos recursos da educação, pelo tribunal de contas Recursos para a Educação Infantil; O custo-aluno em escolas da Educação Básica.
NASCIMENTO, Cristina Medella e Silva	2012	01	Organismos internacionais e as LDBENs 5.692/71 e 9.394/96: ‘formas’ e ‘reformas’ do ensino técnico-profissionalizante brasileiro.	Organismos internacionais e as reformas do ensino técnico – profissionalizante; As reformas do ensino técnico-profissionalizante nas LDBENS 5.692/71 e 9.394/96.
NASCIMENTO, João Batista	Coautor/2009; 2011.	02	Autonomia na gestão de recursos. Uma experiência pioneira no País; -O financiamento da educação básica e a política de fundos em Goiás (1998-2011): municipalização, redistribuição dos recursos e (des)valorização do magistério.	Descentralização e autonomia financeira; Financiamento da educação em contexto da política de fundos.
NASCIMENTO, Luciane da Silva	2010	01	Financiamento e participação democrática na educação: a relação entre o PDDE e o Plano de Desenvolvimento da Educação.	A relação entre PDDE e o PDE no financiamento e participação democrática na educação.
NASCIMENTO, Paulo Augusto Meyer Mattos	2007a; 2007b.	02	Recursos destinados à educação e desempenho escolar: uma revisão na literatura internacional; -Desempenho escolar e gastos municipais por aluno: relação observada em municípios	Pesquisas sobre recursos para a educação e desempenho escolar.

			baianos para o ano 2000.	
NASPOLINI, Antenor	1999	01	Descentralização da educação: a caminhada cearense.	Descentralização da educação
NEGRI, Barjas	1997a; 1997b.	02	O financiamento da educação no Brasil; O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef.	Financiamento da educação no Brasil; Fundef.
NEGRINI, Sandra Mariz	2012	01	Financiamento e equidade; entrelaçamentos possíveis em favor da aprendizagem.	Financiamento e equidade.
NEUBAUER, Rose	1999	01	Descentralização da educação no Estado de São Paulo.	Descentralização da educação
NEVES, Abílio Afonso Baeta.	1999	01	O ensino superior; crescimento, diferenciação, qualidade e financiamento, um modelo para o Século 21.	Expansão do ensino superior.
NEVES, Gleisi Heisler	1992	01	Salário-educação: uma análise da sistemática em vigor	Salário-educação.
NEVES, Lúcia Maria W.	Org. 2002	01	O empresariamento da educação. Novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990.	Expansão das instituições privadas de ensino superior.
NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães	1998	01	A ajuda externa para a educação brasileira na produção do mito do conhecimento: da Usaid ao BIRD.	Cooperação de organismos internacionais e a educação brasileira.
Núcleo de educação, cultura e desporto, ciência e tecnologia da bancada do partido dos trabalhadores na câmara dos deputados.	Org./2000	01	Plano Nacional de Educação: algumas considerações	Plano Nacional de Educação.
Núcleo de estudos em políticas públicas	1998	01	Avaliação da descentralização de recursos do FNDE e da merenda escolar; sínteses de resultados.	FNDE: o financiamento macro da educação.
OLIVEIRA JÚNIOR, Lourival Batista	Coautor/2003	01	Vetar é preciso, educar não é preciso. Os vetos presidenciais ao Plano Nacional de Educação.	Plano Nacional de Educação.
OLIVEIRA, Alberto Merchede de	1998a; 1998b.	02	Custos da educação infantil: o caso de duas instituições do DF.	Custos da Educação Infantil
BUENO, M. S. S.	Orgs./2004	01	Descentralização do Estado e municipalização do ensino: problemas e perspectivas.	Descentralização do estado e municipalização do ensino.
OLIVEIRA, Carla Regina de	2004	01	O Fundef e o financiamento das políticas educacionais no município de Santo André 1997/2000.	Fundef
OLIVEIRA, Cleiton de	1998; 1999a; 1999b; 1999c; Org.et.al./1999; Coautor/2001a.	10	A Emenda Constitucional 14/96 e os municípios paulistas: algumas implicações; A formação do educador e os sistemas municipais de educação;	Descentralização do estado e municipalização do ensino; Formação docente;

	Coautor/2001b; 2002; 2004; Org./2004.		A municipalização do ensino brasileiro; Municipalização do ensino no Brasil: algumas leituras. (Org.); Algumas observações sobre o financiamento do ensino; Gestão da educação: União, Estado/Distrito Federal, município e escola; O processo de municipalização do ensino fundamental da primeira à quarta série em Piracicaba; Municipalização e gestão municipal; Descentralização do Estado e municipalização do ensino: problemas e perspectivas. (Org.)	Financiamento do ensino; Gestão educacional.
OLIVEIRA, Crispiniano Carneiro de	1994; 2011.	02	Financiamento da educação. Estudo de caso: verificação do cumprimento da emenda constitucional número 1981/1992; Educação superior pública na Bahia pós-LDB/96: expansão e financiamento 1995/2009.	A Emenda Constitucional nº 1981/1992; Expansão e financiamento da Educação Superior pública.
OLIVEIRA, Dalila Andrade	Orgs./1999	01	Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica.	Gestão escolar.
OLIVEIRA, Fabrício Augusto de	2001	01	Fundef e saúde: duas experiências (virtuosas?) de descentralização.	Descentralização financeira na educação e na saúde.
OLIVEIRA, Jacqueline dos Santos	Coautor/2013	01	Fundef/Fundeb – implicações para oferta da educação infantil via convênios/parcerias.	Parceria público-privado na oferta da Educação Infantil;
OLIVEIRA, João Ferreira	Coautor/2003; 2006; Coautor/2012.	03	O financiamento público da educação superior brasileira: mudanças e desafios; Educação escolar: políticas, estrutura e organização; Escolas públicas de qualidade em Goiás: custo-aluno-ano e outras condições para oferta de ensino de qualidade.	O financiamento público da Educação Superior; Política e gestão escolar; Custo-aluno-ano.
OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de	2006	01	Políticas e investimentos do governo do Paraná na rede pública de ensino.	Política de financiamento na rede pública – estudo de caso
OLIVEIRA, Maria Neusa de	Org./1999; 2006.	02	As políticas educacionais no contexto da globalização; As políticas de municipalização do ensino fundamental no estado da Bahia nos anos 1990: impactos na gestão e financiamento da educação municipal.	Gestão e financiamento da educação municipal – estudo de caso
OLIVEIRA, Ramon de	2008; 2009.	02	Os limites do FUNDEB no financiamento do ensino médio;	Fundeb e o financiamento do Ensino Médio;

			Possibilidades do ensino médio integrado diante do financiamento público da educação.	Financiamento público do Ensino Médio integrado.
OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari	1998; 2001; Coautor/2004; Coautor/2011.	04	A LDBEN: tramitação legislativa e aspectos principais; LDBEN: a definição de sistema nacional de educação; Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) no contexto de redefinição do papel do Estado; O Fundef no Estado de Mato Grosso do Sul: Balanço da política de financiamento para o Ensino Fundamental (1998 a 2006).	LDBEN; PDDE; Fundef.
OLIVEIRA, Ridalvo Medeiros Alves de	2011	01	Custo social de oportunidade na trajetória de acesso ao ensino superior: o caso dos ingressantes na UFRN nos vestibulares de 2006 a 2010.	Custo social de acesso ao ensino superior
OLIVEIRA, Rita de Cássia	2007	01	Uma abordagem do financiamento público da educação privada na rede municipal de ensino de Juiz de Fora: (des)caminhos para a democratização do ensino.	Financiamento público da educação privada – estudo de caso.
OLIVEIRA, Romualdo Portela de	1988; Coautor/1993; Coautor/1996; 1998; Org./1998; 1999; 2000; Org./2000; 2001; Org./2001; Coautor/2002; 2003; 2004; 2006; 2009.	15	A transformação da educação em mercadoria no Brasil; Financiamento da educação no Brasil: um estado da arte provisório e algumas questões de pesquisa; Fundef: uma análise preliminar; O financiamento da educação; Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal (Org.); O financiamento público da educação e seus problemas; Política educacional: impasses e alternativas. (Org.); Reformas educativas na década de 90; Reformas educacionais em Portugal e no Brasil (Org.); Sobre a necessidade do controle social no financiamento da educação; Uma dimensão avaliativa do Fundef: a desigualdade regional; O ensino fundamental; Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na constituição Federal e na LDB (Org.);	A mercantilização da educação; Pesquisa sobre o financiamento da educação no Brasil; Fundef; O financiamento da educação; Política, gestão e financiamento da educação na legislação brasileira; Financiamento público da educação; Política educacional; Reformas educacionais; Controle social do financiamento da educação; Fundef e desigualdade regional;

			Lei Orgânica e educação em vinte municípios paulistas ² ; O financiamento do ensino de 2º Grau no Brasil: uma introdução ao debate;	Ensino fundamental; Lei Orgânica e educação – estudos de caso; Financiamento do ensino de 2º grau.
OLIVEIRA, Rosimar de Fátima	2000; 2008; 2009.	03	O Fundef em três dimensões: formulação, regulamentação e implementação; O papel do poder legislativo na formulação das políticas sobre financiamento da educação; Do Fundef ao Fundeb: o processo político de formulação da Emenda Constitucional nº 53/2006;	Fundef O poder legislativo e as políticas de financiamento Do Fundef ao Fundeb.
OLIVEIRA, Zenaide dos Reis Borges Balsanulfo de	2008; Coautor/2010.	02	O crédito educativo: mecanismos de distribuição e percepção de dirigentes e alunos de IES privadas sobre sua contribuição para a expansão da educação superior; Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies): visão dos estudantes.	Crédito educativo e a expansão da Educação Superior; Fies na visão dos estudantes.
OMETTO, Ana Maria H.	Coautor/2006	01	Atribuições e funcionamento dos conselhos municipais de alimentação escolar.	Conselhos Municipais.
PACHECO FILHO, Adolpho	Coautor/1992; 1996.	02	Políticas de ajuste das contas públicas e o financiamento da educação do Estado de SP 1980-1990; Recursos federais para a educação: FNDE e FAE – Fundação de Assistência ao Estudante, extinto em 1997 (é um programa de transporte, alimentação escolar e livro didático). In Descentralização e Políticas Sociais;	FNDE e FAE: o financiamento macro da educação.
PADILHA, Paulo Roberto	1998	01	Planejamento educacional; A visão do plano decenal de educação, leis orgânicas e educação: a gestão e o financiamento da educação em Pernambuco.	Planejamento educação nos territórios – estudo de caso.
PALMA FILHO, João Cardoso	2006	01	Políticas de financiamento da educação no Brasil.	Política de financiamento da educação.
PARENTE, Cláudia da Mora Darós	2001; 2006; autor/2012a e Org./2012a; Orgs./2012b.	04	O processo decisório de implementação da assistência financeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), via Plano de Trabalho Anual (PTA) no município de Vinhedo-SP	Assistência financeira do FNDE via Plano de Trabalho Anual (PTA); Programa Mais Educação;

			(1997-1999); Assistência financeira do FNDE/MEC a programas e projetos educacionais: formato e implicações; Gestão e financiamento da educação integral: a análise das matrículas em tempo integral e do atendimento do Programa Mais Educação em Sergipe; Política, gestão e financiamento da educação.	Política, gestão e financiamento da educação.
PARENTE, Juliano Mota	Orgs./2012	01	Política, gestão e financiamento da educação.	Política, gestão e financiamento da educação.
PASCOALINO, Hélio	2000; Coautor/2000; Coautor/2001).	03	O elo (às vezes perdido) da gestão: estudos de caso sobre resultados iniciais do Fundef; Os resultados iniciais do Fundef: o caso de um município do entorno do DF; Recursos financeiros: indispensáveis, mas não suficientes – um estudo de caso do Fundef.	Fundef.
PATON, Claudécir	2004	01	Estudo sobre uma forma de evidenciar a contribuição social gerada pelas instituições de ensino superior públicas estaduais na atividade de ensino: o caso do curso de ciências contábeis da Universidade Estadual de Londrina (UEL).	A contribuição social gerada pelas IES públicas estaduais – estudo de caso
PATROCÍNIO, Maria da Paz Pereira do	2007	01	Conselho do Acompanhamento do Fundef: instrumento de controle social ou legitimação do poder estatal? (Um estudo de caso).	Conselho de acompanhamento do Fundef
PAULA, Adelgício Ribeiro de	2008	01	Privatização e mercantilização do ensino público: a parceria entre a prefeitura do município de Itupeva e o sistema COC de ensino.	Privatização e mercantilização do ensino público
PAZ, Adalberto Domingos da	2001	01	Análise da variação da ação pública de alocação de recursos do Programa Nacional de Transporte do Escolar (PNTE).	Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE)
PAZELLO, Elaine Toldo	Coautor/2002; Coautor/2004.	02	Avaliação dos salários dos professores da rede pública de ensino fundamental em tempos de Fundef; Avaliação dos salários dos professores da rede pública de ensino fundamental em tempos de Fundef.	Remuneração docente e Fundef.
PEGORARO, Ludimar	Orgs./2006	01	Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o	Entre o público e o privado.

			privado.	
PEREIRA, Célia Maria Rodrigues da Costa	2006	01	Democratização da política educacional brasileira e o Fundef: uma análise de suas práticas discursivas do dito-feito ao feito-não-dito.	Fundef.
PEREIRA, Custódio Filipe de Jesus	2005	01	Sustentabilidade e captação de recursos da educação superior no Brasil: o caso Mackenzie.	Capitação de recursos da educação superior no Brasil – estudo de caso.
PEREIRA, J. V.	(2000);	01	Do financiamento da educação no Brasil.	Financiamento da educação no Brasil.
PEREIRA, Maria Aparecida Nunes.	2007; 2012.	02	Mudanças na política de financiamento da educação básica: 1996-2006; Financiamento da educação básica no estado da Paraíba: análise dos primeiros resultados do FUNDEB nos municípios de João Pessoa e Cabedelo-PB.	Política de financiamento da Educação Básica – 1996-2006; Resultados do Fundeb – estudo de caso.
PEREIRA, Paulo Ferreira.	2012	01	Uma análise sobre o PNE e PME do município de Itajaí por seus níveis de consistência e de congruência.	PNE e PME – estudo de caso.
PEREIRA, Silmara Teixeira	Coautor/2011	01	Uma análise das fontes de receita, dos gastos e do padrão de atendimento de uma instituição de educação infantil filantrópica na cidade de Ribeirão Preto.	Gastos com a Educação Infantil – estudo de caso
PERES, Ursula Dias	2007; Coautor/2014.	02	Arranjo institucional do financiamento do ensino fundamental no Brasil: considerações sobre os municípios brasileiros e estudo de caso do município de São Paulo no período de 1997 a 2006; Política de fundos na educação e desigualdades municipais no estado de São Paulo: uma análise a partir das arenas políticas de Löwi.	Financiamento do Ensino Fundamental – estudo de caso do município de São Paulo; Política de fundos.
PERGHER, Calinca Jordânia.	2007; 2008.	02	Mapeamento da capacidade de financiamento da rede municipal de ensino de Getúlio Vargas – RS: gastos, condições de oferta e trajetória do processo educativo (1993-2005); Condições de oferta e financiamento do ensino público municipal de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul.	A capacidade de financiamento da rede municipal de ensino – estudo de caso; Condições de oferta e financiamento do ensino público municipal – estudo de caso
PERONI, Vera Maria Vidal.	1991; 1997; 2000; Coautor/2002; Coautor/2004;	14	Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado (Org.); O Fundef no Rio Grande do	A conexão do público e do privado; Fundef;

	2006a; 2006b; Org./2006; 2006c; 2007a; 2007b; 2008; Org./2008; Coautor/2012.		Sul: apontamentos de uma pesquisa de acompanhamento e avaliação; Sistema e Plano Nacional de Educação: notas sobre conceituação, relação público-privado e financiamento; A centralização/descentralização da política educacional nos anos 90 no contexto de proposta da reforma do Estado no Brasil A redefinição do papel do Estado e a política educacional no Brasil dos anos 90; Conexões entre o público e o privado no financiamento e gestão da escola pública; Descentralização: racionalização de recursos ou maior controle social? Financiamento da escola à luz do novo papel do Estado: o caso do Rio Grande do Sul; O Programa Dinheiro Direto na Escola no contexto de mudanças na configuração do Estado; O público e o privado na gestão e financiamento de sistemas educacionais públicos: um estudo dos programas da Rede Vencer; Programa Dinheiro Direto na Escola: uma proposta de redefinição do papel do Estado na educação? (Coord.).	Sistema e Plano Nacional de Educação; Centralização/descentralização da política educacional nos anos 1990; A redefinição do papel do estado e a política educacional dos anos 1990; Descentralização; O novo papel do estado frente ao financiamento- estudo de caso; PDDE.
PEROTTO, Sérgio Luiz.	Coautor/1998	01	Fundef e salário-educação.	Salário-educação.
PICANÇO, Bruno Cordovil	2012	01	A regulação do estado na educação básica por meio da política de fundos (Fundef e Fundeb).	Política de fundos (Fundef e Fundeb).
PINHEIRO, Iara Ferreira.	2012	01	PDDE- implicações na gestão e na qualidade do desempenho da educação básica: estudo de caso – modalidade tempo integral.	PDD na educação integral.
PINO, Ivany	Org./2013	01	IV Seminário de Educação Brasileira - PNE em foco: Políticas de responsabilização, regime de colaboração e sistema nacional de educação	Plano Nacional de Educação.
PINTO, José Marcelino de Rezende	1989; 1992a; 1992b; 1996; 1999; 2000;	33	A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo; Dinheiro traz felicidade? A relação entre insumos e	Política de fundos (Fundef e Fundeb); A relação entre insumos e qualidade na educação;

	2001a; Coautor/2001b; 2002; 2004a; 2004b; 2005a; 2005b; 2005c; 2006a; 2006b; Coautor/2006c; 2007; Coautor/2007; 2008a; 2008b; Coautor/2008; 2009a; 2009b; 2009c; Coautor/2011a; Coautor/2011b; Org./2011; 2012; Coautor/2013; Org./2013; autor/2014 ^a e Org./2014a; 2014b.	qualidade na educação; Financiamento da educação do Brasil: da vinculação constitucional à construção de uma escola com padrões mínimos de qualidade; Financiamento da educação no Brasil: algumas considerações; Financiamento do ensino médio no Brasil: uma abordagem inicial; Municipalização do ensino fundamental: quem paga a conta? O custo de uma educação de qualidade; O financiamento da educação no governo Lula; Os números do financiamento da educação no Brasil; Os recursos disponíveis para o ensino no Brasil; Os recursos para a educação no Brasil no contexto das finanças públicas; Remuneração adequada do professor – desafio à educação brasileira; Uma análise do financiamento da educação no Estado da Califórnia, EUA; Uma proposta de custo-aluno-qualidade na educação básica; O financiamento do ensino médio no Brasil: de uma escola boa para poucos à massificação barata da rede pública; A demanda pela educação infantil e os recursos disponíveis para o seu financiamento; Uma análise das fontes de receita, dos gastos e do padrão de atendimento de uma instituição de educação infantil filantrópica na cidade de Ribeirão Preto; Financiamento da educação básica. A divisão de responsabilidades; A divisão de responsabilidades pelo ensino no Brasil e o impacto das mudanças recentes na legislação; As implicações financeiras da municipalização do ensino de 1º grau; Financiamento da educação no Brasil: um balanço do Governo FHC (1995-2002);	Financiamento da educação e padrões mínimos de qualidade; Financiamento do Ensino Médio; Municipalização do ensino fundamental; Custo e qualidade em educação; Balanço do financiamento da educação em governos federais; Os recursos financeiros para a educação no Brasil; Remuneração docente; O financiamento da educação na Califórnia-EUA; Custo-aluno-qualidade (CaQ); Custo-aluno qualidade inicial (CaQi); Os recursos e as demandas da Educação Infantil; Financiamento da educação e divisão de responsabilidades; Municipalização do Ensino Fundamental Controle social dos conselhos do Fundef/Fundeb; Fundeb; Noções sobre o financiamento da educação no Brasil; Um sistema nacional de educação no PNE; O financiamento no
--	--	--	---

			O custo aluno qualidade na legislação; O potencial de controle social dos Conselhos do Fundef e o que se pode esperar dos Conselhos do Fundeb; Requisitos para a construção do Fundeb; Remuneração adequada do professor. Desafio à educação brasileira; Um fundinho chamado “fundão”; Noções gerais sobre o financiamento da educação no Brasil; Como seria o financiamento de um Sistema Nacional de Educação na perspectiva do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova; E-book – IV Seminário de Educação Brasileira: PNE em foco: Políticas de responsabilização, regime de colaboração e sistema nacional de educação (Orgs); Sobre o financiamento no Plano de Desenvolvimento da Educação; Custo-Aluno-Qualidade Inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil; Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil (Orgs.); Para onde vai o dinheiro? Caminhos e descaminhos do financiamento da educação (Orgs.).	plano de desenvolvimento da educação (PDE); Federalismo e políticas educacionais.
PIPITONE, Maria Angélica P.	Coautor/2006	01	Atribuições e financiamento dos COCS municipais de alimentação escolar;	Conselhos Municipais de Alimentação Escolar.
PIRES JÚNIOR, Paulo Abrão	2009	01	Constituição e reconhecimento: as normas constitucionais de vinculações de recursos como garantia para a efetividade do direito à educação.	Vinculação de recursos para o direito à educação.
PIRES, Phelipe Fermينو.	2011	01	A política de fundos no financiamento da educação: indução à municipalização do ensino fundamental no Estado de Santa Catarina.	Municipalização do Ensino Fundamental – estudo de caso
PISSAIA, Vitor Hugo.	2011	01	A municipalização do ensino em município de pequeno porte: a região de Taquaritinga – 1998-2009.	Municipalização do ensino em município de pequeno porte – estudo de caso
PLANK, David N.	Et al./1990; 1991;	06	Política educacional no Brasil: caminhos para a salvação	Política educacional;

	Coautor/1992; Coautor//1993; Coautor/1996; 2001.		pública; Uma estratégia para a qualidade do ensino fundamental: os padrões mínimos de oportunidades educacionais; Os interesses público e privado na educação brasileira: males crônicos, soluções longínquas; Níveis e determinantes do financiamento local a educação básica: um estudo de 115 municípios na Bahia; Financiamento da educação básica: um estudo de receitas e gastos das redes municipais de ensino da Bahia; Os padrões mínimos de qualidade dos serviços educacionais: uma estratégia de alocação de recursos para o ensino fundamental.	Qualidade do ensino fundamental; As relações público-privada na educação; Financiamento da Educação Básica – estudos de casos; Recursos para a educação e qualidade do ensino.
POISSON, Muriel.	Coautor/2010	01	Descentralização do sistema educacional: desafios do ponto de vista da transparência e da accountability.	Descentralização do sistema educacional e accountability.
POLO, José Carlos.	1998; 1999; 2001.	03	O fundo de desenvolvimento do ensino e o município; Conselho Municipal do Fundef: organização e funcionamento; -Autonomia de gestão financeira da escola.	FDE e o município; Conselho Municipal do Fundef; Autonomia e gestão financeira da escola.
PORTELA, Eunice Nobrega.	2006	01	A política de descentralização de recursos públicos na educação e seus reflexos na gestão de qualidade do ensino municipal.	Política de descentralização dos recursos públicos e qualidade do ensino.
PRIETO, Rosangela Gavioli.	Coautor/2012	01	Financiamento da educação especial no Brasil na arena do público e do privado.	O público e o privado na Educação Especial.
PROTETTI, Fernando Henrique	Coautor/2011	01	- As fundações de apoio às universidades públicas: efeitos da reforma do Estado na Educação Superior brasileira.	As fundações de apoio às universidades.
PUPO, Cristiane Cusin	2012	01	Financiamento da educação e formação de professores: o Fundef no município de Campinas.	Fundef e formação de professores.
QUADROS, Waldemir Luis de	Coautor/1991	01	O governo federal e o financiamento da educação na Nova República.	Financiamento da educação na Nova República.
QUEIROZ, Dimas Barreto de.	2011	01	Incompatibilidade entre o Fundeb e a Lei de Responsabilidade Fiscal quanto à despesa com pessoal e encargos sociais: um estudo nos municípios paraibanos.	Fundef e a Lei de Responsabilidade Fiscal – estudo de caso
QUIRINO, Simony Rafaeli.	2011; 2012.	02	Planejamento orçamentário e os recursos para a educação:	Planejamento orçamentário e os

			um estudo sobre as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) dos municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba; Orçamento público como fonte de estudos educacionais.	recursos para a educação – estudo de caso Orçamento público.
RABELO, Amanda O.	2010	01	A remuneração do professor é baixa ou alta? Uma contraposição de diferentes referenciais.	Remuneração docente.
RAMOS, Angélica Maria Pinheiro	2001; 2003	02	O financiamento da educação no Brasil no contexto das mudanças econômico-políticas pós-90; (Tese, em 2001) O financiamento da educação brasileira no contexto das políticas econômicas pós-90. (2003)	O financiamento da educação no Brasil nos anos 1990.
RAMOS, G. P.	2008	01	Municipalização do ensino e proximidade local: o outro lado da valorização docente no Fundef.	Municipalização do ensino e valorização do magistério.
RAMOS, J.F.P.	Org./2008	01	Política e gestão educacional: contextos e práticas.	Política e gestão educacional
RAMOS, Regina Célia. C.	2009; Coautor/2011.	02	Impacto do Fundef na estruturação da rede municipal de ensino de Pirapozinho-SP; Do Fundef ao Fundeb – um estudo de caso no município de Pirapozinho-SP	Impacto do Fundef/Fundeb nos municípios – estudo de caso
RANGEL, Luiz Silveira	2006	01	Aspectos institucionais do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE): normas e controle social.	Programa Nacional de Apoio Ao Transporte Escolar (PNATE)
REAL, Giselle Cristina Martins.	2000	01	Educação Infantil: políticas públicas e ação institucional.	Políticas para a Educação Infantil.
REIS, Heraldo da Costa.	1997; 1998	02	Gestão e controle na área de educação; Efeitos do Fundef na administração municipal: aspectos orçamentários, financeiros e contábeis.	Gestão da educação; Efeitos do Fundef na administração municipal.
REIS, Luiz Fernando	Coautor/2014)	01	Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação superior no estado do Paraná: um estudo comparativo do período de 2003 a 2010.	Despesas com a Educação Superior no território estadual - estudo de caso
REIS, Rute Rodrigues dos	2006	01	O movimento docente e o debate sobre financiamento educacional: o caso da APEOESP (1995-2002)	Financiamento educacional– estudo de caso
REIS, Sólon B. (Relator).	1989	01	Relatório final da Comissão Parlamentar de inquérito destinada a investigar o destino da aplicação, pelo Ministério da Educação, dos recursos provenientes da Emenda Calmon. (1989).	CPI da aplicação pelo MEC dos recursos da Emenda Calmon (1989).

REQUIÃO, R.	1995	01	Descentralização de recursos financeiros para a escola pública.	Descentralização financeira da educação.
Reunião Anual da Anped, 35.	2012, Org.	01	Anais, Porto de Galinhas.	Reunião anual da Anped.
RIBEIRO, Andreia Couto	Coautor/2014	01	A evolução dos recursos federais nos programas de transporte escolar: impactos na educação básica.	Recursos federais nos programas de transporte escolar.
RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa.	Coautor/2003; Coautor/2012.	02	Formulação das políticas de financiamento da educação profissional no Brasil: levantamento dos organismos financiadores da educação profissional; Financiamento da educação básica e profissional.	Financiamento da Educação Básica e Profissional.
RIBEIRO, José Aparecido Carlos.	2001	01	Financiamento e gasto do Ministério da Educação da Educação nos anos 90.	Gastos federais com a educação nos anos 1990.
RIBEIRO, Josete Maria Cangussú.	2002	01	O Fundef em Mato Grosso, colhendo frutos e reparando arestas: estudo dos efeitos do Fundef sobre as funções docentes e qualificações do magistério.	Os efeitos do Fundef na valorização do magistério.
RIBEIRO, Maria de Jesus Araújo.	2011	01	Impactos iniciais do Fundeb na qualidade da educação infantil pública do município de Fortaleza.	Impactos do Fundeb na Educação Infantil – estudo de caso
RIBEIRO, Tarcisio de Campos.	1989	01	Financiamento das universidades públicas.	Financiamento das universidades públicas.
RIBEIRO, Therezinha Sarnara.	1988	01	Sistema de bolsas de estudo em tempo integral: educação no quadrado ou à segunda potência.	Bolsas de estudo.
RIQUELME, Graciela C.	Coautor/2010	01	Deuda social con la educación de personas jóvenes y adultas: estimación de recursos necesarios.	Recursos para a Educação de Jovens e Adultos.
ROCHA, Fabiana	Coautor/2011	01	Uma análise da eficiência nos gastos em educação fundamental para os municípios paulistas.	Gastos com a educação nos municipais – estudo de caso
ROCHA, Vanderson Amadeu da.	2011	01	Programas de descentralização de gastos públicos no sistema municipal de ensino fundamental de São Paulo.	Descentralização financeira – estudo de caso
RODRIGUES, M. M.	Org./1999	01	Guia de consulta para o Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação – Prasem II.	Programa de apoio aos secretários municipais de educação – Prasem II.
RODRIGUES, Maristela Marques.	Org./2001	01	Guia de consulta para o programa de apoio dos Secretários Municipais de Educação – Prasem III.	Programa de apoio aos secretários municipais de educação – Prasem III.
RODRIGUES, Melânia Mendonça	Org./2013	01	Novo Plano Nacional de Educação (PNE). Debates e tensões.	Plano Nacional de Educação.
RODRIGUES, Rubens	Org./2013	01	Educação escolar no século	Educação no Século

Luiz			XXI.	XXI.
RODRIGUEZ, Margarita Victoria	Coautor/2011	01	O processo de elaboração da Lei n. 11.738/2008 (Lei do Piso Salarial Profissional Nacional para Carreira e Remuneração Docente): trajetória, disputas e tensões.	Carreira e remuneração docentes.
RODRIGUEZ, Vicente.	Coautor/1998; 2001);	02	Descentralização da educação no Brasil: uma política em processo. Financiamento da educação e políticas públicas: o Fundef e a política de descentralização.	Fundef e a política de descentralização.
ROMÃO, José Eustáquio.	1988; 1989; 1991; Org./1993; 1994; 1997Orgs; 2006.	07	Município e educação. (Orgs.); Financiamento da educação infantil; Financiamento da educação no Brasil – marchas e contramarchas; Financiamento da educação: implicações para a educação municipal; Financiamento da escola cidadã e cálculo de custo-aluno-ano; Municipalização do ensino e salário-educação; O financiamento da educação fundamental no município;	Financiamento da Educação Infantil; Financiamento da educação brasileira; Financiamento da educação nos territórios municipais; Custo-aluno-ano; Financiamento da educação fundamental; Municipalização do ensino e salário educação.
RONCHI, Olga Izilda	2000)	01	Os des(caminhos) do financiamento da educação básica pública no Brasil e em Goiás; O financiamento da educação básica em Goiás (1983-1996).	Financiamento da Educação Básica pública nos territórios – estudo de caso.
ROSA, D. L.	Coautor/2003	01	Fundef no Estado da Bahia.	Aplicação do Fundef – estudo de caso.
ROSEMBERG, Fúlvia	1989	01	2º Grau no Brasil: cobertura, clientela e recursos.	Recursos para o Ensino Médio.
ROSSINHOLI, Marisa.	2008; 2010.	02	Política de financiamento da educação básica no Brasil: do Fundef ao Fundeb; (Tese 2008); Política de financiamento da educação básica no Brasil: do Fundef ao Fundeb (2010).	Financiamento da Educação Básica – Fundef/Fundeb.
RUSSI, Eliomar	2009	01	Financiamento público a estudantes de IES interioranas: um estudo sobre o artigo 170 da Constituição Estadual de Santa Catarina.	Fies.
SADECK, Francisco	Coautor//2003	01	Financiamento do gasto em educação das três esferas de governo em 2000.	Gasto com educação nas três esferas de governo em 2000.
SAGGIORO, Alfredo Alencar.	1988	01	Custo/aluno na Universidade Federal de Juiz de Fora: estimativa em 3 unidades.	Custo-aluno universidade Federal de Juiz de Fora – estudo de caso.

SALES, Luís Carlos.	Coautor/2009	01	O financiamento da educação pública municipal de Teresina: o custo-aluno/ano.	Custo-aluno-ano no município de Teresina - estudo de caso.
SANCHES, Oswaldo Maldonado.	2002	01	Fundos federais: origens, evolução e situação atual na administração federal.	Política de fundos.
SANT'ANNA, Adriano Savastano de.	2005	01	O lado econômico – financeiro da educação superior no Brasil: um modelo para viabilização do financiamento educativo.	Financiamento educativo no ensino superior.
SANTANA, Katia de Cassia.	2011	01	Efeitos do Programa Dinheiro Direto na Escola na gestão escolar.	PDDE.
SANTOS FILHO, João Ribeiro dos.	2012	01	Limites e possibilidades do controle social: um estudo a partir do conselho de acompanhamento e controle social do Fundeb no município de Capitão Poço/PA	Controle social do Fundeb em território municipal – estudo de caso.
SANTOS, Alfredo Sérgio Ribas dos.	1997; Coautor/2001; 2004; 2006; 2013.	05	Autonomia financeira da escola; Financiamento da educação do Brasil: estudos, legislações e autonomia financeira da escola pública municipal; Financiamento da educação no Brasil. O estado da arte e a constituição do campo (1996 a 2010); Financiamento da educação no Brasil: estudo de caso da Prefeitura do Município de São Paulo (1986-1996); O financiamento da municipalização do ensino no município de São Paulo;	Autonomia financeira da escola pública municipal; Financiamento da educação no Brasil – estado da arte.
SANTOS, Bruno Ricardo Viana Sadeck dos.	2006	01	Aspectos do federalismo brasileiro: o caso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.	Fundef e federalismo brasileiro.
SANTOS, Edineide Jorge dos.	2004	01	O impacto do Fundef na educação municipal de Cedro-PE.	Impacto do Fundef nos territórios – estudo de caso.
SANTOS, Inalda Maria dos.	2001; 2006; 2008.	03	A política de descentralização do financiamento do ensino fundamental e sua repercussão nas unidades escolares: um estudo sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola; Política de financiamento da educação e participação da comunidade na gestão da escola; Estudo analítico das políticas públicas de financiamento da educação: a política do FUNDEF num município nordestino.	Política de descentralização e o programa dinheiro direto na escola; Políticas públicas de financiamento da educação e gestão democrática; Análise do Fundef nos territórios municipais – estudo de caso.

SANTOS, Jailson.	2004	01	O orçamento dos Cefets e das ETFS: praticando a política do cobertor curto.	Reforma da educação profissional e a política de redução no orçamento dos Cefets e ETFS.
SANTOS, Jean Mac Cole Tavares.	2009	01	Fundo da Educação Básica em perspectiva: História presente e mobilização.	Fundeb.
SANTOS, Joedson Brito dos.	2012	01	O Fundeb e a educação infantil no município de Itabuna.	Fundeb e a Educação Infantil – estudo de caso.
SANTOS, Kátia Aparecida dos.	2007	01	O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef: estudo de caso do município de São Paulo.	Conselho municipal do Fundef – estudo de caso.
SANTOS, Luziane Aparecida Monteiro Henrique dos.	2003	01	Financiamento da educação fundamental.	Financiamento do Ensino Fundamental.
SANTOS, M. C. R. dos.	2003	01	A vinculação de recursos em Minas Gerais a partir de 1988 e sua relação com o atendimento à universalização do ensino e à remuneração dos profissionais do magistério.	Universalização do ensino e remuneração docente a partir de 1988.
SANTOS, Maria Rosimary Soares dos	1999	01	A política de financiamento da educação básica no Brasil: apontamentos para o debate.	Financiamento da Educação Básica no Brasil.
SANTOS, Marielle Moreira.	2008	01	O financiamento público das instituições não-estatais de educação especial em Campo Grande-MS.	O financiamento público das instituições não-estatais de Educação Especial – estudo de caso
SANTOS, Nara Poliana de Souza.	2011	01	Políticas públicas, financiamento e democratização d educação superior: avaliação do Reuni na Universidade Federal de Tocantins (UFT).	Financiamento da Educação Superior; Avaliação do Reuni – estudo de caso.
SARI, Marisa Timm.	Coautor/1998	01	Fundef e salário-educação.	Fundef e salário educação.
SAUER, Adeum.	2004	01	Contribuições da Undime ao debate do Fundeb. In: Financiamento da Educação Infantil.	Fundef e financiamento da Educação Infantil.
SCHEIWAR, E.	Org. 2005	01	Conselhos participativos e escola	Conselhos e participação social.
SCHNEIDER, Rosa Maria	1992	01	Salário-educação: um estudo dos preceitos, dos valores e dos usos no Estado do Rio Grande do Sul.	Salário-Educação.
SCHORR, Roberto Nicolau	2004	01	A municipalização do ensino e o financiamento da educação infantil.	Financiamento da Educação Infantil.
SCHUCH, Cleusa Conceição Terres.	2007	01	Implementação da política da autonomia financeira em duas escolas públicas estaduais do Rio Grande do Sul – um estudo de caso.	Autonomia e gestão financeira da educação – estudo de caso.
SCHWARTZMAN,	1994;	06	A controvérsia do ensino pago;	Ensino pago no

Jacques.	1995; 1999; 2000a; 2000b; 2006.		O crédito educativo no Brasil; Questões de financiamento nas universidades brasileiras; Desacertos no financiamento do ensino superior; Financiamento do ensino superior particular; O financiamento das instituições de ensino superior no Brasil;	sistema universitário público; Financiamento nas universidades brasileiras; Financiamento do ensino superior particular; Financiamento das IES.
SECCHI, Darci.	1993	01	O financiamento da educação pública: receitas, despesas e estrangulamento na gestão dos recursos da educação pública do Mato Grosso.	Financiamento da educação pública.
SEGUNDO, Maria das Dores Mendes.	2005	01	O Banco Mundial e suas implicações na política de financiamento da educação brasileira no Brasil: o Fundef no centro do debate.	O Banco Mundial e o Fundef.
SEMEGHINI, Ulysses Cidade.	2001a; 2001b; 2002.	03	Fundef: corrigindo distorções históricas; Fundef: uma revolução silenciosa; Valor mínimo ou valor médio?	Fundef.
SEMINARIO DE ENSINO DE 2º GRAU	Org./1988	01	Anais	Políticas para o ensino de 2º grau.
SENNA, E.	Org./2003	01	Trabalho, Educação e Política Pública.	Políticas educacionais
SGUISSARDI, Valdemar	Coautor/2000 e Org./2000; 2002; 2006.	04	A educação superior privada no Brasil: novos traços de identidade. Educação superior: velhos e novos desafios. (Org.). Fundações privadas na Universidade Pública. A quem interessam? O financiamento no anteprojeto de lei da reforma universitária.	Educação Superior privada no Brasil; Fundações privadas na universidade pública.
SHUVETER, Maria Helena	Coautor/2005	01	Consequências da implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério nos Municípios de Limeira e Santa-Grtrudes-SP.	Impactos do Fundef nos municipais – estudo de caso
SIECZKOWSKI, Maria Anunciação Cichero.	2007	01	O financiamento da educação básica nas reformas educacionais dos anos de 1990 e do regime militar de 1964-1985: o papel dos entes federados no ordenamento constitucional-legal.	O financiamento da Educação Básica nas reformas educacionais em períodos de governos.
SILVA Júnior, Celestino Alves da	Org./1999	01	Formação do educador e avaliação educacional;	Formação do educador e avaliação

			organização da escola e do trabalho pedagógico.	educacional.
SILVA JÚNIOR, João dos Reis	Coautor/2000	01	A educação superior privada no Brasil: novos traços de identidade.	A Educação Superior privada no Brasil.
SILVA, Alberto Carvalho.	1991	01	O financiamento da pesquisa na universidade pública.	O financiamento da pesquisa na universidade pública.
SILVA, Antonio Carlos Lopes da.	2011	01	A análise das estratégias de desenvolvimento acadêmico da UFSCar e suas implicações para a distribuição de recursos do MEC: indicadores de gestão.	Distribuição de recursos para as universidades e os indicadores de gestão.
SILVA, Carmem Silvia Bissolli da	Org./ 1998	01	Nova LDB: trajetória para a cidadania.	LDBEN nº 9.394/96.
SILVA, Cleiton José da	2011	01	-O Programa Escola Técnica Aberta do Brasil: uma análise de custo da implantação do curso técnico de nível médio em açúcar e álcool no campus Inhumas.	O programa escola técnica aberta do Brasil – estudo de caso.
SILVA, D. S.	Coautor/2003	01	Formulação das políticas de financiamento da educação profissional no Brasil: levantamento dos organismos financiadores da educação profissional.	Organismos financiadores das políticas de financiamento da educação profissional.
SILVA, Eduardo Henrique Oliveira da.	2011	01	Financiamento de bolsas de estudos para o ensino superior: o Programa Universidade para Todos (Prouni) em Mato Grosso do Sul, no período de 2005 a 2010.	Bolsas de estudos para o ensino superior – o programa Prouni.
SILVA, Eldra Carvalho da	2010a; 2010b.	02	A política salarial para os professores da educação básica e a política de fundos: Fundef e Fundeb em questão. A política salarial para os professores da educação básica da Rede Municipal no contexto do Fundeb nos municípios de Óbidos e Oriximiná-Pará.	Remuneração docente e a política de fundos do Fundef/Fundeb; Remuneração docente no contexto do Fundeb – estudo de caso.
SILVA, Flavia Osório da	2011	01	-Escola de tempo integral: uma análise da implantação na rede estadual de Goiás (2006-2010).	Escola de tempo integral – estudo de caso
SILVA, Flávio Caetano da.	2010	01	Políticas federais como indução de políticas municipais e locais na educação básica.	Políticas educacionais federais indutoras
SILVA, Francisco José da	2003; 2007	02	Formulação, implementação e resultados do Fundef: um estudo acerca das orientações da CNTE; Financiamento da educação pública básica do Distrito Federal: caracterização e “problemas” com o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).	Fundef; Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF); Financiamento da educação pública básica no Distrito Federal – estudo de caso.

SILVA, Gene Maria Lira.	2002	01	Dimensões legais na política de financiamento da educação: Goiás, 1995/1998.	Legislações das políticas de financiamento da educação – estudo de caso.
SILVA, Grazielle Dias da.	2012	01	Política de valorização docente em Ribeirão das Neves: impasses e configurações.	Valorização do magistério – estudo de caso.
SILVA, Isabelle Fiorelli.	Coautor/2012; 2014.	02	O gasto aluno-ano no Paraná (Brasil) e a situação de financiamento da educação nas regiões metropolitanas do Estado; A efetividade da “política de fundos” no financiamento da educação no Brasil 2007-2011.	Gasto aluno-ano nas regiões metropolitanas – estudo de caso; Política de fundos no financiamento da educação em períodos de governo.
SILVA, Ivo da	2011	01	Educação e trabalho: a reforma do ensino técnico-profissional proposta pelo governo federal nos anos 90, no plano global da reestruturação produtiva.	Reforma federal do ensino técnico-profissional nos anos 1990.
SILVA, João Batista do Carmo.	2009	01	Financiamento da educação superior no Pará: uma análise dos cursos de contrato na Universidade Federal do Pará 2000-2008.	Financiamento da Educação Superior e os cursos de contrato – estudo de caso.
SILVA, Jocilene Maria da Conceição.	2005	01	Políticas de universalização do ensino fundamental: inclusão ou exclusão? um estudo analítico-crítico sobre o Fundef.	Fundef e as políticas de universalização do ensino.
SILVA, Júlio Cesar Gonçalves da.	2012	01	O controle social e o Fundeb: possibilidades e limites da participação da sociedade civil nas políticas públicas.	Controle social e o Fundeb.
SILVA, Luiz Silverio	2012	01	A Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc) e a educação superior no período de 1995 a 2007.	Educação Superior em períodos de governos federais.
SILVA, Luizete Cordovil Ferreira.	2005	01	Estado e políticas de gestão financeira para a escola pública: a autonomia da escola no PDDE.	Autonomia e gestão financeira da escola pública.
SILVA, Magna Jovita G. S e.	2008; Coautor/2009.	02	Custo direto de financiamento das escolas públicas municipais de Teresina, Piauí; O financiamento da educação pública municipal de Teresina: o custo-aluno/ano.	Os custos com a educação pública municipal – estudo de caso.
SILVA, Maria de Fátima Mesquita da.	2002	01	Todo boato tem um fundo de verdade? Um olhar sobre a educação pública municipal em Fortaleza.	Educação pública municipal – estudo de caso.
SILVA, Maria Elite Barbosa da.	2011	01	-Financiamento do ensino superior: a captação de recursos externos como instrumento de diferenciação na UFPA.	Financiamento do ensino superior
SILVA, Maria José Ramos da.	2000	01	Custo direto de funcionamento do ensino médio público do Distrito Federal: um estudo de	Custos com o ensino médio – estudo de caso

			caso.	
SILVA, Maria Vieira da	Coautor/2006; Coautor/2014	02	Atribuições e funcionamento dos conselhos municipais de alimentação escolar; Enredamentos históricos da participação da esfera privada na questão social e no setor educacional.	Os conselhos municipais e controle social; A esfera privada no setor educacional.
SILVA, Pedro Luiz Barros	Org./1996	01	Descentralização e Políticas Sociais.	Descentralização e as políticas sociais
SILVA, Rose Cléia Ramos da.	2011; 2013.	02	O conselho de acompanhamento e controle social do Fundeb de Campo Verde-MT: conflitos e confluências; O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb de Campo Verde-MT.	Conselhos do Fundef.
SILVA, Samara de Oliveira.	2011	01	O impacto do Fundef/Fundeb na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica da rede estadual do Piauí.	Impactos do Fundef/Fundeb na remuneração docente.
SILVA, Silvano José da	Coautor/2008	01	Eficiência dos gastos municipais em saúde e educação: uma investigação através da análise envoltória no estado do Rio de Janeiro.	Os gastos municipais com a saúde e a educação – estudo de caso.
SILVA, Simone Maria da	2012	01	Pesquisa científica, editais de financiamento e a heteronomia acadêmica.	Financiamento de pesquisas científicas.
SILVA, Suomar Bitar	2000	01	A trajetória dos programas de educação profissional no Brasil: a inconsistência de modelos pedagógicos de educação tecnológica e a necessidade de financiamento.	Programas de educação profissional no Brasil.
SILVA, Teresa Lucia.	2009	01	A descentralização de recursos financeiros como indutor da gestão democrática: estudo sobre as escolas municipais de São Carlos.	A descentralização de recursos financeiros da educação.
SILVEIRA, Adriana Aparecida Dragone.	Coautor/2004; 2006; 2009	03	Direito à educação e o Ministério Público: uma análise da atuação de duas promotorias de Justiça da Infância e Juventude do interior paulista; Algumas considerações sobre as normas do processo de licitação pública, contratos e convênios no estabelecimento de parcerias educacionais entre a administração pública e a esfera privada; O Fundef e a educação básica em São Paulo: análise de quatro municípios.	Direito à educação e ministério público; Parcerias educacionais público-privadas; Impactos do Fundef nos territórios municipais – estudo de caso.
SILVEIRA, Derli.	2006a; 2006b.	02	Fiscalização e controle do Fundef: ação dos órgãos do	Conselhos do Fundef – estudo de caso.

			Estado e dos conselhos de acompanhamento e controle social nos municípios de Duque de Caxias e Rio de Janeiro; Acompanhamento e controle social do Fundef: o caso dos conselhos nos municípios de Duque de Caxias e do Rio de Janeiro-RJ.	
SIMÕES, Nadia de Aquino.	2000	01	Fundef e movimento sindical: a experiência de Duque de Caxias-RJ.	Fundef e movimento sindical – estudo de caso.
SIMÕES, Paulo Roberto Rodrigues.	2011	01	-Programa Universidade para Todos (Prouni): mudanças e possibilidades na vida dos sujeitos bolsistas.	Bolsa de estudos e o Prouni.
Simpósio Nacional de Educação Infantil	Org./1994	01	Anais.	Financiamento da Educação Infantil.
SIQUEIRA JR., Antônio Alves de.	2002; 2004.	02	Autonomia financeira nas escolas públicas do Distrito Federal: explicações e implicações nos documentos e nas falas dos gestores; Autonomia financeira nas escolas públicas do Distrito Federal: explicações e implicações nos documentos e nas falas dos gestores.	Autonomia financeira nas escolas públicas.
SMAILI, S.	Coautor/2002	01	O financiamento público para a Universidade pública é necessário.	Financiamento público para a universidade pública.
SOARES, Isabelle A.	Coautor//2005	01	Conselhos do Fundef no Paraná: perfil, natureza e prática.	Conselhos do Fundef – estudo de caso.
SOARES, Liana Silva de Almeida.	2012	01	Impactos das políticas públicas de financiamento da educação em Rondônia de 2003-2010: o caso de uma escola de ensino médio de Porto Velho.	Políticas de financiamento para o Ensino Médio – estudo de caso.
SOARES, Lucineide Maria dos Santos.	2011	01	Controle social dos recursos do Fundef/Fundeb do município de Teresina (2004 a 2009).	Conselho municipal do Fundef/Fundeb – estudo de caso.
SOARES, Maria Carneiro Tristão da Costa.	1989	01	Distribuição de recursos para as universidades federais: uma discussão.	Distribuição de recursos para as universidades federais.
SOARES, Sergei.	1998	01	<i>The financing of education in Brazil: with special reference to the north, northeast and center – west regions.</i>	Financiamento da educação nas regiões norte/nordeste e centro-oeste;
SOBREIRA, Rogério	Coautor/2005; Coautor/2008.	02	Federalismo fiscal e a descentralização do financiamento da educação pública no Brasil: experiências do Fundef e perspectivas para o Fundeb; Investimento público em educação fundamental e a qualidade de ensino: uma avaliação regional dos	Fundef e perspectivas para o Fundeb; Resultados do Fundef.

			resultados do Fundef.	
SOBRINHO, José Amaral.	1992; 1994.	02	O MEC e o ensino fundamental: o que os gastos revelam; Ensino fundamental: gastos da União – tendências.	Os gastos com o Ensino Fundamental.
SOTO, Ana Paula de Oliveira	Coautor/2012	01	Financiamento da educação especial no Brasil na arena do público e do privado.	Financiamento da Educação Especial.
SOUSA JR., Luiz de	2003; 2004; 2005a e Org./2005a; 2006a; 2006b; 2006c; 2007; 2009	08	Financiamento da educação básica e dos profissionais da educação em tempos de crise; Políticas públicas e práticas educativas. (Org.); Financiamento da educação: os impactos do Fundef na educação básica do Estado da Paraíba; Fundeb: avanços, limites e perspectivas; Os impactos financeiros do Fundef na educação básica do Município de João Pessoa; Repercussões do Fundef no gasto-aluno da educação básica do Estado da Paraíba; Sobre controle social e descentralização dos recursos da educação: os Conselhos de Acompanhamento do Fundef na Paraíba; Sobre o financiamento da educação básica; Financiamento e controle social dos recursos da educação: os conselhos de acompanhamento do Fundef;	Financiamento da Educação Básica; Os impactos do Fundef nos municípios – estudo de caso; Os conselhos do Fundef.
SOUSA NETO, Marcelo de.	2003	01	O impacto do FUNDEF no atendimento ao aluno do ensino fundamental da rede estadual em Teresina (1996-2002): conquistas, limites e potencialidades.	Os impactos do Fundef nos municípios – estudo de caso.
SOUSA, Ana Maria Gonçalves de.	2001	01	Impactos do Fundef em Cezarina, Inhumas, Senador Canedo e Teresópolis de Goiás.	Impactos do Fundef nos territórios municipais – estudo de caso.
SOUSA, Antonia de Abreu.	2009	01	A política de fundo público para o financiamento da educação básica: impacto e impasses no município de Fortaleza.	Impacto do Fundef nos territórios municipais – estudo de caso.
SOUSA, Maria do Socorro Lages de Carvalho.	2003	01	Avaliação do impacto do Fundef em Teresina/PI: mais recursos e mais controle social?	Impacto do Fundef nos territórios municipais – estudo de caso.
SOUZA, Alberto Mello e. A.	Coautor/1988 1989; Coautor/1997; [s/d]).	04	O financiamento da educação no Brasil e o ensino de 1º grau; Considerações sobre a distribuição de recursos educacionais;	O financiamento da educação no ensino de 1º grau; A distribuição de

			Financiamento da educação na América Latina: lições da experiência; O nó górdio e a ponte de safena.	recursos educacionais; Financiamento da educação na América Latina; A relação teoria/prática na formação profissional.
SOUZA, Ricardo de Ângelo	2001; Coautor/2001; Coautor/2004; Coautor/2005; 2006; Coautor/2006a; Coautor/2006b e Orgs./2006b.	08	A escola, por dentro e por fora. A cultura da escola e o Programa de Descentralização Financeira em Curitiba-PR.; O financiamento da educação na escola: análise dos recursos disponíveis em 13 escolas públicas no estado do Paraná. O Fundef e a democratização da educação básica no Paraná; O Fundef no Paraná: reflexões sobre os impactos na oferta e no financiamento educacional; Conselhos do Fundef no Paraná: perfil, natureza e prática; Revisitando a questão da natureza e da prática dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CACS) do Fundef no Estado do Paraná; Conversas sobre financiamento da educação no Brasil; Desafios atuais para o financiamento de uma educação de qualidade.	Programa de descentralização financeira – estudo de caso; Recursos para as escolas públicas – estudo de casos; Os impactos do Fundef nos territórios – estudo de caso; Conselhos do Fundef; Financiamento da educação no Brasil; Financiamento para uma educação de qualidade.
SOUZA, Antonia de Abreu.	2004	01	Financiamento da graduação brasileira: mudança pós-1990.	Financiamento do ensino superior.
SOUZA, Danielle Cristina de Brito.	2012	01	A relação entre os entes federados no financiamento da educação básica no Brasil no contexto da política de fundos (Fundef/Fundeb).	Regime de colaboração no contexto do Fundef/Fundeb.
SOUZA, Bello de Donaldo	Coautor/2003a; Coorg./2003b; Coautor/2004; Coautor/2005; 2006a; Org./2006b; 2007; Org./2008.	08	Desafios da educação municipal (Org.); O processo de construção da educação municipal pós-LDB 9.394/96: políticas de financiamento e gestão; Políticas de financiamento da educação municipal no Brasil (1996-2002): das disposições legais equalizadoras às práticas político-institucionais excludentes; Política, gestão e financiamento de sistemas municipais públicos de educação no Brasil: bibliografia analítica (1996-	Municipalização do ensino; Política de financiamento e gestão municipal da educação; Políticas de financiamento da educação municipal no Brasil em períodos de governo; Conselho municipal de acompanhamento e

			2002); Os conselhos de acompanhamento e controle social: tendências municipais; Acompanhamento e controle social da educação: fundos e programas federais e seus conselhos. (Org.); Desafios para as políticas municipais de cobertura da educação infantil, fundamental e de jovens e adultos no Estado do Rio de Janeiro; Conselhos municipais e controle social da educação: descentralização, participação e cidadania. (Org.).	controle social; As políticas para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA
SOUZA, Elen Barreto Araújo de.	2012	01	Transferências intergovernamentais e seus impactos para gestão da política pública de educação: análise sobre o caso do município do Rio de Janeiro no período de 2002/2011.	Pacto federativo e a gestão das políticas educacionais – estudo de caso.
SOUZA, F. C. da	Org./2011	01	O financiamento da educação básica e os programas de transferências voluntárias.	Os programas de transferências voluntárias.
SOUZA, Jhonatan Uelson Pereira	Coautor/2011	01	Alguns problemas do financiamento da educação básica brasileira: limites estruturais ao planejamento educacional recente.	Planejamento e financiamento da Educação Básica.
SOUZA, M. T. N.	2005	01	O Fundeb é uma ameaça ao pacto federativo?	Fundeb.
SOUZA, Marcelo Nogueira de.	2011	01	Condições de trabalho e remuneração docente: o caso do professor temporário na rede estadual de ensino do Paraná.	Condições de trabalho e remuneração docente.
SOUZA, Maria de Fátima Guerra de.	1994	01	Financiamento e reforma da escola pública no Estado de Michigan: uma observação comentada.	Financiamento e reforma da escola pública no estado de Michigan.
SOUZA, P. L. de.	2007	01	A influência do Fundef no processo de municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo.	Impacto do Fundef no município – estudo de caso.
SOUZA, Paulo Roberto Carvalho de.	2010	01	A evolução do financiamento do sistema público federal de ensino do ensino superior brasileiro de 1974 a 1997.	Financiamento do ensino superior.
SOUZA, Silvana Aparecida de	Org. 2014	01	Para onde vai o dinheiro? Caminhos e descaminhos do financiamento da educação (Org.)	Política de financiamento da educação.
SOUZA, Tonny Aparecido Vidal Barra de.	2012	01	A pós-graduação <i>stricto sensu</i> da UFJF: gestão financeira e sua relação com o crescimento.	Pós-graduação – estudo de caso.
STEINER, J. E.	Org./2006	01	Ensino superior: conceito e dinâmica.	Ensino Superior.
STEINHORST, C.	2009	01	A política de financiamento do	Política de

			ensino médio público no período de 1996 a 2006.	financiamento do Ensino Médio público em períodos de governo.
STURION, Gilma Lucazechi.	Coautor/2006	01	Atribuições e funcionamento dos conselhos municipais de alimentação escolar.	Conselhos municipais de alimentação escolar.
TAKARA, Rosely Kiyomi.	1999	01	Finanças públicas municipais: análise da municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo.	Municipalização do Ensino Fundamental – estudo de caso.
TARRAGÔ, Ramiro Porto da Silva.	2008	01	Financiamento da educação básica pública no Brasil e em Porto Alegre, pós-Constituição de 1988.	Financiamento da Educação Básica.
TAVARES, José Fernando Cosentino.	1998	01	Impacto no orçamento da operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef).	Impactos do Fundef no orçamento.
TAVARES, Sérgio Marcus Nogueira.	1991; 1993.	02	O dilema do financiamento do ensino superior; Elementos para a formulação de uma política de administração financeira nas instituições metodistas de ensino.	Financiamento do ensino superior; Instituições Metodistas de Ensino.
TAVARES, Taís Moura	Org. 2006	01	Conversas sobre financiamento da educação no Brasil.	Financiamento da educação brasileira.
TEIXEIRA, Anísio.	1999	01	Sobre o problema de como financiar a educação do povo brasileiro: bases para a discussão do financiamento dos sistemas públicos de educação	Financiamento dos sistemas públicos de educação.
TEIXEIRA, José Antônio.	1992	01	Mensalidades escolares como instrumento de política governamental.	Mensalidades escolares como política governamental.
TEIXEIRA, Lúcia Helena	Coautor/2001; Org. 2002.	02	Municipalização e gestão municipal; LDB e PNE: desdobramentos na política educacional brasileira.	Municipalização e gestão municipal; LDBEN e PNE.
TEIXEIRA, Vanessa Lopes	Coautor/1999	01	Política nacional de administração da educação básica: autonomia e intervenção.	Política de administração da Educação Básica.
TONEGUTTI, C. A.	2007	01	Financiamento da educação pública: elementos para reflexão.	Financiamento da educação pública.
TORRES, Ana Paula.	2005	01	Os recursos financeiros do ensino fundamental: o Fundef na diretoria de ensino de Araquara.	Os recursos do Fundef no município – estudo de caso.
TOSCHI, Mirza Seabra	Coautor/2012	01	Educação escolar: políticas, estrutura e organização.	Planejamento educacional.
TROJAN, Rose Meri.	2010	01	Estudo comparado sobre políticas educacionais na América Latina e a influência dos organismos multilaterais.	Organismos multilaterais e as políticas educacionais na América Latina.

ULISSEA, Gabriel	Coautor/2004	01	Sistema brasileiro de financiamento à educação básica: principais características, limitações e alternativas.	Financiamento da Educação Básica.
UMANN, Jorge Miguel Bonatto.	2008	01	O controle social e público da gestão financeira da educação através de conselhos municipais em Triunfo-RS: uma reflexão das relações governo e sociedade.	Conselhos municipais e controle social
União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)	1997	01	Financiamento e orçamento da educação para educadores: um começo de conversa	Remuneração docente.
Unesco	Org./[s/d]; Org./2003; Org./2004.	03	Equidade e financiamento da Educação na América Latina; Anais do simpósio da educação infantil: construindo o presente; Financiamento da educação infantil: perspectivas em debate.	Equidade e financiamento da educação na América Latina; Anais do simpósio da educação infantil; Financiamento da Educação Infantil.
Universidade de São Paulo (USP).	2004	01	Levantamento do custo aluno/ano em escolas da Educação Básica que oferecem condições para oferta de um ensino de qualidade – São Paulo.	A relação custo-aluno-ano-qualidade – estudo de caso.
Universidade Federal de Goiás (UFG).	2003; 2004.	01	Levantamento do custo-aluno ano em escolas da Educação Básica que oferecem condições para oferta de um ensino de qualidade; Pesquisa custo-aluno qualidade.	A relação custo-aluno-ano-qualidade – estudo de caso.
Universidade Federal do Pará (UFPA) – Grupo de Estudos em Gestão e Financiamento da Educação (GEFIN).	2004	01	Levantamento do custo-aluno-ano em escolas da educação básica que oferecem condições de um ensino de qualidade.	A relação custo-aluno-ano-qualidade – estudo de caso.
Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Departamento de Planejamento e Administração Escolar	2004	01	Levantamento do custo-aluno-ano em escolas que oferecem condições de um ensino de qualidade.	A relação custo-aluno-ano-qualidade – estudo de caso.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) – Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação.	2004	01	Levantamento do custo aluno/ano em escolas da Educação Básica que oferecem condições de um ensino de qualidade. (Relatório de Pesquisa não publicado).	A relação custo-aluno-ano-qualidade – estudo de caso.
VAHL, Theodoro Rogério.	1993	01	Alternativas de financiamento para o ensino superior.	Financiamento do ensino superior.
VALE, Andrea Araújo do.	2011	01	As faculdades privadas não fazem pesquisa porque não querem jogar dinheiro fora: a trajetória da Estácio de Sá da filantropia ao mercado.	Ensino superior privado.

VALENTE, Lúcia de Fátima.	2011	01	Permanências e mudanças na organização do trabalho escolar nas Geraes: uma análise do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e do PDE-Escola.	Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o Plano De Desenvolvimento Da Escola (PDE-Escola).
VALLE, Bertha de Borja Reis do	Coautor/1997	01	Recursos financeiros na nova LDB: avanços e limitações.	Recursos financeiros na nova LDBEN nº 9.394/96.
VARANDAS, Denilton Ferreira	Coord./1995	01	Recursos financeiros e educação no poder público municipal: o caso de Belo Horizonte.	Recursos financeiros para a educação em territórios municipais – estudo de caso.
VARGAS, Gisele.	2012	01	Valorização salarial docente: implicações das políticas públicas educacionais relativas à remuneração do magistério no setor privado de ensino.	Remuneração docente no setor privado de ensino.
VASCONCELOS, H. C.	Coautor/2003	01	A Temática – política de financiamento da educação na revista Universidade e Sociedade.	As pesquisas sobre o financiamento da educação.
VAZQUEZ, Daniel Arias.	2003; 2005.	02	Educação, descentralização e desequilíbrios regionais: os impactos do Fundef: 2003; Desequilíbrios regionais no financiamento da educação: a política nacional de equidade do Fundef.	Os impactos do Fundef; Fundef e desequilíbrios regionais.
VEIGA, Laura da.	Coautor/1999	01	Contexto socioeconômico e descentralização no ensino fundamental em Minas Gerais.	Descentralização do ensino fundamental – estudo de caso.
VELHO, L.	Coautor/1997	01	Política de bolsas, progressão e titulação nos mestrados e doutorados.	Política de bolsas, progressão e titulação nos mestrados e doutorados.
VELLOSO, Jacques.	Coautor/1988a; 1988b; 1988c; 1988d; 1989; 1990a; 1990b; 1991 e Org./1991; 1992a; 1992b; 1996; Coautor/1997; 2000; 2001; Coautor/2005; 2012.	17	O financiamento da educação no Brasil e o ensino de 1º grau; A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o financiamento do ensino: pontos de partida; Investimento público em educação: quando e onde? Os quatro anos da Emenda Calmon e seu impacto: um comentário; Universidade e seu financiamento: ensino público e privado na Constituinte; O público e o privado no projeto de LDB: organização, gestão e recursos de ensino; A Emenda Calmon e os recursos da União; Custos reais e custos contábeis da universidade pública; Universidade pública: política, desempenho, perspectivas; Impasses e alternativas no	Financiamento do ensino de 1º grau; Financiamento do ensino na LDBEN nº 9.394/96; Investimento público em educação; O impacto da Emenda Calmon; Financiamento do ensino superior público e privado; A relação público-privada na LDBEN; Os custos com a universidade pública; Financiamento das

			financiamento das políticas públicas para a educação: um pano de fundo; Políticas do MEC e recursos para o ensino no governo Collor; Recursos vinculados para a manutenção e desenvolvimento do ensino: urna análise e uma proposta; Política de bolsas, progressão e titulação nos mestrados e doutorados; Universidade na América Latina: rumos do financiamento; 2000 Pesquisas no país sobre o financiamento da educação: onde estamos? Recursos próprios da UNB, o financiamento das IFES e a reforma da Educação Superior; O financiamento da educação na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: temas dos últimos 15 anos.	políticas públicas para a educação; Recursos para o ensino em períodos de governo; Recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino; Bolsas de estudo; Pesquisas sobre financiamento da educação; Reforma da Educação Superior.
VENTURELLI, Telma América.	2000	01	Custos indiretos do ensino médio no Distrito Federal: a questão do livro didático.	Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para o Ensino Médio.
VERAS, Maria Eudes Bezerra.	1989; 1990	02	Estado e financiamento da educação; Financiamento da educação pelo município: juntando pedras da base legal.	Financiamento da educação pelo estado; Financiamento da educação, pelo município.
VERHINE, Robert Evan	Coautor/1993; 1995; 1996a; Coautor/1996b; 1998; 1999a; 1999b; 1999c; Coautor/1999d; 2000a; 2000b; 2002; 2003; Coautor/2003; 2006a; Coautor/2006b; Coautor/2006; Coautor/2006)	18	Níveis e determinantes do financiamento local a educação básica: um estudo de 115 municípios na Bahia; Financiamento local e educação básica; O financiamento de ensino fundamental no Brasil: uma análise de tendências nacionais e realidades locais; Financiamento da educação básica: um estudo de receitas e gastos das redes municipais de ensino da Bahia; Determinação de custos educacionais: uma análise panorâmica do estado da arte; Financiamento de ensino fundamental na Bahia: novos achados e uma proposta para avaliar o Fundef; O financiamento do ensino fundamental no Brasil: uma análise de tendências nacionais	Financiamento da Educação Básica nos municípios – estudo de caso; Financiamento do Ensino Fundamental; Custos educacionais – estado da arte; Fundef e descentralização do ensino; Financiamento da Educação Básica em períodos de governos; Fundef nos territórios municipais – estudo de caso; O custo-aluno-

			e realidades locais; O Fundef: suas implicações para descentralização do ensino e o financiamento da educação no Brasil; A descentralização da educação; O financiamento da educação básica na década de 1990: tendências longitudinais no Estado da Bahia; Um experimento chamado Fundef: uma análise do seu desempenho no cenário nacional e no contexto da Bahia; A gestão do financiamento da educação básica: um estudo longitudinal e comparativo no contexto do Estado da Bahia; Fundef no Estado da Bahia; Financiamento da educação básica: um estudo de receitas e gastos das redes de ensino da Bahia; Pesquisa Nacional Qualidade na Educação: custo-aluno-qualidade em escolas de educação básica; A relação entre as variações no compromisso financeiro dos municípios com a educação e o desempenho escolar; Quanto custa a educação básica de qualidade? Custo-aluno-ano em escolas de qualidade: uma análise por contexto e oferta de ensino.	qualidade na educação básica; Compromisso financeiro dos municípios com a educação.
VIANA, Arthur Sérgio Rangel.	2006	01	O Fundef no Espírito Santo: alguns processos instituídos nas políticas públicas para o ensino fundamental do município de Vitória.	Impacto do Fundef nos territórios municipais – estudo de caso
VIEGAS, Luciane Torezan.	Coautor/2009	01	A educação especial no âmbito da política de fundos no financiamento da educação.	Financiamento da Educação Especial.
VIEIRA, Mussa Agostinho Vaz.	2012	01	Análise comparativa das políticas públicas para a educação superior no Brasil (1995-2010): ruptura e/ou continuidade?	Políticas públicas para a Educação Superior.
VIEIRA, Sofia Lerche.	2000; 2005.	02	Política educacional em transição (1985-1995); Financiamento e gestão da educação pública.	Política educacional; Financiamento e gestão da educação pública.
VIEITEZ, C. G	Orgs./2007	01	Educação e políticas públicas;	Políticas públicas em educação.
VILERA, Rosane Gaviti	Coautor/2009	01	Trabalhando com as fontes para a construção do conhecimento	Financiamento do ensino superior.

			sobre o financiamento do ensino superior.	
VILLARDI, Raquel	Orgs./1997	01	Múltiplas leituras da nova LDB: lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96).	A Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96.
VOLPE, Geruza Cristina Meirelles.	2010; 2013.	02	O financiamento da educação de jovens e adultos em municípios mineiros no período de 1996 a 2006: farelos e migalhas; (Tese) O financiamento da educação de jovens e adultos em municípios mineiros no período de 1996 a 2006: até quando migalhas?	Financiamento da Educação de Jovens e Adultos – EJA em períodos de governo;
WAGNER, Carmen Lucia Furrer Arruda.	2001	01	Financiamento da educação pública: análise da aplicação de recursos na educação no município de Campinas 1986 a 1999.	Aplicação de recursos na educação pública municipal – estudo de caso
WALTENBERG, Fábio Domingues	Coautor/2014	01	Teoria econômica e problemas com remuneração de professores por resultados.	Accountability.
WARDE, Mirian Jorge	Org. 1996; Org./1998.	02	O Banco Mundial e as políticas educacionais.	Organismos internacionais e o financiamento das políticas educacionais
WEBER, Silke.	1998	01	Novos padrões de financiamento e impactos na democratização do ensino.	Financiamento e democratização do ensino.
WERLE, Flávia Obino Corrêa	Coautor/2000	01	Reconstruindo a produção da área da administração da educação 1982-1994: perspectivas temporal e temática em periódicos nacionais.	As pesquisas na área da administração educacional.
WIEDERKEHR, Paulo Egon	Coautor/2006	01	Conselhos gestores de políticas públicas: Fundef Fundef/Fundeb.	Conselhos municipais do Fundef/Fundeb.
WITTMANN, Lauro Carlos	Coord./2001	02	O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil: 1991 a 1997	Política e gestão da educação.
XAVIER, Antônio Carlos da Ressurreição	Coautor/1988; 1991; Coautor/1992; Coautor/1994.	04	Custo direto de funcionamento das escolas públicas de 1º grau da região sul; O financiamento da educação em períodos de crise: pontos para discussão; Os padrões mínimos de qualidade dos serviços educacionais: uma estratégia de alocação de recursos para o ensino fundamental; Um retrato das finanças da educação no Paraná.	Os custos com o ensino de 1º grau da Região Sul; Financiamento da educação em períodos de crise; Recursos para um padrão mínimo de qualidade em educação; Recursos aplicados à educação – estudo de caso.
XIMENES, Salomão	2006;	02	Fundo público e direito à	Gastos públicos da

Barros.	2009.		educação: um estudo a partir dos gastos públicos da União e do Município de Fortaleza; A execução orçamentária da educação no primeiro mandato de Lula e suas perspectivas.	União e do município de Fortaleza – estudo de caso.
YANAGUITA, Adriana Inácio.	2008; 2013.	02	A produção e circulação de saberes sobre financiamento da educação no Brasil (1991-2005); Financiamento da educação no Brasil (1990-2010): impactos no padrão de gestão do ensino fundamental.	O estado da arte sobre o financiamento da educação em períodos determinados; A gestão do Ensino Fundamental em períodos de governo.
ZIBAS, Dagmar M. L.	Org. 2002	01	O ensino médio e a reforma da educação básica.	Reforma educacional e o Ensino Médio.
ZICHIA, Andrea de Carvalho	Coautor/2012	01	Financiamento da educação especial no Brasil na arena do público e do privado.	A relação público-privada na questão do financiamento da Educação Especial.
ZOGHBI, Ana Carolina	Coautor/2011	01	Uma análise da eficiência nos gastos em educação fundamental para os municípios paulistas.	Eficiência nos gastos com o Ensino Fundamental nos municípios – estudo de caso

Fonte: Elaboração nossa, com base nos dados do *Levantamento bibliográfico sobre financiamento da Educação no Brasil de 1988 a 2014*, de Nicholas Davies (2014).

APÊNDICE B - As convergências temáticas e suas reincidências, a partir do inventário de Nicholas Davies

DESCRIPTOR	REINCIDÊNCIAS	%
Fundef e seus efeitos	112	10,0
Gestão dos gastos públicos e política de financiamento da educação nas esferas: estadual/municipal (estudo de casos)	78	6,97
Financiamento e execução orçamentária na área da educação mapeando a trajetória e as mudanças em períodos de governos federais	62	5,54
Expansão e financiamento do ensino superior	55	4,91
Fundeb	52	4,65
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a assistência financeira aos entes federados: Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Programa de Ações Articuladas (PAR) e Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).	46	4,11
Fiscalização da aplicação de recursos pelos órgãos de controle institucional- Tribunais de Contas e a Câmara dos Deputados	43	3,84
Carreira e remuneração dos profissionais do magistério, formação, representação social e condições do trabalho docente	41	3,66
Gestão democrática, autonomia e processo de descentralização financeira da educação	40	3,57
Participação dos Conselhos Municipais e do movimento sindical no controle social do Fundef, Fundeb e programas federais.	39	3,48
Federalismo fiscal e regime de colaboração entre os entes federados para o financiamento da educação	36	3,22
Custo-Aluno- Ano/Qualidade (CAQ); Custo-Aluno-Qualidade inicial (CAQi)	35	3,13
O estatal, o público e o privado em educação e suas conexões	35	3,13
Financiamento da Educação Básica	30	2,68
Política educacionais e de financiamento da Educação infantil	30	2,68
Estudos e pesquisas sobre financiamento e gestão da educação	29	2,59
Gestão e financiamento do ensino médio público	28	2,50
Municipalização do ensino	28	2,50
Balanco social do custo benefício e equidade, na distribuição dos recursos para o financiamento dos sistemas públicos de educação.	25	2,23
Estrutura, organização e política de financiamento da educação	22	1,96
Financiamento da educação e a influência dos organismos internacionais – Banco Mundial	18	1,61
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN	17	1,52
Financiamento ao estudante do Ensino Superior (Fies)	14	1,25
Financiamento do ensino fundamental	14	1,25
Plano Nacional de Educação	14	1,25
Financiamento da Educação de Jovens e Adultos (EJA)	10	0,89
Financiamento da Educação Tecno-profissional	10	0,89
Vinculação constitucional de recursos para a manutenção e	10	0,89

desenvolvimento do ensino		
Salário-educação	09	0,80
Financiamento público para as instituições de ensino não-estatais: comunitárias, filantrópicas, confessionais e de educação especial	08	0,71
Financiamento das políticas públicas educacionais no Brasil	07	0,62
A relação entre gastos com insumos e qualidade na educação	06	0,53
Bolsa-Escola/ Bolsa Família	06	0,53
Emenda Calmon e os recursos da União	06	0,53
Ensino pago na universidade pública e processo de mercantilização da educação superior	06	0,53
Financiamento dos Institutos Federais de Ensino Superior (Ifes) e Fundações de apoio em anteprojetos de reforma da Educação Superior	06	0,53
Programa Universidade para Todos (Prouni) -Bolsas de Estudo	06	0,53
A vinculação avaliação-financiamento na Educação Superior brasileira	05	0,44
Conferência Nacional de Educação (Conae)	05	0,44
Constituição Federal de 1988 e suas diretrizes para o financiamento da educação	05	0,44
Financiamento das pesquisas nas universidades	05	0,44
Planos Decenais de Educação e Leis Orgânicas	05	0,44
Execução orçamentária, políticas públicas e as disputas orçamentárias entre os poderes legislativo e executivo	04	0,35
Privatização da educação – <i>Targeted Vouchers</i>	04	0,35
<i>Accountability</i>	03	0,26
Cultura organizacional e gestão administrativa	03	0,26
Reforma tributária	03	0,26
Estimativa de gastos privados com a educação	03	0,26
Financiamento da Educação Especial	03	0,26
Financiamento e gestão de ensino público e privado na constituinte 87/88	03	0,26
Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)	03	0,26
Sistema Nacional de Educação	03	0,26
Sonegação, crise fiscal e os recursos do ensino público	03	0,26
Acesso e gratuidade no Ensino Superior público	02	0,17
Direito à educação e orientações de tratados internacionais	02	0,17
Gestão e financiamento da educação integral	02	0,17
Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Planejamento Orçamentário	02	0,17
Lei de Responsabilidade Fiscal e Planejamento Educacional	02	0,17
Leis Orgânicas e educação	02	0,17
O PIB e a educação	02	0,17
Sistema de informações sobre os recursos disponíveis e diagnósticos dos gastos públicos na área da educação	02	0,17
Assistência educacional nos estabelecimentos penais	01	0,08
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação	01	0,08
Direito à educação e atuação do Ministério Público	01	0,08
Dívida externa e educação	01	0,08
O Pré-sal e a educação	01	0,08
Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	01	0,08

Fonte: Elaboração nossa, com base nos dados do *Levantamento bibliográfico sobre financiamento da educação no Brasil de 1988 a 2014*, de Nicholas Davies. (2014).

APÊNDICE C - Síntese do mapeamento da exploração empírica do capítulo III

AUTOR DOCENTE/ EGRESSO	ANO PUB	RECORTE TEMÁTICO	REF. BIBLIOG. PRINCIPAIS	Programa (PPGE)	PERIÓDICOS	SUB-QUESTÕES
RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO EDUCACIONAL						
PERONI, V. M. V.	2010	A democratização da educação em tempos de parcerias entre o público e o privado.	PERONI, V. M. V.	PPGEDU UFRGS Nota 6	Revista de Educação Pública (Qualis A2)	Redefinições no papel do Estado gerencialista e o Terceiro Setor
PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R.	2012	Redefinições no papel do Estado: terceira via, novo desenvolvimentismo e as parcerias público-privadas na educação.	PERONI, V. M. V.	PPGEDU UFRGS Nota 6	Revista FAEEBA-Educação e Contemporaneidade (Qualis A2)	Redefinições no papel do Estado gerencialista e o Terceiro Setor
PERONI, V. M. V.; SUSIN, M. O. K.	2011	A parceria entre o poder público municipal e as creches comunitárias: a educação infantil em Porto Alegre.	PERONI, V. M. V.	PPGEDU UFRGS Nota 6	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (Qualis A2)	A parceria entre o poder público municipal e as creches comunitárias
PERONI, V. M. V.	2012	A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado.	PERONI, V. M. V.	PPGEDU UFRGS Nota 6	Pró-Posições (Qualis A1)	Implicações da parceria público-privado para a gestão democrática
PERONI, V. M. V.; ADRIÃO, T.	2011	Consequências da atuação do Instituto Ayrton Senna para a gestão da educação pública: observações sobre 10 estudos de caso.	ADRIÃO, T.; PERONI, V.	PPGEDU UFRGS Nota 6	Práxis Educativa (Qualis A2)	As parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna
ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R. e ARELARO, L.	2012	As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose?	ADRIÃO, T.	PPGE FEUSP Nota 6	Educação & Sociedade (Qualis A1)	Municipalização do ensino e as parcerias público-privado
GHANEM JUNIOR, E. G.G.	2012	As ONGs e responsabilidade governamental com a escola básica no Brasil.	OLIVEIRA, A. C.; HADDAD, S.	PPGE FEUSP Nota 6	Pró-Posições (Qualis A1)	A atuação das ONGs em educação escolar
DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DA GESTÃO EDUCACIONAL DO ESTADO						
KRAMER, S.; CORSINO, P.; NUNES, M. F. R.	2011	Infância e Crianças de 6 anos: desafios das transições na Educação Infantil e Ensino Fundamental.	BAKHTIN, M.; KRAMER, S.	PPGE PUC-Rio Nota 6	Educação e Pesquisa (Qualis A1)	Planejamento, avaliação e gestão das redes municipais de ensino
CARVALH	2011	Redes Municipais de	ARRETCHE,	PPGE	Archivos	Planejamento,

O, C. P.; BONAMIN O, A. M. C.; KAPPEL, M. D. B.		Ensino, Planejamento e Resultados Educacionais.	M.; BALL, S.J.	PUC-Rio Nota 6	Analíticos de Políticas Educativas (<i>Qualis A2</i>)	avaliação e gestão nas redes municipais de ensino
MARCOND ES, M. I.; LEITE, V. F. A.; OLIVEIRA, A. C. P.	2012	Reforma e recontextualização das políticas: o papel dos coordenadores pedagógicos nas escolas municipais do Rio de Janeiro.	BALL, S.J.; GOODSON, I.F.	PPGE PUC-Rio Nota 6	Revista Diálogo Educativo (<i>Qualis A2</i>)	Reformas e recontextualizaçã o das políticas
SOUSA, S. M. Z. L.; OLIVEIRA, R. P.	2010	Sistemas Estaduais de Avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências.	SOUZA, S.M.Z.	PPGE FEUSP Nota 6	Cadernos de Pesquisa (<i>Qualis A1</i>)	Avaliação e políticas para as redes estaduais de ensino
WERLE, F. O. C.; THUM, A. B.; ANDRADE , A. C. de.	2010	Sistemas Municipais de Ensino no Rio Grande do Sul: uma contribuição para as políticas educacionais.	WERLE, F. O. C.; ANDRADE, A.C.; SANTOS, M.; BALL, S.J.;	PPGEdu- Unisinos Nota 7	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (<i>Qualis A2</i>)	Sistemas Municipais de Ensino
MOLINA, R. K.; LOPES, R. A.; ACHILLES, H. S.	2011	Impactos das Políticas Educacionais nas Dinâmicas da Organização Escolar: reflexões na perspectiva do professorado de uma rede municipal.	BALL, S.	PPGEdu- Unisinos Nota 7	Ensaio: aval polít. públ. Educacionais (<i>Qualis A1</i>)	As políticas educacionais nas dinâmicas da organização escolar
PROFISSÃO DOCENTE						
BARRETT O, E. S. S.	2010	Trabalho docente e modelos de formação: velhos e novos embates e representações.	GATTI, B.; BARRETTO; TEDESCO, J.C.	PPGE FEUSP Nota 6	Cadernos de Pesquisa (<i>Qualis A1</i>)	Políticas de formação docente
BARRETT O, E. S. S.	2011	Políticas e práticas de formação de professores da educação básica no Brasil: panorama nacional.	GATTI, B.	PPGE FEUSP Nota 6	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (<i>Qualis A2</i>)	Políticas de formação docente
OLIVEIRA, D. A.	2010	Os trabalhadores docentes e a construção política da profissão docente no Brasil.	NÓVOA, A.; OLIVEIRA, D. A.	PPGE FaE UFMG Nota 7	Educar em Revista (<i>Qualis A1</i>)	Constituição da identidade docente
OLIVEIRA, D. A.	2011	A nova regulação de forças no interior da escola: carreira, formação e avaliação docente.	DUBET, F.; OLIVEIRA, D.A.	PPGE FaE UFMG Nota 7	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (<i>Qualis A2</i>)	Carreira, formação e avaliação docente
LELIS, I. A. O. M.	2012	O trabalho docente na escola de massa:	NÓVOA, Antonio	PPGE PUC-Rio	Sociologias (<i>Qualis A2</i>)	Condições de trabalho

		desafios e perspectivas.		Nota 6		docente
PARO, V. H.	2012	Trabalho docente na escola fundamental: questões candentes.	PARO, V. H.	PPGE-FEUSP Nota 6	Cadernos de Pesquisa (Qualis A1)	Condições de trabalho docente
POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS						
LEÃO, G. M. P.; NONATO, S. P.	2012	Políticas públicas, juventude e desigualdades sociais: uma discussão sobre o <i>ProJovem Urbano</i> em Belo Horizonte.	ANDRADE, E. R.& ESTEVES, D.C.G.& SILVEIRA, O.M.C.	PPGE FaE UFMG Nota 7	Educação e Pesquisa (Qualis A1)	ProJovem Urbano
FISCHER, M. C.; FRANZOI, N. L.; HYPOLITO, Á. M.; PINO, M. D.; SANTOS, S. V.	2010	Escola, saberes e trabalho: a pesquisa do PROEJA no Rio Grande do Sul.	SCHWARTZ, Yves	PPGEdu- Unisinos Nota 7	Educação e Realidade (Qualis A1)	PROEJA no Rio Grande do Sul
FRANZOI, N. L.; HYPOLITO, Á. M.; FISCHER, M. C.; PINO, M. D.; SANTOS, S. V.	2010	Escola, Saberes e Trabalho: a pesquisa do PROEJA no Rio Grande do Sul.	SCHWARTZ, Yves	PPGEDU UFRGS Nota 6	Educação e Realidade (Qualis A1)	PROEJA no Rio Grande do Sul
PIERRO, M. C. D.	2010	A educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas.	DI PIERRO, M.C.	PPGE FEUSP Nota 6	Educação & Sociedade (Qualis A1)	EJA no PNE
BARREYR O, G. B.	2010	O Programa Alfabetização Solidária: terceirização na reforma do estado.	PEREIRA, L.C.B.	PPGE FEUSP Nota 6	Educar em Revista (Qualis A1)	Terceirização das políticas para EJA
CUNHA, M. I.	2011	Aprendizagens ao longo da vida e avaliação do desempenho profissional.	CUNHA, M. I.	PPGEdu- Unisinos Nota 7	Avaliação (Qualis A1)	Aprendizagem ao longo da vida e desempenho profissional
ENSINO SUPERIOR PÚBLICO/PRIVADO						
FELICETTI, V. L.	2012	Graduados Prouni: um estudo comparativo entre licenciados e não licenciados.	FELICETTI, V. L.	PPGEdu PUC-RS Nota 6	Estudos em Avaliação Educacional (Qualis A2)	Graduados do Prouni
FRANCO, M. E. D. P.; MOROSINI	2012	Marcos regulatórios e arquiteturas acadêmicas na	MOROSINI, M. C.;	PPGEDU UFRGS Nota 6	Revista Educação em Questão	Internacionalização como tendência da

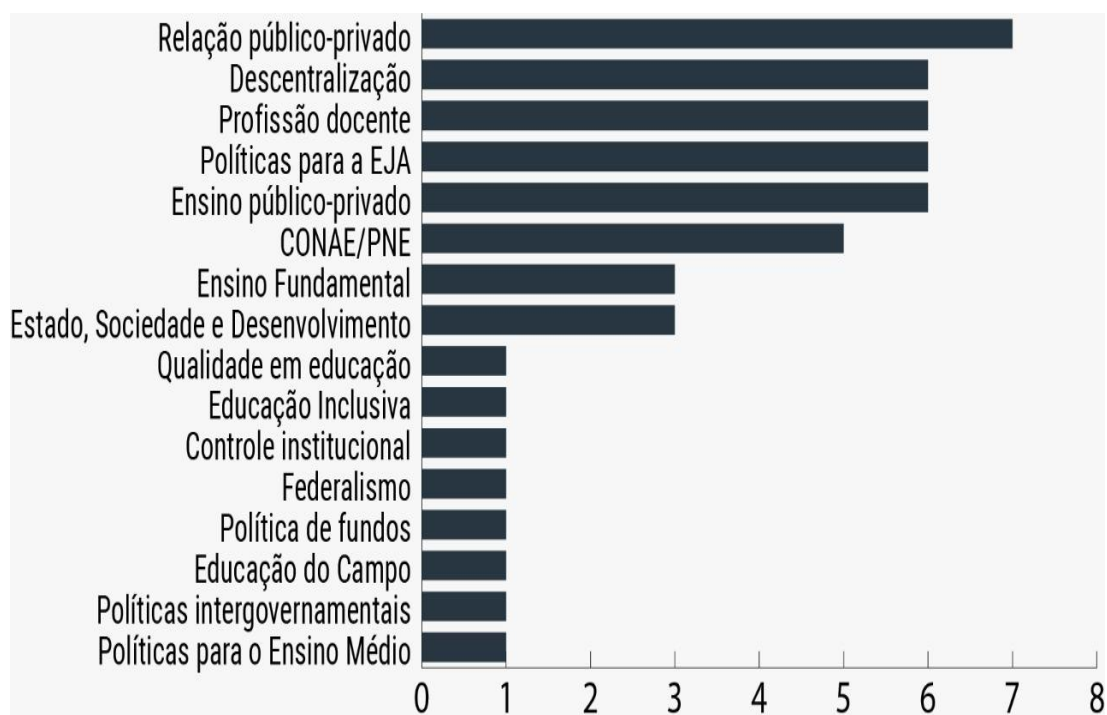
ARELARO, L. R. G.; JACOMINI, M. A.; KLEIN, S. B.	2011	O ensino fundamental de nove anos e o direito à educação.	LEGISLAÇÕES EDUCACIONAIS	PPGE FEUSP Nota 6	Educação e Pesquisa (Qualis A1)	Implementação do Ensino Fundamental de Nove Anos
SANTOS, L. L.	2010	Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental de 9 anos e o Plano Nacional de Educação: abrindo a discussão.	BALL, S.	PPGE FaE UFMG Nota 7	Educação & Sociedade (Qualis A1)	Implementação do Ensino Fundamental de Nove Anos
SILVA, C. S. R. A.; CAFIERO, D.	2011	Implicações das políticas educacionais no contexto do ensino fundamental de nove anos.	SILVA, Ceris S. R.	PPGE FaE UFMG Nota 7	Educação em Revista (Qualis A1)	Implementação do Ensino Fundamental de Nove Anos
ESTADO, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO						
LIMA, I. G.; GANDIN, L. A.	2012	Entendendo o estado gerencial e sua relação com a educação: algumas ferramentas de análise.	BALL, S.J.; APPLE, M. W.	PPGEDU UFRGS Nota 6	Práxis Educativa (Qualis A2)	A natureza gerencialista do estado, na lógica de mercado
GHANEM, E.	2012	Educação na mudança social: lugar central, lugar secundário e lugar nenhum.	KILPATRICK	PPGE FEUSP Nota 6	Educar em Revista (Qualis A1)	Educação como fator de mudança social
BRUNO, L. E. N. B.	2012	Educação e Desenvolvimento Econômico no Brasil.	MARX, Karl; TRONTI, M.; CLEAVER, H.	PPGE FEUSP Nota 6	Revista Brasileira de Educação (Qualis A1)	Desenvolvimento
QUALIDADE EM EDUCAÇÃO						
CORSETTI, B.; KISTEMACHER, D.	2010	Qualidade da Educação e Avaliação do Rendimento Escolar na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1994).	HEGENBERG, L.; HALL, M.	PPGEdu Unisinos Nota 7	História da Educação (Qualis A2)	Concepções sobre avaliação e qualidade da educação de 1944 a 1964.
POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA						
LACERDA, C. B. F.	2011	Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos.	BAKHITIN, M.; QUADROS, R. M. (Org.)	PPGE UFSCar Nota 6	Cadernos de Educação (Qualis A2)	Formação docente para o Atendimento Educacional Especializado (AEE)
CONTROLE SOCIAL E INSTITUCIONAL DAS POLÍTICAS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO						
FARENZENA, N.	2010	Controle institucional em políticas federais de educação básica no	O'DONNELL, Guillermo	PPGEDU UFRGS Nota 6	Revista Brasileira de Política e Administração	Accountability

		Brasil.			da Educação (Qualis A2)	
FEDERALISMO						
VEIGA, C. G.	2011	A escola e a República: o estadual e o nacional nas políticas educacionais.	CARVALHO, J. M.	PPGE FaE UFMG Nota 7	Revista Brasileira de História da Educação (QualisA2)	Tensões históricas para a construção de um projeto nacional de educação
POLÍTICA DE FUNDOS						
FARENZENNA, N.; MENDES, A. O.	2010	Capacidade de financiamento da educação em municípios do Rio Grande do Sul: uma exploração a partir dos efeitos redistributivos do FUNDEF e do FENDEB.	FARENZENNA, Nalu	PPGEDU UFRGS Nota 6	Currículo sem Fronteiras (Qualis A2)	Efeito redistributivo do Fundef/ Fundeb
EDUCAÇÃO DO CAMPO						
RIBEIRO, M.	2012	Educação do campo: embate entre Movimento Camponês e Estado.	KOLLING, E.; MOLINA M.; SAVIANI, D.; RIBEIRO, M.	PPGEDU UFRGS Nota 6	Educação em Revista (Qualis A1)	As políticas para a educação do campo e as demandas do Movimento Camponês
IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS INTERGOVERNAMENTAIS						
FARENZENNA, N.; et al.	2012	Implementação de planos de ações articuladas municipais: achados de uma pesquisa de avaliação.	MACHADO, M ^a G. F.; MULLER, P.	PPGEDU UFRGS Nota 6	Revista FAEEBA (Qualis A2)	Transferências voluntárias da União aos entes federados, por meio do PAR
POLÍTICAS PARA O ENSINO MÉDIO						
DUARTE, A.; MELO, S. D. G.	2011	Políticas para o Ensino médio no Brasil: perspectivas para universalização	FERRETTI, C. J.	PPGE FaE UFMG Nota 7	Cadernos Cedes (Qualis A2)	O Ensino Médio no território estadual de Minas Gerais

Fonte: Elaboração própria

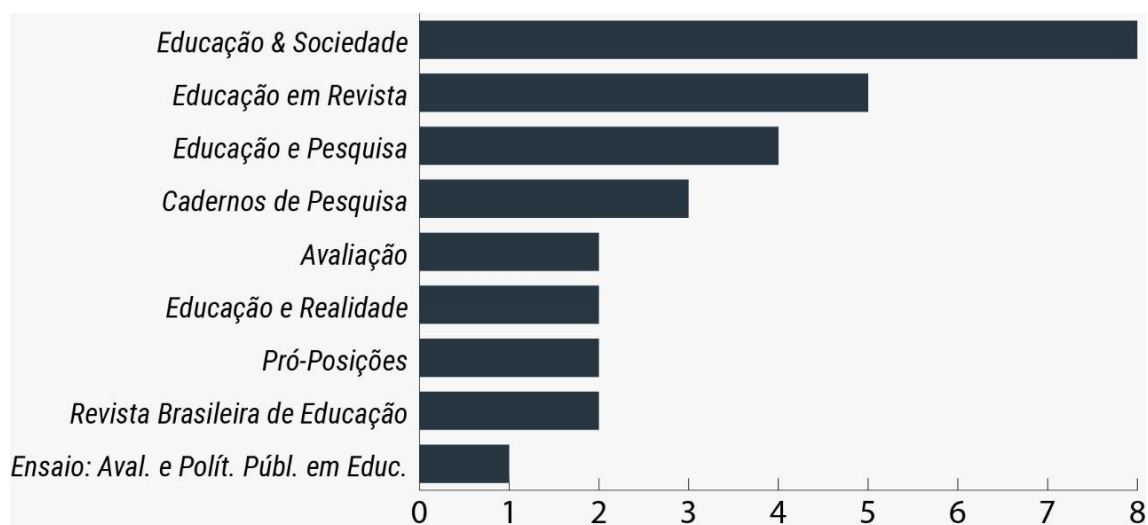
APÊNDICE D - Gráficos correspondentes aos itens do Capítulo 4

4.1. Síntese das convergências temáticas

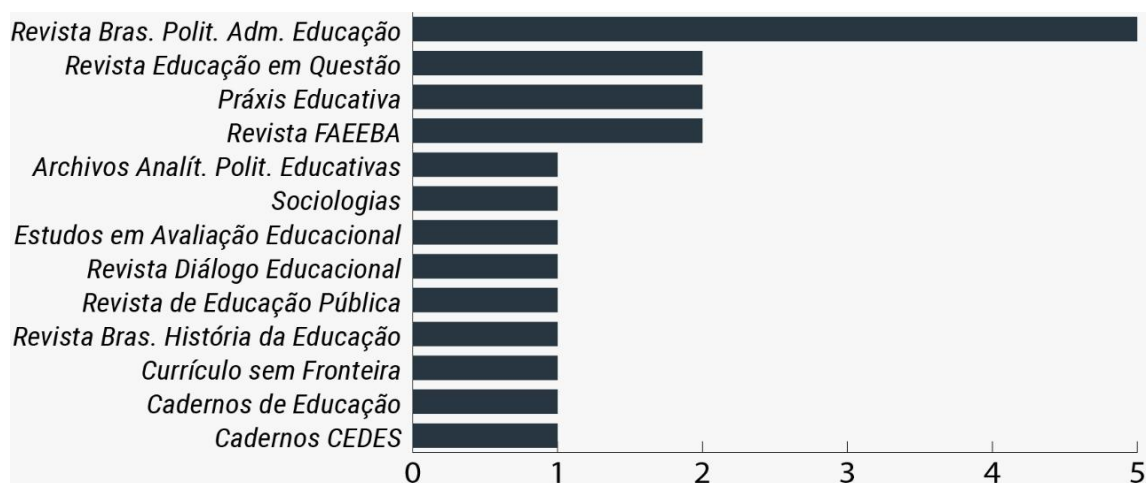


4.2. Dos periódicos e o quantitativo de publicações

Do estrato *Qualis A1*

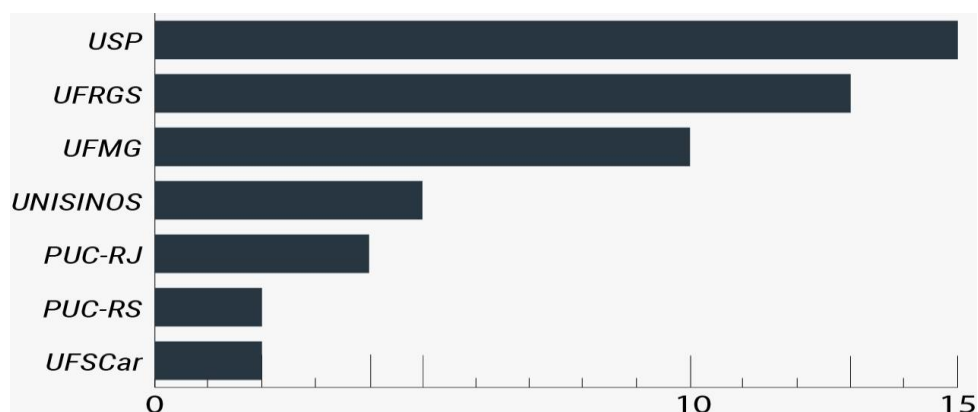


Do estrato Qualis A2

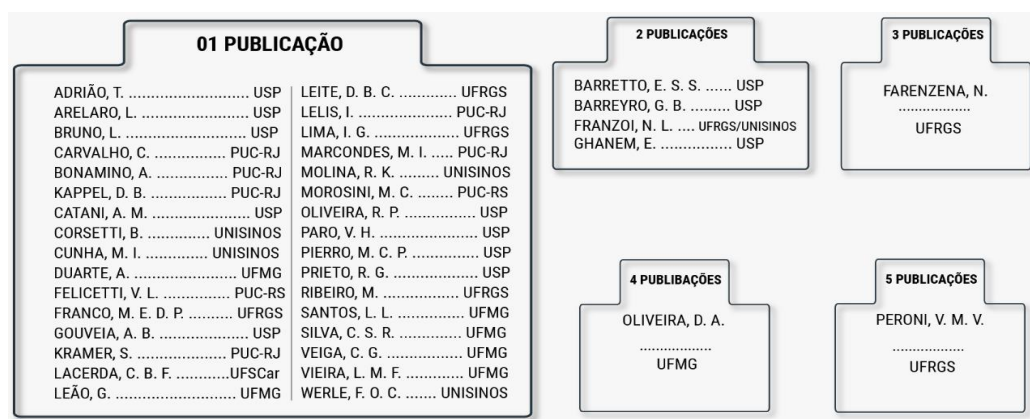


4.3. Das publicações sobre o tema

Os programas e suas publicações



Os docentes e suas publicações



APÊNDICE E - Listagem das unidades bibliográficas do *corpus* empírico.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R. e ARELARO, L. As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose? **Educação & Sociedade**, Campinas, v.33, n. 119, p. 533-549, abr./jun. 2012. Disponível em: <<https://cutt.ly/znRJ6nr>>. Acesso em: 09 jun 2021.

ARELARO, L. R. G.; JACOMINI, M. A.; KLEIN, S. B. O ensino fundamental de nove anos e o direito à educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n.1, 220 p., p.35-51, jan./abr. 2011. Disponível em: <<https://cutt.ly/ZnRKsHO>>. Acesso em: 09 jun 2021.

BARRETTO, E. S. S. Políticas e práticas de formação de professores da educação básica no Brasil: panorama nacional. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-RBPAE**, [S/l], v. 27, n.1, p.39-52, jan./abr. 2011. Disponível em: <<https://cutt.ly/vnRKlO5>>. Acesso em: 09 jun 2021.

BARRETTO, E. S. S. Trabalho docente e modelos de formação: velhos e novos embates e representações. São Paulo, **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, v. 40, N. 140, p.427-443, maio/ago. 2010. Disponível em: <<https://cutt.ly/YnRKEZ9>>. Acesso em: 09 jun 2021.

BARREYRO, G. B. O Programa Alfabetização Solidária: terceirização na reforma do estado. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 38, p.175-191. set./dez. 2010. Disponível em: <<https://cutt.ly/znRKDPO>>. Acesso em: 09 jun 2021.

BRUNO, L. E. N. B. Educação e Desenvolvimento Econômico no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, [S/l], v. 16, n. 48, p. 545-562, set./dez. 2011. Disponível em: <<https://cutt.ly/dnRKKuK>>. Acesso em: 09 jun 2021.

CARVALHO, C. P.; BONAMINO, A. M. C.; KAPPEL, M. D. B. Redes Municipais de Ensino, Planejamento e Resultados Educacionais. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas/Education Policy Analysis Archives**, Mary Lou Fulton Teachers College, ASU - Arizona State University, v. 19, p.1-30. 2011. Disponível em: <<https://cutt.ly/onRKNeJ>>. Acesso em: 09 jun 2021.

CATANI, A. M.; GALLEGUILLOS, T. G. B. Avaliação da educação superior no Brasil e a expansão da educação superior em enfermagem. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n.4, p.843-860, dez. 2011. Disponível em: <<https://cutt.ly/HnRK9BT>>. Acesso em: 09 jun 2021.

CORSETTI, B.; KISTEMACHER, D. Qualidade da Educação e Avaliação do Rendimento Escolar na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1994). **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas/RS, v.14, n.32, p. 53-76, set./dez. 2010. Disponível em: <<https://cutt.ly/tnRK6PQ>>. Acesso em: 09 jun 2021.

CUNHA, M. I. Aprendizagens ao longo da vida e avaliação do desempenho profissional. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 3, p.559-572, nov. 2011. Disponível em: <<https://cutt.ly/znRLyyJ>>. Acesso em: 09 jun 2021.

DUARTE, A.; MELO, S. D. G. Políticas para o ensino médio no Brasil: perspectivas para universalização. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 31, n. 84, p. 231-251, maio/ago. 2011. Disponível em: <<https://cutt.ly/NnRLpYC>>. Acesso em: 09 jun 2021.

FARENZENA, N. Controle institucional em políticas federais de educação básica no Brasil. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, [S/l], v. 26, n.2, p. 237-265, maio/ago. 2010. Disponível em: <<https://cutt.ly/2nRLfti>>. Acesso em: 09 jun 2021.

FARENZENA, N.; MENDES, A. O. Capacidade de financiamento da educação em municípios do Rio Grande do Sul: uma exploração a partir dos efeitos redistributivos do FUNDEF e do FENDEB. **Currículo sem Fronteiras**, [S/l], v. 10, n. 1, p.265-286, jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://cutt.ly/6nRLlZq>>. Acesso em: 09 jun 2021.

FARENZENA, N.; ROSSI, A. J.; MACHADO, M. G. F.; BATISTA, N. C. Implementação de planos de ações articuladas municipais: *achados* de uma pesquisa de avaliação. **Revista FAEEBA –Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 21, n. 38, p. 151-165, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://cutt.ly/JnRLvIa>>. Acesso em: 09 jun 2021.

FELICETTI, V. L. Graduados Prouni: um estudo comparativo entre licenciados e não licenciados. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 23, n.53, p.280-301, set./dez. 2012. Disponível em: <<https://cutt.ly/DnRLQ51>>. Acesso em: 09 jun 2021.

FISCHER, M. C.; FRANZOI, N. L.; HYPOLITO, Á. M.; PINO, M. D.; SANTOS, S. V. Escola, saberes e trabalho: a pesquisa do PROEJA no Rio Grande do Sul. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 35 (1), p.167-186, jan./abr. 2010. Disponível em: <<https://cutt.ly/CnRLY9D>>. Acesso em: 09 jun 2021.

FRANCO, M. E. D. P.; MOROSINI, M. C. Marcos regulatórios e arquiteturas acadêmicas na expansão da educação superior brasileira: movimentos indutores. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 42, n.28, p.175-198, jan./abr. 2012. Disponível em: <<https://cutt.ly/xnRLX7C>>. Acesso em: 09 jun 2021.

FRANZOI, N. L.; HYPOLITO, Á. M.; FISCHER, M. C.; PINO, M. D.; SANTOS, S. V. Escola, Saberes e Trabalho: a pesquisa do PROEJA no Rio Grande do Sul. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 35, p.167-186, jan./abr. 2010. Disponível em: <<https://cutt.ly/CnRLY9D>>. Acesso em: 09 jun 2021.

GHANEM JUNIOR, E. G.G. As ONGs e responsabilidade governamental com a escola básica no Brasil. **Pró-Posições**, Campinas, v. 23, n.2 (68), p. 51-65, maio/ago. 2012. Disponível em: <<https://cutt.ly/knRL7tN>>. Acesso em: 09 jun 2021.

GHANEM, E. Educação na mudança social: lugar central, lugar secundário e lugar nenhum. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 45, p. 213-229, jul/set, 2012. Disponível em: <<https://cutt.ly/pnRZthU>>. Acesso em: 09 jun 2021.

GOUVEIA, A. B.; SOUZA Â. R. Perspectivas e desafios no debate sobre financiamento e gestão da educação: da CONAE a um novo PNE. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 789-807, jul/set 2010. Disponível em: <<https://cutt.ly/hnRZh8o>>. Acesso em: 09 jun 2021.

KRAMER, S.; CORSINO, P.; NUNES, M. F. R. Infância e Crianças de 6 anos: desafios das transições na Educação Infantil e Ensino Fundamental. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, p.69- 85, jan./abr. 2011. Disponível em: <<https://cutt.ly/KnRZcFS>>. Acesso em: 09 jun 2021.

LACERDA, C. B. F. Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 36, p. 133-153, maio/ago. 2010. Disponível em: <<https://cutt.ly/6nRZIDe>>. Acesso em: 09 jun 2021.

LAPLANE, A.L.F.; PRIETO, R. G. Inclusão, diversidade e igualdade na Conae 2010: perspectivas para o novo Plano Nacional de Educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n.112, p. 919-938, jul./set.2010. Disponível em: <<https://cutt.ly/InRZA8Q>>. Acesso em: 09 jun 2021.

LEÃO, G. M. P.; NONATO, S. P. Políticas públicas, juventude e desigualdades sociais: uma discussão sobre o *ProJovem Urbano* em Belo Horizonte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 04, p. 833-848, out./dez., 2012. Disponível em: <<https://cutt.ly/znRZHtU>>. Acesso em: 09 jun 2021.

LEITE, D. B. C.; GENRO, M. E. H. Avaliação e internacionalização da educação superior: Campinas, *Quo vadis América Latina?* **Avaliação**, Sorocaba, SP, v. 17, n.3, p.763-785, nov.2012. Disponível em: <<https://cutt.ly/5nRZXun>>. Acesso em: 09 jun 2021.

LELIS, I. A. O. M. O trabalho docente na escola de massa: desafios e perspectivas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 14, n. 29, p. 152-174, jan./abr. 2012. Disponível em: <<https://cutt.ly/enRZBOg>>. Acesso em: 09 jun 2021.

LIMA, I. G.; GANDIN, L. A. Entendendo o estado gerencial e sua relação com a educação: algumas ferramentas de análise. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 69-84, jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://cutt.ly/unRZ2yv>>. Acesso em: 09 jun 2021.

MARCONDES, M. I.; LEITE, V. F. A.; OLIVEIRA, A. C. P. Reforma e recontextualização das políticas: o papel dos coordenadores pedagógicos nas escolas municipais do Rio de Janeiro. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 12, p.187-209, jan./abr. 2012. Disponível em: <<https://cutt.ly/8nRZ4DZ>>. Acesso em: 09 jun 2021.

MOLINA, R. K.; LOPES, R. A.; ACHILLES, H. S. Impactos das Políticas Educacionais nas Dinâmicas da Organização Escolar: reflexões na perspectiva do professorado de uma rede municipal. **Ensaio: avaliação das políticas públicas Educacionais**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 921-940, out./dez. 2011. Disponível em: <<https://cutt.ly/TnRXqoc>>. Acesso em: 09 jun 2021.

MOROSINI, M. C.; FRANCO, M. E. D. P. Marcos regulatórios e arquiteturas acadêmicas na expansão da educação superior brasileira: movimentos indutores. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 42, n. 28, p. 175-198, jan./abr. 2012. Disponível em: <<https://cutt.ly/mnRXrwG>>. Acesso em: 09 jun 2021.

OLIVEIRA, D. A. A nova regulação de forças no interior da escola: carreira, formação e avaliação docente. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**,

Associação Nacional de Política e Administração da Educação, Recife, v.27, n.1, p. 25-38, jan./abr. 2011. Disponível em: <<https://cutt.ly/dnRXiSG>>. Acesso em: 09 jun 2021.

OLIVEIRA, D. A. Das políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr./jun. 2011. Disponível em: <<https://cutt.ly/vnRXsjZ>>. Acesso em: 09 jun 2021.

OLIVEIRA, D. A. Os trabalhadores docentes e a construção política da profissão docente no Brasil. *Educar em Revista*, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, n. especial I, p. 17-35, 2010. Disponível em: <<https://cutt.ly/pnRXgzz>>. Acesso em: 09 jun 2021.

OLIVEIRA, D. A.; DOURADO, L. F.; CABRAL NETO, A.; CURY, C. R. J.; OLIVEIRA, J. F.; PINTO, J. M. R.; VIEIRA, L. M. F.; MACHADO, M. M.; GOMES, N. L. Por um plano nacional de educação (2011-2020) como política de Estado. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, Rio de Janeiro, v.16, n.47, p. 482-492, maio/ago. 2011. Disponível em: <<https://cutt.ly/KnRXxv0>>. Acesso em: 09 jun 2021.

PARO, V. H. Trabalho docente na escola fundamental: questões candentes. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas. Impresso), São Paulo, v. 42, n.146, p. 586-611, maio/ago. 2012. Disponível em: <<https://cutt.ly/unRXbUx>>. Acesso em: 09 jun 2021.

PERONI, V. M. V. A democratização da educação em tempos de parcerias entre o público e o privado. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 19, p. 215-227. 2010. Disponível em: <<https://cutt.ly/dnRXQcR>>. Acesso em: 09 jun 2021.

PERONI, V. M. V. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Pró-Posições**, Campinas, v. 23, n.2 (68), p.19-31, maio/ago.2012. Disponível em: <<https://cutt.ly/8nRXTER>>. Acesso em: 09 jun 2021.

PERONI, V. M. V.; ADRIÃO, T. Consequências da atuação do Instituto Ayrton Senna para a gestão da educação pública: observações sobre 10 estudos de caso. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 6, n.1, p.45-53, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://cutt.ly/8nRXOy2>>. Acesso em: 09 jun 2021.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R. Redefinições no papel do Estado: terceira via, novo desenvolvimentismo e as parcerias público-privadas na educação. **Revista FAEEBA-Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v.21, n. 38, p. 57-67, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://cutt.ly/pnRXF8m>>. Acesso em: 09 jun 2021.

PERONI, V. M. V.; SUSIN, M. O. K. A parceria entre o poder público municipal e as creches comunitárias: a educação infantil em Porto Alegre. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S.l.], v. 27, n. 2, p. 185-201, maio/ago. 2011. Disponível em: <<https://cutt.ly/KnRXLQx>>. Acesso em: 09 jun 2021.

PIERRO, M. C. D. A educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n.112, p. 939-959, jul./set.2010. Disponível em: <<https://cutt.ly/4nRXV2g>>. Acesso em: 09 jun 2021.

RIBEIRO, M. Educação do campo: embate entre Movimento Camponês e Estado. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n.1, p. 459-490, mar.2012. Disponível em: <<https://cutt.ly/OnRX2fW>>. Acesso em: 09 jun 2021.

ROTHEN, J. C.; BARREYRO, G. B. Avaliação da educação superior no segundo governo Lula: Provão II ou a reedição de velhas práticas? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 114, p. 21-38, jan./mar. 2011. Disponível em: <<https://cutt.ly/rnRX8nI>>. Acesso em: 09 jun 2021.

SANTOS, L. L. Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental de 9 anos e o Plano Nacional de Educação: abrindo a discussão. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p.833-850, jul./set.2010. Disponível em: <<https://cutt.ly/JnRX5hS>>. Acesso em: 09 jun 2021.

SILVA, C. S. R. A.; CAFIERO, D. Implicações das políticas educacionais no contexto do ensino fundamental de nove anos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n.02, p.219-248, ago. 2011. Disponível em: <<https://cutt.ly/ynRCwX2>>. Acesso em: 09 jun 2021.

SOUSA, S. M. Z. L.; OLIVEIRA, R. P. Sistemas Estaduais de Avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. **Cadernos de Pesquisa**, Fundação Carlos Chagas, Impresso, São Paulo, v. 40, p.793- 822, set./dez. 2010. Disponível em: <<https://cutt.ly/gnRCt4x>>. Acesso em: 09 jun 2021.

VEIGA, C. G. A escola e a República: o estadual e o nacional nas políticas educacionais. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas-SP, v. 11, n.1 (25), p. 143-178, jan./abr. 2011. Disponível em: <<https://cutt.ly/onRCp7e>>. Acesso em: 09 jun 2021.

VIEIRA, L. M. F. A Educação Infantil e o Plano Nacional de Educação: as propostas da CONAE 2010. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n.112, p. 809-831, jul./set. 2010. Disponível em: <<https://cutt.ly/8nRCdKM>>. Acesso em: 09 jun 2021.

WERLE, F. O. C.; THUM, A. B.; ANDRADE, A. C. de. Sistemas Municipais de Ensino no Rio Grande do Sul: uma contribuição para as políticas educacionais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-RBPAE** [S.l], v.26, n.2, p. 377- 393, maio/ago. 2010. Disponível em: <<https://cutt.ly/tnRCj0p>>. Acesso em: 09 jun 2021.